

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO



**AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DOS IMPACTOS
DAS AÇÕES EDUCATIVAS DOS CEII/CECI**



PREFEITURA DE SÃO PAULO

EDUCAÇÃO

Prefeitura da Cidade de São Paulo

João Doria

Prefeito

Secretaria Municipal de Educação

Alexandre Schneider

Secretário

Daniel Funcia de Bonis

Secretário Adjunto

Fatima Elisabete Pereira Thimoteo

Chefe de Gabinete

Coordenadoria Pedagógica - COPED

Leila Barbosa Oliva

Coordenadora





Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

Coordenadoria Pedagógica

Divisão de Educação Infantil

**AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DOS IMPACTOS
DAS AÇÕES EDUCATIVAS DOS CEII/CECI**

São Paulo / 2017



Qualquer parte desta publicação pode ser compartilhada (cópia e redistribuição do material em qualquer suporte ou formato) e adaptada (remix, transformação e criação a partir do material para fins não comerciais), desde que seja atribuído crédito apropriadamente, indicando quais mudanças foram feitas na obra. Direitos de imagem, de privacidade ou direitos morais podem limitar o uso do material, pois necessitam de autorizações para o uso pretendido.

Divisão de Educação Infantil - DIEI / COPED/SME

Yara Maria Mattioli - diretora

Equipe Técnica DIEI

Christiane Franklin Moreira de Freitas

Cristiano Rogério Alcantara

Fatima Bonifácio

Fernanda Diz Almeida da Silva

Thalita Soto Riva

Equipe Administrativa DIEI

Lissa Marchesini dos Santos

Vitor Helio Breviglieri

Consultora e Autora

Adriana Queiroz Testa

Centro de Multimeios / COPED / SME

Magaly Ivanov - coordenadora

Biblioteca Pedagógica / CM

Roberta Cristina Torres da Silva - revisão

Núcleo de Criação e Arte / CM

Ana Rita da Costa - editoração

Angélica Dadario

Cassiana Paula Cominato - projeto gráfico e editoração

Fernanda Gomes Pacelli

Relatório Final Projeto 914 BRZ 1147 Inovações para a qualidade da Educação: da gestão à sala de aula

A publicação tem a cooperação da UNESCO e da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no âmbito da parceria PRODOC 914 BRZ 1147, cujo objetivo é fortalecer a governança da Educação no Município de São Paulo por meio de ações de inovações à qualidade educativa e à gestão democrática.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste relatório não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Avaliação diagnóstica dos impactos das ações educativas dos CEII/CECI : relatório final / Secretaria Municipal de Educação de São Paulo : Coordenadoria Pedagógica. – São Paulo : SME/COPED: 2016.

208 p. : il.

Bibliografia

1.Educação Indígena – Brasil – Relatórios I.São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação II.Centro de Educação e Cultura Indígena – CECI III.Centro de Educação Infantil Indígena – CEII IV. Título

CDD 371.830981

Código da Memória Técnica: SME42/2016



Sumário

Apresentação	9
Capítulo 1	13
Instrumentos e procedimentos da Pesquisa	13
1. A Pesquisa Etnográfica	14
2. Instrumentos de coleta, organização e análise de dados	15
3. Entrevistas com agentes públicas	20
4. Avaliação coletiva dos resultados da Pesquisa	23
5. Modelos dos questionários usados nas entrevistas	24
5.1 Questionário utilizado nas entrevistas nas Aldeias	24
5.2 Questionário utilizado nas entrevistas com as agentes públicas	25
Capítulo 2	29
A criação dos CEII/CECI e a implementação de uma Política de Educação Escolar Infantil Indígena na Cidade de São Paulo	29
Introdução	29
1. Contexto e antecedentes legais para a criação dos CEII/CECI	30
1.1 A criação dos CEII/CECI	32
2. Elaboração inicial da proposta pedagógica dos CEII/CECI	33
2.1 Atividades de capacitação: cursos, seminários e oficinas	36
2.2 A produção de materiais didáticos	37
2.3 Considerações sobre o envolvimento de missionários do Summer Institute of Linguistics em projetos de Educação Escolar Indígena.....	38
2.4 Elaboração do projeto pedagógico	42
2.5 Museus dos CECI	44
2.6 Organização das atividades realizadas nos CECI	45
2.7 Problemas identificados no primeiro ano de implementação dos CEII/CECI	47
3. Ações desenvolvidas pela SME-SP entre 2004 e 2015	48
3.1 Relatório da DOT Educação Infantil 2005	48
3.2 Relatório da DOT Educação Infantil 2006	52
3.3 Relatório da DOT Educação Infantil 2007	55
3.4 Relatório da DOT Educação Infantil 2008	56
3.5 Relatório da DOT Educação Infantil 2009/2010	59
3.6 Relatório da DOT Educação Infantil 2011/2012	63
3.7 Relatório da DOT Educação Infantil e Étnico-Racial 2012/2013	69
3.8 Relatório da DOT Educação Infantil e Étnico-Racial 2013/2015	71
4. Análise da proposta político-pedagógica dos CEII/CECI	75
5. Análise das “Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas Educação Escolar Infantil Indígena”	77
6. Análise de materiais impressos e audiovisuais produzidos nos CEII/CECI	82
6.1 Livro: Nhandereko nhemombe’u tenonderã – Histórias para Contar e Sonhar	87
6.2 Livro: CECI: 10 anos de história.....	83
6.3 Materiais audiovisuais	83
7. Conclusão	84
8. Lista de documentos e materiais analisados	85
8.1 Documentos Oficiais	85
8.2 Relatórios	85
8.3 Livros	86
8.4 Vídeos	89

Capítulo 3

Avaliação diagnóstica dos CEII/CECI

Introdução

1. Crianças matriculadas nos CEII: condições de acesso, frequência e escolha

1.1 Avaliação da frequência e da participação dos alunos, segundo as agentes públicas

2. Os profissionais que atuam nos CEII/CECI

2.1 Educadores e Monitores de Informática

2.1.1 Processo de seleção e perfil dos Monitores

2.1.2 Expectativas concernentes aos Educadores

2.1.3 Avaliação do trabalho realizado pelos Educadores

2.1.4 Avaliação das agentes públicas sobre o trabalho dos Educadores

2.2 Coordenadores Educacionais, Coordenadores Culturais e Auxiliares da Coordenação dos CEII/CECI

2.2.1 Expectativas e avaliação concernentes ao trabalho dos Coordenadores

2.2.2 Expectativas e avaliação das agentes públicas sobre o trabalho de coordenação dos CEII/CECI

2.3 Auxiliares de Cozinha: perfil, processo de seleção e expectativas de Formação Continuada

2.4 O Papel da Supervisão nos CEII/CECI

2.4.1 Expectativas concernentes ao papel da Supervisão nos CEII/CECI

2.4.2 Avaliação do trabalho realizado pela Supervisão nos CEII/CECI

2.4.3 Comentários das agentes públicas sobre a Supervisão dos CEII/CECI

3. Formação dos Funcionários dos CEII/CECI

3.1 Avaliação da Formação Continuada

3.2 Expectativas para as próximas etapas da Formação Continuada

3.3 Avaliação das agentes públicas sobre a Formação Continuada

3.4 Expectativas para o curso de Formação Inicial

3.5 Comentários das agentes públicas sobre a Formação Inicial

4. Propostas para a formação dos profissionais não indígenas envolvidos nos CEII/CECI

5. Avaliação e expectativas concernentes ao trabalho realizado pelos órgãos responsáveis pela gestão dos CEII/CECI

5.1 Avaliação das agentes públicas sobre o trabalho realizado pelos órgãos responsáveis pela gestão do CEII/CECI

6. A aprendizagem das crianças no âmbito dos CEII

6.1 Expectativas para a aprendizagem das crianças nos CEII

6.2 Avaliação da aprendizagem das crianças nos CEII

6.3 Expectativas e avaliação das agentes públicas sobre a aprendizagem das crianças nos CEII

7. A alimentação nos CEII/CECI e seus impactos pedagógicos e socioculturais

7.1 Avaliação das agentes públicas sobre a alimentação nos CEII/CECI

8. O papel dos CECI nas comunidades

8.1 Avaliação do funcionamento atual dos CECI e seu papel nas comunidades

8.2 Expectativas e sugestões para os CECI

Capítulo 4

Avaliação Geral dos CEII/CECI

Introdução

1. Aspectos e Impactos Positivos dos CEII/CECI

2. Aspectos positivos dos CEII/CECI, apontados pelas agentes públicas

3. Pontos críticos e propostas de melhoria

Considerações finais sobre os impactos das ações educativas dos CEII/CECI e a perspectiva de desenvolvimento de políticas educacionais de respeito às diferenças e de promoção da simetria

Referências

Bibliografia

Software

8989899099100101103105108110114119120122123126131132133136138141145147149152156156159162166174175176177183183183184187188188200203204205







Apresentação

Adriana Queiroz Testa²

Este relatório constitui o quinto e último produto do trabalho de consultoria antropológica do Processo PRODOC 914 BRZ 1147, resultante de um Termo de Cooperação firmado entre a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) e a United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). Além de apresentar conteúdos inéditos, ele agrega todas as informações apresentadas em relatórios anteriores desta mesma consultoria.

A consultoria teve por objetivo desenvolver uma avaliação diagnóstica dos impactos das ações educativas dos Centros de Educação Infantil Indígena (CEII), vinculados aos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI). Os três CEII/CECI (Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu), criados e mantidos pela SME-SP, atendem à população Guarani Mbya, residente em duas Terras Indígenas no Município de São Paulo.

O relatório apresenta os resultados consolidados de uma pesquisa documental e etnográfica realizada entre julho de 2015 e abril de 2016. A pesquisa documental abrangeu a análise de documentos legais, relatórios técnicos, atas de reuniões e materiais impressos, digitais e audiovisuais pertinentes aos CEII/CECI e correspondentes ao período de 2004 a 2015. A pesquisa etnográfica, por sua vez, foi realizada na Terra Indígena Tenonde Porã (aldeias Tenonde Porã e Krukutu) e na Terra Indígena Jaraguá (aldeias Pyau, Ytu e Itakupe). Nestas aldeias, foram realizadas 66 entrevistas, conduzidas a partir de um roteiro elaborado em conjunto com os funcionários dos três CEII/CECI e lideranças guarani, além de conversas informais, reuniões e estágios de observação nos CEII/CECI e em outros espaços das aldeias. A pesquisa também contou com entrevistas realizadas com 10 agentes públicas que atuam ou atuaram junto aos CEII/CECI, no período de 2004 a 2015.

A avaliação se pautou numa metodologia de trabalho participativa, em que todos os procedimentos: a formulação dos instrumentos de avaliação, a escolha dos entrevistados, a execução da pesquisa e a discussão dos resultados, foram realizados com os funcionários dos CEII/CECI, as lideranças políticas e religiosas guarani e os familiares de alunos matriculados nos CEII/CECI. Nesse sentido, o caráter participativo desta avaliação é um aspecto central e determinante da qualidade dos resultados aqui apresentados.

2 Consultora contratada por meio de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a UNESCO (PRODOC 914 BRZ 1147). É Pedagoga, Mestre em Educação e Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. É pesquisadora de pós-doutorado da UNICAMP (FAPESP Proc. n. 2015/16902-9).

Síntese dos Capítulos

Este relatório apresenta um esquema de organização que visa favorecer a leitura integral do documento ou a realização de consultas pontuais às diversas partes que o compõem.

No **primeiro capítulo**, descrevemos os instrumentos e procedimentos do levantamento documental e da pesquisa etnográfica desenvolvida nas aldeias guarani no Município de São Paulo. Apresentamos também os questionários utilizados nas entrevistas realizadas com lideranças guarani, funcionários dos CEII/CECI, familiares de alunos e com as agentes públicas que atuam ou atuaram junto aos CEII/CECI.

O **segundo capítulo** dedica-se à análise de um conjunto de documentos e materiais pertinentes aos CEII/CECI. De início, são abordados documentos legais e materiais correspondentes ao período de criação dos CEII/CECI, em 2004. Com o objetivo de descrever o contexto mais amplo em que esse programa de educação escolar indígena surgiu, apresentamos uma revisão sucinta da legislação e dos debates concernentes ao tema, tendo como foco o período posterior à Constituição Federal de 1988, que é tomada como marco porque estabelece os parâmetros fundamentais que regem a educação escolar indígena no país e orienta toda a legislação e as políticas públicas subsequentes.

Em seguida, analisamos os processos de elaboração e as versões finais da Proposta Político-Pedagógica dos CEII/CECI, as Orientações Curriculares, os relatórios técnicos anuais elaborados pela SME-SP e todos os materiais impressos e audiovisuais produzidos pelos educadores e alunos dos CEII/CECI, entre 2004 e 2015. Uma lista completa dos documentos e materiais analisados pode ser consultada no final do capítulo.

O **terceiro capítulo** traz a análise dos dados quantitativos e qualitativos coletados durante a pesquisa, assim como das entrevistas realizadas com os educadores, os familiares de alunos, as lideranças guarani e as agentes públicas atuantes nos CEII/CECI. Nesta seção, são descritos (1) os fatores que influenciam as taxas de matrícula e a frequência das crianças de 0 – 6 anos nos CEII Jaraguá, Krukutu e Tenonde Porã; (2) os perfis, processos de seleção e condições de trabalho dos funcionários dos CEII/CECI; (3) os processos de Formação Inicial e Continuada desses profissionais; (4) propostas para a Formação em Serviço dos profissionais não indígenas envolvidos nos CEII/CECI; (5) a atuação dos órgãos de gestão dos CEII/CECI; (6) a aprendizagem das crianças nos CEII; (7) a seleção, a preparação e os papéis pedagógicos e socioculturais da alimentação nos CEII/CECI; (8) o papel dos CECI nas comunidades guarani.

No **quarto capítulo**, apresentamos uma síntese da avaliação diagnóstica geral e finalizamos com uma lista de propostas de ajuste e melhoria das ações voltadas aos CEII/CECI. Convém destacar que as propostas aqui apresentadas foram definidas pelos funcionários dos CEII/CECI, lideranças guarani, familiares de crianças matriculadas nos CEII/CECI e jovens das comunidades, após ampla discussão dos resultados deste diagnóstico.

Ao final do relatório, há uma lista de referências bibliográficas e documentais.

Créditos

Conforme explicitado anteriormente, este trabalho resulta da colaboração e do esforço de um amplo conjunto de pessoas, motivo pelo qual adotamos textualmente a primeira pessoa do plural ao longo do relatório. Além da pesquisadora responsável por esta avaliação, os principais agentes deste trabalho foram as lideranças e os educadores das Terras Indígenas Jaraguá e Tenonde Porã, os quais participaram de todas as etapas de elaboração e execução da pesquisa. A participação constante e o acompanhamento atencioso das profissionais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Ivone Mosolino, Sonia Larrubia Valverde, Leila de Cássia José Mendes da Silva e da representante da UNESCO, Ednéia Oliveira, foram fundamentais para a realização deste trabalho. Cabe também sublinhar o apoio dessas profissionais em assegurar a liberdade e a autonomia imprescindíveis à execução de uma avaliação diagnóstica de políticas públicas. Esta pesquisa também contou com o auxílio dos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde que atuam junto aos Guarani Mbya na Cidade de São Paulo. Eles forneceram dados demográficos e censos coletados em cada aldeia. Merece também menção a importância da atenção e da disposição de todas as pessoas que participaram das extensas entrevistas. Estas incluem, além dos Guarani Mbya, as profissionais da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, das Diretorias Regionais de Educação Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá e da ONG Opção Brasil.

A Rede Municipal de Ensino de São Paulo é um sistema que, como qualquer outro sistema, cresce em complexidade à medida que interage com o ambiente (LUHMANN, 2010). Neste caso específico, o ambiente é o universo múltiplo da educação que engloba, por meio dos CEII/CECI, experiências de educação escolar indígena. O sistema educacional opera por meio da produção e da transformação de medidas administrativas e legais, funções, cargos, denominações e atividades, que tornam praticamente impossível entender e interagir com ele, sem contar com as experiências e a orientação das pessoas que enfrentam essa complexidade cotidianamente. Nesse sentido, as explicações dos profissionais da educação guarani e não indígenas foram guias fundamentais e seguros. Em acréscimo, muitos dos colaboradores foram além das explicações e disponibilizaram também documentos, pesquisas e outros textos que contribuíram muito para a realização desta pesquisa.





Capítulo 1

Instrumentos e Procedimentos da Pesquisa

Esta avaliação diagnóstica é resultado de uma pesquisa documental e de uma pesquisa etnográfica, que tiveram por finalidade reunir dados quantitativos e qualitativos referentes aos impactos das ações educativas dos CEII/CECI no Município de São Paulo.

A pesquisa documental abarcou a análise de leis, decretos, regimentos e projetos que regulamentam a criação e o funcionamento desse programa de educação escolar infantil indígena e as ações culturais desenvolvidas no âmbito dos CECI. A análise também englobou todos os relatórios técnicos elaborados pela SME-SP e por consultores externos, no período de 2004 a 2015. Também foram analisados todos os materiais impressos e audiovisuais produzidos por educadores e alunos dos CEII/CECI, nesse mesmo período. Esses produtos também contaram com a participação de profissionais da SME-SP, consultores externos e lideranças políticas e religiosas guarani. Os resultados da pesquisa documental são apresentados no segundo capítulo deste relatório.

A pesquisa etnográfica abrangeu o trabalho de campo nas Terras Indígenas (TI) Jaraguá (Aldeias Pyau, Itakupe e Ytu) e Tenonde Porã (Aldeias Krukutu e Tenonde Porã). Nesse sentido, cumpre observar que, embora os CEII/CECI estejam localizados nas aldeias Pyau, Tenonde Porã e Krukutu, a população à qual eles atendem habita diversas áreas das TIs Tenonde Porã e Jaraguá. Por isso, a pesquisa contou com a participação não apenas dos moradores das aldeias onde os CEII/CECI estão localizados, mas também dos moradores das outras aldeias. Cabe também acrescentar que, devido aos processos em curso de demarcação e gestão territorial das TIs Tenonde Porã e Jaraguá, os moradores dessas duas áreas estão formando aldeias novas e retomando aldeias antigas espalhadas por diversas partes dessas duas Terras Indígenas. Disso, resulta a multiplicação das aldeias, ora constituídas por Tekoa Pyau, Tekoa Ytu e Tekoa Itakupe (TI Jaraguá); Tenonde Porã, Krukutu, Guyrapaju, Kalipety, Kuaray Rexakã, Karumbe'y e Yyrexakã (TI Tenonde Porã).

1. A Pesquisa Etnográfica

A primeira etapa da pesquisa de campo se voltou à realização de três objetivos principais. Em primeiro lugar, apresentar aos funcionários dos CEII/CECI, às lideranças e aos demais moradores das TIs Tenonde Porã e Jaraguá a proposta da avaliação diagnóstica e esclarecer suas dúvidas a respeito dela. O segundo objetivo desta etapa da pesquisa de campo foi elaborar, com os Guarani das referidas comunidades, os critérios básicos da avaliação e os instrumentos de coleta de dados qualitativos e quantitativos. O terceiro objetivo da pesquisa de campo se voltou à definição dos procedimentos da pesquisa, à elaboração do questionário que seria utilizado nas entrevistas e à elaboração de uma lista de pessoas que seriam entrevistadas.

Na definição dos procedimentos da pesquisa, foi estabelecido que a pesquisadora responsável por conduzir a avaliação diagnóstica preservaria o anonimato de todos os entrevistados, para que os participantes pudessem compartilhar informações e expressar suas opiniões sem o receio de serem identificados ou sofrerem qualquer tipo de censura ou represália. O sigilo na identificação dos entrevistados também visou evitar eventuais conflitos que poderiam surgir durante ou após a realização da pesquisa.

Também foi estabelecido que a pesquisa teria início nas aldeias da TI Jaraguá e depois seguiria para as aldeias da TI Tenonde Porã. Cabe mencionar que, após as primeiras entrevistas, percebemos a necessidade de alterar alguns itens do questionário original para atender melhor aos objetivos da pesquisa. No entanto, todos os entrevistados responderam à totalidade de perguntas que constam do novo questionário, o qual pode ser conferido ao final deste capítulo.

Durante a pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com 23 pessoas da TI Jaraguá (Aldeias Pyau, Ytu e Itakupe), 26 pessoas da Aldeia Tenonde Porã e 17 pessoas da Aldeia Krukutu. Participaram das entrevistas todos os funcionários dos três CEII/CECI², assim como familiares dos alunos matriculados e lideranças políticas e religiosas guarani. No que diz respeito ao perfil dos entrevistados, cabe salientar que, nas aldeias que constituem a TI Jaraguá (Tekoa Pyau, Tekoa Ytu e Tekoa Itakupe), foram entrevistadas 10 mulheres e 13 homens, com idades entre 20 e 60 anos de idade. O entrevistado mais jovem era um monitor educacional, enquanto o mais idoso era cacique de uma das aldeias. No caso da aldeia Tenonde Porã, foram entrevistados 15 homens e 11 mulheres, na faixa etária de 21 – 52 anos de idade. O mais jovem era monitor educacional do CEII/CECI, e o mais velho era o cacique. No caso da aldeia Krukutu, foram entrevistados 8 homens e 9 mulheres, com idades entre 19 – 55 anos. O mais jovem era monitor educacional e o mais velho era uma liderança que trabalha como vigilante.

As entrevistas, realizadas em português e em língua guarani mbya, não foram gravadas, porém todas as respostas foram registradas por escrito pela pesquisadora responsável. As entrevistas em língua mbya contaram com o apoio de funcionários bilíngues dos CEII/CECI, que ajudaram a traduzir as perguntas do questionário para a língua mbya e também orientaram a tradução das respostas para a língua portuguesa.

2 Durante a pesquisa de campo, não foi possível entrevistar uma auxiliar de cozinha do CEII/CECI Jaraguá, porque ela estava afastada por licença médica. Também não foi possível entrevistar os auxiliares da administração escolar dos CEII/CECI Jaraguá e Krukutu, que, no período, estavam fora das aldeias, atendendo a compromissos profissionais externos. Com isso, as entrevistas contemplaram todos os funcionários dos três CEII/CECI, com a exceção de três pessoas.

Os familiares de crianças na faixa etária atendida pelos CEII, mas que não estão matriculadas nessas unidades, participaram de entrevistas informais, em que esclareceram os motivos pelos quais essas crianças não frequentam os CEII.

Em todas as reuniões, entrevistas e conversas, a adesão à proposta de se fazer uma avaliação diagnóstica dos CEII/CECI foi muito grande, e muitas pessoas se engajaram em dar sugestões, quanto aos objetivos, critérios e métodos da avaliação. Inclusive, muitas das lideranças e dos educadores enfatizaram que os resultados da avaliação não deveriam se limitar a um diagnóstico, mas também servir de diretriz para a criação e a implementação de políticas relacionadas à educação e à cultura nas aldeias de São Paulo. As expectativas quanto aos resultados e impactos futuros da avaliação certamente contribuíram para a participação ampla e engajada dos educadores, lideranças e outras pessoas guarani na formulação e na execução da pesquisa. Exemplo disso pode ser observado nos comentários de um dos coordenadores dos CEII/CECI:

Só de conversar sobre essa avaliação e em como nós vamos fazer, nós já estamos pensando em coisas que não tínhamos pensado antes. A nossa cabeça já vai abrindo com ideias. Nós vamos também conversar com os jovens para saber as atividades que eles querem fazer no CECI. Porque, até hoje, o CECI trabalha muito com as crianças, mas ele também tem um papel com os jovens. Nessa avaliação, vamos conversar muito com os jovens.

2. Instrumentos de coleta, organização e análise de dados

A avaliação dos impactos dos CEII/CECI nas TIs Jaraguá e Tenonde Porã demandou a elaboração e a aplicação de instrumentos de gestão de dados que permitiram reunir, organizar e analisar um conjunto amplo de dados quantitativos e qualitativos. Esses dados abrangem informações referentes às condições de acesso à educação escolar infantil e aos programas de educação e cultura, voltados a um conjunto amplo da população residente nas aldeias atendidas pelos CECI; as relações entre a participação de crianças de 0-6 anos de idade nos CEII/CECI e a diminuição nas taxas de desnutrição infantil e melhora nos índices de desenvolvimento e saúde; as relações entre os modos de usufruto dos programas e dos equipamentos dos CEII/CECI e as formas de organização social e política nas aldeias; a avaliação do trabalho pedagógico, da administração, das atividades culturais e da qualidade dos alimentos dos CEII/CECI; a qualidade da Formação Continuada oferecida aos funcionários dos CEII/CECI; a distribuição de renda nas aldeias, oriunda dos salários dos funcionários dos CEII/CECI; as relações entre os modos de circulação de conhecimentos realizados no âmbito dos CEII/CECI e em outros espaços das aldeias (nas residências, nas casas de rezas, nas roças, nas matas etc.).

Nesse sentido, além dos instrumentos de coleta de dados, também foram elaborados meios de organização e análise destes, por meio de bancos de dados produzidos em programas computacionais, dos quais se destacam: Excel, Access e MaqPar³. Apresentamos, a seguir, algumas tabelas produzidas a partir desses bancos de dados. Cabe apontar que estas tabelas são meramente ilustrativas do trabalho de gestão e análise de dados realizado durante a pesquisa. Por isso, apresentamos apenas

3 DAL POZ, João; SILVA, Marcio Ferreira da. **MaqPar 2.7** (“Máquina do Parentesco”). Disponível em: <<http://maqpar.zip.net>>. [senha: “maqpar”]. Acesso em: 16 set. 2014.

um recorte de cada tabela, enquanto os resultados completos da análise podem ser conferidos nos capítulos 3 e 4 deste relatório.

Na primeira tabela, há informações pessoais sobre cada entrevistado, como: sexo, data de nascimento, aldeia de residência em 2015, local de nascimento, função no CECI⁴, tempo de contrato, papel na comunidade, se a pessoa tem filhos ou netos matriculados no CEII/CECI e os nomes dessas crianças (só para os casos de crianças efetivamente matriculadas). Nota-se que, à cada indivíduo, foi atribuído um número de identificação que permite associá-lo aos seus dados correspondentes, sem que seu nome seja revelado. Nestes casos, o nome fica numa coluna oculta.

Imagem meramente ilustrativa

Ind	sexo	Data Nasc	2015 Aldeia	Nasc Aldeia	Cargo CECI	Tempo de contrato	Papel na Comunidade	tem filhos no CECI	nomes dos filhos	tem netos no CECI	nomes dos netos
1746 m		23/04/1985	Tenonde	Tenonde Porã,	coordenador e 6 anos (monitor educar liderança			sim	Veronica Martins Vi	não	0
1042 m		28/08/1960	Pirau	Palmeirinha, C	Coordenador (4 anos		liderança	não	0	sim	Valéria Gabriel Lim
2105 f		06/11/1991	Krukutu	Boa Vista, Uba	auxiliar escola 5 meses			não	0	não	0
1690 m		01/01/1945	Itakupe	N/A	N/A	cacique de Itakupe		não	0	sim	Gustavo Gabriel Ma
2142 m		13/08/1960	Krukutu	Mato Quemac	n/a		liderança/vigilante	sim	Aguinaldo Miller Xa	não	0
1227 f		14/10/1975	Pirau	Palmeirinha, C	auxiliar de coo 3 anos			sim	Shirley Araújo da Silve	sim	Liedson Mariano Go
2170 f		26/04/1982	Krukutu	Boa Vista, Uba	monitor educa 2 anos			sim	Josiane dos Santos	não	0
2114 f		09/03/1988	Krukutu	Krukutu, São P	auxiliar de coo 10 meses			sim	Karanny Bentze;	f não	0
1608 f		08/11/1983	Tenonde	Palmeirinha, M	Auxiliar da Co; 6 meses (monitora edu			sim	Cristiane Gonçalves	não	0
1813 f		24/07/1958	Ytu	N/A			Liderança e Professora di	não	0	não	0
1375 m		16/10/1989	Tenonde	Tenonde Porã,	monitor educa 7 anos			sim	Danielly Francisca d	não	0
2134 m		08/12/1986	Krukutu	Casolvel, PR	monitor de inf 1 mês			sim	Clebson Borges da	não	0
1620 m		10/11/1988	Tenonde	Pirihai, Espigão	coordenador c 6 meses; monitor educ		liderança	não	0	não	0
1413 m		21/06/1975	Tenonde	Campo Grande	Chefe da limo; 5 anos			não	0	não	0
1384 m		13/05/1963	Tenonde	Rio Silveira, Sã	cacique há um n/a		cacique	sim	Luana Tibes de Lima	sim	Kayen Pires dos San
2065 m		01/07/1990	Tenonde	Pirihai, Espigão	monitor educa 7 meses			não	0	não	0
1345 m		29/09/1981	Tenonde	Tapini, Nova Li	monitor educa 10 meses			sim	Jonathan Fernandes	não	0
2384 m		03/05/1963	Ytu	N/A	N/A		Cacique da Ytu	não	0	não	0
1314 f		23/10/1988	Tenonde	Tenonde Porã,	monitor educa 7 anos			sim	Igor Martins Verissi	não	0
2125 f		27/11/1975	Krukutu	Tapini, Nova Li	auxiliar de coo 1 ano			não	0	sim	Caio Borges; Cleibor
2103 f		08/09/1977	Krukutu	Palmeirinha, M	monitor educa 3 anos			não	0	sim	Geisi; Gabriel do Sil
1383 m		26/01/1990	Tenonde	Itaoca, Mongaj	monitor educa 1 ano		filho do cacique	sim	Kayen Pires dos San	não	0
1013 f		17/12/1981	Tenonde	Tenonde Porã,	professora da i n/a		liderança	não	0	não	0

A segunda tabela apresenta informações que visam descrever e/ou avaliar os processos de seleção dos educadores, coordenadores e auxiliares dos CEII/CECI; as expectativas concernentes aos educadores (qualidades esperadas dos professores); o trabalho realizado pelos educadores; a Formação Continuada oferecida aos funcionários dos CEII/CECI; as expectativas relativas ao Curso de Formação Inicial; o que se espera da equipe de coordenação dos CEII/CECI; o trabalho realizado por essa equipe; as expectativas relativas à Formação Inicial dos coordenadores.

Imagem meramente ilustrativa

Escolha de professores, coord Aux	Qualidades dos professores	Aval Docent	Aval Form Contr	Expect Form Inicial	qualidades coord	aval Coord	expect Form inicial coord
ajudava nas atividades de artesanato; escolh	paciência; saber cuidar das crian	bom	nunca participou	aprender como cuidar	Falar bem; saber com	bom	Não sabe
ajudava nas atividades de recreio nas férias;	paciência; gostar muito do que f	médio	ruim	aprender a dar aula; ap	saber conversar com	bom	aprender sobre qual é seu pa
chamado pelo Tupã, coordenador educacion	saber ensinar as crianças; propo	bom	não sabe	estudar sobre educação;	não sabe	bom	não sabe
chamado pelo Tupã, coordenador educacion	cuidar das crianças dos outros cr	bom	bom	conduzir os estudos; es	não sabe	bom	não sabe
Convidada pela Iera	paciência, amor pelas crianças;	médio	não sabe	aulas que permitam re	ter liderança; nem se	não sabe	aprender sobre administração
demonstrou interesse em trabalhar no CECI	saber fazer brincadeiras; ensina	médio	bom	ter um reconhecimento	apoiar os monitores	médio	não sabe
escolha do cacique e de funcionários do CECI	gostar de conviver com as crianç	bom	médio	conduzir escolaridade;	ser pontual. Agir com	bom	aprender atividades administ
escolha em reunião	demonstrar que cuida bem dos	médio	médio	conduzir escolaridade;	Agir como cacique;	médio	aprender a falar bem com os
escolha em reunião	paciência; saber como ensinar a	bom	bom	aprender a ensinar onl	explicar bem para os	bom	Não sabe
escolha em reunião; indicação do xeremôju	ter conhecimento sobre cultura	bom	bom	aprender mais sobre a	conversar com as pes	bom	Não sabe
escolhido pelas lideranças	ser paciente	médio	não sabe	ter curso de audiovisua	saber conversar; se u	bom	não sabe

A terceira tabela mostra as expectativas e a avaliação concernentes à supervisão dos CEII/CECI; as sugestões de melhoria e a avaliação relativas à atuação da SME-SP; as expectativas e a avaliação concernentes à aprendizagem das crianças matriculadas nos CEII/CECI; os

4 A tabela contém o rótulo “cargo”, mas, na verdade, trata-se de função. Todos os campos preenchidos com N/A correspondem a pessoas que não trabalham nos CEII/CECI.

conhecimentos que as crianças devem adquirir em outros espaços externos aos CEII/CECI, por exemplo, no ambiente doméstico e nas casas de rezas.

Imagem meramente ilustrativa

expect Supervisão	aval supervisão	sugest SME-SP	aval SME-SP	expect Aprend Crianças	aval Aprend Crianças	conhec Fora do CECI
Imagem meramente ilustrativa						
Supervisionar o trabalho dos funcionários	médio	Faltam recursos para as atividades	médio	aprender a fazer artesanato	médio (faltam materiais)	as crianças aprendem coisas
Anotar e encaminhar o que as lid	bom	Precisa resolver demandas;	médio	usar e valorizar a língua	bom	primeiro, as crianças pequ
estar mais presente	bom	nenhuma	bom	desenvolver coordenação r	bom	não sabe
Os próprios Guarani deveriam re	ruim	Fornecer transporte escolar	médio	aprender bem a língua guar	médio	os cantos, as danças e reza
estar mais presente, sobretudo,	médio	precisa melhorar a comunic	não sabe	desenvolver coordenação r	ruim	não sabe
não sabe	bom	não sabe	bom	aprender a ler e escrever; aj	médio	não
estar mais presente	médio	quando o CECI foi criado fun	ruim	fazer solar, comidas tradici	bom	as crianças devem ser ensi
estar mais presente,	médio	nenhuma	bom	fazer brincadeiras.	bom	não sabe
estar mais presente na aldeia; co	ruim	garantir os recursos para qu	ruim	aprender a respeitar as out	médio	Os pais precisam incentiva
não sabe	não sabe	não sabe	não sabe	fazer desenhos; pois a alfab	bom	não sabe
estar mais presente em cada CEC	bom	não sabe	bom	aprender a escrever em gu	bom	não sabe
não sabe	não sabe	providenciar materiais para	bom	aprender a falar guarani e s	bom	não sabe
Assim como os Guarani respeitam	bom	Assumir o CECI como um cor	médio	Aprender sobre a culinária;	médio	os conhecimentos que são
estar mais presente; orientar ber	bom	não deixar faltar alimento	bom	ensinar sobre as duas língu	ruim	não sabe
Participar do preenchimento da f	ruim	regularizar o pagamento do	médio	plantio, levar para a casa de	bom	Em casa, as crianças e os jo
fazer reuniões no CECI para conh	bom	As pessoas da SME dão bast	médio	iniciar a alfabetização. As c	médio	multas atividades que são
Estar mais presente em cada CEC	não sabe	providenciar recursos ou tra	médio	realizar atividades de plant	ruim (A aprendizagem c	em casa e na casa de rezas
conhecer e respeitar a cultura gu	ruim	manter o recreio nas Férias	bom	fazer brincadeiras tradicion	médio	não sabe
acompanhar mais o trabalho dos	bom	não sabe	médio	alfabetizar em língua guar	bom	não sabe
estar mais presente	bom	nenhuma	bom	ser alfabetizada	bom	não sabe
não sabe	não sabe	regularizar o pagamento	ruim	estudar só em guarani; faz	médio	é importante que as crianç
acompanhar de perto o que acom	não sabe	precisa de materiais para as	médio	aprender a escrever em gu	médio	as crianças precisam ir à m

A próxima tabela contém informações sobre a alimentação servida nos CEII/CECI; os aspectos positivos dos CEII/CECI; as expectativas de mudanças e melhorias, assim como sugestões de atividades que poderão ser incorporadas ao programa dos CEII/CECI, na perspectiva de ampliar o atendimento, sobretudo, aos jovens e adultos das comunidades.

Imagem meramente ilustrativa

Expect Alimentos	Aval Alimen	aspect Positivos CECI	Expect Mudanças	sugest Atividades
Imagem meramente ilustrativa				
amendoim, mel, canjica e fuba;	media	a aprendizagem das crian	Realizar o curso de formação	ter atividades no CECI que cor
Alimentos frescos. Não pode t	médio	o uso exclusivo da língua	ter equipamentos no próprio	atividades de xondaro; oficina
não sabe	bom	o trabalho coletivo	regularizar o pagamento	não sabe
banana verde cozida; mandioc	médio	alimentação deve continu	é necessário fazer um cardá	trabalho com cerâmica (argila
não sabe	bom	as crianças gostam do CEC	os educadores precisam de u	alfabetização para jovens e ad
jopara, xipa, canjica com frang	médio	atividades de artesanato.	regularizar o pagamento de s	não sabe
fuba, trigo para xipa, pois não	bom	O CECI tem uma boa rela	SME acompanhar mais de per	não sabe
não sabe	bom	não sabe	regularizar pagamentos; cuid	não sabe
fuba, mbeju com mel, trigo pa	media	O CECI não exclui as pess	Regularizar o pagamento e m	oficinas de cestas e colares co
não sabe	bom	a alimentação do CECI é n	A proposta pedagógica e cult	não sabe
não sabe	bom	ter uma educação especif	nenhuma	mutirões para os jovens cuida
verduras	bom	tudo é bom	fazer a manutenção periódica	cursos de artes plásticas para
milho fresco e seus derivados.	bom	as atividades para as criar	Precisa regularizar o pagame	Oficinas de artesanato para as
não sabe	bom	alimentação; quando as c	Quando os mais velhos trabal	Educação para jovens e adulto
O alimento sempre tem que e	media	não sabe	reformatar a estrutura do CECI,	Caminhadas pela mata para co
alimentos orgânicos; aliment	ruim	não sabe	precisa ter uma formação inic	brincadeiras tradicionais para
comidas frescas, não enlatada	bom	alimentos frescos, não en	regularizar o pagamento; gar	fazer plantio com os jovens e
ter apenas alimentos frescos e	médio	o Programa Recreio nas F	não sabe	ter quadra poliesportiva e pis

A próxima tabela traz informações sobre a distribuição de renda nas aldeias do Município de São Paulo. Nesta tabela, é considerada apenas a renda obtida por meio dos salários dos funcionários dos CEII/CECI, pois o objetivo do levantamento foi analisar o peso desses salários na distribuição de renda, excluindo outras fontes de renda, como: a venda de artesanatos, aposentadorias, bolsa família, bolsa escola etc. A tabela informa a aldeia em que cada funcionário mora e trabalha, a sua função no CEII/CECI e quantas pessoas dependem, diretamente, do seu salário. A coluna identificada como “marca” permite identificar aqueles funcionários que também exercem papéis de liderança política e/ou religiosa nas suas comunidades, pois foi observada uma relação significativa

entre o trabalho nos CEII/CECI e o exercício da liderança política e/ou religiosa nas aldeias. Isto é, mais de um terço dos funcionários dos CEII/CECI também são reconhecidos como lideranças religiosas e políticas nas suas comunidades. Além disso, foi verificado que as lideranças são responsáveis pelo sustento de um número maior de pessoas, como pode ser observado nos casos daquelas que têm cerca de 20 dependentes.

Imagem meramente ilustrativa

Ind	2015 Aldeia	Cargo CECI	marca	✓ pessoas que dependem
1131	Jaraguá, São Paulo, SP	auxiliar da coord. Pedagógica	<input checked="" type="checkbox"/>	7
1825	Jaraguá, São Paulo, SP	auxiliar escolar	<input checked="" type="checkbox"/>	3
1884	Tenonde Porã, São Paulo, SP	auxiliar escolar (trabalhou como voluntário 2 anos; e sem contrato 1 ano	<input checked="" type="checkbox"/>	9
1042	Jaraguá, São Paulo, SP	Coordenador Cultural	<input checked="" type="checkbox"/>	17
2074	Krukutu, São Paulo, SP	coordenador cultural	<input checked="" type="checkbox"/>	7
1620	Tenonde Porã, São Paulo, SP	coordenador cultural	<input checked="" type="checkbox"/>	2
1746	Tenonde Porã, São Paulo, SP	coordenador educacional	<input checked="" type="checkbox"/>	6
1044	Jaraguá, São Paulo, SP	coordenador educacional	<input checked="" type="checkbox"/>	20
2108	Krukutu, São Paulo, SP	coordenador educacional	<input checked="" type="checkbox"/>	5
1061	Jaraguá, São Paulo, SP	Monitor Educacional	<input checked="" type="checkbox"/>	7
1241	Jaraguá, São Paulo, SP	Monitor Educacional	<input checked="" type="checkbox"/>	4
2065	Tenonde Porã, São Paulo, SP	monitor educacional	<input checked="" type="checkbox"/>	6
1383	Tenonde Porã, São Paulo, SP	monitor educacional	<input checked="" type="checkbox"/>	25
1743	Jaraguá, São Paulo, SP	Monitor Educacional	<input checked="" type="checkbox"/>	9

Convém também apontar que, na continuação desta tabela, aparece parte dos funcionários dos CEII/CECI que não exercem um papel de liderança nas comunidades. É possível perceber que muitos deles desempenham as funções de auxiliares de cozinha e de limpeza, embora a lista completa desses funcionários também incluía monitores educacionais e de informática mais jovens.

Imagem meramente ilustrativa

Ind	2015 Aldeia	Cargo CECI	marca	✓ pessoas que
1573	Tenonde Porã, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	5
1165	Jaraguá, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	5
1214	Jaraguá, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	8
1227	Jaraguá, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	4
1502	Tenonde Porã, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	12
1539	Tenonde Porã, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	5
1553	Tenonde Porã, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	11
1593	Tenonde Porã, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	8
1728	Jaraguá, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	4
2114	Krukutu, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	6
2125	Krukutu, São Paulo, SP	auxiliar de cozinha	<input type="checkbox"/>	7
2105	Krukutu, São Paulo, SP	auxiliar escolar	<input type="checkbox"/>	3
1413	Tenonde Porã, São Paulo, SP	Chefe da limpeza (já trabalhou também como ajudante de limpeza	<input type="checkbox"/>	5

Além das informações obtidas por meio dos questionários, também foi feito um levantamento das relações de parentesco de cada funcionário dos CEII/CECI e de todas as crianças na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, matriculadas e não matriculadas no CEII/CECI. O mapeamento dessas relações foi realizado por meio de entrevistas e também foram utilizadas duas listas produzidas pelas equipes da Secretaria Municipal de Saúde (SMS-SP) atuantes nas TIs Jaraguá e Tenonde Porã.

A lista fornecida pela equipe de saúde da TI Jaraguá contém os nomes, data de nascimento e nome da mãe de todos os moradores dessa Terra Indígena, organizados por unidade residencial. No caso da TI Tenonde Porã, a equipe de saúde estava em processo de recadastramento de todos os moradores, portanto, forneceu um levantamento preliminar que continha apenas os nomes dos moradores e suas datas de nascimento, com uma divisão por unidade residencial, que não identificava o grau de parentesco entre os indivíduos listados. Cabe mencionar que os dados fornecidos

pelas equipes da SMS-SP contribuíram muito para esta investigação, porém foram insuficientes para identificar as relações de parentesco nessas aldeias, motivo pelo qual parte considerável da pesquisa de campo foi dedicada à coleta e à organização desses dados.

Em acréscimo a essas informações, também foi produzido um levantamento que permite saber quais crianças, na faixa etária de 0 a 6 anos de idade, estão matriculadas no CEII e quais não estão. A partir desta pesquisa, realizamos entrevistas com seus familiares para conhecer os fatores que motivam cada situação. A próxima tabela apresenta algumas informações sobre as crianças que estudam nos CEII/CECI: o número de identificação de cada aluno; os números de identificação da mãe e do pai; a sua data de nascimento; a aldeia em que nasceu; a aldeia onde mora atualmente; e a unidade do CEII/CECI onde estuda. Nestes casos, JG e TP correspondem aos CEII/CECI Jaraguá e Tenonde Porã.

Imagem meramente ilustrativa

Ind	Mae	Pai	Data Nasc	Nasc Aldeia	2015 Aldeia	estuda no ceci
1134	1134		30/05/2009	Parati Mirim, Paraty, RJ	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1142	1061	1120	01/08/2012	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1143	1061	1120	12/03/2010	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1182	1183	1180	26/10/2014	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1194	1169	1193	19/02/2014	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1198	1195	1165	10/12/2012	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1204	1196	1197	09/03/2012	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1208	1207		25/09/2010	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1224	1223		21/12/2012	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1235	1227	1234	12/08/2009	Tenonde Porã, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1257	1255		04/04/2011	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1262	1256	1259	21/03/2011	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1277	1276	1275	24/01/2014	Rio Branco, Itanhaem, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1291	1117	1288	26/09/2010	Aguaçu, Mongaguá, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1292	1117		04/10/2013	Jaraguá, São Paulo, SP	Jaraguá, São Paulo, SP	JG
1311	1302	1306	06/05/2012	Tenonde Porã, São Paulo, SP	Tenonde Porã, São Paulo, SP	TP
1315	1314		11/06/2012	Tenonde Porã, São Paulo, SP	Tenonde Porã, São Paulo, SP	TP

Nesse sentido, convém salientar que o investimento na obtenção e na análise desses dados justificou-se, à medida que as informações de parentesco contribuíram para entender os fatores que influenciam a matrícula e a participação das crianças nos CEII, os processos de escolha e de capacitação dos funcionários dos CEII/CECI e aspectos fundamentais da organização social e política guarani, que influenciam diretamente o funcionamento dos CEII/CECI e as relações dessas unidades com outras dinâmicas das aldeias. O mapeamento das relações de parentesco também permitiu elaborar uma lista com os nomes, data de nascimento e local de residência de todas as crianças matriculadas nos três CEII/CECI. A lista também contém os nomes e aldeia de residência dos seus parentes próximos (pai, mãe, avós, tias e tios). A expectativa é que este levantamento possa contribuir para o trabalho dos profissionais de saúde e educação que atuam nas aldeias, na medida em que permite identificar uma rede de pessoas relacionadas a cada criança, favorecendo, assim, ações que envolvam não apenas a criança, mas também seus familiares. Estas informações poderão também subsidiar ações que visam a uma integração maior entre os projetos educacionais e as comunidades atendidas.

3. Entrevistas com agentes públicas

A avaliação diagnóstica também previa a realização de entrevistas com profissionais não indígenas que atuam ou atuaram junto aos CEII/CECI. Nesse sentido, a SME-SP forneceu uma lista com os nomes e os contatos desses profissionais. Cabe mencionar que todos os profissionais indicados pela SME-SP foram vinculados à SME-SP ou às DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá, em algum momento correspondente ao período de 2004-2015. A essa lista foram acrescentados, por indicação dos Guarani, os nomes de profissionais que atuaram na ONG Opção Brasil, órgão gestor responsável pelos três CEII/CECI (2011-2015). Ao todo, foram identificados 12 profissionais, porém apenas 10 concordaram em participar das entrevistas.

Para garantir condições equânimes na realização das entrevistas com todos os profissionais não indígenas, foi elaborado e enviado a cada participante um questionário contendo 46 perguntas, a serem respondidas por escrito. Além de perguntas sobre a avaliação dos CEII/CECI, o questionário também contém itens que visam obter informações sobre a função que cada profissional exerceu, junto aos CEII/CECI, e sobre a sua formação e o preparo que teve para atuar num programa de educação escolar infantil indígena. Todas as respostas ao questionário foram organizadas num banco de dados específico e incorporadas à avaliação diagnóstica, em seções que acompanham a análise dos dados coletados com os entrevistados guarani. Um modelo do questionário utilizado nessas entrevistas encontra-se ao final deste capítulo.

O objetivo principal dessas entrevistas era reunir informações que complementassem os dados coletados junto aos colaboradores guarani, uma vez que os profissionais atuantes nos órgãos públicos ou na entidade conveniada ocupam um lugar distinto dos Guarani, no âmbito do sistema público de ensino e na implementação das políticas educacionais. Seu papel no sistema de ensino também lhes permite acumular um conhecimento aprofundado do funcionamento desse sistema e dos problemas legais e administrativos envolvidos na gestão de políticas e programas educacionais.

Assim como ocorreu com os entrevistados guarani, foi assegurado aos entrevistados não indígenas as mesmas condições de sigilo, na apresentação dos conteúdos das suas entrevistas. Por isso, são identificados, ao longo do relatório, como agentes públicos, ou melhor, agentes públicas, considerando que oito das dez entrevistadas são do sexo feminino.

No terceiro capítulo deste relatório, apresentaremos algumas informações gerais sobre os funcionários guarani dos três CEII/CECI, com o objetivo de traçar um perfil das pessoas que atuam nessas unidades. Do mesmo modo, convém apresentar aqui algumas informações sobre as agentes públicas⁵ que atuam ou atuaram junto aos CEII/CECI e que participaram desta avaliação diagnóstica.

O envolvimento destas profissionais nos CEII/CECI se deu por meio de diferentes vínculos institucionais. Duas delas atuaram na gestão dos CEII/CECI, por meio da ONG Opção Brasil, e três assumiram funções de coordenação geral/supervisão⁶ dos CEII/CECI, sendo que uma delas

5 As duas representantes da ONG Opção Brasil não são, a rigor, agentes públicas, mas foram incluídas nesta categoria. Ademais, identificar as profissionais dos órgãos públicos e da ONG conveniada como profissionais não indígenas também não engloba a totalidade delas, pois uma das profissionais é do povo Pankará e outro é do povo Puri.

6 A denominação desta função mudou, ao longo da existência dos CEII/CECI.

também trabalhou como Supervisora Escolar na DRE Capela do Socorro. As demais profissionais atuaram em diferentes funções na SME-SP, dentre elas: na Chefia de Gabinete e como Secretária de Educação; na DOT Educação Infantil (atualmente Divisão de Educação Infantil), como Assistentes Técnico Educacionais (ATE) ou como Diretora da Divisão; e no Núcleo de Educação Étnico-Racial da SME-SP, como ATE ou Diretora do Núcleo.

O período de atuação dessas profissionais varia muito, como podemos ver na próxima tabela. A tabela também informa as unidades dos CEII/CECI em que cada entrevistada atuou. As siglas TP, KK e JG correspondem a Tenonde Porã, Krukutu e Jaraguá.

Função	CEII/CECI	Período
Coordenador Administrativo do Órgão Gestor	TP, KK, JG	2011-2015
Coordenadora Pedagógica do Órgão Gestor	TP, KK, JG (ant.); JG (atual)	2011-2015
Coordenadora Geral/Supervisão	JGw	2002-2013
ATE Divisão de Educação Infantil (SME-SP)	TP, KK, JG	2003-2008; 2013 atual
ATE Divisão de Educação Infantil (SME-SP)	TP, KK, JG	2009-2012
Diretora da Divisão de Educação Infantil (SME-SP)	TPw, KK, JG	2003-2004; 2013 atual
Diretora do Núcleo de Educação Étnico-Racial (SME-SP)	TP, KK, JG	2010-2013
Coordenador Geral/Supervisão; ATE do Núcleo de Educação Étnico-Racial (SME-SP)	JG (ant.); TP, KK, JG (atual)	2003-2015; 2015 atual
Coordenadora Geral/Supervisão; Supervisão Escolar DRE Capela do Socorro	TP e KK	2004-2008; 2014-2016
Chefe de Gabinete; Secretária de Educação (SME-SP)	TP, KK, JG	2002-2003; 2003-2004

As entrevistas com essas profissionais também contemplaram questões referentes à sua formação acadêmica e às suas experiências anteriores na área de educação. Essas informações permitiram perceber que as profissionais responsáveis pela gestão e pela implementação desse programa de Educação Escolar Infantil Indígena têm longas trajetórias na área educacional e uma formação acadêmica diversificada e de alto nível. A próxima tabela apresenta essas informações. Cabe apontar que as experiências na área de educação aqui consideradas são anteriores à atuação nos CEII/CECI.

Agente	Graduação	Pós-Graduação	Experiência na Educação
1	Pedagogia	Mestrado em Educação	Desenvolveu cursos sobre a inclusão da Temática Indígena em sala de aula
2	Pedagogia	Mestrado em Educação; Especialização em Educomunicação; Antropologia da Educação	27 anos como Professora e Coordenadora na Educação Básica e em cursos de Formação de Professores
3	Geografia	Especialização em Educação Escolar Indígena; Ecologia, Arte e Sustentabilidade; Gênero e Diversidade na Escola	18 anos como Professora na Educação Básica
4	Ciências Sociais	Mestrado e Doutorado em Educação; Especialização em Gestão Pública Municipal	15 anos como Professora de Educação Infantil e 10 meses como Coordenadora Pedagógica
5	Ciências Sociais	Doutorado em Educação	Gestora nas Secretarias de Educação Municipal e Estadual e em outras instituições
6	Pedagogia	Mestrado em Educação; Especialização em Psicopedagogia; Educação em Saúde Pública; Violência Doméstica; Educação Especial; Vigilância Alimentar e Nutricional para a Saúde.	21 anos como Professora, Diretora e Coordenadora Pedagógica na Educação Básica
7	Pedagogia	Mestrado em Educação	20 anos como Professora, Coordenadora Pedagógica e Supervisora Escolar na Educação Básica
8	Ciência da Computação; Teologia		Desenvolveu cursos e Projetos Pedagógicos sobre a Temática Indígena em sala de aula.
9	História	Mestrado em Educação	3 anos como Professor na Educação Básica
10	Ciências Sociais, Serviço Social; Pedagogia	Especialização em Educação Étnico-Racial	25 anos como Professora, Diretora e Supervisora Escolar na Educação Básica; Coordenadora de Projetos Educacionais em Cabo Verde

As entrevistas também abarcaram informações sobre as experiências anteriores de atuação com povos indígenas. Nesse sentido, observamos que duas entrevistadas são indígenas e têm percursos de pesquisa e militância nessa área. Uma delas, atuante no órgão gestor dos CEII/CECI, é do povo Pankará de Pernambuco, trabalhou também com os Kalapalo no Alto Xingu, é militante dos movimentos indígenas e desenvolveu materiais didáticos e cursos sobre a implementação da Lei n. 11.645/08, que estabelece a inclusão da temática indígena nos currículos da Educação Básica. O outro profissional indígena atuou na coordenação/supervisão do CEII/CECI Jaraguá e trabalha atualmente no Núcleo de Educação Étnico-Racial da SME-SP. Ele faz parte do povo Puri de Minas Gerais e atua no Movimento de Ressurgência Puri, grupo que pesquisa e compartilha conhecimentos sobre a cultura puri e articula os membros desse povo, dispersos em diferentes localidades. Ele também participou do movimento de resistência dos integrantes da Aldeia Maracanã, uma aldeia pluriétnica formada no local do antigo Museu do Índio na Cidade do Rio de Janeiro, e trabalhou com os Guarani e Kaiowa, no Mato Grosso do Sul.

O coordenador da ONG Opção Brasil, órgão gestor dos três CEII/CECI entre 2001-2015, tem uma experiência de 18 anos de envolvimento com os movimentos indígenas, sobretudo, com os povos indígenas em contexto urbano e na área de políticas públicas. Ele também desenvolveu cursos de Formação de Professores e Projetos Pedagógicos, voltados à implementação da Lei n. 11.645/08.

Duas profissionais vinculadas à SME-SP também tiveram experiências de trabalho com povos indígenas, anteriores à sua atuação junto aos CEII/CECI. Uma delas trabalhou, na década de 1980, com os Yanomami, no programa: “Os impactos do Projeto Calha Norte nas Terras Indígenas Yanomami”. A outra entrevistada trabalhou na Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), órgão criado durante a gestão de Franco Montoro, no governo de São Paulo, que atuou na demarcação de Terras Indígenas nesse estado.

Uma das profissionais que atuou na gestão e na supervisão dos CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu tinha trabalhos anteriores com os Guarani, nas áreas de educação e proteção aos direitos da criança. As demais profissionais informaram que as suas experiências junto a povos indígenas tiveram início com a sua participação nos CEII/CECI.

4. Avaliação coletiva dos resultados da Pesquisa

Ao final da pesquisa, quando todos os dados quantitativos e qualitativos haviam sido coletados, organizados e analisados, os resultados finais da avaliação diagnóstica foram apresentados nas três comunidades atendidas pelos CEII/CECI. As reuniões de apresentação desses resultados ocorreram nas próprias unidades dos CEII/CECI Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu, com a presença de educadores e lideranças das comunidades. O objetivo dessas reuniões não era somente divulgar os resultados da avaliação, mas também submeter a análise dos dados à crítica dos educadores e lideranças guarani, para que pudessem apontar eventuais problemas e sugestões de aprimoramento. As reuniões também permitiram que as propostas apresentadas anteriormente pelos Guarani, em entrevistas individuais e reuniões, fossem reexaminadas por eles. Por conta desse processo de apresentação, discussão e reavaliação coletiva dos resultados da pesquisa, é possível afirmar, com segurança, que os conteúdos apresentados nesta avaliação diagnóstica, assim como as propostas de melhoria assinaladas, são fiéis às informações, experiências e expectativas explicitadas pelos Guarani durante a pesquisa.

Também cabe apontar que os resultados da avaliação foram apresentados num seminário interno, realizado na SME-SP, no dia 26 de abril de 2016. Participaram do seminário membros do Núcleo de Educação Étnico-Racial e da Divisão de Educação Infantil da Coordenação Pedagógica da SME-SP; profissionais das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá, representantes dos dois órgãos gestores dos CEII/CECI (o Centro de Apoio à Saúde e Assistência Social e o Instituto Rogacionista Santo Aníbal) e uma representante da UNESCO, além de outros profissionais da educação.

5. Modelos dos questionários usados nas entrevistas

5.1 Questionário utilizado nas entrevistas nas Aldeias

Informações Confidenciais
Nome: _____
Número de Identificação: _____
Aldeia: _____
Função no CEII-CECI e/ou papel na comunidade: _____
Quanto tempo trabalha no CECI: _____

1. Como foram escolhidos os professores, coordenadores e auxiliares que trabalham no CECI?
2. Quais qualidades um professor precisa ter para trabalhar com crianças pequenas?
3. Qual sua opinião sobre o trabalho que os professores do CECI estão fazendo?
() Bom () Médio () Ruim
4. Qual sua opinião sobre as etapas anteriores do curso de Formação Continuada?
() Bom () Médio () Ruim
5. Quando tiver o curso de Formação Inicial dos Educadores do CECI, o que eles devem aprender nesse curso?
6. Quais qualidades uma pessoa precisa ter para trabalhar bem como coordenador(a) do CECI?
7. Qual a sua opinião sobre o trabalho dos coordenadores do CECI?
() Bom () Médio () Ruim
8. Quando tiver o curso de Formação Inicial dos Coordenadores do CECI, o que eles devem aprender nesse curso?
9. Como precisa ser o trabalho do/da supervisor(a) não indígena do CECI?
10. Qual a sua opinião sobre o trabalho do/da supervisor(a) não indígena do CECI?
() Bom () Médio () Ruim
11. Qual a sua opinião sobre o trabalho que a SME-SP está fazendo no CECI?
() Bom () Médio () Ruim
12. Você tem alguma sugestão de apoio que a SME-SP poderia dar para melhorar o CECI?
13. O que as crianças deveriam aprender no CECI?
14. Qual a sua opinião sobre o que elas estão aprendendo hoje no CECI?
() Bom () Médio () Ruim

15. Tem coisas que as crianças deveriam aprender em casa ou na opy que elas não devem aprender no CECI?
16. Quais alimentos as crianças deveriam comer no CECI?
17. Qual a sua opinião sobre a comida que é servida no CECI?
- () Boa () Média () Ruim
18. Quais são as coisas boas do CECI, que você acha que devem continuar?
19. Quais são as coisas negativas do CECI, que você acha que devem mudar?
20. Você tem sugestões de atividades que poderiam ser realizadas no CECI?
21. Você tem filhos ou netos que estudam no CECI? Quais seus nomes?
22. Quantas pessoas dependem do seu salário?

5.2 Questionário utilizado nas entrevistas com as agentes públicas

Questionário referente aos impactos dos CEII/CECI

Informações Gerais*
1. Nome:
2. CEII/CECI em que atua/atuou: () Jaraguá () Tenonde Porã () Krukutu
3. Cargo:
4. Quanto tempo você atua/atuou nos CEII/CECI ?
5. Como você foi selecionada/o ou indicada/o para atuar junto ao(s) CEII/CECI?
6. Você teve alguma formação específica para desenvolver esse trabalho? Caso afirmativo, por favor descreva essa formação.
7. Você teve alguma experiência anterior de trabalho com povos indígenas antes de atuar junto aos Guarani no(s) CEII/CECI? Caso afirmativo, por favor descreva essas experiências.
8. Há quanto tempo você atuou na área de educação antes de trabalhar no(s) CEII/CECI? Identifique o cargo que você ocupava e a instituição.
9. Que tipo de formação específica ou preparação você considera que seria necessária para o trabalho que você realiza/realizou?
Formação Acadêmica
10. Graduação: Área, ano de conclusão e instituição:
11. Pós-Graduação Lato Sensu/Stricto Sensu ou Especializações: Área, ano de conclusão e instituição:

* As informações gerais, contidas no quadro acima, serão utilizadas para traçar o perfil dos agentes não indígenas que atuam/atuavam junto aos CEII/CECI. As respostas às demais questões serão tabuladas e analisadas sem identificação, preservando o anonimato dos entrevistados.

1. Qual a sua opinião sobre o trabalho que os monitores educacionais dos CEII/CECI desenvolvem ou desenvolviam no período em que você trabalhou com eles?
() Bom () Médio () Ruim
2. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes ao trabalho desenvolvido pelos monitores educacionais?
3. Em sua opinião, que tipo de formação ou preparação específica os monitores educacionais deveriam ter para atuarem nos CEII/CECI?
4. Você participou de alguma etapa da Formação Continuada oferecida aos monitores educacionais e coordenadores dos CEII/CECI? Caso afirmativo, qual a sua opinião sobre essa Formação Continuada?
() Boa () Média () Ruim
5. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes à Formação Continuada?
6. Qual a sua opinião sobre o trabalho realizado pelos coordenadores educacionais do(s) CEII/CECI?
() Bom () Médio () Ruim
7. Qual a sua opinião sobre o trabalho realizado pelos coordenadores culturais do(s) CEII/CECI?
() Bom () Médio () Ruim
8. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes ao trabalho desenvolvido pelos coordenadores educacionais e culturais?
9. Em sua opinião, que tipo de formação ou preparação específica os coordenadores educacionais e culturais deveriam ter para atuarem nos CEII/CECI?
10. Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido pela supervisão de ensino dos CEII/CECI [anteriormente denominado/a Diretor(a) do CEII/CECI], no período em que você atuou nessas Unidades Educacionais ?
() Bom () Médio () Ruim
11. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes ao trabalho desenvolvido pela supervisão de ensino, no que diz respeito à atuação nos CEII/CECI?
12. Qual a sua opinião sobre a atuação das Diretorias Regionais de Educação, no que se refere aos CEII/CECI?
() Boa () Média () Ruim
13. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes à atuação das Diretorias Regionais de Educação, no que diz respeito aos CEII/CECI?
14. Qual a sua opinião sobre a atuação da SME-SP, no que se refere aos CEII/CECI?
() Boa () Média () Ruim
15. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes à atuação da SME-SP, no que diz respeito aos CEII/CECI?
16. Qual ONG atuava como Órgão Gestor dos CEII/CECI, no período em que você trabalhou junto ao(s) CEII/CECI?

17. Qual a sua opinião sobre o trabalho desenvolvido por essa ONG?
- () Bom () Médio () Ruim
18. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes à atuação dos Órgãos Gestores dos CEII/CECI?
19. Em sua opinião, quais deveriam ser os objetivos dos CEII/CECI, no que se refere à aprendizagem das crianças guarani de 0 a 6 anos de idade?
20. Quais conteúdos e atividades deveriam ser priorizados no cotidiano dos CEII/CECI para alcançar esses objetivos?
21. Tendo em vista, os objetivos, conteúdos e atividades explicitados acima, como você avalia a qualidade da educação escolar oferecida nos CEII/CECI?
- () Boa () Média () Ruim
22. Como você avalia a frequência dos alunos matriculados nos CEII/CECI?
- () Boa () Média () Ruim
23. Como você avalia a participação e o interesse desses alunos nas atividades realizadas nos CEII/CECI?
- () Boa () Média () Ruim
24. Você tem comentários, críticas ou sugestões sobre os efeitos dos CEII/CECI no desenvolvimento físico, cognitivo e sociocultural das crianças de 0 a 6 anos de idade?
25. Você tem sugestões de atividades que os CECI poderiam oferecer à população guarani de outras faixas etárias?
26. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes à relação que os CEII/CECI estabelecem com as comunidades em que estão inseridos e com as outras práticas educativas e culturais realizadas pelos Guarani?
27. Como você avalia a alimentação oferecida nos CEII/CECI?
- () Boa () Média () Ruim
28. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes à alimentação servida nos CEII/CECI?
29. Como você avalia a infraestrutura dos CEII/CECI?
- () Boa () Média () Ruim
30. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes à infraestrutura dos CEII/CECI?
31. Você tem comentários, críticas ou sugestões referentes aos equipamentos (audiovisuais e computacionais) ou materiais pedagógicos disponíveis nos CEII/CECI?
32. Você tem comentários, críticas ou sugestões sobre a relação dos CEII/CECI com outras Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino?
33. Você tem comentários, críticas ou sugestões sobre o papel dos CEII/CECI na divulgação de informações sobre povos indígenas na Cidade de São Paulo e no desenvolvimento de ações de combate à discriminação?
34. Em sua opinião, quais são os principais aspectos positivos dos CEII/CECI?
35. Em sua opinião, quais são os principais problemas dos CEII/CECI?





Capítulo 2

A Criação dos CEII/CECI e a Implementação de uma Política de Educação Escolar Infantil Indígena na Cidade de São Paulo

Introdução

Neste capítulo, descrevemos o contexto geral em que os CEII/CECI foram criados, ressaltando os elementos principais que fundamentaram as políticas públicas voltadas à educação escolar indígena após a Constituição Federal de 1988. Em seguida, tratamos do Decreto que cria os CEII/CECI e do Parecer do Conselho Municipal de Educação que aprova o funcionamento desses centros e estabelece as orientações básicas para o acompanhamento da implementação deles. A partir desse panorama, detalhamos as ações realizadas durante o primeiro ano dos CEII/CECI, período em que são definidos os objetivos gerais e as condições iniciais de funcionamento deles. Apresentamos também uma análise de todos os relatórios de atividades anuais elaborados pela equipe da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil e encaminhados ao Conselho Municipal de Educação, no período entre 2004 e 2015. Em seguida, abordamos a Proposta Político-Pedagógica dos CEII/CECI e o *Caderno de Orientações Curriculares: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas* (2012). Encerramos este capítulo com uma análise dos materiais impressos e audiovisuais criados pelos alunos e educadores dos CEII/CECI. Esses materiais incluem dois livros, *Nhandereko nhemombe'u tenonderã: histórias para contar e sonhar* (2007) e *Ceci: dez anos de história* (2015), além de produções resultantes dos projetos “Informática Educativa” e “Nas Ondas do Rádio” da SME-SP.

Convém destacar que a descrição apresentada nesta parte do relatório baseia-se integralmente na análise de documentos e materiais, já que todas as ações aqui contempladas correspondem a um período anterior à realização desta avaliação diagnóstica.

1. Contexto e antecedentes legais para a criação dos CEII/CECI

Os Centros de Educação Infantil Indígena (CEII), vinculados aos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI) constituem unidades de Educação Infantil voltadas ao atendimento de crianças indígenas guarani mbya, na faixa etária de 0 a 6 anos de idade. Nesse sentido, os CEII/CECI inserem-se no âmbito da Educação Escolar Indígena e, portanto, convém abordar a criação deles remetendo ao contexto mais amplo desta modalidade de educação e, mais especificamente, à legislação e às políticas públicas relacionadas a ela. Desse modo, apresentamos, a seguir, uma exposição sucinta de documentos legais que estabeleceram os parâmetros básicos da Educação Escolar Indígena no Brasil antes da criação dos CEII/CECI.

A Constituição Federal de 1988 foi o primeiro texto constitucional brasileiro a reconhecer aos povos indígenas o direito de desenvolver formas específicas e diferenciadas de educação e, portanto, é tomada como marco na definição da legislação e de políticas de Educação Escolar Indígena atualmente em vigor. Nesse sentido, o artigo 231 da Constituição Federal de 1988 estabelece:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

No que diz respeito especificamente à educação, o artigo 201 declara:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

E o segundo parágrafo do mesmo artigo ressalta:

O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A partir da Constituição, esse direito foi incorporado e melhor delineado em outros documentos oficiais, dentre eles: o Decreto Presidencial n. 26/91; a Portaria Interministerial n. 559/91; a Portaria do MEC n. 60/92; a Portaria do MEC n. 490/93; as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (1993); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96; os Parâmetros Curriculares Nacionais de Pluralidade Cultural (1997); o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998); a Resolução do MEC n. 3/99; o Parecer do MEC n. 14/99; o Plano Nacional de Educação (2001).

Cabe observar que, até a publicação do Decreto Presidencial n. 26/91, a responsabilidade pelos programas de educação indígena oficiais cabia à Fundação Nacional do Índio (Funai), mas, a partir do referido Decreto, essa responsabilidade é transferida ao Ministério da Educação (MEC), associando essa modalidade de educação à esfera das políticas públicas educacionais e não mais especificamente ao âmbito indigenista.

O que segue é um período de estruturação do sistema de Educação Escolar Indígena, especialmente, em âmbito federal. Nesse contexto, são redigidas as Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena (1993). E, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96

também tratará dos princípios, objetivos e meios de implementação da Educação Escolar Indígena, enfatizando o papel da União nesse processo. O artigo 78 dessa Lei estabelece:

O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I - Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - Garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias.

O artigo 79 da mesma Lei declara:

A União apoiará técnica e financeiramente os sistemas de ensino no provimento da educação intercultural às comunidades indígenas, desenvolvendo programas integrados de ensino e pesquisa.

§ 1º Os programas serão planejados com audiência das comunidades indígenas.

§ 2º Os programas a que se refere este artigo, incluídos nos planos nacionais de educação, terão os seguintes objetivos:

I – fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena;

II – manter programas de formação de pessoal especializado, destinado à educação escolar nas comunidades indígenas;

III – desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades;

IV – elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado.

§ 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais.

Convém também salientar que, após a publicação desta lei, a responsabilidade pela implementação das políticas de Educação Escolar Indígena começa a ser transferida aos estados e municípios, já que o desenvolvimento dos programas de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) é definido como atribuição desses níveis federativos. Isso, por sua vez, provocou a criação de núcleos dedicados especificamente à Educação Escolar Indígena no âmbito das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Nesse mesmo período, aumenta a demanda por formação de professores indígenas que atuarão nos programas recém-criados e, conseqüentemente, multiplicam-se cursos deste tipo, sejam em nível de magistério (Ensino Médio), sejam por meio de cursos superiores criados especificamente para atender a essa demanda⁷. O período imediata-

⁷ Para uma descrição detalhada desse processo de inserção de estudantes indígenas em cursos de magistério ou ensino superior, ver: Macedo Barroso, 2005; Grupioni, 2008; Souza Lima e Macedo Barroso, 2013; Ventura, 2015.

mente anterior à criação dos CEII/CECI é caracterizado pelos programas de implementação da legislação referente à Educação Escolar Indígena. Paralelamente, cresce o número de pesquisas acadêmicas que se dedicam à temática. Neste período também há um aumento na oferta de cursos de formação de professores indígenas, e os programas de Educação Escolar Indígena, de modo geral, multiplicam-se pelo país. Cabe notar, entretanto, que tais programas se concentram majoritariamente no nível de Ensino Fundamental. E, em 1998, é elaborado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas, que procura estabelecer diretrizes gerais para essas escolas.

Além de parâmetros legais e administrativos específicos à Educação Escolar Indígena, é importante destacar também a incorporação desta modalidade de educação em documentos que tratam do sistema nacional de ensino, em termos mais amplos. Assim o Plano Nacional de Educação entra em vigor em 2001, trazendo referências específicas, no que diz respeito à Educação Escolar Indígena. No mesmo período, o programa do Governo Federal "Parâmetros em Ação" procura difundir os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e, dentre eles, os PCNs de Pluralidade Cultural, que abordam o ensino da temática indígena nas escolas regulares, nos níveis do ensino fundamental e médio.

A partir desta breve exposição, cabe ressaltar que os CEII/CECI foram criados num contexto em que se observava a multiplicação de políticas públicas voltadas à Educação Escolar Indígena, porém, grande parte dessas iniciativas voltavam-se, estritamente, ao Ensino Fundamental ou à formação de professores para a atuação nas escolas indígenas. Portanto, uma política pública de Educação Escolar Indígena no âmbito da Educação Infantil, como foi instituída no Município de São Paulo, constituía uma iniciativa pioneira.

1.1 A criação dos CEII/CECI

Em 18 de fevereiro de 2004, a então prefeita do Município de São Paulo, Marta Suplicy, assinou o Decreto n. 44.389, criando três Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI). Os três CECI são: CECI Jaraguá, localizado no bairro do Jaraguá e vinculado à Coordenadoria de Educação da Subprefeitura de Pirituba; os CECI Krukutu e Tenonde Porã, ambos localizados no bairro de Parelheiros e vinculados à Coordenadoria de Educação da Subprefeitura de Parelheiros⁸. Ainda, de acordo com o Decreto, cada CECI contaria com os seguintes equipamentos: um Centro de Educação Infantil (CEI); uma biblioteca; varandas de leitura; e um Centro de Cultura Indígena.

Cabe apontar que o mesmo Decreto apresenta, em sua introdução, três considerações que fundamentam e justificam a criação dos CECI. A primeira diz respeito aos princípios da ação educativa: *“a participação, a descentralização, a autonomia e a inclusão das diferentes etnias”*. A segunda justificativa diz respeito à *“possibilidade, cada vez mais concreta, da perda da tradição indígena Guarani”*⁹.

8 Posteriormente, essas Coordenadorias de Educação foram transformadas em Diretorias Regionais de Educação (DRE). Atualmente, o CEII/CECI é vinculado à DRE Pirituba/Jaraguá, enquanto os CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu são vinculados à DRE Capela do Socorro.

9 Embora os Guarani Mbya vivam em Terras Indígenas com área diminuta e localizadas em contextos urbanos, que dificultam a realização de práticas associadas às suas dinâmicas sociais, culturais e econômicas, não é possível afirmar que isso resulte numa perda das suas tradições. Isso, porque estudos importantes, como os de Menget e Molinié (1993), Viveiros de Castro (1993), Lenclud (1994), Gallois (1988), Albert (2002) e Carneiro da Cunha (2009) mostram que as tradições não são meros conteúdos ou repertórios culturais dotados de estabilidade, cujo valor depende da sua transmissão em estado inalterado. As tradições, segundo esses autores, são práticas, modos de agir e formas criativas, que se

O terceiro ponto destaca o objetivo de oferecer à população indígena o acesso à “*informação, informática, biblioteca e à cultura indígena*”, por meio de um Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) integrado a um Centro de Educação Infantil (CEI). Tais Centros constituiriam um complexo único, cuja criação, desde o projeto arquitetônico ao projeto político-pedagógico, seria desenvolvida “*com a liderança indígena das aldeias atendidas*”.

Posteriormente, em 04 de novembro do mesmo ano, o Conselho Municipal de Educação (CME-SP) emite o Parecer n. 30/04¹⁰, aprovando o funcionamento de três Centros de Educação Infantil Indígena (CEII) vinculados aos CECI e localizados nas “*aldeias guarani Tenonde Porã, Krucutu e Jaraguá Ytu*”¹¹. O Parecer também destaca a necessidade de acompanhamento da implementação dos projetos dos CEII, devido às “*características diferenciadas da proposta*” e, portanto, estabelece que a Secretaria Municipal de Educação encaminhe ao CME-SP um relatório anual das atividades desenvolvidas no âmbito dessas Unidades Educacionais.

Outro ponto a sublinhar é que, desde a criação dos CECI, os Centros de Educação Infantil Indígena (CEII) são caracterizados nos documentos (Decreto n. 44.389 e Parecer n. 30/04) como um tipo específico de Centro de Educação Infantil (CEI), unidades de ensino já existentes quando da criação dos CEII/CECI e amplamente distribuídas pelo município.

Em abril de 2005, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo emite a Portaria n. 2.808/05, que estabelece orientações complementares, referentes ao Calendário de Atividades dos CEII/CECI. O primeiro parágrafo da Portaria afirma:

A organização curricular, os horários de funcionamento, a duração de cada período escolar e o Calendário de Atividades serão definidos, ouvida a comunidade indígena, respeitado o fluxo de atividades econômicas, sociais, culturais e religiosas, e observado a especificidade étnico-cultural de cada povo/ comunidade indígena.

O mesmo documento determina que o calendário de atividades dos CEII/CECI deve ser aprovado pela comunidade indígena e encaminhado à Coordenadoria de Educação para que seja analisado pelo Supervisor Escolar e homologado.

2. Elaboração inicial da proposta pedagógica dos CEII/CECI

Após a publicação do Decreto n. 44.389/04, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) contratou a consultoria antropológica da Pletora Ltda. para subsidiar a elaboração da Proposta Pedagógica dos CEII/CECI. No intuito de abordar esse processo, apresentaremos uma análise de todos os documentos produzidos pela consultoria Pletora Ltda., incluindo oito relatórios, atas de reuniões e os produtos das pesquisas realizadas com os Guarani, nesse período.

transformam ao longo do tempo e passam por processos ativos de seleção. Nisso, tratar as tradições como algo passível de perda significaria reduzi-las a objetos ou, então, congelá-las e negar-lhes o que têm de central: uma vitalidade capaz de criar e se recriar.

10 O Parecer foi publicado no Diário Oficial do Município em 13/11/2004, na página 15.

11 Nota-se que a referência às aldeias, assim como às Terras Indígenas onde estão localizadas, figura de modo variável nos documentos legais e relatórios produzidos pela Prefeitura, pelo CME-SP e pela SME-SP.

De acordo com o contrato celebrado entre a SME-SP, a Fundação Instituto de Administração e a Pletora Ltda., essa consultoria previa a realização de quatro ações básicas:

- a) A realização de um evento de capacitação e treinamento dos professores indígenas indicados pelas comunidades para atuarem nos CEII/CECI. Tal evento contaria com a participação de lideranças indígenas, antropólogos e outros especialistas. Além da capacitação para a atuação pedagógica, no âmbito da Educação Infantil indígena, tal evento contemplaria questões como: legislação ambiental e indigenista, técnicas em informática, audiovisual e gestão ambiental.
- b) A elaboração de materiais didáticos, compostos por textos e, possivelmente, produtos audiovisuais¹².
- c) A realização do “Seminário interno sobre os Guarani na Cidade de São Paulo”, voltado à capacitação dos profissionais não indígenas da Rede Municipal de Educação que atuam nas aldeias guarani em que se encontram os CEII/CECI. Tal capacitação abordaria quatro pontos principais: (1) história e religião guarani; (2) a situação atual dos povos indígenas no Brasil; (3) povos indígenas e o pensamento antropológico; (4) aspectos da prática indigenista no Brasil.
- d) O acompanhamento da implementação da proposta pedagógica resultante desses encontros; assessoria às Coordenadorias de Educação das Subprefeituras e aos professores e lideranças indígenas.

Em anexo ao primeiro relatório elaborado pela consultoria, são apresentadas informações sobre a demanda por Educação Infantil em cada aldeia. Consta que a Aldeia do Jaraguá era formada por 40 famílias e 55 crianças de 0-6 anos de idade, a Aldeia Tenonde Porã era formada por 620 pessoas, das quais 113 crianças de 0-6 anos e a Aldeia Krukutu tinha 53 crianças nessa faixa etária¹³.

Com base em reuniões e propostas apresentadas pelas lideranças guarani, a consultoria explicita que a proposta pedagógica dos CEII/CECI deve contemplar saberes sobre geografia e natureza e sobre história e a origem do mundo, de acordo com os conhecimentos guarani. Nesse sentido, são apontadas as seguintes sugestões de atividades educacionais: o aprendizado de trabalhos envolvendo o plantio, a pesca, a culinária, a construção de casas, o artesanato, danças, brincadeiras e o manejo da mata. A proposta inicial também previa o ensino de operações aritméticas básicas e o estímulo ao uso da língua guarani.

Já no início da consultoria da Pletora Ltda., as lideranças guarani apresentaram à equipe de consultores uma lista de pessoas guarani para atuarem nos CEII/CECI como monitores, professores, capacitadores e diretores. A partir de então, essas pessoas trabalharam com os antropólogos responsáveis pela consultoria nas pesquisas que subsidiaram a elaboração da proposta inicial de currículo dos CEII/CECI. Tais pesquisas se dividiram em quatro eixos principais:

¹² Durante a pesquisa, foram registradas narrativas, por meio do uso de gravadores, porém não foi feita a edição desse material para a composição de um produto audiovisual que pudesse ser utilizado nos CEII/CECI ou distribuído para outros fins.

¹³ Nesse relatório, não são apresentados dados sobre a população total das aldeias Jaraguá e Krukutu ou, tampouco, informações sobre o número de famílias nas aldeias Tenonde Porã e Krukutu.

- a) artesanato e cultura material;
- b) música, dança, brincadeiras e jogos infantis;
- c) cozinha e culinária;
- d) narrativas míticas, história e vida religiosa.

Em todas estas, previa-se a identificação de pessoas guarani que tivessem conhecimentos aprofundados dessas temáticas e que pudessem ser contratadas para a realização de oficinas específicas. Estava também previsto que essas pessoas poderiam ser das aldeias em que se encontram os CEII/CECI, ou de aldeias localizadas no litoral e no interior do Estado de São Paulo.

Os produtos dessas pesquisas também serviriam de base para a elaboração de materiais didáticos a serem utilizados nos CEII/CECI. Nesse sentido, os consultores apontaram que os textos produzidos seriam voltados a um público infantil de até 7 anos de idade, portanto, as histórias não deveriam ser muito extensas, deveria haver poucas palavras por página e muitas ilustrações, ao longo da publicação. Quanto à pesquisa relativa à culinária guarani, ela propunha a elaboração de um cardápio para a merenda a ser servida nos CECI¹⁴. A pesquisa também previa fornecer subsídios para a organização e a exposição de peças de cultura material e para a elaboração de materiais impressos que constituiriam parte do acervo dos Museus dos CECI.

Na elaboração da proposta pedagógica dos CEII/CECI, foram realizadas visitas dos educadores e lideranças guarani a unidades dos CEUs (Centros Educacionais Unificados) da Rede Municipal de Ensino, para que pudessem comparar os CEUs com os CECI, tendo em vista que os dois tipos de estabelecimentos, criados pelo mesmo governo, têm propostas com alguns pontos em comum e diferenciam-se em outros aspectos. Também foram realizadas visitas às escolas Vera Cruz e Micael¹⁵, com o objetivo de observar como essas escolas organizam os grupos de idade, as rotinas das crianças e as atividades pedagógicas. Segundo os relatórios de visitas, essas experiências visavam oferecer subsídios para pensar as rotinas escolares e as dinâmicas de atividades a serem realizadas com as crianças nos CEII/CECI, em comparação com o observado na Educação Infantil desenvolvida com crianças não indígenas.

Na ata de uma reunião realizada entre a equipe responsável pela consultoria e membros da SME-SP e das Diretorias Regionais de Educação (Parelheiros e Pirituba/Jaraguá), no dia 15 de março de 2004, foi estabelecido que os CECI deveriam oferecer atividades para **toda a população das três aldeias** e não apenas às crianças na faixa etária de 0-6 anos.

Em acréscimo, a ata do III Congresso Municipal de Educação, realizado entre os dias 29-31 de março de 2004 e anexada ao primeiro relatório elaborado pela consultoria, explicita que as lideranças guarani solicitavam que os CECI oferecessem alimentação a todas as crianças das aldeias e não apenas aos alunos matriculados, bem como funcionassem todos os dias, inclusive aos sábados e domingos. As lideranças das Aldeias Tenonde Porã e Krukutu também propuseram que os alunos dos CEII/CECI fossem divididos em dois grupos etários: 2-4 anos; 4-6 anos. Os alunos de 2-4 anos deveriam ter uma hora de atividades diárias, enquanto o segundo grupo tivesse três horas diárias de atividades¹⁶.

14 Na análise do conjunto completo de Relatórios Técnicos e materiais elaborados pela consultoria, não foi encontrada mais nenhuma menção a esse cardápio, indicando que essa proposta pode ter sido abandonada no início da consultoria.

15 Ambas são escolas particulares localizadas no Município de São Paulo.

16 Essa proposta de organização dos alunos por turmas de faixa etária, com horários diferenciados, não é retomada na Proposta Pedagógica apresentada como produto final pela equipe de consultores.

A ata também cita Olívio Jekupé, liderança da Aldeia Krukutu, que expõe que um dos objetivos dos CECI deveria ser combater a desnutrição infantil nas aldeias, contribuindo, assim, para diminuir as altas taxas de mortalidade de crianças nas três aldeias. Segundo a mesma ata, todas as lideranças presentes ao evento falaram dos problemas que enfrentavam, por conta da falta de regularização das Terras Indígenas, e indicaram que os CECI deveriam contribuir de algum modo para a demarcação destas áreas e para o encaminhamento de outras demandas junto aos órgãos públicos.

Em suma, a análise desses primeiros documentos, referentes a reuniões entre a SME-SP, a consultoria antropológica e os Guarani Mbya de três aldeias na capital paulista, evidencia a expectativa de que os CEII/CECI tivessem um papel de relevância social que não apenas ampliaria a ação educativa, mas teria como pressuposto, para a sua realização exitosa, a garantia de outros direitos fundamentais: alimentação, saúde, moradia, regularização fundiária etc. As recomendações constantes dos últimos relatórios técnicos apresentados pela consultoria antropológica corroboram isso, explicitando que os CECI devem ser: um espaço aberto para membros de diversas idades da comunidade, oferecendo serviços e infraestrutura; um espaço onde, por meio da política de apoio dos órgãos municipais, a cultura indígena seja formalmente apoiada.

Com a evolução da pesquisa desenvolvida pela Consultoria Antropológica Pletora Ltda., ao longo de nove meses¹⁷, observa-se a realização de várias ações que visavam à construção da proposta pedagógica dos CEII/CECI, assim como à capacitação dos profissionais guarani e não indígenas responsáveis pela implementação da proposta. A consultoria também apresentou um conjunto de produtos que poderiam ser usados como materiais didáticos ou subsidiar a realização de atividades pedagógicas e culturais mais amplas, assim como contribuir para o funcionamento geral dos CEII/CECI. A seguir, apresentamos uma análise desses produtos e ações.

2.1 Atividades de capacitação: cursos, seminários e oficinas

Em julho de 2004, foram realizadas oficinas de informática nas aldeias Jaraguá, Teononde Porã e Krukutu. Essas oficinas contaram com a participação da Diretoria de Informática Educativa da SME-SP. Segundo o relatório elaborado após a realização destas oficinas, elas visavam à produção de material de apoio a ser utilizado nos CEII/CECI, ao mesmo tempo em que capacitariam os Guarani a produzirem, futuramente, novos materiais, por meio do uso de ferramentas computacionais.

Em setembro do mesmo ano, foi realizado um curso de capacitação de monitores e oficinairos guarani. Segundo o relatório elaborado pela consultoria, o curso priorizou quatro temas, escolhidos por meio de consultas às comunidades guarani, e teve a duração de quatro dias. Durante o curso também foram exibidos vídeos produzidos pelo projeto “Vídeo nas Aldeias”. Os temas abordados durante o curso e os responsáveis pela realização de cada oficina foram os seguintes:

¹⁷ Os relatórios técnicos apresentados pela consultoria referem-se a atividades realizadas no período de 25 março a 20 de dezembro de 2004, embora, nos relatórios finais, o coordenador da consultoria enfatize que os trabalhos tiveram início em maio de 2004. Cumpre também destacar que o primeiro relatório técnico, assinado em 01 de maio de 2004, faz referência a atividades realizadas no período de 25 de março a 25 de abril de 2004, indicando que a consultoria teve início efetivo em março.

Grafia e escrita da língua guarani mbya – Roberto Dooley e Arlindo Veríssimo

Atividades pedagógicas não tradicionais – Márcia Gobbi

História guarani segundo fontes escritas – André Toral

A situação das Terras Indígenas dos Guarani de Parelheiros e do Jaraguá – Maria Inês Ladeira.

Após a realização desse curso, a equipe sugeriu que cursos e eventos futuros de capacitação não fossem mais concentrados numa única aldeia, mas realizados em datas diferentes nas três aldeias. Tal sugestão se baseou na avaliação de que houve uma participação muito maior de pessoas da aldeia que sediava o curso, em detrimento de pessoas das outras aldeias.

De acordo com o plano inicial de trabalho da consultoria antropológica, estava prevista também a realização de um seminário voltado aos profissionais não indígenas que atuavam junto aos Guarani nos CEII/CECI. Assim, nos dias 25 de junho e 02 de julho de 2004, ocorreu o "Seminário interno sobre os Guarani na Cidade de São Paulo". Esse seminário, coordenado pela equipe de antropólogos da Pletora Ltda., abordou os seguintes pontos:

- a) Os Guarani em São Paulo, no Brasil e na América do Sul.
- b) Introdução à história, à religião e às migrações guarani
- c) Noções sobre organização social e cosmologia guarani
- d) Situação atual dos grupos indígenas no Brasil.
- e) Os índios e o pensamento antropológico.
- f) História do indigenismo no Brasil: grupos indígenas e projetos de apoio.
- g) Subsídios à elaboração de um projeto didático para os CECI.
- h) A Prefeitura e os Guarani: apresentação de ações desenvolvidas, discussão de impasses e dificuldades.

2.2 A produção de materiais didáticos

A produção de materiais pedagógicos para uso nos CEII/CECI, especialmente, uma coletânea de narrativas¹⁸ foi feita por meio de pesquisas conduzidas pelos educadores, junto a lideranças religiosas e políticas e pessoas mais velhas de cada comunidade. Aos antropólogos da consultoria couberam a orientação e a organização dos resultados dessas pesquisas. Todo o material coletado, por meio de entrevistas, identifica a pessoa entrevistada, assim como os pesquisadores guarani responsáveis pela entrevista e por sua edição.

A análise dos relatórios e do próprio material produzido revela que o processo de coleta, seleção, organização e revisão das narrativas constituiu parte central da capacitação dos educadores dos CEII/CECI, pois contribuiu para a sua formação como pesquisadores e produtores de conhecimentos; possibilitou que aprimorassem seus saberes sobre aspectos centrais da cultura

18 Há também um conjunto de mais de quarenta mbaravija (jogos do tipo: “o que é, o que é?”), que posteriormente foram incluídos num cartaz publicado pela SME-SP.

guarani, por meio das orientações e do apoio de outros membros das comunidades; e serviu de ponto de partida para reflexões e discussões sobre as ações pedagógicas que desenvolveriam com os alunos dos CEII/CECI.

Ademais, a coleção de narrativas, transcritas em língua guarani e organizadas por eixos temáticos, constitui um dos produtos principais apresentados pela Pletora Ltda. Trata-se de um material rico e variado que revela o empenho investido pelos Guarani na produção e na transmissão de saberes voltados à aprendizagem das crianças. Evidencia também um grande investimento na utilização da escrita e de tecnologias da informática, como meios de registro e circulação de conhecimentos. Isso corrobora a expectativa explicitada pelos Guarani, em atas de reuniões, quanto à possibilidade de que os CEII/CECI permitam a exploração de novas experiências de conhecimento, orientadas por seus modos tradicionais de conhecer.

Esses materiais escritos visavam à utilização em jogos e brincadeiras e na introdução à alfabetização dos alunos dos CEII/CECI. Ainda no que diz respeito ao início do processo de alfabetização, Timóteo Vera Popygua, então cacique da Aldeia Tenonde Porã e Coordenador Educacional do CECI localizado na mesma aldeia, escreveu o livro: *Ayvu nhande mbya pygua*, destinado a apresentar o uso das vogais na escrita da língua guarani. De acordo com o último relatório técnico apresentado pela Pletora Ltda., o autor pretendia que esse material pudesse também evidenciar aspectos específicos do uso da língua guarani mbya nas aldeias de São Paulo, em comparação com outras regiões em que a língua também é falada e escrita no Brasil, Paraguai e Argentina¹⁹.

2.3 Considerações sobre o envolvimento de missionários do Summer Institute of Linguistics em projetos de Educação Escolar Indígena

No que se refere especificamente à escrita da língua guarani mbya, os antropólogos da consultoria Pletora Ltda. explicitaram, em seus relatórios técnicos, que os educadores guarani manifestaram um grande interesse em fazer uma revisão rigorosa dos textos que estavam produzindo. De acordo com os mesmos relatórios técnicos, foi decidido que uma primeira versão desses materiais seria encaminhada ao missionário-linguista Robert Dooley para que ele apontasse correções. O mesmo foi posteriormente contratado para ministrar oficinas sobre escrita em língua guarani mbya, durante o curso de capacitação dos educadores dos CEII/CECI, realizado em setembro de 2004.

É importante mencionar que Robert Dooley atuou como missionário do Summer Institute of Linguistics (SIL), uma instituição evangélica proselitista, durante cerca de duas décadas, junto aos Guarani Mbya na Aldeia Tapixi, na Terra Indígena Rio das Cobras, localizada no Paraná. Os relatórios técnicos elaborados pela Pletora Ltda. explicitam o vínculo de Robert Dooley²⁰ com o SIL, porém não apresentam nenhuma informação sobre a atuação missionária de conversão religiosa desenvolvida pela mesma instituição e seus integrantes, junto a povos indígenas em diversos países da América Latina e alhures.

¹⁹ A consulta a todos os materiais, relatórios e demais documentos produzidos entre 2004 e 2015 revela que esse relatório não chegou a ser publicado.

²⁰ É importante frisar que o léxico da língua guarani mbya elaborado por Dooley (2006) é uma referência importante para estudiosos da língua guarani.

Por força da mobilização de organizações indígenas e indigenistas, os projetos de Educação Escolar Indígena, principalmente, no período posterior à Constituição Federal de 1988, visam romper com a lógica integracionista que norteava os programas educacionais até então desenvolvidos pelo Estado brasileiro, em pareceria frequente com instituições missionárias. Por isso, apresentamos, a seguir, alguns comentários sobre o envolvimento do SIL no âmbito da Educação Escolar Indígena.

Essa reflexão é necessária, porque as atas de reuniões realizadas entre os Guarani Mbya e representantes da SME-SP, assim como todos os documentos legais e técnicos produzidos pela SME-SP e outros setores da Prefeitura de São Paulo, explicitam nitidamente o objetivo de garantir, aos Guarani Mbya da Cidade de São Paulo, seu direito constitucional a uma educação escolar específica e diferenciada que contribua para fortalecer sua cultura. Isso implica necessariamente o respeito às práticas religiosas do povo Guarani Mbya, bem como a promoção de ações educacionais que não se pautem na imposição de modelos predominantes nas escolas não indígenas.

Nesse sentido, a proposta política e pedagógica dos CEII/CECI, desde a sua criação, é claramente incompatível com os objetivos que norteiam as ações do SIL, conforme mostraremos a seguir. Cumpre também notar que a colaboração de linguistas para atender ao interesse dos educadores guarani em abordar temas relacionados à escrita da sua língua pode ser efetivamente realizada, no futuro, por meio de parcerias com os numerosos linguistas especialistas em línguas indígenas e/ou educação escolar indígena, que não tenham vínculo com uma instituição voltada especificamente para o cumprimento de uma missão de conversão religiosa.

Cabe também mencionar que, embora o primeiro relatório técnico elaborado pela equipe da Pletora Ltda. mencionasse que os Guarani da aldeia do Jaraguá mostraram para os antropólogos da equipe uma versão da Bíblia, traduzida para a língua guarani mbya por missionários no Paraná, é possível que a equipe não tivesse tomado conhecimento de que tratava-se de uma publicação da Editora Nhombe'a, criada pelos missionários do SIL na Aldeia Tapixi (TI Rio das Cobras, PR) e produtora também de materiais didáticos em língua guarani mbya.

No entanto, o artigo de divulgação “Bíblia é traduzida para o Guarani”, publicado na seção “Cidades” do jornal *O Estado do Paraná*, em 14/03/2004, quando do lançamento dessa tradução da Bíblia pelo SIL, não deixa dúvidas das relações estreitas entre o estudo de línguas indígenas, a produção de uma grafia padronizada, a tradução de textos voltados à evangelização e projetos de Educação Escolar Indígena, compreendidos por esta organização:

Segundo o gerente de projetos e publicações da Sociedade Bíblica do Brasil, Paulo Teixeira, o lançamento de um livro reconhecido internacionalmente vai ajudar na preservação da língua indígena. Mas o desafio foi grande. Começou em 1958 com a produção da escrita do Guarani Mbyá. Foram produzidos dicionários e criados símbolos que representavam o som das palavras indígenas. "Muitas não tinham sons correspondentes aos da Língua Portuguesa, exigindo uma grafia diferente", comenta Teixeira. Segundo ele, esse é o tempo normal de trabalho quando se traduz um livro para dialetos minoritários.

Paulo destaca vários pontos que a Bíblia tem em comum com a cultura indígena. "A Bíblia não é um livro apenas de religião, mas trata de valores éticos comuns. Como não matar e respeitar o próximo", fala Paulo. Dos 10 mil exemplares editados, cerca de três mil vão ser distribuídos na comunidade de Nova Laranjeira. Os textos poderão ser usados até na alfabetização de crianças e adultos. Hoje só 15% dos guaranis mbyá são

alfabetizados. (...) O consultor da Sociedade Internacional de Lingüística (SIL)²¹, Roberty [sic] Dooley, integrou a equipe de tradução e mais quatro indígenas. A Sociedade Bíblica do Brasil já participou de projetos para traduzir textos bíblicos para outras tribos no Brasil e de outros países.

Além disso, de acordo com um estudo de Hvalkof e Aaby (1981), sobre a atuação do SIL em diferentes partes do mundo, a instituição mantém uma proposta de alcançar diferentes populações, por meio da evangelização em língua nativa, o que inclui a tradução e a publicação de textos bíblicos. Daí a ênfase que se dá à importância de empreender pesquisas linguísticas e treinar indígenas que possam traduzir, ler, escrever e dar continuidade ao trabalho missionário. Isso é sustentado por um discurso que relaciona a escrita à sobrevivência de uma língua e de uma cultura.

Os mesmos autores afirmam que a sobrevivência da instituição nos diversos países em que atua, por meio de contratos com governos locais, depende de uma capacidade de se apresentar como promotora de pesquisa científica e de projetos educacionais, culturais e/ou de desenvolvimento comunitário. Por outro lado, atividades de proselitismo, como a realização de cultos, a tradução da Bíblia e a reelaboração e a escrita de mitos indígenas, os quais são dados formas convenientes à evangelização, são apresentadas com cautela às autoridades locais, mas servem de base para a arrecadação de recursos junto a organizações e indivíduos, majoritariamente, nos Estados Unidos²².

Num artigo escrito no início da década de 1980 pela linguista e professora do Museu Nacional, Yonne de Freitas Leite, é reproduzido um trecho do Estatuto do SIL, em que são explicitados os objetivos da instituição:

Realizar estudos comparativos e descritivos de línguas indígenas e reduzi-las à forma escrita; traduzir para essas línguas livros de valor moral e cívico assim como porções da Bíblia... (apud LEITE, 2012 [1981], p. 230).

No caso da América Latina, uma pesquisa desenvolvida por Celia L. G. Collet registra que, a partir de 1930, o México seria um país piloto para as experiências do SIL na região, e seus projetos de alfabetização em língua nativa seriam um instrumento para a introdução gradual da língua espanhola e a implantação de um "projeto de integração e desenvolvimento nacional" (2001, p. 15). Segundo a autora, essa concepção específica de educação intercultural e bilíngue não tardou em se disseminar pelo continente americano:

Os dois campos que se uniram para enfrentar o desafio da educação escolar no México - a política indigenista oficial e os missionários - a partir do final da década de 1930, saíram dos limites deste país em direção aos demais países da América Latina. Eles trilharam caminhos paralelos rumo ao preenchimento dos espaços "vazios" do

21 O SIL utilizou, ao longo da sua atuação no Brasil, diversos nomes: "Summer Institute of Linguistics"; "Instituto Verão de Linguística" e "Sociedade Internacional de Linguística", entre outros. No entanto, o nome utilizado na sua sede nos Estados Unidos é "Summer Institute of Linguistics".

22 Segundo Yonne Leite (2012 [1981]), a principal base financeira da instituição provinha da organização Wycliffe Bible Translators.

continente, onde viviam grupos indígenas, que deveriam ser "salvos" por Cristo e pelo desenvolvimento social e econômico que seriam levados por essas frentes" (grifos no original, p. 16).

Atendendo a esses fins, criou-se o Instituto Indigenista Interamericano, associado, desde 1953, à Organização dos Estados Americanos (OEA) e apoiado, financeiramente, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela UNESCO. A proposta central dessa nova instituição, segundo Collet, era de integrar os povos indígenas na sociedade nacional, em benefício do desenvolvimento econômico regional. Para as escolas indígenas, isso implicou em programas que utilizavam as culturas e línguas indígenas como base para a absorção de valores nacionais. Como o Instituto Indigenista Interamericano procurava abranger todos os aspectos da questão indígena, dentre eles, a demarcação de territórios, a saúde e a educação, ele delegou ao SIL a responsabilidade específica pelos programas educacionais.

Ao analisar documentos e pesquisas sobre a atuação do SIL no Brasil, Collet nota que, embora, durante a década de 1950, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, tivesse problemas com as 66 escolas indígenas sob o seu controle, esse órgão não aceitou, inicialmente, uma parceria com o SIL. Por isso, em 1959, o SIL firmou um convênio com o Museu Nacional para fazer pesquisas linguísticas em áreas indígenas.

De acordo com Leite (2012 [1981]), foi nesse período que o SIL se projetou no meio acadêmico brasileiro; seus linguistas deram cursos em programas de pós-graduação e orientaram teses no Museu Nacional e na Universidade de Brasília. Inclusive, sua atuação na Universidade de Brasília contribuiu para que o SIL estabelecesse uma sede no Distrito Federal e, assim, se aproximasse ainda mais de diversas instâncias do poder público. É nesse contexto que o SIL firma um convênio com a Funai, em 1969, não mais para estudos linguísticos, mas para a promoção de atividades de alfabetização, como podemos verificar na terceira cláusula do Termo de Acordo celebrado entre o SIL e a Funai:

A ação do Instituto no campo da alfabetização, compreenderá:

- a) Preparação de cartilhas em idiomas indígenas.
- b) Elaboração de cartilhas bilíngues (língua indígena – português) visando ao aprendizado do idioma nacional.
- c) Preparação de livros de leitura, registros de literatura oral e tradução de textos bíblicos e outros de alto valor cívico e moral para os idiomas indígenas. (SIL & FUNAI apud LEITE, 2012, p. 235).

Ainda no que se refere ao trabalho do SIL na alfabetização de povos indígenas, Leite (2012), explica que, ao desenvolver cartilhas, voltadas para o empreendimento de conversão religiosa e, portanto, sem nexo com as culturas específicas dos povos aos quais se destinavam, o SIL produziu materiais que continham palavras geradoras sem nenhum sentido semântico para esses povos. Isto é, o SIL não utilizava conceitos que eram centrais para a vida da população a ser alfabetizada. Na análise de Bartomeu Melià²³, a entidade fazia um *“aproveitamento das palavras da língua do índio para fazer uma língua indígena sem índio”* (MELIÀ apud LEITE, 2012, p. 228).

Nessa mesma direção, Leite questiona os critérios que motivam a escolha dos povos indígenas com os quais o SIL desenvolve projetos:

23 Bartomeu Melià é jesuíta e antropólogo, engajado na luta dos Guarani por seus direitos territoriais, educacionais e culturais. Nesse sentido, seus escritos são um contraponto importante a projetos de viés integracionista.

Nada está muito claro e definido, mas parece que o S.I.L. tende a escolher grupos em que se justifique o investimento da tradução da Bíblia, isto é, grupos que tenham um número de falantes razoável, que estejam por sua situação de contato mais frágeis em sua autoidentidade e por isso mais propensos para seguir novas ideias, ou grupos que gozem de um prestígio na área de modo a facilitar a penetração em outros grupos (LEITE, 2012, p. 240).

Maria A. Honório (2000) e Mariana K. L. Ferreira (2001) explicam que, nesse mesmo período, o Estatuto do Índio (1973) torna obrigatório o ensino das línguas nativas em escolas indígenas. Nesse sentido, o SIL, especializado no estudo de línguas indígenas, atendia às expectativas ao garantir o processo de integração dos indígenas por meio da tradição dos valores da sociedade dominante em línguas e expressões indígenas. Inclusive, segundo Leite (2012), seus dirigentes e técnicos definiram os rumos da Educação Escolar Indígena no Brasil, formaram monitores indígenas que atuavam nas escolas e comandavam vários aspectos dos programas de assistência voltados aos povos indígenas.

O convênio entre a Funai e o SIL foi interrompido algumas vezes, devido às críticas ao proselitismo evangélico e à inadequação das metodologias do SIL, mas perdurou até 1999²⁴, quando foi cancelado pelo MEC. Não obstante, o SIL e outras instituições análogas continuam, até hoje, atuando em projetos de educação escolar com diversos povos indígenas no Brasil, inclusive, por meio de convênios com Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Isso, a despeito dos instrumentos legais nacionais e internacionais que respaldam os direitos dos povos indígenas, no que concerne ao desenvolvimento das suas próprias culturas, tradições, práticas educativas e religiosas, direitos esses em franca contradição com os propósitos das instituições missionárias proselitistas que atuam junto a essas populações.

Considerando o exposto, é importante reconhecer que a contratação de integrantes do SIL ou de outras entidades voltadas à conversão religiosa²⁵ diverge largamente dos objetivos centrais dos CEII/CECI, uma vez que é notório o envolvimento do SIL em ações que geram grande impacto negativo para os povos indígenas com os quais atua. Esses impactos têm como alvos justamente as práticas que o programa dos CEII/CECI visa fortalecer e valorizar.

2.4 Elaboração do projeto pedagógico

Em novembro de 2004, a consultoria Pletora Ltda. apresentou um documento intitulado: “Subsídios para a elaboração de um projeto pedagógico para os Centros de Educação e Cultura Indígena no Município de São Paulo”. Segundo os autores, não se tratava de uma proposta finalizada, mas de itens que poderiam orientar a elaboração posterior de um projeto pedagógico. O documento é dividido em três partes: (a) parâmetros para pensar uma educação diferenciada; (b) Educação Infantil indígena e a particularidade Guarani; (c) proposta de currículo e atividades. Ele também declara que, em vez de apresentar “soluções definitivas para uma escola diferenciada Guarani”, são

24 Segundo Yonne Leite, quando o convênio entre a Funai e o SIL foi interrompido pela primeira vez, em 1977, o SIL já desenvolvia trabalhos entre 44 povos indígenas diferentes no Brasil (2012:226).

25 É preciso reconhecer que há instituições religiosas que atuam junto aos povos indígenas no Brasil e que não desenvolvem ações de conversão religiosa.

explicitados “*apontamentos para melhor lidar com as dificuldades que tal implementação de uma política pública oficial inevitavelmente coloca como desafio*” (PLETORA LTDA., 2004b, p. 18).

A primeira parte do texto faz uma breve síntese da literatura dedicada à questão da Educação Escolar Indígena, apresentando o contexto político e institucional em que os CECI foram criados. A segunda parte do documento, “Educação Infantil indígena e a particularidade Guarani”, chama a atenção para o fato de que os Guarani Mbya na Cidade de São Paulo, mesmo vivendo muitas situações em comum com os não indígenas, reconhecem-se como um coletivo que apresenta diferenças significativas em relação à população não indígena. Por isso, a equipe de consultores afirma que, na construção de uma política pública de Educação Infantil, seria importante respeitar essas diferenças e evitar reproduzir, sob o pretexto de promoção de uma “igualdade legal”, políticas que trabalhem para apagar essas diferenças, uma vez que tal ação poderia gerar: “*uma grande distorção na compreensão das comunidades a que se pretende atender*” (PLETORA LTDA., 2004b, 18).

O texto continua com uma breve revisão de algumas discussões presentes na literatura antropológica recente sobre noções de infância e práticas de socialização e conhecimento. A ideia, segundo os autores, é apresentar um contraponto a modelos correntes no âmbito da pedagogia e da psicologia, como revela o subtítulo: “Insuficiência dos modelos de educação e socialização para os casos indígenas”. O argumento principal é que a elaboração de um projeto pedagógico de Educação Infantil precisa levar em conta o papel criativo das crianças como protagonistas nos processos de socialização e o lugar específico que a infância ocupa no *ethos* guarani. O documento ainda destaca a importância, para os Guarani, da participação de crianças e jovens nas situações rituais e reuniões políticas, onde, desde cedo, podem iniciar-se nas atividades que constituem a liderança política e religiosa. Nesse sentido, convém salientar também o interesse manifestado pelos Guarani de que os CECI constituíssem espaços que contribuíssem para a ampliação das experiências de aprendizagem política das crianças.

O texto também comenta que muitas das “atividades tradicionais” dos Guarani, voltadas à socialização das crianças, tais como a caça, a pesca e a agricultura dependem “*do mundo natural e seus recursos disponíveis*” (PLETORA LTDA., 2004b, p. 25). Aponta-se, nesse sentido, a exiguidade das áreas atualmente ocupadas pelos Guarani e a escassez de recursos disponíveis para a realização de tais atividades. Entretanto, os autores destacam a expectativa explicitada pelos Guarani de que as atividades desenvolvidas nos CECI, especialmente, mediante a participação de pessoas mais velhas na orientação e na realização delas, contribuam para criar um elo entre a memória das experiências que não são mais desenvolvidas (ou que o são com restrições) e as configurações atuais da vida dos Guarani nas aldeias da capital paulista. Por isso, propõe-se promover ações que fortaleçam a relação entre as atividades desenvolvidas nos CECI e em outros espaços, como aquelas realizadas nas casas de reza, nas moradias, na mata, nas roças etc. Isso sem a pretensão de que os CECI substituam tais espaços na socialização das crianças ou que seja possível fazer a transposição automática das atividades neles realizadas para o espaço dos CECI.

A terceira parte do documento, voltada à apresentação de uma proposta de currículo e de atividades dos CECI, inicia com uma descrição dos desafios iniciais que surgiram com a inauguração dessas unidades, em maio de 2004. Também são descritas as soluções que foram encontradas pelos Guarani e profissionais não indígenas no enfrentamento desses desafios. Nessa direção, os autores comentam: “*As salas destinadas à pré-escola aparentemente não era[m] condizente[s] com sua ocupação: frias salas de lajota, cujo único mobiliário consistia em mesas com computadores e armários*”. Aponta-se também que “*os candidatos a professores indicados pelas lideranças das comunidades não possu-*

íam, na sua maioria, os pré-requisitos formais exigidos pela lei”. Em acréscimo, afirma-se que o início das atividades não foi precedido *“de nenhum treinamento para os monitores e oficinairos encarregados no atendimento às crianças”* (PLETORA LTDA., 2004b, p, 27).

O texto explicita que o planejamento semanal de atividades dos CECI era desenvolvido em conversas entre os coordenadores pedagógicos guarani com as lideranças religiosas e políticas das aldeias e outros membros das comunidades. Posteriormente, com o auxílio dos dirigentes não indígenas dos CECI, o planejamento dessas atividades era registrado formalmente. Destaca-se, inclusive, que boa parte da agenda e das experiências que se produziram nos CECI nesse período era articulada pelos Guarani fora da escola. E, muitas das atividades realizadas com os alunos dos CECI eram divididas entre o espaço do CECI, a casa de rezas e outras áreas das aldeias ou em torno delas, como as matas existentes nas proximidades. Todavia, o documento ressalta que certas atividades, principalmente, aquelas associadas à vida ritual não ocorriam no espaço dos CECI, onde se desenvolviam, sobretudo, atividades de recreação, informática, artesanato, escovação de dentes e alimentação. Os autores também salientam que:

Mesmo temas prosaicos, como as maneiras de andar ou como sentar, como fazer pratos típicos e outros não necessariamente religiosos, são tratados na opy pela simples razão de que a maior parte dos oficinairos prefere utilizar-se do seu espaço para estar com as crianças ao invés de utilizar os espaços dos CECIs, muito próximos às áreas onde os brancos visitantes percorrem.

Nesse sentido, convém apontar que, embora não caiba questionar a afirmação de que os educadores dos CECI preferissem utilizar-se do espaço das casas de reza em vez dos CECI para tratar dos assuntos supracitados, inclusive, porque se sentissem mais à vontade num espaço que não fosse constantemente frequentado por visitantes não indígenas, os autores parecem ter ignorado que os temas mencionados, longe de serem meramente prosaicos, constituem o conteúdo do que geralmente é abordado nas falas cotidianas e mesmo rituais enunciadas nas casas de reza guarani. Em outras palavras, a alimentação e as práticas corporais estão diretamente associadas aos processos de construção da pessoa e à cosmologia guarani e é frequentemente na casa de rezas que tais assuntos são discutidos coletivamente. Inclusive, as práticas corporais e alimentares são um aspecto chave da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, sobretudo, no período da primeira infância e na passagem para a vida adulta.

2.5 Museus dos CECI

De acordo com o Decreto n. 44.389/04 que cria os CEII/CECI, estes, além de oferecem atividades de Educação Infantil às crianças de até seis anos de idade, contariam com um Centro de Cultura Indígena e outros espaços que contribuíssem para a realização de atividades culturais voltadas à população mais ampla das aldeias atendidas pelo programa. Nesse sentido, no primeiro ano de implementação dos CECI, foi desenvolvida uma proposta de criação de museus, compostos por um acervo da cultura material guarani e materiais impressos de divulgação sobre a história e a cultura guarani. Segundo os documentos da época, o museu serviria como referencial para o registro

de tecnologias tradicionais e como espaço para a recepção de visitantes não indígenas, com vistas à divulgação de conhecimentos sobre os Guarani Mbya na cidade de São Paulo.

Para cumprir esses objetivos, foi feito um levantamento de objetos e tecnologias tradicionais guarani e de artesãos que pudessem produzir esses objetos e oferecer oficinas, voltadas ao ensino das técnicas de confecção desses objetos. Parte desses artesãos e dos materiais necessários à composição do acervo encontrava-se nas aldeias do litoral paulista (nas cidades de Ubatuba e Bertiooga). Portanto, a equipe de antropólogos fez visitas às duas aldeias localizadas nessas cidades (Terras Indígenas Boa Vista e Ribeirão Silveira), contatou os artesãos locais e encomendou peças que seriam produzidas por eles. No relatório final elaborado pela equipe, somos informados de que tais peças foram efetivamente produzidas, porém, por falta de verbas, não puderam ser compradas pela SME-SP. Também somos informados de que os objetos produzidos nas três aldeias da capital foram acomodados em mobiliária especificamente fabricada para este fim e expostos nos museus dos três CECI.

A esse acervo foram acrescentados painéis impressos, elaborados a partir de pesquisas documentais e da obtenção de textos e fotografias pertencentes aos arquivos do Museu do Índio, do Instituto Socioambiental (ISA) e dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*. Os painéis tratavam dos seguintes assuntos: (1) a situação atual dos povos indígenas no Brasil; (2) a situação atual dos Guarani Mbya em São Paulo; (3) a história dos Guarani Mbya em São Paulo; (4) o modo de ser Guarani; (5) a história dos territórios Guarani Mbya; (6) a situação atual dos territórios Guarani Mbya; (7) a história das três aldeias Guarani Mbya na Cidade de São Paulo; (8) fontes de referência documental e bibliográfica.

Nos registros referentes aos museus dos CECI, a equipe de consultores enfatiza a necessidade de oferecer treinamento específico para os educadores dos CECI e outras pessoas das comunidades para que haja um bom aproveitamento do espaço e dos recursos dos museus e para que a implantação física do museu não seja o ponto final do processo de reflexão dos Guarani sobre a sua cultura material.

2.6 Organização das atividades realizadas nos CECI

Cerca de seis meses após a inauguração dos CECI, a equipe de antropólogos, os educadores dos CECI e outros membros das três aldeias elaboraram um calendário com propostas de atividades que poderiam ser desenvolvidas ao longo do ano letivo. Documentos referentes a esse calendário explicitam a seguinte justificativa: *“Do ponto de vista Guarani, a escola e seus períodos de trabalho encontram-se muito próximos aos da comunidade onde se insere. O calendário social influencia o da escola muito mais que sua expressão contrária”* (PLETORA LTDA., 2004a, p. 13).

Esse calendário²⁶, dividido em 12 meses, também apresenta outras divisões e categorias que merecem nota. Por exemplo, o ano é dividido em duas partes: o ara pyau (“tempo novo”) corresponde à estação de temperaturas mais elevadas, chuvas e ao período de reprodução dos animais silvestres, do plantio e da colheita das roças, das atividades de pesca, das viagens e de maior

26 O calendário pode ser conferido no oitavo relatório técnico encaminhado à SME-SP pela Consultoria Pletora Ltda., novembro de 2004, pp. 35-54.

frequência nas atividades rituais; o ara yma (“tempo antigo”) coincide com a estação mais fria do ano, quando se permanece mais tempo recolhido nas aldeias e nas casas e são realizadas atividades de caça com armadilhas e de preparo e limpeza das roças.

O calendário também considera quatro fases da lua e as atividades que se realizam em cada uma destas. Desse modo: *jaxy pyau* (“lua nova”) é apontada como uma fase apropriada para a pesca; *jaxy endy mbyte* (“lua crescente”) é marcada pela interdição ao corte de madeira, mas é quando se preparam as armadilhas; *jaxy oua guaxu* (“lua cheia”) foi apontada pelos Guarani como uma fase adequada para semear as roças; e, durante a fase de *jaxy nha pytũ* (“lua minguante”), é feita a limpeza e a colheita das roças, assim como o corte de madeiras e também o preparo de armadilhas.

Os antropólogos que participaram da elaboração do calendário destacam que a forma como os Guarani Mbya concebem o tempo apresenta diferenças em relação ao modelo temporal geralmente adotado nas escolas e usado como instrumento de organização das atividades pedagógicas. Por isso, enfatizam a necessidade de adequar as atividades dos CECI à organização do tempo e das atividades nas aldeias, inclusive, para que haja uma relação mais estreita entre os processos de socialização das crianças que ocorrem nos CECI e nos outros espaços das aldeias e para que se possa contar com uma participação maior das comunidades nas práticas escolares.

Por tudo isso, compreende-se a insistência das comunidades das aldeias Tenonde Porã, Krukutu e Tekoa Pyau em colocar a concepção de tempo guarani mbya como ponto de partida para a elaboração de uma proposta de educação diferenciada, em consonância com seus ideais e modos de vida. Ou seja, antes mesmo de decidir quais os formatos e conteúdos a serem transmitidos nos CECIs, tratava-se de organizar as informações sobre a realização do ideal de modo de vida guarani mbya no tempo (PLETORA LTDA., 2004a, p. 31)

Para cada mês, a começar por agosto, o calendário apresenta três colunas. Nas duas primeiras, é feita uma descrição das atividades rituais e econômicas realizadas nas aldeias e, na terceira coluna, há a indicação de atividades que podem ser desenvolvidas nos CECI. As propostas de atividades para os CECI são divididas em três partes: a primeira indica temas para conversas e atividades; a segunda parte contém sugestões de artesanato, as quais incluem a confecção de peças de cultura material relacionadas a certos períodos do ciclo ritual, agrícola ou de caça e coleta. Essas sugestões são divididas em atividades femininas e masculinas. A terceira parte contempla sugestões de leitura, em que são indicadas histórias que podem ser abordadas em sala de aula. Todos as sugestões de leitura fazem parte dos textos produzidos pelos Guarani durante a pesquisa desenvolvida com os antropólogos. Estes textos foram organizados nos seguintes volumes: *Nhandereko ára pyau ára yma regua* - Histórias sobre a concepção do tempo dos Guarani Mbya; *Teko yma guare kyingue pe onhemombe'u va'e rã* - Histórias para contar 1º e 2º volumes; *Nhambo'e kyingue mba'e mo rupia ojapo agua* - Histórias de técnicas 1º e 2º volumes; *Opy rupi jaiko'a regua* - Histórias de vida religiosa 1º e 2º volumes; *Mbaravija* – Adivinhações.

Estes volumes foram encaminhados à SME-SP para diagramação e publicação e resultaram na composição de um cartaz, contendo os mbaravija (adivinhações), e no livro *Nhandereko nbemombe'u tenonderã*: histórias para contar e sonhar, publicado em 2007, ou seja, três anos depois.

2.7 Problemas identificados no primeiro ano de implementação dos CEII/CECI

Nos relatórios elaborados pela consultoria Pletora Ltda., são descritas algumas dificuldades enfrentadas na realização das atividades previstas. Dentre elas, destaca-se que o processo de produção e edição do material de apoio para os CEII/CECI evidenciou as diferenças, em termos de escolarização (sobretudo, no domínio da escrita), entre os educadores de cada aldeia, o que resultou em diferenças notáveis na qualidade do material produzido por cada educador. Nesse sentido, a equipe procurou, ao longo do trabalho desenvolvido com os profissionais dos CEII/CECI, realizar discussões e revisões coletivas dos materiais produzidos, para que os educadores pudessem se apoiar mutuamente. Houve também tentativas de ressaltar e incentivar outras capacidades que os educadores apresentavam que não resultavam das suas experiências de escolarização, mas que diziam respeito aos processos próprios de circulação de conhecimentos guarani, os quais lhes permitiam conhecer profundamente suas tradições orais e as técnicas de produção de artefatos; desenvolver, com facilidade, conversas com as lideranças políticas e religiosas mais velhas para a obtenção de informações concernentes às pesquisas em curso; e cuidar do desenvolvimento e da aprendizagem das crianças.

A partir de setembro de 2004 (seis meses após o início do trabalho), os consultores informaram a dificuldade em realizar as atividades previstas, por causa de atrasos nos pagamentos dos profissionais dos CEII/CECI, os quais resultaram na paralisação do trabalho. Por isso, os consultores enfatizaram, ao final da consultoria, que é preciso garantir *“a continuidade física dos CECI, tornando concreto o vínculo destes profissionais guarani que aí trabalham, por meio da efetivação de suas contratações e da regularização de seus pagamentos”* (PLETORA LTDA., 2004c, p. 12).

Veremos, nas próximas seções desta avaliação diagnóstica, que os três pontos críticos explicitados pela equipe de consultoria persistiram ao longo dos próximos onze anos de implementação dos CEII/CECI. Estes pontos são: (1) diferenças no domínio da leitura e da escrita por parte dos educadores²⁷ e a demanda deles por uma Formação Inicial que os capacite para o exercício do magistério e também permita a conclusão da escolarização equivalente ao ensino médio; (2) a interrupção no pagamento de salários dos funcionários dos CEII/CECI e a paralisação dos trabalhos nessas unidades; (3) a necessidade de criar condições para o reconhecimento oficial dos educadores guarani e garantir a sua contratação efetiva pela SME-SP, por meio da criação do cargo de professor indígena e da realização de processos seletivos específicos.

²⁷ É importante levar em consideração a observação já feita pelos antropólogos da consultoria de que a falta de domínio da leitura e da escrita não exclui outros conhecimentos e habilidades que os educadores possuem e que são fundamentais para seu trabalho no âmbito dos CEII/CECI. Porém, já na criação dos CEII/CECI, como agora, a utilização da escrita é entendida pelos educadores guarani como um instrumento importante para o seu trabalho. Nesse sentido, as diferenças no nível de competência escrita, por parte dos educadores, continuam sendo apontadas como fatores que geram desigualdades, sobretudo, no acesso a cargos de gestão dos CEII/CECI e na comunicação com agentes do poder público.

3. Ações desenvolvidas pela SME-SP entre 2004 e 2015

Conforme o Parecer n. 30 de 2004, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de São Paulo, a Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil deveria encaminhar relatórios anuais ao referido Conselho sobre a política de orientação e acompanhamento dos Centros de Educação Infantil Indígena (CEII), vinculados aos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI). Apresentamos, a seguir, uma análise da totalidade dos relatórios elaborados no período de 2005 a 2015, organizados por ordem cronológica. Esses documentos relatam as atividades desenvolvidas no período correspondente a 2004-2015. Convém ressaltar que o detalhamento de ações realizadas pela SME-SP e registradas nesses relatórios permite apreender aspectos fundamentais da implementação dessa política pública de Educação Escolar Indígena. Nesse sentido, a análise desses materiais, em conjunção com as informações coletadas por meio da pesquisa de campo e de entrevistas, oferece uma visão abrangente do papel da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, no âmbito das ações educativas dos CEII/CECI.

3.1 Relatório da DOT Educação Infantil 2005

O primeiro relatório encaminhado ao Conselho Municipal de Educação de São Paulo (CME-SP) corresponde a atividades realizadas no período de junho de 2004 a junho de 2005. O relatório descreve um conjunto de oito ações: (1) o acompanhamento da consultoria realizada pela Pletora Ltda.; (2) a oficina de capacitação “A Cultura Indígena em Diálogo com as Tecnologias da Informação e da Comunicação”; (3) a participação na “Semana do Índio - Outras Palavras: Conversações e Experiências Indígenas” (Museu da Cultura – PUC/SP); (4) uma reunião com o antropólogo André Toral, responsável pela consultoria realizada pela Pletora Ltda.; (5) a exposição “Os CECIs e a Educação: Um Olhar Propositivo sobre os CECIs na Cidade de São Paulo”; (6) os encontros “Construção dos Regimentos dos CEI Indígenas, vinculados aos CECIs”; (7) as reuniões de “Acompanhamento pedagógico dos CEIIs”; (8) a “Avaliação de um ano dos CECIs da Cidade de São Paulo”.

Com relação à avaliação da consultoria antropológica prestada à Fundação Instituto de Administração pela Pletora Ltda., o relatório elaborado pela DOT Educação Infantil informa que tal consultoria, realizada entre março e dezembro de 2004, teve por objetivos o acompanhamento da implantação da Proposta Pedagógica dos CECI e a assessoria às Coordenadorias de Educação das Sub-Prefeituras, às lideranças e aos educadores indígenas. O mesmo relatório informa as atividades desenvolvidas pela equipe de consultores e avalia os resultados delas.

A primeira ação descrita no relatório, referente à consultoria, é a organização dos textos escritos pelos Guarani. Em termos de resultados, é explicitado que esse material deveria ser publicado pela SME-SP e usado como referência na Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI²⁸.

A segunda ação diz respeito à realização do “Seminário Interno sobre os Guarani na Cidade de São Paulo”, cujo objetivo era contribuir para a capacitação dos profissionais não indígenas da

28 Como já foi mencionado, esse material só foi publicado em 2007, na forma de um cartaz e do livro: Nhandereko nhemombe’u tenonderã: histórias para contar e sonhar.

área de educação que atuavam junto aos CEII/CECI. De acordo com o relatório, o seminário foi avaliado como bem-sucedido, em termos da frequência e da participação dos envolvidos.

O relatório também cita o “Curso de Capacitação de Educadores Guarani dos CECIs”. O curso, que reuniu antropólogos, outros consultores e lideranças indígenas das três aldeias, teria por meta *“finalizar o processo de capacitação desses professores indicados pelas próprias comunidades”* (SÃO PAULO, 2005, p. 2).

Os temas abordados no curso foram escolhidos a partir de interesses manifestados pelos próprios educadores guarani, a saber: grafia e escrita da língua guarani mbya; atividades pedagógicas não indígenas; histórias guarani, segundo as fontes escritas; e a situação atual das Terras Guarani. A equipe da DOT Educação Infantil avaliou que os resultados do curso foram positivos, considerando o envolvimento dos participantes, a formulação de questões apresentadas aos palestrantes e a observação de que o curso teria contribuído de forma fundamental para a discussão de questões formais da escrita da língua mbya e para a revisão dos textos produzidos pelos educadores.

Por último, o relatório se refere à organização dos Museus dos CECI, informando que foram confeccionados banners, contendo textos sobre os povos indígenas no Brasil, sobre os Guarani e, especificamente, sobre os Guarani Mbya na Cidade de São Paulo. A produção desses banners contou com uma pesquisa iconográfica sobre os Guarani Mbya e o apoio do Centro de Multimeios da SME-SP na diagramação do material. Também foram confeccionados móveis para abrigar as peças dos museus. É mencionado que a organização dos museus nos três CECI suscita a possibilidade de novas etapas de trabalho, envolvendo a reflexão sobre a cultura material guarani e a recepção ao público não indígena, que poderá visitar os museus.

No quarto item do relatório, há uma breve descrição de uma reunião, em 29/04/2005, com o antropólogo responsável pela coordenação das atividades realizadas pela consultoria. Por meio dessa descrição, somos informados que a reunião teve por justificativa o fato de que houve uma mudança na administração municipal e que era necessário fazer um levantamento do serviço prestado pela consultoria, bem como avaliar a viabilidade de sua continuação²⁹. A equipe da DOT Educação Infantil também indica que teve dificuldade para ter acesso aos materiais escritos pelos indígenas e organizados pela consultoria antropológica, embora não apresente maiores detalhes sobre este ponto.

Com relação à oficina de capacitação “A Cultura Indígena em Diálogo com as Tecnologias da Informação e da Comunicação”, desenvolvida pelas equipes da Informática Educativa e da DOT Educação Infantil, ambas vinculadas à SME-SP, o relatório destaca que a presença das Tecnologias da Informação e da Comunicação em todas as escolas da Rede Municipal de Ensino não deve se restringir à mera disponibilização do aparato tecnológico, mas permitir a sua utilização por parte do público atendido, neste caso específico, as três comunidades guarani mbya na capital paulista. O curso teve como objetivos:

Incluir digitalmente a comunidade indígena; orientar a comunidade indígena para que conheça as diversas possibilidades do uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC); corroborar a ação pedagógica, numa perspectiva colaborativa, participativa e interativa no trabalho com as TIC em ambientes virtuais e não virtuais (SÃO PAULO, 2005, p. 3).

²⁹ Os próximos relatórios indicam que a Pletora Ltda. não foi contratada para dar continuidade à assessoria antropológica, sendo substituída por outras consultorias.

O relatório aponta como resultados do curso a gravação de um CD-ROM com os produtos elaborados pelos participantes e o treinamento na utilização da informática como linguagem digital, por meio do uso de programas como: Word, Paint Brush, Power Point, Photo Digital, Help Desk e recursos da Internet.

O terceiro ponto destacado no relatório se refere à apresentação de uma comunicação oral e de painéis durante a “Semana do Índio – Outras Palavras: Conversações e Experiências Indígenas”, realizada no Museu da Cultura (PUC/SP). A participação de membros da equipe da DOT Educação Infantil e dos coordenadores gerais e educacionais dos CEII/CECI no evento teve por objetivos divulgar o trabalho desenvolvido e promover um debate sobre experiências de Educação Escolar Indígena.

A equipe da DOT Educação Infantil, com o apoio da DOT-G e do Memorial do Ensino Municipal, realizou, entre 29 de abril a 30 de junho de 2005, a exposição “Os CECIs e a Educação: Um Olhar Propositivo sobre os CECIs na Cidade de São Paulo”. Nesta exposição, foram apresentados painéis com informações e imagens de atividades desenvolvidas nos CECI, artesanatos guarani, um vídeo e uma maquete dos CECI.

Há também menção à realização de três encontros, voltados à elaboração dos Regimentos dos CEII (Centros de Educação Infantil Indígena), os quais contaram com a participação da DOT Educação Infantil, das Coordenadoras Gerais dos CECI e das Supervisoras Escolares das Diretorias Regionais de Educação de Pirituba e Capela do Socorro. Além da elaboração do próprio regimento, tais encontros teriam servido para a discussão do Calendário Escolar, da Proposta Pedagógica e de outros documentos. Convém destacar que não há qualquer menção à participação dos coordenadores educacionais indígenas ou de outros membros das comunidades guarani nesses encontros, o que sugere que eles não foram incluídos diretamente na discussão destes aspectos fundamentais da organização dos CEII/CECI, ou que sua participação não foi registrada, o que também é preocupante.

Em 6 de junho de 2005, foi realizada uma reunião de acompanhamento pedagógico dos CEII. Nesta ocasião, foi discutida a publicação dos textos elaborados pelos educadores e as comunidades guarani. Também foi abordada a elaboração de uma proposta de Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI, a qual deveria ser feita em parceria com o Instituto das Tradições Indígenas (IDETI), ONG indígena contratada pela SME-SP como Órgão Gestor dos CEII/CECI. Nesse sentido, com base em temas sugeridos pelos educadores indígenas, foi encaminhada uma pauta básica para ser desenvolvida, junto à instituição parceira (IDETI), em encontros pedagógicos que seriam realizados ao longo do próximo semestre.

Também foi evidenciada, mais uma vez, a necessidade de Formação Inicial dos educadores que não haviam concluído o Ensino Fundamental e Médio. Para tanto, foi feito um levantamento, em cada aldeia, do nível de escolaridade dos indígenas e do seu interesse em dar continuidade aos estudos. Este levantamento foi encaminhado à DOT Educação de Jovens e Adultos da SME-SP, com a solicitação de se criar uma turma específica nas aldeias para a formação no Ensino Fundamental nível I. Cabe mencionar que não há informações sobre o atendimento desta solicitação, no entanto, a análise de todos os documentos produzidos até 2015 e as entrevistas com os educadores guarani evidenciam que a demanda por educação de jovens e adultos nas aldeias nunca foi sanada.

O último ponto tratado no relatório elaborado pela equipe da DOT Educação Infantil foi a avaliação do primeiro ano de funcionamento dos CECI na Cidade de São Paulo. Isso foi feito por meio de um encontro no CECI Jaraguá, em junho de 2005. O encontro contou com a presença dos

educadores e lideranças guarani, dos Coordenadores Gerais e Educacionais dos CECI e de membros do IDETI, da Sala CEU e da DOT Educação Infantil. Durante a avaliação, foram destacados e registrados em ata os seguintes pontos positivos:

- o fortalecimento da cultura guarani, pois, através dos ensinamentos dos mais velhos, as crianças passaram a dar maior importância às suas tradições;
- a construção inicial de uma escola indígena diferenciada, como determina a legislação referente à Educação Escolar Indígena;
- o acesso a informações da cultura guarani e da cultura não indígena;
- ações envolvendo a língua guarani mbya;
- a realização de atividades que integram os alunos, seus familiares e as pessoas mais velhas de cada aldeia;
- a criação de uma relação entre as casas de reza (opy) e os CECI³⁰ ;
- o fornecimento de uma alimentação com comidas guarani;
- a melhoria na saúde das crianças e gestantes das aldeias, indicada, sobretudo, pelo aumento de peso das crianças atendidas pelo programa;
- ações de divulgação da cultura guarani mbya, inclusive por meio do portal da SME-SP;
- a geração de emprego e renda para os funcionários dos CECI.

O relatório também destaca uma série de dificuldades observadas durante o primeiro ano de funcionamento dos CEII/CECI, sobretudo, a falta de áreas nas aldeias para atividades de caça e para a coleta de materiais destinados à confecção de artesanatos e à realização de oficinas desenvolvidas nos CECI. Esse problema foi identificado como diretamente relacionado à escassez de áreas de mata nas proximidades das aldeias, fator provocado pela expansão urbana desordenada que incide sobre as Terras Guarani na Cidade de São Paulo. Relacionado a isso, os Guarani ressaltaram a necessidade de transporte para buscar materiais em outras aldeias. É também mencionada a importância de haver uma relação mais estreita entre os três CEII/CECI e uma articulação maior das atividades realizadas nos CECI com as experiências desenvolvidas em outros espaços das aldeias.

Durante a mesma reunião de avaliação, os Guarani foram consultados sobre a proposta de Formação Continuada e manifestaram interesse em abordar os seguintes temas: a grafia da língua guarani mbya; métodos didáticos desenvolvidos pelos não indígenas; saberes de outros povos indígenas. Eles sugeriram que esses temas fossem abordados em cursos anuais, com duração de quinze dias. Também propuseram: a realização de encontros entre os educadores dos três CEII/CECI a cada três meses; a realização de um encontro com professores de outros povos indígenas e “campeonatos de jogos tradicionais indígenas”; a formação dos educadores num programa específico de Magistério Indígena e a formação dos funcionários dos CECI e demais interessados num curso equivalente ao Ensino Fundamental.

Cumpramos constatar que, na análise longitudinal do conjunto de relatórios, entrevistas e outros materiais contemplados na presente pesquisa, é possível perceber que os aspectos positivos e os problemas identificados na avaliação do primeiro ano de funcionamento dos CEII/CECI persistiram, em maior ou menor grau, ao longo dos próximos onze anos.

30 O relatório explicita que o CECI é “uma extensão da Casa de Rezas” (p. 6). Cabe mencionar que a relação entre os CECI e outros espaços das aldeias é muito mais complexa do que essa afirmação sugere e será abordada ao longo deste relatório, sobretudo, na análise das entrevistas dos educadores e lideranças guarani.

3.2 Relatório da DOT Educação Infantil 2006

O segundo relatório elaborado pela DOT Educação Infantil descreve atividades correspondentes ao período de julho de 2005 a junho de 2006. São abordadas oito ações básicas: (1) os “Encontros de Formação Continuada para Educadores Indígenas dos CECIs: tempos e espaços de ensino e aprendizagem nos CEIs Indígenas - 2005”; (2) as reuniões de planejamento da Formação Continuada; (3) uma reunião sobre a proposta de Formação Inicial dos educadores indígenas; (4) o Termo de Cooperação Técnica de Educação Escolar Indígena, estabelecido com a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo; (5) o Convênio n. 081/2005 MEC/SME - Projeto “Histórias para sonhar e contar para sempre”; (6) a contratação de uma nova assessoria antropológica; (7) o Plano Municipal de Educação; (8) a seleção de livros de literatura Infantil para as bibliotecas dos CEII/CECI.

No que diz respeito à Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI, o relatório informa que foi firmada uma parceria com a ONG indígena, Instituto das Tradições Indígenas (IDETI), para a realização dessa formação, cujos objetivos eram: promover o acesso às informações e conhecimentos das sociedades indígenas e não indígenas; contribuir para uma Formação Continuada de boa qualidade para os educadores indígenas, proporcionando reflexões sobre suas práticas educativas; estimular o diálogo e a troca de experiências entre os educadores dos CEII/CECI e as escolas do entorno. Em cumprimento a esses objetivos, foram realizados quatro encontros nas três aldeias, voltados aos educadores, Coordenadores Educacionais e Coordenadores Gerais dos CEII/CECI.

O relatório indica um conjunto de resultados decorrentes desses encontros de Formação Continuada e também sinaliza dificuldades comunicadas pelos educadores guarani. Observa-se que tais dificuldades não dizem respeito à Formação Continuada, em si, mas a problemas no desenvolvimento das ações pedagógicas e culturais previstas na proposta dos CEII/CECI. Nesse sentido, os Guarani reclamaram de um excesso de demandas administrativas, as quais os sobrecarregavam, impedindo a dedicação às atividades de cunho pedagógico e cultural. Também mencionaram, mais uma vez, a escassez de espaço nas aldeias, sobretudo, de áreas de mata³¹.

Com relação à avaliação dos resultados dessa etapa da Formação Continuada, o relatório explicita os seguintes aspectos positivos: a troca de experiências na melhoria das práticas realizadas nos CEII/CECI e a participação de pessoas mais velhas das comunidades na orientação dos mais jovens. Os participantes da Formação Continuada manifestaram-se favoráveis à continuidade dessa ação e também indicaram que os encontros deveriam ser precedidos por reuniões preparatórias para a definição do que seria abordado em cada encontro. A equipe da DOT Educação Infantil, por sua vez, propôs que o assessor Luis Grupioni, antropólogo responsável pela próxima etapa da Formação Continuada, desenvolvesse uma pesquisa inicial, junto às três comunidades atendidas pelos CEII/CECI, para reunir informações que subsidiassem a proposta dessa Formação Continuada.

A pesquisa realizada por esse consultor abarcou dados sobre os períodos de funcionamento dos CEII/CECI; a organização das turmas; a rotina e o planejamento; as atividades desenvolvidas; uma análise dos relatórios e documentos anteriores; as dificuldades e os avanços encontrados na realização das atividades dos CEII/CECI.

³¹ Esse mesmo problema é mencionado em todos os relatórios posteriores.

A pesquisa também previa reunir demandas e propostas referentes à Formação Continuada e à Formação Inicial, incluindo informações sobre o nível de escolarização dos educadores dos CEII/CECI e seu nível de fluência verbal, leitura e escrita nas línguas guarani e portuguesa.

Os dados coletados durante a pesquisa resultaram na produção de um documento³², contendo o perfil dos educadores dos CEII/CECI; um quadro das expectativas e demandas para a Formação Continuada; indicadores para a avaliação final do trabalho; subsídios para a elaboração do Programa de Formação Inicial de Professores Indígenas.

Esse programa de Formação Inicial é citado adiante no relatório, onde é explicitado que o programa seria realizado por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a SME-SP e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Também foi decidido que a DOT Educação Infantil solicitasse que a Assessoria Técnica e Jurídica da SME-SP averiguasse as condições técnicas e legais necessárias para a realização dessa Formação Inicial.

O Termo de Cooperação Técnica firmado entre a SME-SP e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP), em 21 de dezembro de 2012, estabelece os parâmetros para a cooperação entre as duas Secretarias de Educação, visando definir competências para a autorização de funcionamento e a supervisão dos CEII/CECI. A necessidade desse Termo de Cooperação já havia sido indicada nas primeiras atas de reuniões realizadas pela DOT Educação Infantil, quando foi reconhecido que a responsabilidade pela oferta de programas de Educação Escolar Indígena cabia à Secretaria Estadual de Educação, embora a Educação Infantil fosse atribuição da Secretaria Municipal de Educação, o que colocava os Centros de Educação Infantil Indígena num lugar de indefinição formal, em termos do seu funcionamento e da sua supervisão.

Na reunião realizada entre membros da SME-SP e da SEE-SP, também foram abordados os seguintes temas: a participação da SME-SP na Conferência Estadual de Educação Escolar Indígena (27 e 28 de julho de 2006); uma proposta de Formação Inicial/Básica de jovens e adultos das aldeias guarani na Cidade de São Paulo; a participação de um representante da SME-SP no Núcleo de Educação Indígena da SEE-SP, setor responsável pela implementação dos programas de Educação Escolar Indígena no Estado de São Paulo.

O relatório da DOT Educação Infantil também apontou a necessidade de buscar meios para publicar os textos produzidos anteriormente pelos educadores dos CEII/CECI, demais membros das três aldeias e os antropólogos da Pletora Ltda. Para este fim, foi firmado o Convênio n. 081/2005 MEC/SME - Projeto “Histórias para sonhar e contar para sempre”, aprovado pela Comissão Nacional de Apoio à Produção, Educação e Distribuição de Material Didático Indígena – Capema/MEC. O Convênio previa a publicação, até dezembro de 2007, de 2.000 exemplares em língua guarani mbya, que seriam distribuídos nos CEII/CECI e nas escolas do entorno. Para tanto, foi feita a contratação da consultoria do antropólogo Luis Donisete Benzi Grupioni, o qual foi encarregado de revisar e editar o material já produzido.

Essa consultoria, já mencionada nos itens referentes à Formação Continuada e Inicial dos educadores dos CEII/CECI, se estendeu por um período de 12 meses (junho/2006 a maio/2007). O relatório elaborado pela DOT Educação Infantil apresenta a seguinte justificativa para essa contratação:

³² Esse documento não foi incluído no relatório e não pôde ser encontrado no conjunto de outros materiais pertinentes aos CEII/CECI, portanto, não foi possível incorporá-lo a esta análise.

As ações desenvolvidas nos Centros de Educação Infantil Indígenas vinculados aos Centros de Educação e Cultura Indígena (CECIs), integrantes da rede de ensino da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, precisam estar orientadas por procedimentos antropológicos que garantam sua qualidade bem como sua efetividade na promoção da cultura e da língua falada pelas crianças das comunidades Guarani atendidas, bem como acesso qualificado aos conhecimentos da sociedade envolvente (SÃO PAULO, 2006, p. 3)

Porém, o mesmo relatório aponta que a assessoria antropológica visava, principalmente, subsidiar as ações de Formação Continuada do conjunto de educadores dos CEII/CECI (monitores, coordenadores educacionais e funcionários do quadro de apoio), seguindo cinco objetivos básicos³³ :

1. Desenvolver nos educadores indígenas a competência de leitor e escritor, condições indispensáveis para que possam estimular nas crianças que frequentam os CEIIs o interesse pela leitura;
2. Operacionalizar a leitura, o entendimento, a aplicação e a adaptação por parte dos educadores indígenas do documento “Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e Emeis da cidade de São Paulo”. Como documento básico a ser discutido e implementado no município, trata-se de propor um conjunto de ações que terão como objetivo primeiro apresentar o documento aos monitores, permitindo a estes uma aproximação e um entendimento de seus propósitos e intenções, e, ao mesmo tempo, estimular a reflexão sobre como dar a esse documento uma feição indígena guarani, isto é, pensar o que deste documento pode ser implementado nos CEIIs, de que forma, o que precisa ser adaptado, recriado e pensando especificamente para atender às necessidades das crianças guarani;
3. Trabalhar as diferentes linguagens na Educação Infantil indígena para que os educadores indígenas possam refletir e pensar criticamente sobre suas práticas, enriquecendo seus repertórios;
4. Sistematizar e atender as demandas e propostas dos educadores indígenas por Formação Continuada, isso inclui uma reflexão sobre a língua guarani, sobre práticas pedagógicas, a troca de experiências entre os educadores e o acesso a informações sobre a sociedade envolvente e outras sociedades indígenas;
5. Sistematizar experiências de Educação Infantil indígena a partir do trabalho realizado nos CEIIs. Planejar e preparar uma publicação e/ou exposição que possa dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos nos CEIIs, tendo em vista o pouco conhecimento sobre a existência dos índios na cidade de São Paulo pela rede de ensino e a inexistência de experiências sistematizadas de Educação Infantil para populações indígenas.

A análise desses objetivos evidencia que houve uma mudança significativa em relação à abordagem adotada anteriormente pela SME-SP (2004-2005), quando se priorizou a pesquisa etnográfica junto aos Guarani Mbya das três aldeias para o desenvolvimento de ações educativas e culturais baseadas no conhecimento de diversos aspectos das suas dinâmicas socioculturais. Esses aspectos incluíam: as concepções e as práticas relativas à vida ritual; as múltiplas formas de expressão e comunicação utilizadas pelos Guarani; a agricultura; a caça; a produção da cultura material e, por conta das demandas por Educação Infantil, concepções e práticas relacionadas ao desenvolvimento das crianças e ao seu papel no cotidiano guarani.

Já as ações desenvolvidas no período seguinte (2005-2006) enfatizam competências associadas à escolarização, sobretudo, a leitura e a escrita, assim como a aplicação e a adaptação de um conjunto de políticas de Educação Infantil originalmente desenvolvidas para as escolas não indígenas. Também há uma preocupação maior em estabelecer uma relação mais estreita com as unidades de Educação Infantil não indígenas que se encontram próximas às aldeias guarani.

O relatório elaborado pela equipe DOT Educação Infantil nesse período conclui com informações breves sobre o Plano Municipal de Educação, então em fase de elaboração. O relatório também menciona a aquisição de livros para os acervos dos CEII/CECI. No que se refere ao Plano Municipal de Educação, há a indicação de que a equipe, com o assessor antropológico Luis Grupioni, encaminharia à SME-SP um capítulo sobre a Educação Escolar Indígena para compor o referido Plano. Com relação à aquisição de livros, foram indicados 328 títulos de literatura infantil para cada CEII/CECI, visando ao “alinhamento aos principais programas em desenvolvimento nesta Secretaria” (p. 7).

3.3 Relatório da DOT Educação Infantil 2007

O terceiro relatório elaborado pela DOT Educação Infantil refere-se a atividades desenvolvidas entre junho de 2006 a julho de 2007 e contempla as seguintes ações: a publicação de materiais didáticos, a elaboração da proposta de Formação Inicial dos educadores dos CEII/CECI e a Formação Continuada dos mesmos.

A publicação de materiais didáticos abarcou dois itens: um livro de narrativas em língua guarani, coletadas e organizadas em 2004, e o cartaz bilíngue “Mbaravija, Mbaravija. Mba’e pa karai pe oi va’e? O que é, o que é?”. O relatório destaca que a distribuição do cartaz, em todas as escolas do município, deveria contribuir para a divulgação de informações sobre os povos indígenas no Brasil e, mais especificamente, sobre os Guarani Mbya na Cidade de São Paulo. Objetivo este condizente com a proposta de “educação para a diversidade étnico-cultural”, prevista no documento de orientação das políticas de Educação Infantil do Município de São Paulo: Tempos e espaços para a infância e suas linguagens no CEIs, creches e EMEIs da Cidade de São Paulo.

No que diz respeito à proposta de Formação Inicial para a capacitação dos professores guarani dos CEII/CECI, o relatório afirma que, devido à “baixa escolaridade dos educadores leigos indígenas”, a proposta visaria formá-los em serviço para atuarem na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. A proposta, formulada por membros das três aldeias com a assessoria do antropólogo Luis Grupioni, foi encaminhada às instâncias superiores da SME-SP e para a análise dos Conselhos Municipal e Estadual da Educação e o Ministério da Educação. Ela apresentava os seguintes objetivos³⁴:

- Formar professores guarani, como educadores e pesquisadores, preparados para contribuir com as lideranças e os mais velhos das aldeias na educação das crianças e jovens, seguindo os princípios éticos, religiosos e culturais específicos do povo Guarani Mbya;

³⁴ Reproduzimos, a seguir, os objetivos constantes do próprio relatório elaborado pela DOT Educação Infantil em 2007.

- Capacitar os professores para que possam, em conjunto com suas comunidades, elaborar propostas curriculares e pedagógicas que atendam às suas expectativas com relação à educação escolar;
- Propiciar o estudo da língua guarani e o desenvolvimento da escrita nessa língua, pelos professores indígenas, com o objetivo de garantir a presença da língua indígena ao longo de todo o processo educacional, como disciplina em si e como instrumento de ensino em todas as outras disciplinas do currículo escolar;
- Propiciar aos professores o domínio da língua portuguesa, na sua modalidade oral e escrita, habilitando-os para a alfabetização das crianças Guarani;
- Transmitir conhecimentos que fortaleçam a participação dos Guarani na sociedade brasileira, com melhores condições de gerir e defender o seu território, seus interesses e direitos, a venda e a aquisição de bens, o uso adequado e a conservação dos recursos naturais, a busca de alternativas econômicas auto-sustentáveis, o maior controle social das políticas públicas e melhoria da qualidade de vida;
- Assessorar os professores indígenas na elaboração e na publicação de materiais didáticos, literários e de pesquisa, específicos para suas escolas e para a sua comunidade;
- Capacitar os professores indígenas para a gestão administrativa dos CEII/CECI;
- Desenvolver um trabalho de educação para a saúde envolvendo os pais e mães das crianças que frequentam os CEII/CECI, os pajés e equipes de saúde que atuam nas aldeias, visando à prevenção de doenças que afetam diretamente as crianças tais como diarreias, verminoses, escabiose, cáries, doenças respiratórias, desnutrição, entre outras.

O relatório, elaborado no terceiro ano de funcionamento dos CEII/CECI, conclui com uma seção dedicada à descrição das atividades voltadas à Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI, promovida em parceria com a ONG Instituto de Tradições Indígenas (IDETI). Nesse sentido, foram realizados seis encontros nas aldeias, visando à discussão do trabalho desenvolvido com as crianças nos CEII/CECI, à definição da proposta pedagógica dessas Unidades Educacionais e à identificação das necessidades de formação dos professores, para a elaboração da proposta de Formação Inicial supracitada. Os encontros também abordaram brincadeiras infantis guarani e não indígenas e a produção de brinquedos com materiais recicláveis. No decorrer das oficinas, também foram lidos e discutidos dois capítulos do livro *A Rede em Rede: a Formação Continuada na Educação Infantil – Fase 1*, voltada para as escolas de Educação Infantil não indígenas da SME-SP.

3.4 Relatório da DOT Educação Infantil 2008

O relatório elaborado pela equipe da DOT Educação Infantil, em 2008, abrange atividades realizadas no período de agosto de 2007 a outubro de 2008. Nele há o detalhamento de três ações básicas: a distribuição de materiais didáticos, a reorganização da proposta de Formação Inicial dos educadores dos CEII/CECI e a realização da Formação Continuada dos mesmos.

No que tange à distribuição de materiais didáticos, o relatório informa que o livro *Nhandereko, nhemombe'u tenonderã – Histórias para contar e sonhar*, composto por textos em língua guarani e ilustrações feitas pelos Guarani Mbya em 2004, foi lançado em dezembro de 2007. Foram distribuídos cem exemplares do livro para cada CEII/CECI (totalizando 300 exemplares) e dois

exemplares para cada Unidade de Ensino da Rede Municipal de Educação³⁵. Esse livro foi utilizado durante os encontros de Formação Continuada, e também foram confeccionados bonecos do tipo mamulengo para a apresentação teatral de algumas das narrativas que compõem o livro. Algumas dessas histórias também foram incorporadas a brincadeiras e atividades pedagógicas com os alunos dos CEII/CECI.

O relatório também informa que os CEII/CECI atendem cerca de 300 crianças na faixa etária de 0-6 anos. É o primeiro relatório a explicitar o número de alunos, mesmo que aproximado, desde o levantamento inicial apresentado em 2004, quando foram identificadas 55 crianças nesta faixa etária na Aldeia Jaraguá, 113 na Aldeia Tenonde Porã e 53 na Aldeia Krukutu, totalizando 221 crianças. Todavia, aquele levantamento inicial não informava se essas crianças eram ou não alunas dos CEII/CECI, apenas indicava a demanda por Educação Escolar Infantil.

Nesse sentido, desde o primeiro ano de implementação dos CEII/CECI, os relatórios elaborados pela SME-SP não informavam o número de crianças atendidas pelo programa. Esses dados, em comparação com o número total de crianças residentes em cada aldeia, são fundamentais para a avaliação do programa e também para qualquer iniciativa de melhoria no acesso à política de Educação Infantil em curso³⁶.

No que diz respeito à Formação Continuada, foram realizados 10 encontros nesse período, cujos objetivos eram: (1) promover a reflexão sobre o trabalho realizado com os alunos dos CEII/CECI; (2) sistematizar esse trabalho, com o intuito de avançar na definição da Proposta Pedagógica dessas Unidades Educacionais ; (3) organizar o tempo e os espaços das atividades educacionais. Os encontros, precedidos por reuniões preparatórias, abordaram os seguintes conteúdos:

- 1º Encontro: Visita a uma Escola de Educação Infantil (EMEI/CEI) para observação e registros das atividades desenvolvidas nessa escola;
- 2º Encontro: Discussão sobre a visita a partir da síntese dos registros;
- 3º Encontro: Lançamento do Livro Nhandereko, nhemombe'u tenonderã – Histórias para contar e sonhar;
- 4º Encontro: Conversas sobre o livro Nhandereko, nhemombe'u tenonderã – Histórias para contar e sonhar;
- 5º Encontro: Um olhar para as relações de cuidado: Cuidar e Educar;
- 6º Encontro: Cuidar e Educar – enfoque na saúde e na alimentação;
- 7º Encontro: Textos e narrativas infantis;
- 8º Encontro: Jogos e brincadeiras infantis;
- 9º Encontro: Organização do Tempo e Espaço nas Unidades Educacionais ;
- 10º Encontro: Avaliação dos encontros realizados e planejamento dos próximos.

35 Não há, neste relatório, uma menção ao número de escolas que receberam o livro, nem ao total de exemplares que foram efetivamente publicados, embora o Convênio n. 081/2005 MEC/SME - Projeto “Histórias para sonhar e contar para sempre” tivesse estabelecido a quantidade de 2.000 exemplares.

36 A título de exemplo, o levantamento realizado pela presente consultoria, em 2015, revelou que havia 155, 133 e 41 crianças de 0-6 anos nas aldeias Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu, respectivamente. Destas crianças, 72%, 82% e 71% estavam matriculadas nos respectivos CEII/CECI. Uma análise destes dados e da relação deles com o acesso à Educação Escolar Infantil pode ser encontrada no terceiro capítulo deste relatório.

Durante o último encontro de Formação Continuada, a avaliação feita com os educadores dos CEII/CECI apontou como aspectos positivos: o lançamento do livro supracitado; a elaboração coletiva das pautas dos encontros de Formação Continuada, por meio de reuniões preparatórias; as oficinas de brinquedos e bonecos (confeccionados com um grupo de teatro mamulengo) e o enfoque nas brincadeiras infantis. Os educadores também destacaram um aumento no diálogo³⁷, no acesso a informações e saberes não indígenas e na participação das pessoas mais velhas, principalmente, no tocante às brincadeiras tradicionais.

Os educadores explicitaram que os seguintes aspectos precisavam ser melhorados: o registro das práticas educacionais (que poderiam ser feitas em suportes multimeios); a realização de mais atividades práticas; o aumento na quantidade e na periodicidade dos encontros de Formação Continuada; a realização de oficinas que contemplassem uma etapa de “devolutiva”³⁸. Também ficou evidente, na avaliação da Formação Continuada, que esta não substitui a necessidade de uma Formação Inicial e que deveria haver uma formação específica para os Coordenadores Educacionais, tendo em vista a atribuição de responsabilidades específicas relacionadas à gestão de cada CEII/CECI. Os educadores também manifestaram o interesse em desenvolver atividades de intercâmbio com outras aldeias guarani no Estado de São Paulo e a expectativa de traduzir o livro recém-publicado para o português, assim como desenvolver atividades a partir dos conteúdos desse livro.

Nesse período, também foi feita a reorganização da proposta de Formação Inicial dos educadores atuantes nos CEII/CECI, a qual previa a sua habilitação para o Magistério em nível médio, requerimento legal mínimo para o exercício profissional na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Essa reorganização da proposta original visava readequá-la, em termos da duração prevista, agora contemplando um curso que se estenderia por 28 meses. Os objetivos dessa Formação Inicial continuam próximos aos do projeto inicial descrito no relatório anterior, porém, à diferença da proposta original, o curso teria um foco muito mais concentrado nas atividades pedagógicas dos próprios CEII/CECI e não mais na formação para uma atuação dos educadores e seus alunos no âmbito político mais amplo, por exemplo, nas demandas por demarcação das Terras Guarani e na gestão delas.

Segue a relação de objetivos específicos dessa nova proposta de Formação Inicial explicitada no quarto relatório elaborado pela DOT Educação Infantil (pp. 2-3):

- I - Promover a formação em nível fundamental e/ou médio dos educadores indígenas, moradores das aldeias Guarani do Município de São Paulo, em atuação nos CEII/CECIs;
- II - Fornecer subsídios para que esses educadores aprimorem e fortaleçam suas competências como pesquisadores de sua própria língua e cultura;
- III - Promover a formação em serviço para a atuação na Educação Infantil Indígena;
- IV - Fornecer subsídios que contribuam para a construção e/ou refinamento do Projeto Pedagógico dos Centros de Educação Infantil Indígena, em um esforço de articulação entre as expectativas das comunidades e as propostas curriculares a serem delineadas;
- V - Promover espaços de discussão, articulação e transposição entre os saberes dos índios e dos não índios;

37 Não fica claro se isso é uma referência ao diálogo entre os próprios educadores dos CEII/CECI, deles com a SME-SP ou com outros educadores da Rede Municipal de Ensino.

38 Não está claro no relatório ao que essa “devolutiva” se refere ou, tampouco, como ela seria realizada.

- VI - Viabilizar produções de materiais didáticos, de autoria dos educadores-estudantes, para a Educação Infantil Indígena;
- VII - Registrar a memória do Programa bem como divulgar, por meio de site exclusivamente produzido para esse fim, as iniciativas vinculadas ao projeto, tais como produções de materiais didáticos e pesquisas desenvolvidas em seu âmbito.

3.5 Relatório da DOT Educação Infantil 2009/2010

A partir do ano 2009, os relatórios elaborados pela DOT Educação Infantil concernentes às atividades dos CEII/CECI passam a ser produzidos e encaminhados ao Conselho Municipal de Educação a cada dois anos. Assim, o quinto relatório abrange o período de outubro de 2008 a dezembro de 2010. Esse relatório aborda os seguintes aspectos: as atividades desenvolvidas nos CEII/CECI; a elaboração do Regimento dos CECI e de um novo Termo de Convênio com a ONG responsável pela gestão dos CEII/CECI; a Formação Continuada dos educadores guarani; a parceria com a DOT Educação Etnicorracial.

O relatório oferece dados precisos sobre o número de alunos, na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses, atendidos pelos CEII/CECI em cada aldeia, no período correspondente a 2009 e 2010, dados estes imprescindíveis para a avaliação do programa. Segundo o levantamento feito pela SME-SP, havia, em 2009, 144 crianças matriculadas no CEII/CECI da Aldeia Tenonde Porã, 55 crianças na Aldeia Krukutu e 135 crianças na Aldeia Jaraguá, totalizando 334 crianças naquele ano. Em 2010, havia 142, 59 e 126 crianças matriculadas nos CEII/CECI das respectivas aldeias, somando 327 alunos. Todavia, não há informações no relatório que permitam saber se isso representa a totalidade das crianças nessa faixa etária nas três aldeias, o que nos impede de avaliar se o programa assegura o atendimento universal à Educação Infantil nessas três comunidades.

O relatório também apresenta o número de educadores de cada CEII/CECI, a saber: 11 no CEII/CECI Tenonde Porã, 7 no Krukutu e 9 no Jaraguá, assim como um Coordenador Educacional e um Coordenador Cultural por Unidade, totalizando 39 educadores e coordenadores guarani.

Apresenta-se também um detalhamento das ações desenvolvidas em cada um dos CEII/CECI, explicitando que, embora sejam norteadas por princípios e objetivos comuns, constantes do Regimento dos CEII/CECI, cada Unidade tem seu próprio projeto pedagógico, o qual é elaborado em conjunto com as Diretorias Regionais de Educação (DREs) Capela do Socorro, no caso das Aldeias Tenonde Porã e Krukutu, e Pirituba/Jaraguá, no caso da Aldeia Jaraguá.

No que diz respeito especificamente ao CEII/CECI Jaraguá, o relatório afirma que a localização dessa aldeia, muito mais próxima ao centro de São Paulo e aos meios de transporte, em comparação com as outras aldeias, tem favorecido parcerias e interlocução com escolas não indígenas, pesquisadores ligados a universidades e agentes do poder público, que não se limitam à área de educação. Inclusive, os educadores dos CEII/CECI Jaraguá tiveram participação em várias conferências nesse período, a saber: a Conferência Infanto-Juvenil pelo meio ambiente, a Conferência da Defensoria Pública Estadual; a Conferência da Igualdade Racial; a Conferência de Arte e Cultura; a Conferência Nacional de Educação.

Todavia, o relatório também aponta problemas que derivam dessa proximidade com o contexto urbano. Nesse sentido, são destacados três problemas principais: (1) a escassez de áreas

disponíveis para a realização de práticas fundamentais para os Guarani, por exemplo, o plantio, a caça e a coleta, o que limita os conhecimentos e as experiências que podem ser compartilhados pelos mais velhos com as crianças; (2) o surgimento de problemas sanitários e de saúde característicos do contexto urbano, tais como: hábitos de alimentação prejudiciais à saúde e o acúmulo de lixo e outros resíduos, que não encontram tratamento/destino adequados; (3) o enfrentamento de doenças que atingem as crianças guarani de modo recorrente. Nota-se, mais uma vez, que são problemas que incidem sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas nos CEII/CECI, mas cuja origem e solução residem, em grande medida, além do seu alcance, exigindo a intervenção de outras instâncias do poder público.

No caso dos CEII/CECI localizados nas Aldeias Tenonde Porã e Krukutu (região de Parelheiros), observa-se que os desafios assinalados apresentam diferenças significativas em relação ao CEII/CECI Jaraguá. Inclusive, durante todo o primeiro semestre de 2009, os educadores dos CEII/CECI localizados nas aldeias de Parelheiros não tiveram o acompanhamento de um técnico educacional da prefeitura, uma vez que nenhum profissional da Rede Municipal havia sido designado para a função. O relatório também menciona que os CEII/CECI das aldeias de Parelheiros tiveram um Plano de Ensino Anual unificado, o qual propunha atividades pedagógicas vinculadas às atividades rituais e econômicas das duas aldeias.

Ainda no que se refere à relação entre essas Unidades Educacionais e as comunidades guarani em que se inserem, o relatório explicita que os CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu constituíram uma Associação de Pais e Mestres, para que os familiares das crianças participassem da gestão da escola. Também é mencionada uma aproximação entre as atividades realizadas nos CEII/CECI e nas casas de reza. Soma-se a isto o fato de que os educadores passaram a mediar a relação entre os familiares dos alunos e várias instituições que atendem as crianças guarani. Esta última ação é identificada como um fator determinante para assegurar a adesão das famílias aos programas de vacinação e a outras ações de saúde implementadas pelas Unidades Básicas de Saúde instaladas nas aldeias. Os educadores também teriam se engajado em conscientizar as famílias da importância da Certidão de Nascimento como meio de acesso a direitos e programas sociais, e orientado as ações das equipes de apoio e cozinheiros dos CEII/CECI.

No que diz respeito ao conjunto dos três CEII/CECI, esse quinto relatório detalha que, ao final de 2009, quando da renovação do Termo de Convênio entre a SME-SP e o Órgão Gestor, o Instituto de Tradições Indígenas (IDETI), ONG responsável por repassar as verbas recebidas da SME-SP para o pagamento dos funcionários dos CEII/CECI e parceira na gestão das atividades das mesmas Unidades Educacionais, foi decidida a criação do cargo de “Coordenador Cultural” para cada CECI. Estes Coordenadores Culturais seriam acrescentados ao quadro de funcionários indígenas já composto por Coordenadores Educacionais, monitores, vigilantes, auxiliares de cozinha e de limpeza.

Nesse sentido, no início de 2010, foi elaborado o Regimento dos Centros de Educação e Cultura Indígena, o qual assinalou as funções que caberiam aos novos Coordenadores Culturais:

zelar pela valorização da cultura guarani nas atividades cotidianas do CECI; colaborar na orientação e na coordenação das reuniões de planejamento das atividades pedagógicas juntamente com o Órgão Gestor e o Coordenador Educacional; manter a comunidade da aldeia e a comunidade externa envolvidas na produção e na partilha dos conhecimentos projetados e executados nos CECI.

Observa-se que o referido Regimento aumenta a complexidade da estrutura de gestão dos CEII/CECI, como pode ser averiguado na criação de novas funções e instâncias administrativas, que passaram a operar no interior dessas Unidades Educacionais, a saber: o Coordenador Geral (representante do Órgão Gestor)³⁹, o Coordenador Educacional, o Coordenador Cultural, a Associação de Pais e Mestres e, finalmente, os monitores, os auxiliares de cozinha, limpeza e vigilância.

Em dezembro de 2010, o IDETI, até então o Órgão Gestor dos CECI, solicitou a extinção do Termo de Convênio assinado um ano antes. Segundo indicação de membros das comunidades guarani e os procedimentos previstos na legislação, foi firmado, em maio de 2011, um convênio com a ONG Opção Brasil. Essa ONG, por sua vez, solicitou a criação de mais três cargos: um Coordenador Geral Pedagógico, um Coordenador Geral Administrativo e três Auxiliares Escolares.

No que se refere às ações de Formação Continuada, estas foram desenvolvidas, pela primeira vez, em parceria com a DOT Educação Étnico-Racial. Segundo a análise do relatório que contempla o período de 2009 e 2010, entende-se que tais atividades foram interrompidas em 2009 e retomadas em 2010, desenvolvendo-se por meio de Encontros Centrais e Encontros Locais, cujo objetivo principal era dar destaque às rotinas pedagógicas, por meio do planejamento e da organização do tempo e dos espaços para a realização das atividades pedagógicas, assim como a seleção de materiais para uso nos CEII/CECI.

Conforme indicado na avaliação apresentada no relatório anterior, os encontros de Formação Continuada deveriam ser precedidos por reuniões de preparação, nas quais fossem discutidos os temas centrais e a dinâmica de cada etapa da formação. Em 2010, essas reuniões preparatórias, chamadas de Encontros Centrais ocorreram mensalmente, na SME-SP, e contaram com a participação dos Coordenadores Educacionais e Culturais Guarani de cada CEII/CECI e a equipe das DOT Educação Infantil e Educação Étnico-Racial, assim como outros técnicos da SME-SP e das Diretorias Regionais de Educação Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá. Após cada Encontro Central, era realizado um Encontro Local numa das três aldeias, alternadamente, com todos os educadores dos CEII/CECI.

O relatório também apresenta um quadro de expectativas de aprendizagem referentes aos Coordenadores Educacionais e Culturais, aos Monitores e aos alunos dos CEII/CECI. Estas expectativas são organizadas em cinco eixos: (1) tempos e espaços, pertinentes à rotina das atividades pedagógicas; (2) o uso de materiais, referente ao acesso e à utilização de materiais indispensáveis às atividades pedagógicas desenvolvidas; (3) interações, correspondentes às relações com diferentes agentes das comunidades e das Unidades Educacionais e, no caso das crianças, as interações também visariam contribuir para o desenvolvimento da sua autonomia e dos modos como se relacionam com os saberes guarani; (4) cuidar e educar, no que diz respeito aos cuidados que os Guarani tradicionalmente dedicam às crianças e também a aspectos que garantam sua saúde no contexto urbano em que as aldeias estão inseridas; (5) brinquedos e brincadeiras, com ênfase nos brinquedos e brincadeiras guarani e visando à possibilidade de que as crianças desenvolvam seus próprios brinquedos e tenham liberdade de escolher e propor atividades lúdicas.

A avaliação da Formação Continuada que foi desenvolvida durante o ano de 2010 inicia-se com um depoimento extenso de Timóteo Vera Popygua, então cacique da Aldeia Tenonde Porã. Esse depoimento constitui uma análise do programa dos CEII/CECI, desde a sua criação até 2010. Nesse sentido, Timóteo observa que os CEII/CECI foram criados com um objetivo: “fortalecer

39 Segundo a Portaria n. 3.194/04, o “Órgão Gestor dos CECI será uma entidade juridicamente constituída, idônea e de reconhecido respeito dos Guarani, de consenso entre a SME e os Guarani”.

a cultura e a língua guarani”. No entanto, ele ressalta que é muito difícil desenvolver práticas educacionais guarani num espaço tão exíguo, como é o caso das Terras Guarani no Município de São Paulo, onde há uma escassez dos elementos considerados fundamentais para a vida cultural guarani e até mesmo para a sobrevivência física, como ele aponta ao dizer que, antes dos CEII/CECI, morriam cerca de 30 crianças por ano, por desnutrição. Timóteo também afirma que os Guarani sempre tiveram e têm uma educação tradicional, baseada em seus próprios saberes. Por outro lado, ele identifica que, para ser um “monitor, o professor tem que ter o conhecimento do branco. E a SME tem a obrigação de oferecer, porque é uma instituição do branco. Precisamos ter formação”. Nisso, ele aponta que a principal dificuldade experimentada pelos educadores dos CEII/CECI é com a escrita e que eles precisariam de formação nessa área, para darem conta das atividades que seu trabalho exige.

Na sua análise, Timóteo atribui o êxito dos CEII/CECI ao trabalho dos mais velhos, os quais foram contratados como Coordenadores Culturais e estimularam a integração das atividades dos CEII/CECI com as práticas culturais e educativas realizadas em outros espaços das aldeias, principalmente, nas casas de rezas. Por meio disso, as crianças puderam dar continuidade aos saberes guarani. Inclusive, ele explicita que as crianças aprendem narrativas e brincadeiras nos CEII/CECI, que antes estavam caindo em desuso e no esquecimento. Ele também menciona que as crianças levam as atividades que aprendem nos CEII/CECI para outros espaços das aldeias.

Na segunda parte da avaliação, o relatório faz uma revisão dos trabalhos desenvolvidos em anos anteriores, com base em relatórios elaborados pelo SME-SP, apontando as seguintes necessidades: o registro das práticas educacionais; proporcionar mais atividades práticas, em vez de discussões teóricas; aumentar a quantidade e a periodicidade dos encontros; ter um envolvimento maior dos educadores; aprimorar a logística dos encontros (pontualidade, alimentação, transporte e documentação).

A equipe da DOT Educação Infantil avalia que, em 2010, houve uma mudança significativa nas políticas destinadas aos CEII/CECI, por meio da realização de ações específicas voltadas aos coordenadores e aos monitores, no âmbito da Formação Continuada. Nesse sentido, os próprios coordenadores puderam se dedicar à Formação Continuada dos monitores, a partir dos temas propostos e desenvolvidos nas reuniões preparatórias que antecederam cada encontro de formação. Também é explicitado que houve um aumento na periodicidade dos encontros de Formação Continuada e no registro das atividades pedagógicas, assim como houve uma ênfase na realização de atividades práticas.

O relatório aponta como metas para as próximas etapas do trabalho objetivos que já constavam do relatório apresentado em 2008, a saber: a tradução em português do livro Nhandereko, nhemombe’u tenonderã – Histórias para contar e sonhar, publicado em 2007; a utilização de recursos em diversos suportes (fotografia, rádio, vídeo, internet, etc.); a realização de um curso de Formação Inicial dos educadores dos CEII/CECI. No entanto, é proposto que a publicação do livro se dê por meio digital, através do apoio dos monitores de informática contratados para atuarem nas recém-inauguradas salas de informática dos CECI. Há também a proposta de que as crianças produzam ilustrações e comentários sobre as narrativas, que serão incorporadas ao e-book. Cabe mencionar, entretanto, que essa tradução e a publicação de um e-book com ilustrações e comentários das crianças guarani não foram realizadas.

Ainda com relação ao uso de diferentes suportes audiovisuais, propõe-se que, por meio de uma parceria com o programa “Nas ondas do Rádio - SME”, seja criada uma rádio infantil, nos moldes daquelas existentes no restante da Rede Municipal de Ensino, mas com o diferencial de que a programação seja composta por cantos e histórias que tradicionalmente são enunciadas nas casas de reza.

Numa seção do relatório dedicada à descrição da produção de materiais didáticos, são apresentados dois produtos: o vídeo, *A criança e a escola guarani mbya*, e o *Caderno de Orientações Curriculares para os CEII/CECI*. No que diz respeito ao vídeo, trata-se de um material que documenta os encontros de Formação Continuada realizados em 2010, visando ao registro e à divulgação das discussões dos temas abordados nesses encontros. O vídeo também procura apresentar a perspectiva dos educadores guarani sobre a instituição escolar.

O *Caderno de Orientações Curriculares* também apresenta um registro das discussões desenvolvidas durante essa etapa de Formação Continuada, mas com o objetivo de produzir um documento referencial de atividades curriculares para os CEII/CECI, assim como subsidiar uma reflexão em torno das ações educativas realizadas pelos educadores guarani.

O relatório referente às atividades de 2009 e 2010 conclui com uma breve descrição da parceria estabelecida com a DOT Educação Étnico-Racial, destacando que essa parceria surge da necessidade de cumprir a Lei 11.645/08, segundo a qual a educação básica, a formação de professores e a produção de materiais didáticos devem abordar o ensino da história e da cultura dos povos indígenas, africanos e afrodescendentes. É também nesse sentido que o relatório registra a participação dos educadores e dos alunos dos CEII/CECI nas atividades de comemoração dos 75 anos da Educação Infantil na Cidade de São Paulo. De acordo com a avaliação desse evento, o envolvimento dos Guarani nessas atividades ampliou a sua interlocução com o resto da Rede Municipal de Ensino e contribuiu para a divulgação de informações sobre esse povo indígena na Cidade de São Paulo.

3.6 Relatório da DOT Educação Infantil 2011/2012

O sexto relatório elaborado pela DOT Educação Infantil aborda atividades de acompanhamento dos CEII/CECI no período entre março de 2011 e abril de 2012⁴⁰. Esse relatório descreve os seguintes tópicos: ações para o cumprimento das orientações explicitadas no Parecer n. 218/11 do Conselho Municipal de Educação; a Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI; a construção dos Regimentos Escolares dos CEII/CECI das três aldeias; recursos humanos e recursos materiais e financeiros dessas Unidades Educacionais; a elaboração de materiais pedagógicos; ações de fortalecimento do setor de educação indígena na SME-SP; a divulgação de conhecimentos na Rede Municipal de Ensino; a política de cooperação entre instituições governamentais e não governamentais.

O relatório apresenta informações sobre o número de alunos matriculados nos CEII/CECI das três aldeias, explicitando que havia 119 crianças no CEII/CECI Tenonde Porã, 43 no Krukutu e 130 crianças no Jaraguá, totalizando 292 alunos, na faixa etária entre 0 e 5 anos e 11 meses.

Em seguida, há um detalhamento do conteúdo do Parecer n. 218/11, emitido pelo Conselho Municipal de Educação (CME-SP), a respeito das ações desenvolvidas pela SME-SP junto aos CEII/CECI. Nesse parecer, o CME-SP considerou que o acompanhamento da experiência dos CEII/CECI requer sensibilidade para reconhecer sua especificidade, mas também exige atenção para identificar a presença de aspectos comuns às demais Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino São Paulo, visando, com isso, assegurar a articulação e o aprendizado mútuo entre os educadores dessas diversas Unidades Educacionais, bem como garantir o direito das

⁴⁰ Nesse período, o relatório volta a ser anual.

crianças guarani a uma Educação Infantil de qualidade. O parecer também ressaltou os avanços na construção do projeto de educação diferenciada e no envolvimento de vários segmentos das comunidades, no âmbito do projeto e de ações de fortalecimento da cultura guarani. Apresenta-se, a seguir, uma lista das recomendações assinaladas pelo CME-SP no parecer:

- a) a realização de medidas para a formação de professores indígenas com proposta curricular específica, de modo a habilitá-los para assumir as tarefas de docência e de gestão, consolidando um cenário em que os CEII/CECI estejam a serviço das necessidades, dos interesses e dos projetos de futuro dos povos indígenas;
- b) a atenção aos recursos humanos que trabalham em cada CEII com suas respectivas funções e formações;
- c) a atenção aos recursos materiais e financeiros enviados para a manutenção dos CEII;
- d) o fortalecimento do setor de educação indígena da SME, para a cooperação técnica;
- e) a multiplicação dos conhecimentos específicos da educação indígena na Rede Municipal de Ensino, em especial junto às Diretorias Regionais de Educação com os CEII a elas vinculados;
- f) a promoção de pesquisas de caráter antropológico, visando à sistematização e à incorporação dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas;
- g) o desenvolvimento de atividades que favoreçam a educação escolar bilíngue e intercultural das crianças do CEII;
- h) a elaboração de materiais pedagógicos específicos da cultura guarani;
- i) a efetivação de uma política de cooperação entre diversos órgãos e entidades governamentais e não governamentais, visando ao desenvolvimento de ações integradas voltadas à população indígena;
- j) o acesso da população indígena aos programas e ações sociais, respeitadas as suas especificidades;
- k) a renovação de esforços de parceria com a SEE/SP para efetivar a Formação Inicial de professores para a educação indígena.

No que se refere à Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI, as ações desenvolvidas nesse período contemplaram: a retomada dos registros realizados durante a Formação Continuada de 2010; a elaboração de textos sobre a concepção de Educação Infantil Guarani, de cultura e de criança guarani, organizados no Caderno de Orientações Curriculares, Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas para os CEII/CECI, publicado em formato impresso e digital, disponível no site da SME-SP; a implementação de uma rádio infantil e de blogs.

A Formação Continuada, realizada ao longo de 2011, manteve a dinâmica desenvolvida no ano anterior, consistindo em Encontros Centrais e Encontros de Formação Local. Os Encontros Centrais envolviam as equipes das DOT Educação Infantil e Étnico-Racial, das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá, membros da entidade conveniada (Opção Brasil), assim como os Coordenadores Educacionais e Culturais dos CEII/CECI. Esses encontros visavam à preparação dos Encontros de Formação Local, realizados alternadamente nas três aldeias, com todos os educadores dos CEII/CECI.

Ao todo, foram realizados sete Encontros Centrais e sete Encontros Locais, os quais abordaram os seguintes conteúdos: concepções de criança guarani; brinquedos e brincadeiras guarani; tempos e espaços guarani; o cuidar e o educar tradicional guarani articulados à proposta pedagógica do CEII; linguagens artísticas guarani: grafismo e cestaria; a conclusão, a revisão e a avaliação dos textos do Caderno de Orientações Curriculares Guarani Mbya.

Cada Encontro de Formação Local também contou com a realização de oficinas que abarcaram atividades de pintura, dança, culinária, brincadeiras, canto etc., tendo como referência a rotina de trabalho pedagógico dos CEII/CECI e a temática abordada naquele encontro específico, conforme pode ser verificado nos conteúdos supracitados. Tais oficinas envolveram a participação da equipe de Teatro de Bonecos Mamulengos (Projetos Especiais da SME-SP) e, a partir de textos contidos no livro Nhandereko, nhemombe'u tenonderã – Histórias para contar e sonhar, os educadores dos CEII/CECI elaboraram jogos teatrais e confeccionaram bonecos mamulengo com as crianças. O relatório explicita a expectativa de que “a linguagem do Teatro de Bonecos Mamulengos seja uma boa estratégia para o trabalho pedagógico realizado pelos educadores Guarani com as crianças, uma vez que esta linguagem une oralidade, música e técnicas artesanais” (p. 8).

Foi também com este intuito que as ações de Formação Continuada incorporaram um trabalho com os projetos de Informática Educativa e Nas Ondas do Rádio, ambos da SME-SP. Nesse sentido, o relatório afirma que o “Projeto de Formação Continuada 2011/2012 parte do princípio que o educador do CEII/CECI exerce um papel importante no fortalecimento da cultura junto às crianças, sendo ele um dos mediadores entre a sociedade indígena e a sociedade envolvente, já que domina a comunicação de ambas as culturas” (p. 9). A rádio e os blogs também tiveram por objetivo favorecer a comunicação dos Guarani Mbya nas três aldeias da capital paulista com as aldeias em outras regiões e com a população não indígena.

O sexto relatório também descreve o processo de elaboração dos Regimentos Escolares dos CEII/CECI Tenonde Porã, Krukutu e Jaraguá e explica que todos os educadores dessas escolas, membros do Órgão Gestor e das equipes das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá, das DOT Educação Infantil e Educação Étnico-Racial participaram desse processo, tendo em vista a análise realizada pelo CME-SP e a necessidade de reformular os documentos para a sua homologação. Observa-se que, até o momento de elaboração do relatório, os Regimentos estavam em fase de finalização.

O relatório inclui uma descrição do quadro de funcionários atuantes nos CEII/CECI e explicita que todos eles foram contratados por meio de convênio celebrado entre a SME-SP e o Órgão Gestor, a ONG Opção Brasil, o que implica que o pagamento dos funcionários seja feito mediante repasse de verbas da SME-SP para o Órgão Gestor. O relatório explica que, além dos funcionários indígenas, selecionados por suas respectivas comunidades, também compõem o quadro de funcionários os profissionais não indígenas selecionados pelo Órgão Gestor. Estes incluem: um Coordenador Geral Administrativo, um Coordenador Geral Pedagógico, um Secretário e um Auxiliar Administrativo.

A tabela exposta no relatório informa o cargo, a função e o nível de escolaridade de cada funcionário indígena, por Unidade Escolar, informações estas imprescindíveis tanto para conhecer melhor o perfil desses funcionários, como para elaborar uma proposta de Formação Inicial voltada para os educadores, conforme consta dos objetivos das SME-SP em parceria com a SEE-SP.

Apresentamos, a seguir um quadro resumido daquele que consta do relatório:

Cargo	Função	Unidade Educacional	Número e Formação de Pessoas Contratadas por Unidade Educacional
Coordenador Educacional	Acompanha e planeja as atividades pedagógicas.	Tenonde Porã	01 – Ensino Médio
		Krukutu	01 – Ensino Médio
		Jaraguá	01 – Ensino Fund. 1 Incomp.
Coordenador Cultural	Responsável pelas atividades culturais que ocorrem dentro e fora dos espaços do CEII/CECI.	Tenonde Porã	01 – Ensino Médio
		Krukutu	01 – Ensino Médio
		Jaraguá	01 – Ensino Fund. 1 Incomp.
Monitor Educacional	Assessora a elaboração do Projeto Pedagógico; desenvolve a ação pedagógica direta junto às crianças.	Tenonde Porã	Total de 11 monitores: 02 - Ensino Médio; 04 - Ensino Médio Incomp. 05 - Ensino Fund. Incomp.
		Krukutu	Total de 07 monitores: 02 - Ensino Médio; 04 - Ensino Fund. Incomp.; 01 – alfabetizado, mas sem escolaridade.
		Jaraguá	Total de 09 monitores: 02 - Ensino Fund. I; 07 - Ensino Fund. I Incomp.;
Monitor de Informática	Participa da elaboração do Projeto Pedagógico e cuida do funcionamento da sala de informática e do uso dos equipamentos na realização das atividades pedagógicas. Também atende à comunidade usuária da sala de informática.	Tenonde Porã	01 – Ensino Médio
		Krukutu	01 – Ensino Fund. Incomp.
		Jaraguá	01 – Ensino Fund. II
Auxiliar Escolar	Auxilia no trabalho pedagógico e administrativo realizado por coordenadores e monitores.	Tenonde Porã	01 – Ensino Fund.
		Krukutu	01 – Ensino Fund. Incomp.
		Jaraguá	01 – Ensino Fund. II Incomp.
Auxiliar de Limpeza*	Responsável pela limpeza.	Tenonde Porã	Total de 03 auxiliares: 01 – Ensino Fund.; 02 – Ensino Fund. Incomp.
		Krukutu	Total de 02 auxiliares: 01 – Ensino Fund. 01 – não alfabetizado
		Jaraguá	Total de 02 auxiliares: 02 – Ensino Fund. I Incomp
Vigilante	Responsável pela vigilância dos CECI.	Tenonde Porã	Total 04 de vigilantes: 01 – Ensino Médio 03 – Ensino Fund. Incomp.
		Krukutu	Total de 03 vigilantes: 01 – Ensino Médio 02 – Ensino Fund. Incomp.
		Jaraguá	Total de 04 vigilantes: 03 – Ensino Fund. I 01 – Ensino Fund. I Incomp.
Cozinheiro	Prepara e serve as refeições oferecidas nos CECI.	Tenonde Porã	Total de 05 cozinheiros: 03 – Ensino Fund. Incomp. 02 – não alfabetizados
		Krukutu	Total de 04 Cozinheiros: 03 – Ensino Fund. Incomp. 01 – não alfabetizado
		Jaraguá	Total de 04 Cozinheiros: 01 – Ensino Fund. 03 – Ensino Fund. I Incomp.

* Estes funcionários foram contratados pela empresa terceirizada Cor Line.

No que se refere às ações voltadas ao fortalecimento do setor de educação indígena na SME-SP, meta estabelecida nas orientações do Conselho Municipal de Educação (CME-SP), o relatório explica que a DOT Educação Étnico-Racial, setor da SME-SP que atua com a DOT Educação Infantil no acompanhamento dos CEII/CECI, contratou a assessoria de pesquisadoras especializadas nas áreas de educação e antropologia e com experiência de atuação junto aos Guarani Mbya em São Paulo. As pesquisadoras contratadas, Adriana Queiroz Testa (2010 - 2011) e Larissa Menendez (2012) participaram das ações de Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI e desenvolveram atividades de Formação Continuada dos educadores e gestores não indígenas da Rede Municipal no âmbito do “Programa de Educação para as Relações Etnicorraciais”.

Ainda seguindo as orientações apontadas pelo CME-SP, as DOT Educação Infantil e Educação Étnico-Racial contribuíram para a divulgação de conhecimentos referentes à educação indígena na Rede Municipal de Ensino, por meio da disponibilização dos materiais elaborados pelos educadores dos CEII/CECI no site da Educação Infantil no Portal da SME-SP e nos blogs das três aldeias. Os documentos disponibilizados na internet incluíram: o livro *Nhandereko nhemombe’u tenonderã*: histórias para contar e sonhar⁴¹ e a proposta de Formação Continuada realizada no ano de 2010.

Em acréscimo, os educadores dos CEII/CECI também visitaram outras escolas da Rede Municipal, onde puderam trocar experiências com os educadores dessas escolas sobre a ação pedagógica. A DOT Educação Infantil também colaborou com a Sala de Leitura da SME-SP na seleção de livros infantis sobre a temática indígena e participou da elaboração do artigo: “As contribuições da literatura indígena para a construção de uma escola juruá livre de estereótipos”, que fez parte de um livro organizado pela equipe da Sala de Leitura e seria lançado durante a Bienal do Livro da Cidade.

As ações de divulgação de conhecimentos referentes à educação indígena no Município de São Paulo também contaram com o envolvimento das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá, responsáveis pelo acompanhamento dos CEII/CECI localizados em Parelheiros e no Jaraguá, respectivamente. Dentre as atividades fomentadas por estas DREs, destacam-se: a divulgação nos blogs dos CEII/CECI das atividades pedagógicas realizadas; a recepção nas aldeias de visitas de escolas públicas e particulares; parcerias com os CEUs próximos às aldeias guarani; a realização do Projeto Reflorestamento, promovido pela ONG PIKA PAU, com apoio do Instituto Refazenda; ações de colaboração com as Unidades Básicas de Saúde localizadas nas aldeias; a participação no projeto Cinema nas Aldeias, promovido pelo grupo IKORE (esta ação resultou na transformação do espaço do Museu do CECI Jaraguá em sala multimeios, devido ao interesse da comunidade em dar continuidade a atividades deste tipo); a atuação no projeto Mudanças Climáticas e a Visão Guarani, promovido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo; o Projeto Recreio nas Férias, promovido pela SME-SP, por meio do qual as crianças das aldeias participaram de passeios a museus e parques e receberam visitas das escolas da Rede Municipal; participação em reuniões do Núcleo de Educação Indígena (NEI) da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo; participação em seminários e mesas-redondas; parceria com a Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental da aldeia Jaraguá, por meio da qual o CECI Jaraguá cedeu à referida escola o uso de uma sala de aula, por causa das limitações físicas da escola e a demanda crescente por vagas no Ensino Fundamental na aldeia.

41 Convém destacar que esse livro está em língua guarani mbya, portanto, a maioria das pessoas que acessam esse material, por meio do site, não conseguem entender os conteúdos nele apresentados.

O sexto relatório elaborado pela DOT Educação Infantil conclui com uma descrição de ações que visavam à construção de uma política de cooperação entre diferentes órgãos governamentais e entidades não governamentais. Estas ações incluíram a participação das DOT Educação Infantil e Educação Étnico-Racial no Conselho Municipal dos Povos Indígenas, instituído pelo Decreto n. 52.146/11. Esse Conselho é subordinado à Coordenadoria de assuntos da População Negra – CONE, da Secretaria Municipal de Participação e Parceria. Ele tem por objetivo contribuir para a efetivação de políticas públicas voltadas à população indígena, no âmbito da saúde, da cultura, da moradia e da educação, entre outras áreas. Além dos representantes da SME-SP, o Conselho também é constituído por integrantes das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, de Cultura, de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, de Habitação, da Saúde, do Verde e do Meio Ambiente, da CONE e de representantes dos povos indígenas presentes na Cidade de São Paulo: Guarani, Pankararu, Fulni-ô, Kariri-Xocó e Pankararé.

As equipes das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá também desenvolveram ações paralelas de cooperação, as quais incluíram: colaborações com as Unidades Básicas de Saúde, localizadas nas aldeias; ações junto à Funai para a documentação dos moradores das aldeias; participação no Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATT), da Secretaria Estadual do Meio Ambiente; ações com o 49º Batalhão da Polícia Militar⁴²; parcerias com a Guarda Municipal, com a Secretaria Municipal de Participação e Parceria, com a Secretaria de Estado da Justiça, com a Secretaria Estadual de Educação e com o MEC (Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena), embora não sejam fornecidas informações sobre os objetivos e resultados da cooperação com essas instituições.

O relatório elaborado pela DRE Pirituba/Jaraguá explicita que houve também uma reunião com membros do Ministério Público Estadual, do Ministério Público Federal, da Funai, do Projeto Xingu e da Aldeia Jaraguá sobre o Projeto de Saúde Indígena. Os educadores guarani também teriam apresentado trabalhos numa série de exposições e seminários, como o “II Seminário Estadual Indígena: Políticas Públicas”, organizado pela Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo.

A ONG Opção Brasil, Órgão Gestor dos CEII/CECI, também apresentou à SME-SP um relatório detalhando ações que desenvolveu, no âmbito de parcerias com outras entidades. Isso incluiu aulas de alfabetização de jovens e adultos nas três aldeias, em parceria com a ONG Alegria de Viver. Essas aulas, realizadas no espaço dos CEII/CECI, contaram com a participação de cinco educadores (três indígenas e dois não indígenas) e 130 alunos. A ONG Opção Brasil também contribuiu para que os educadores dos CEII/CECI participassem dos seguintes eventos: o Festival de Cultura Indígena e Cigana de Paranapiacaba; entrevistas para o jornal O Estado de São Paulo e para a REDE TV; a inauguração da Coordenação Regional Litoral Sudeste da Funai; o lançamento do Comitê de Defesa dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul; o “Fórum do Ensino Superior sobre os Desafios para o Ensino de História e Culturas Africana e Indígena”; o “Encontro dos pajés Guarani Mbya”, na aldeia Krukutu, a “Conferencia Estadual e Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”; a “Conferencia Nacional de Juventude”.

42 De acordo com o relatório elaborado pela DRE Pirituba/Jaraguá, o contato com a Polícia Militar resultou na distribuição de cestas básicas e numa parceria com o Instituto Embelleze que ofereceu oficinas de maquiagem e cortes de cabelo aos moradores da Aldeia do Jaraguá.

3.7 Relatório da DOT Educação Infantil e Étnico-Racial 2012/2013

O sétimo relatório elaborado pela DOT Educação Infantil com a DOT Educação Étnico-Racial abrange o período de maio de 2012 a julho de 2013. Ele foi encaminhado ao Conselho Municipal de Educação, como ocorreu nos anos anteriores desde 2005, e, pela primeira vez, ao Núcleo de Educação Indígena da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. O relatório descreve as atividades de Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI; a publicação bilíngue das Orientações curriculares, expectativas de aprendizagens e orientações didáticas dos CEII/CECI; a parceria com a Informática Educativa e o Programa nas Ondas do Rádio da SME-SP; a produção de um DVD sobre as ações de Formação Continuada; a transição nas equipes da SME-SP, por causa de mudanças no governo municipal.

No que diz respeito à Formação Continuada, esta teve por objetivo principal apoiar os educadores indígenas na elaboração do Projeto Pedagógico dos CEII/CECI e envolveu todos os coordenadores pedagógicos, coordenadores educacionais, monitores educacionais, monitores de informática e auxiliares escolares dessas três unidades.

Nesse sentido, o relatório apresenta o resumo de uma fala do cacique da Tenonde Porã e coordenador cultural do CECI da mesma aldeia, Timóteo Vera Popygua, em que ele expõe diferenças entre a educação escolar e a educação guarani, explicitando que esta última está fortemente relacionada às concepções da pessoa e da criança guarani. Ele menciona, como exemplo disso, a ideia de que a aprendizagem da criança começa na gestação, pois “a criança no ventre da mãe já escuta tudo” (p. 6). Timóteo também afirma que o diálogo entre a educação escolar e a educação guarani é muito difícil, uma vez que estas “ainda se apresentam como água e óleo” (SÃO PAULO, 2012/2013, p. 6).

Convém salientar que o sétimo relatório elaborado pelas DOT Educação Infantil e Educação Étnico-Racial traz várias falas de educadores e lideranças guarani, as quais apresentam uma avaliação das ações desenvolvidas neste período e orientações para a continuidade do programa. Por exemplo, Alísio Tupã Mirim, Coordenador Cultural do CECI Jaraguá afirmou:

Vocês que estão no CECI precisam trabalhar para fortalecer o CECI. O CECI não pode parar, pois caso contrário as crianças vão ficar sem receber alimentação e o ensinamento dos mais velhos, da cultura tradicional (p. 8).

Os educadores e lideranças guarani também expressaram uma avaliação positiva da Formação Continuada, do processo de elaboração do Caderno de Orientações Curriculares e do trabalho realizado com a Informática Educativa e com o programa Nas Ondas do Rádio.

Todas as falas explicitaram diferenças percebidas entre a educação escolar e a educação guarani; a necessidade de haver um curso de Formação Inicial dos educadores guarani e a demanda pela contratação efetiva deles, para garantir a continuidade do trabalho pedagógico e a regularização dos direitos e pagamentos dos profissionais envolvidos. Nesse sentido, cabe lembrar que a Formação Inicial e a contratação efetiva dos educadores são pontos já reivindicados pelos Guarani quando da criação dos CEII/CECI e que, quase uma década depois, ainda não haviam sido concretizados.

No sentido de atender a essas demandas e ao estabelecido na legislação vigente, as equipes da DOT Educação Infantil e Educação Étnico-Racial (pp.10-11) propuseram como objetivos da próxima etapa de trabalho:

- I- A criação dos cargos de educadores indígenas Guarani Mbyá no âmbito da Rede Municipal de Ensino visando à qualidade sociocultural da Educação Escolar Indígena que necessita que sua proposta educativa seja conduzida por professores indígenas, como docentes e como gestores, pertencentes às suas respectivas comunidades;
- II- A Formação Inicial em serviço e, em casos específicos, concomitante com a própria escolarização dos professores indígenas.
- III- O atendimento mais especializado da alimentação indígena guarani, em parceria com o Departamento de Alimentação Escolar.
- IV- A criação de um Programa Municipal de Educação Escolar Indígena.

O relatório também informa que, devido à avaliação positiva dos resultados dos projetos desenvolvidos em parceria com a Informática Educativa e com o programa Nas Ondas do Rádio, seria dada continuidade ao trabalho com os blogs e a Radio Kyringue. O mesmo foi decidido com relação à produção de DVDs que registram o processo de Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI.

Em seguida, o relatório aborda a publicação, em novembro de 2012, do Caderno de Orientações Curriculares, Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas - Educação Infantil Escolar Indígena. Essa publicação integrou o Programa de Orientações Curriculares da SME-SP, conforme a Portaria n. 4.507/07, que instituiu, na Rede Municipal de Ensino, as "Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas" para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, com vistas a subsidiar as Unidades Educacionais no processo de seleção e organização de conteúdos de aprendizagem.

No caso específico das Orientações Curriculares dos CEII/CECI, o relatório afirma que elas tiveram por objetivos divulgar as práticas pedagógicas dos educadores dessas Unidades Educacionais, ampliar o repertório de propostas pedagógicas desses educadores e valorizar os saberes e as práticas guarani.

A publicação bilíngue também foi distribuída às demais escolas da Rede Municipal de São Paulo, com os objetivos de divulgar o trabalho pedagógico realizado pelos educadores guarani e oferecer subsídios para as ações pedagógicas dos educadores e gestores da Rede Municipal, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Lei n. 11.645/08, que determinam a inclusão de conteúdos relacionados à história e às culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no currículo oficial de todos os níveis da educação básica.

O relatório conclui explicitando a transição nas equipes das DOT Educação Infantil e Educação Etnicorracial, em função das eleições ocorridas em 2012. Nesse sentido, são apresentadas algumas informações sobre as profissionais que, a partir de 2013, tornaram-se responsáveis pelas ações da SME-SP junto aos CEII/CECI. Também é mencionado que as equipes da gestão anterior e atual realizaram encontros com a finalidade de subsidiar essa transição e a continuidade das ações educacionais em curso.

3.8 Relatório da DOT Educação Infantil e Étnico-Racial 2013/2015

O oitavo relatório produzido pelas DOT Educação Infantil e Educação Étnico-racial⁴³ corresponde às atividades de acompanhamento dos CEII/CECI, durante o período de julho de 2013 a junho de 2015. As ações desenvolvidas nesse período foram: a Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI; encontros com os Coordenadores Educacionais e Culturais dessas unidades; a produção de materiais de registro e divulgação; medidas concernentes à alimentação escolar, aos regimentos dos CEII/CECI e a outros aspectos do funcionamento legal dessas Unidades, assim como ações para a elaboração de uma proposta de Formação Inicial dos educadores guarani.

A Formação Continuada desenvolvida no segundo semestre de 2013 e ao longo de 2014 abordou os seguintes conteúdos: (1) a Educação Infantil Escolar Indígena; (2) o Projeto Pedagógico dos CEII/CECI; (3) a elaboração de um Currículo Diferenciado; (4) a organização e as especificidades da Educação Escolar Indígena; (5) a discussão das Orientações Curriculares, Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas dos CEII/CECI, elaboradas durante as etapas anteriores da Formação Continuada; (6) a discussão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012) e do Parecer n. 13/2012 e da Resolução n. 05, emitidos pelo Conselho Nacional de Educação; (7) a realização de oficinas de mídias digitais.

Na avaliação conclusiva dessa etapa da Formação Continuada, foram indicados pontos positivos, aspectos que precisam ser readequados e propostas para as próximas etapas da Formação. Com relação aos aspectos considerados positivos, foi destacado que as oficinas permitiram a disseminação de conhecimentos e práticas concernentes à construção de armadilhas de caça e à preparação de alimentos da culinária guarani. Houve a percepção de que a realização dessas práticas entre os educadores e as crianças contribuiu para a continuidade delas nas aldeias. A discussão do documento Orientações Curriculares e Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas para a Educação Escolar Infantil Indígena, também foi considerado um aspecto positivo da Formação Continuada.

No tocante aos pontos que precisam ser melhorados, os educadores e coordenadores dos CEII/CECI enfatizaram a necessidade de se investir mais na participação dos mais velhos nas atividades pedagógicas e também no envolvimento dos coordenadores dos CEII/CECI com os educadores. Eles também indicaram a importância de promover uma articulação maior entre os educadores das três unidades dos CEII/CECI.

Com relação às expectativas para as próximas etapas da Formação Continuada, os educadores manifestaram interesse em desenvolver oficinas de artesanato, mas com a utilização de materiais adequados para a confecção desses artesanatos, o que demandará buscar essa matéria prima em outras aldeias. Nesse mesmo sentido, também apontaram a necessidade de ter mais materiais para as atividades nos CEII/CECI. Os educadores também demonstraram interesse em produzir vídeos com as crianças e trabalhar mais na elaboração de materiais pedagógicos, pautados nos conhecimentos guarani. Explicitaram também o desejo de aumentar o número de eventos e ocasiões em que as pessoas mais velhas de cada comunidade participam e orientam a realização das atividades pedagógicas e culturais. Foi apontada a necessidade de haver uma participação maior do Órgão Gestor, a ONG Opção Brasil, nos encontros de Formação Continuada. Por fim, os educadores apresentaram, novamente, a demanda por uma Formação Inicial voltada ao conjunto de profissionais indígenas dos CEII/CECI.

⁴³ Neste relatório, foi modificada a grafia de Etnicorracial para Étnico-racial.

Nesse período, também foram realizados encontros da equipe da SME-SP com os coordenadores culturais e educacionais dos CEII/CECI. Nessas reuniões, eles trabalharam na elaboração dos Regimentos dos CECI e dos CEII e na organização de materiais produzidos pelos educadores para a divulgação em meios impressos, digitais e audiovisuais. Como resultados desses encontros foram produzidos o livro “10 anos de CECI” e um roteiro de autoavaliação, voltada aos educadores dos CEII/CECI.

No tocante à autoavaliação, os coordenadores educacionais apresentaram oralmente as questões desse roteiro para os educadores de cada CEII/CECI e estas questões foram discutidas coletivamente. Segue uma transcrição das questões que constituíram o roteiro discutido:

1. Como tem ocorrido o trabalho entre as equipes de funcionários do CEII/CECI? (Coordenadores, Educadores, Equipe de Apoio: cozinha, limpeza e vigilância).
2. Como se dá o relacionamento entre os funcionários do CEII/CECI?
3. Como tem sido o relacionamento entre os funcionários do CEII/CECI e a ONG Opção Brasil?
4. Os Coordenadores e Educadores do CEII/CECI planejam e avaliam as atividades, selecionam materiais e organizam os ambientes periodicamente?
5. Na prática de planejamento e avaliação, criam-se condições para que as crianças também possam manifestar suas opiniões?
6. Os educadores apoiam as crianças na conquista da autonomia para a realização dos cuidados diários (lavar as mãos, escovar os dentes, usar o sanitário, etc.)?

Na análise desse roteiro, convém destacar que as questões apresentam pontos que podem trazer subsídios importantes para melhorar o funcionamento dos CEII/CECI, assim como aprimorar as atividades pedagógicas e outros cuidados que são dedicados aos alunos dessas Unidades. No entanto, cabe salientar que a ênfase sobre a autonomia das crianças com relação à higiene, em detrimento de outros aspectos, tais como sua autonomia nas práticas educacionais, lúdicas e culturais, restringe bastante o foco das ações que visam ao desenvolvimento integral das crianças, conforme explicitado nos projetos pedagógicos e demais documentos pertinentes aos CEII/CECI. Também faz falta, no relatório, qualquer registro das respostas que foram dadas a essas questões e dos debates que ele menciona terem surgido em decorrência delas. O registro e a divulgação dessas informações seriam fundamentais para que a avaliação resultasse na promoção de medidas concretas de melhoria.

Ainda no que se refere à questão da avaliação, o relatório explicita que os Pareceres n. 30/04 e n. 364/13 do Conselho Municipal de Educação afirmam a necessidade de realização de avaliações do impacto das ações educativas nas aldeias atendidas pelos CEII/CECI. Em cumprimento a isso, a DOT Educação Infantil, por meio de um Termo de Cooperação com a UNESCO, contratou uma antropóloga, com experiência de trabalho junto aos Guarani Mbya na área de educação, para construir com os Guarani Mbya mecanismos de avaliação e também para realizar a avaliação⁴⁴.

⁴⁴ O presente diagnóstico é fruto desse Termo de Cooperação.

No que diz respeito ao funcionamento dos CEII/CECI, o relatório também detalha o processo de contratação de um Órgão Gestor responsável por assumir, em parceria com os Guarani e com a SME-SP, o trabalho administrativo, pedagógico e cultural dessas Unidades, conforme o estabelecido na Portaria n. 3.194/04. Inclusive, cabe lembrar que, inicialmente, o Órgão Gestor responsável por essas atividades foi o Instituto de Tradições Indígenas (IDETI), posteriormente substituído pela ONG Opção Brasil.

Em dezembro de 2013, foi publicado, em Diário Oficial, o Edital de Chamamento Público para o credenciamento de instituições sem fins lucrativos, com atuação na área da Educação Infantil e/ou cultura indígena, para atuarem nos CEII/CECI, com o propósito de desenvolver os Projetos: “Educação Escolar Infantil Indígena Guarani” e “Cultura Guarani”. O processo de seleção contou com a constituição de uma Comissão de Avaliação, composta por integrantes da SME-SP e educadores indígenas dos três CEII/CECI. Entretanto, apenas a ONG Opção Brasil se apresentou como candidata, foi aprovada e recontratada, em dezembro de 2014.

Antes disso, em maio de 2014, os CEII/CECI completaram dez anos de funcionamento. Na ocasião, a data foi comemorada com um evento realizado no CECI Jaraguá com a participação dos educadores dos três CECI, lideranças religiosas e políticas guarani das três aldeias, integrantes da SME-SP, da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e outras pessoas indígenas e não indígenas. Durante o evento, houve o lançamento do livro e do DVD, “CECI: 10 anos de história”.

Como já foi mencionado acima, esse livro (em língua portuguesa) foi composto por textos produzidos pelos educadores dos CEII/CECI e organizado durante os encontros de Formação Continuada. Para a produção do DVD, a SME-SP contratou uma empresa que realizou oficinas, com educadores dos CECI, dedicadas à criação de textos audiovisuais (roteiro, gravação, edição e difusão) no formato de DVDs. O DVD “10 anos de CECI” foi produzido durante esse processo de formação no uso de mídias digitais e contou com a autoria não apenas dos educadores dos CECI, mas também das crianças guarani.

Tanto o livro⁴⁵ como o DVD estão disponíveis no portal da SME-SP e foram distribuídos também para todas as escolas municipais, constituindo importantes materiais de divulgação tanto da cultura guarani, como das experiências desenvolvidas no âmbito dos CEII/CECI. Nessa mesma direção, as páginas do CEII/CECI no portal da SME-SP também foram reformuladas para melhorar o acesso a informações e materiais produzidos.

O relatório também informa que, atendendo a uma reivindicação constante dos Guarani Mbya, o Departamento de Alimentação Escolar conseguiu, pela primeira vez desde a criação dos CEII/CECI, providenciar alimentos específicos à culinária guarani. Nesse sentido, foram adquiridos farinha de milho, fubá, farinha de trigo e canjica suficientes para três meses de uso. O relatório ainda esclarece que são oferecidas cinco refeições diárias para as 276 crianças matriculadas nos CEII/CECI e que são enviadas para cada CECI os mesmos alimentos fornecidos para toda a Rede Municipal de Ensino, com o acréscimo semanal de mandioca, milho verde e batata doce. Observa-se no relatório que, após a renovação do Convênio com a ONG Opção Brasil, ficaria a cargo desta instituição o suprimento dos alimentos específicos para atender à solicitação dos Guarani, quanto à produção de comidas específicas à sua culinária.

45 Foram publicados 4 mil exemplares do livro, os quais foram distribuídos em junho de 2015 para as escolas da Rede Municipal.

Durante o segundo semestre de 2014, os educadores e coordenadores dos CEII/CECI, com os integrantes da SME-SP e das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá, elaboraram os Regimentos dos CEII e CECI. Os Regimentos dos CEII foram aprovados e publicados em fevereiro de 2015, enquanto os Regimentos dos CECI continuavam em fase de análise pela SME-SP.

Com relação à reivindicação dos educadores guarani por uma Formação Inicial que os habilite oficialmente para o exercício do magistério e também proporcione uma formação equivalente ao Ensino Fundamental e Médio para aqueles que não tiveram escolarização prévia, o relatório informa que o Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e a SME-SP (2005) estabelece que “a Formação Inicial e Continuada dos professores indígenas devem ser promovidas pela SME/SP”. Nesse sentido e tendo em vista a necessidade de atender à reivindicação dos Guarani e cumprir o estabelecido na legislação e no referido Termo de Cooperação, a equipe da DOT Educação Infantil participou de reuniões com o Conselho Municipal de Educação para esclarecer alguns pontos referentes a essa demanda e, posteriormente, encaminhou a solicitação ao gabinete da SME-SP. A DOT Educação Infantil também produziu um Termo de Referência do “PRODOC – Inovações para a Qualidade da Educação: da Gestão à Sala de Aula”, por meio de uma parceria entre a SME-SP e a UNESCO, para viabilizar a realização de um curso de Formação Inicial.

Nesse período, também foram continuadas as ações de Educomunicação, desenvolvidas com os programas de Informática Educativa e Nas Ondas do Rádio, ambos ligados à SME-SP. Nesse sentido, o relatório informa que a Rádio Kyringue é usada, sobretudo, para tocar música guarani, com o alcance de 300 metros. O processo de formação para o uso de diferentes mídias ocorreu nas três aldeias, por meio de encontros em que foram feitas análises críticas de reportagens sobre questões relativas aos povos indígenas. Nesses encontros, também foram produzidos vídeos, fotos, spots de rádio e materiais para divulgação na internet. Dois educadores e três jovens das aldeias também participaram da cobertura jornalística da Bienal do Livro, ocasião em que realizaram entrevistas com os escritores indígenas Daniel Munduruku e Olívio Jekupé. Nesse período, foram produzidos 14 vídeos (3 animações), 7 gravações de rádio, uma página do CECI Jaraguá no facebook com 100 posts e 96 curtidas e outra página do CECI Krukutu com 91 posts e 78 curtidas (até 06/2015).

Assim como ocorreu em 2011 e 2012, integrantes das DOT Educação Infantil e Étnico-Racial participaram de encontros do Conselho Municipal dos Povos Indígenas de São Paulo (COMPISP), órgão consultivo coordenado pela Secretaria Municipal da Promoção da Igualdade Racial. O relatório elaborado pelas DOT Educação Infantil e Étnico-Racial informa que, de acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, São Paulo é a quarta cidade do Brasil, em termos de população indígena, a qual soma 12.977 pessoas dos povos Guarani, Pankararé, Fulni-ô, Pankararu, Saterê-Mawê, Kariri-Xocó, Pankará, Xavante, Tupinambá, Xucuru, entre outros.

Com o intuito de promover políticas públicas que valorizem e contribuam para a divulgação de conhecimentos sobre essa população, as Secretarias Municipais de Educação, Cultura, Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Cidadania, com membros dos povos indígenas residentes na cidade, realizaram, em 2014, a “I Mostra Cultural Agosto Indígena”. O evento contemplou oficinas, cursos, mostras de cinema e fotografia e a realização de seminários em 23 CEUs, envolvendo 13 Diretorias Regionais de Educação. No que tange aos seminários, estes tiveram a participação de seis mil professores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo.

Ainda no que se refere ao envolvimento da SME-SP, no âmbito de políticas voltadas aos povos indígenas e, mais especificamente aos Guarani Mbya na Cidade de São Paulo, o relatório

informa que, por solicitação dos próprios Guarani, a SME-SP participou de ações que visavam contribuir para o reconhecimento oficial dos seus direitos territoriais. Nesse sentido, convém mencionar que uma decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª região determinou a reintegração de posse da área do Tekoa Pyau, habitada pelos Guarani Mbya da Terra Indígena Jaraguá, onde se encontra a unidade do CECI Jaraguá. A decisão, favorável a um grupo de pessoas não indígenas que reivindicavam a posse da área, acarretaria consequências trágicas para os mais de 600 moradores da Terra Indígena, cuja população é majoritariamente constituída por crianças, inclusive, matriculadas no CEII/CECI Jaraguá. Diante dessa ameaça e com o intuito de endossar o pleito dos Guarani Mbya pela permanência na área, a DOT Educação Infantil elaborou um dossiê sobre todas as ações desenvolvidas pela SME-SP nessa Terra Indígena. O documento foi encaminhado para o departamento jurídico da Secretaria Municipal da Promoção da Igualdade Racial, para a elaboração de um recurso de agravo à decisão de Reintegração de Posse.

No dia 29 de maio de 2015, antes que a determinação de Reintegração fosse cumprida, o Ministro da Justiça assinou a Portaria Declaratória da Terra Indígena Jaraguá, reconhecendo essa parte do território guarani, constituída por uma área não contínua de 532 hectares. Convém apontar que o processo de Demarcação dessa Terra Indígena continua em andamento, faltando, ainda, a sua homologação pela Presidência da República. Entretanto, uma decisão judicial motivada por uma ação promovida pelo Governo do Estado de São Paulo determinou a suspensão do processo de demarcação da Terra Indígena Jaraguá, aumentando, com isso, a insegurança jurídica, territorial e até mesmo física da população indígena residente nessa área, uma vez que a não demarcação dessa área tem potencializado conflitos com posseiros não indígenas.

O processo de demarcação da Terra Indígena Tenonde Porã, que inclui as aldeias Tenonde Porã e Krukutu, entre outras, teve a Portaria Declaratória assinada pelo Ministério da Justiça em 05 de maio de 2016, reconhecendo os 15.696 hectares de ocupação tradicional dos Guarani. O processo ainda aguarda a homologação, por parte da Presidência da República.

4. Análise da proposta político-pedagógica dos CEII/CECI

A Proposta Político-Pedagógica (PPP) dos CEII/CECI, apresentada em 2014, resultou de um processo de elaboração conjunta dos integrantes da DOT Educação Infantil da SME-SP, do Núcleo de Educação Étnico-Racial da mesma Secretaria, das Diretorias Regionais de Educação Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá e dos educadores e lideranças Guarani Mbya. Ela inicia-se com a apresentação de informações básicas sobre os povos indígenas no Brasil e, mais especificamente, sobre os Guarani Mbya. São também explicitados alguns problemas concernentes à situação das Terras Guarani, sobretudo, a falta de reconhecimento oficial dessas Terras e a escassez de áreas para a realização de atividades econômicas, tais como a caça, a coleta e o plantio. Em função disso, aponta-se que a venda de artesanato e os empregos criados nas aldeias, a partir da presença de órgãos públicos, tais como a SME-SP, constituem as principais fontes de renda⁴⁶.

⁴⁶ O Projeto não menciona os programas de transferência de renda e de aposentadoria que também constituem fontes de renda para os Guarani Mbya.

A PPP também informa que a criação dos CEII/CECI, em 2004, surge como uma demanda apresentada pelos Guarani Mbya em 2002, quando procuraram a SME-SP a fim de construir uma política pública de educação que contribuísse para fortalecer seus processos próprios de circulação de conhecimentos e práticas culturais.

Desde então, as três aldeias, Tenonde Porã, Krukutu e Jaraguá, as quais têm uma população aproximada de 900, 255 e 650 pessoas, respectivamente, contam com unidades de CEII/CECI. Cada CEII/CECI possui salas de aula, sala de informática, rádio comunitária e um Centro Cultural, onde são desenvolvidas atividades e apresentações voltadas às próprias comunidades e à recepção de visitantes não indígenas que frequentam as aldeias.

Na introdução à PPP, encontramos uma explicação sobre os modos como os Guarani concebem a educação, concepção esta que norteia o conteúdo do projeto pedagógico apresentado:

Os Guarani querem afirmar sua identidade, preservar e valorizar sua tradição e cultura, a riqueza de pensamentos e seu modo de ser e de vida Guarani. Lutam para preservar sua língua, a cultura oral, a religião e as formas de organização social e política que herdaram dos antepassados. A título de esclarecimento, é necessário dizer que cultura, religiosidade e educação, na perspectiva Guarani Mbyá, não constituem esferas distintas da vida social, mas compõem um todo indissociável que se alimenta continuamente das experiências cotidianas vivenciadas por essa comunidade nos vários espaços da aldeia, como: a casa de reza (Opy), na mata, e atualmente, os espaços dos CECI de uso coletivo (2014, p.4-5).

Na seção da PPP dedicada à exposição dos princípios e fundamentos da proposta, encontramos uma descrição das concepções guarani sobre a criança e seu desenvolvimento, em que é explicitada a ideia de que os cuidados com as crianças são responsabilidade não apenas dos seus pais e parentes mais próximos, mas também das outras pessoas que se encontram ao seu redor, cabendo a todas elas acompanharem as crianças enquanto desenvolvem um entendimento do mundo e constroem seus modos de viver. Nesse sentido, é destacado o entendimento de que as crianças aprendem por meio da observação de como seus parentes realizam atividades cotidianas e também por meio de experiências em que elas mesmas colocam esses aprendizados em prática. Com base nisso, a PPP afirma a necessidade de criar meios para que os CEII/CECI sejam articulados aos outros espaços das aldeias e às atividades que neles ocorrem. Nessa concepção, a Educação Infantil não se esgota nas práticas dedicadas à escolarização, tampouco deve ser um espaço ou experiência de segregação da criança em relação ao convívio social mais amplo. A PPP também prevê que os CECI sejam um espaço de interlocução dos Guarani com diversos segmentos da população não indígena.

No que se refere especificamente às atividades desenvolvidas nos CEII/CECI, a PPP estabelece que elas sejam realizadas em língua guarani por educadores indígenas residentes nas próprias aldeias e organizadas a partir de um calendário específico, orientado pelos ciclos e rotinas das demais atividades desenvolvidas nas aldeias. E, embora as três unidades dos CEII/CECI compartilhem aspectos comuns, cada uma delas tem especificidades, de acordo com o contexto em que está inserida e as decisões de cada comunidade. Nesse sentido, o projeto pedagógico explicita que “os próprios Guarani são definidores do processo educacional e os sujeitos de sua educação, seja na transmissão de conhecimento dos mais velhos aos mais jovens ou produzindo seu próprio material de ensino” (p. 11).

A Proposta também afirma que, por meio do acompanhamento constante das atividades dos CEII/CECI, a SME-SP tem procurado compreender melhor a cultura guarani, assim como as expectativas que os Guarani têm quanto à Educação Infantil. Nesse sentido, o documento aponta como objetivos dos CEII/CECI:

- Reafirmar e fortalecer a identidade étnica presente no modo de ser e de vida Guarani (nhanderekó) principalmente na educação das crianças;
- Estimular e valorizar o uso da língua materna e suas formas próprias de construção do conhecimento;
- Fortalecer as formas de transmissão da cultura oral;
- Valorizar brincadeiras, jogos, cantos e danças tradicionais (xondaro e tangará);
- Valorizar o saber e o conhecimento dos mais velhos;
- Recuperar, divulgar e preservar suas histórias, conhecimentos e tradições orais,
- Constituir um espaço para diálogos, conversas sobre as atividades tradicionais (roça, pesca, construção de casa, culinária, artesanato e mata - ka'aguy);
- Fortalecer a Educação Tradicional Guarani;
- Despertar o conhecimento sobre outros povos indígenas;
- Divulgar, informar sobre a realidade e cultura Guarani para os não-indígenas;
- Promover o diálogo entre a cultura indígena e a sociedade envolvente na perspectiva intercultural;
- Garantir aos indígenas Guarani o acesso às informações das sociedades indígenas e não-indígenas e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional, possibilitando a defesa da sua própria cultura no mundo contemporâneo;
- Promover a correta e ampla informação, à população brasileira em geral, sobre as sociedades e culturas indígenas, como meio de combater o desconhecimento, o desrespeito e o preconceito existentes.

A PPP conclui com a exposição de informações sobre o funcionamento dos Centros de Educação Infantil Indígena (CEII), estabelecendo que eles visam ao atendimento de crianças guarani na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses, funcionando diariamente durante dez horas, de segunda à sexta-feira. Porém cada CEII/CECI poderá incluir, em seu Projeto Político-Pedagógico⁴⁷ específico, determinações sobre a organização dos espaços e rotinas, assim como atividades que envolvam a participação de jovens e adultos.

5. Análise das “Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas: Educação Escolar Infantil Indígena”

O Caderno de Orientações Curriculares dos CEII/CECI foi publicado em 2012 e é composto por textos elaborados durante dois anos, nos encontros de Formação Continuada dos educadores dos CEII/CECI. Ele integra o Programa “Orientações Curriculares: Expectativas de Aprendizagens e Orientações Didáticas” da Secretaria Municipal de Educação, voltado à totalidade das escolas da Rede Municipal de Ensino.

⁴⁷ A Proposta Político-Pedagógica, objeto desta análise, é uma diretriz geral que contempla os três CEII/CECI e não substitui os Projetos Político-Pedagógicos de cada Unidade, os quais ainda não haviam sido elaborados no período correspondente a esta avaliação.

O documento é apresentado nas línguas portuguesa e guarani mbya, sendo que foi originalmente escrito em português, a partir de discussões desenvolvidas durante os referidos encontros entre os educadores guarani e integrantes da SME-SP. Posteriormente, ele foi traduzido para a língua guarani mbya. Cabe mencionar que há uma nota, explicitando que, futuramente, documentos deste tipo deveriam ser elaborados na língua guarani mbya e, depois, traduzidos para o português. Ele contém um glossário de palavras e conceitos que são utilizados de modo recorrente, no âmbito das políticas públicas de educação, mas que não encontram termos correspondentes na língua guarani mbya. O exercício de explicação-tradução destes conceitos revela estratégias interessantíssimas, por meio das quais os Guarani transitam não apenas entre as duas línguas, mas também entre esses dois mundos de sentidos e experiências.

A título de exemplo, podemos apontar as traduções apresentadas para os termos “democracia”: pãve joorami nhande ayvu aguã (para todos falarmos como iguais)⁴⁸; “Conselho Municipal”: Uvixa kuery nhomongueta aguã jurua ruvixa revê (para as lideranças se reunirem com as lideranças não indígenas); “Presidente do país”: nhanderuvixa pãvere omãe va’e (nosso líder que cuida de todos); “Projetos pedagógicos”: marã ramipa nhombo’e haguã régua (o modo pelo qual vamos ensinar).

Na apresentação do Caderno de Orientações Curriculares, a então Secretária Municipal de Educação, Célia Regina Guidon Falótico, explicita que o objetivo principal do documento é:

contribuir para a reflexão dos educadores indígenas acerca da importância de uma educação escolar infantil indígena, estabelecendo pontos comuns para que as três unidades dos CEII/CECI elaborem com autonomia seus Currículos e Projetos Pedagógicos, de modo que a oralidade e a participação dos mais velhos sejam valorizadas e a educação escolar infantil indígena possa colaborar com os projetos futuros do povo Guarani Mbyá.

Na introdução, escrita em primeira pessoa do plural, assim como são as demais partes do livro, são apresentadas informações sobre as concepções guarani concernentes à infância e aos modos como as crianças aprendem, isto é, acompanhando seus parentes na realização de diversas atividades cotidianas e rituais. Aliás, as relações de parentesco são constantemente enfatizadas como centrais nos processos de circulação de conhecimentos. O documento também explica que a aprendizagem é um processo contínuo. Portanto, para que os educadores adultos possam ensinar as crianças, eles também precisam aprender com as pessoas mais velhas de cada comunidade. Nesse sentido, o texto ressalta a importância da transmissão oral de saberes e da língua guarani no desenvolvimento das pessoas e nas relações sociais. O texto introdutório também explica que as crianças são vistas como produtoras de conhecimentos e cultura e que a infância perdura até os doze ou treze anos de idade, quando as moças e os rapazes começam a assumir responsabilidades pertinentes à vida adulta.

A introdução também aponta algumas expectativas quanto ao papel dos educadores dos CEII/CECI:

Além das atividades culturais como o canto e a dança, as armadilhas, o artesanato e o plantio, que são importantes para fortalecer nossa identidade cultural, o educador Guarani deve informar para as crianças os direitos indígenas e os deveres perante a sociedade para que elas, mais

48 As explicações que apresentamos em parênteses são traduções possíveis das expressões em guarani que aparecem no glossário, mas não constam do próprio glossário.

tarde, possam exercer a sua cidadania. O educador Guarani deve buscar parceria na esfera municipal, estadual e federal para acessar políticas públicas para o nosso povo (SÃO PAULO, 2012, p.18).

Nesse sentido, são também elencados alguns pontos referentes ao trabalho realizado pelos educadores, os quais devem:

- elaborar as práticas pedagógicas considerando a cultura e a realidade de cada uma das três aldeias Guarani da cidade, também trazendo os pais e os mais velhos para que eles possam colaborar conosco na educação das crianças;
- ensinar, de uma forma clara e objetiva, ou seja, ensinar por meio de exemplos práticos;
- ser comprometido com o seu trabalho, ser criativo, elaborar atividades pedagógicas desafiadoras, significativas, com o objetivo de despertar o interesse da criança Guarani;
- realizar oficinas, ensinando técnicas tradicionais: falar da importância do respeito à religiosidade e dos conhecimentos de artesanato;
- utilizar todos os espaços da aldeia, considerando-os como espaços de aprendizagem onde as crianças possam participar de práticas, relatos e vivências;
- sendo educador atuante e comprometido com seu trabalho: sendo criativo, observador e ouvinte das crianças, valorizando o que elas já sabem e possibilitando novos conhecimentos;
- criar espaços e momentos para a criança se expressar. (SÃO PAULO, 2012, p. 20-22).

A introdução também traz reflexões interessantes sobre a escrita, seus usos na circulação de conhecimentos e a necessidade que os Guarani percebem de distinguir entre o que deve ou não ser escrito:

A escrita, através do registro, pode valorizar a tradição Guarani, para que ela não se perca; embora apresente limites, a escrita é importante para manter nossos costumes. Conhecendo a escrita, nossas crianças podem ler o mundo e compreender a diversidade de ideias e de conhecimentos. Mas, se para as crianças Guarani, não existem limites em relação à aprendizagem de conhecimentos tradicionais, pois ela aprende desde cedo, para os não indígenas é diferente, pois ele terá que conhecer a cultura Guarani aos poucos. Por isso, a escrita deve ter limites. Alguns conhecimentos tradicionais não devem ser abertos para os não índios, para que, assim, possamos preservar a nossa cultura e nossos saberes (ex: a sabedoria relacionada às ervas medicinais). Por outro lado, a escrita contribui para que passemos para as crianças receitas da nossa culinária e, das nossas histórias e brincadeiras, dentre outras (SÃO PAULO, 2012, p. 22).

A segunda parte do documento abrange os brinquedos e as brincadeiras guarani. O texto explica que, após participarem de atividades cotidianas e rituais com seus parentes, as crianças passam a recriar essas experiências, por meio de brincadeiras com outras crianças. Nesse sentido, práticas que têm uma importância central na vida dos Guarani são experimentadas pelas crianças também por meio de brincadeiras, em que imitam as ações que observam os adultos realizarem. Por isso, além da produção de alimentos, artesanatos, armadilhas e a participação em danças e cantos, também são sugeridas como atividades jogos que estimulem o desenvolvimento de outras habilidades, como as adivinhações e trava-línguas. O texto indica que os educadores dos CEII/CECI

precisam levar em consideração as atividades específicas realizadas por homens e mulheres nas aldeias e, assim, incluir no planejamento momentos em que os meninos aprendam com os homens e as meninas com as mulheres.

A terceira parte das Orientações Curriculares trata de ações de cuidado e de educação, ressaltando que essas são realizadas “alertando as crianças sobre os perigos, porém, deixando-as experimentar, vivenciar cada situação” (SÃO PAULO, 2012, p.36). Desse modo, as crianças aprendem a cuidar de si mesmas e conhecem os modos de se relacionar bem com as pessoas que estão ao seu redor, aspectos estes que são explicitados como centrais na formação das pessoas guarani. O documento enfatiza que, por causa disso, as crianças raramente são separadas em grupos baseados em critérios de idade, como é comum em escolas não indígenas, já que a interação com pessoas que tenham diferentes idades, experiências e conhecimentos é fundamental para o desenvolvimento da criança.

O texto também explicita que os cuidados com as crianças devem se pautar na observação constante aos modos como elas se sentem, se alimentam, brincam, aprendem e se relacionam com os outros. Inclusive, essa atenção tem favorecido o trabalho integrado das equipes de atendimento à saúde e à educação, uma vez que os educadores orientam os agentes de saúde com relação a problemas que identificam na saúde das crianças.

Com relação à rotina de atividades realizadas nos CEII/CECI, o texto destaca a importância das práticas rituais e da música na aprendizagem das crianças, uma vez que “as letras das músicas tratam do relacionamento espiritual, dos ensinamentos de Nhanderu, do respeito à natureza, do cuidado com os animais, do respeito aos mais velhos (...) e a serem fortes para enfrentar as dificuldades” (SÃO PAULO, 2012, p. 38-40). As práticas culinárias também são ressaltadas, porém com a ressalva quanto às dificuldades que os Guarani na Cidade de São Paulo têm para adquirirem alimentos próprios à produção da sua culinária, sobretudo, por causa da escassez de áreas de mata e plantio. As Orientações Curriculares também abordam a inclusão da reciclagem de resíduos sólidos nas aldeias, uma vez que se constata o aumento, nas aldeias, da utilização de produtos que resultam em resíduos.

A quarta parte das Orientações Curriculares trata das concepções de tempo guarani e da elaboração de um calendário específico para o planejamento de atividades pedagógicas que acompanhem os ciclos de outras atividades que acontecem nas aldeias. Nesse sentido, o documento informa que o tempo se divide em dois períodos: ara pyau e ara yma, correspondentes aos períodos de calor e frio, respectivamente. Seguindo essa divisão temporal, que rege a realização das práticas rituais e econômicas, as crianças desenvolvem atividades junto às demais pessoas nas aldeias, no período apropriado para cada ação. Aprendem, assim, o período certo para coletar materiais para a confecção de artesanatos, para fazer o plantio e a colheita, para caçar etc.

O quinto capítulo das Orientações Curriculares é dedicado às artes guarani, as quais incluem a música, as danças e a produção de artesanatos. O texto revela um nexo entre as formas expressivas, as práticas religiosas e sociais: “Muito mais do que só canto e dança, as nossas músicas são orações, pedidos de proteção aos nossos deuses para que nos olhem durante o dia e à noite, mas muitos de nossos cantos também falam das belezas da natureza e como as pessoas devem se relacionar com ela” (SÃO PAULO, 2012, p. 58).

No que se refere à confecção de artesanato, por exemplo, cestas e bichinhos de madeira, o documento explica que, por meio desses, as crianças aprendem os modos apropriados de coletar materiais na mata e utilizá-los. Nesse sentido, a própria escolha dos materiais deve ser ensinada às crianças pelas pessoas mais velhas de cada comunidade. No que diz respeito aos padrões gráficos

usados na cestaria, os educadores explicam que eles permitem ensinar às crianças conhecimentos sobre grafismos que são encontrados na mata. Por exemplo, são utilizados padrões gráficos que remetem às pegadas de diferentes animais e aos desenhos que são encontrados nas cobras e nas plantas. Ao aprenderem a tecer esses grafismos, as crianças também são orientadas a identificá-los com a imagem à qual remetem. Isto é, aprendem a reconhecer os desenhos que são encontrados em plantas venenosas e cobras perigosas e, com isso, conseguiriam usar esse conhecimento para se orientarem na mata e no reconhecimento de espécies que devem ser evitadas.

O texto também aponta que os Guarani, que vivem nas aldeias de São Paulo, não têm o hábito de usar pinturas corporais, embora isso aconteça em algumas aldeias guarani em outras regiões, onde as pessoas ocasionalmente fazem marcas no rosto que remetem aos pés de aves.

As Orientações Curriculares concluem com uma seção que aborda atividades de Educação. Nesta seção, os educadores afirmam que o uso de diferentes tipos de tecnologia permite ampliar a comunicação, favorecendo, inclusive, a produção, o registro e a divulgação de conhecimentos. Nesse sentido, apontam que o uso de ferramentas computacionais e, sobretudo, da internet tem contribuído para a comunicação com parentes em aldeias distantes, com outros povos indígenas e com pessoas não indígenas. Assim, os recursos audiovisuais e a internet também são utilizados pelos educadores e lideranças guarani na luta pela garantia de direitos básicos e contra a pressão que sofrem por parte de segmentos da população associados às agendas anti-indígenas.

Por fim, cabe apontar que o Caderno de Orientações Curriculares apresenta diversos documentos legais referentes aos direitos dos povos indígenas, sobretudo, no que tange à educação. Esses documentos foram objeto de estudo e discussão ao longo dos processos de Formação Continuada dos educadores e coordenadores dos CEII/CECI. Os documentos são: a Constituição Federal de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96; o Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/01); as Resoluções n. 3/99 e n.5/12 do Conselho Nacional de Educação; o Parecer n. 13/2012 também do Conselho Nacional de Educação.

A partir da análise dessas leis, resoluções e pareceres, Alísio Gabriel Tupã Mirim, Coordenador Cultural do CECI Jaraguá, fez uma fala que é apresentada no Caderno de Orientações Curriculares e com a qual encerramos a análise desse material:

Juruá (pessoa não indígena) não é assim, se forma doutor, advogado e sai sozinho. Mas eu já vi na tevê advogado que se forma e fica na rua. A gente vê que o presidente e os deputados não dão tanto valor ao seu povo, imagine a nós. (...) Se o xeramõi (meu avô, liderança política e religiosa) não tivesse se organizado, onde nós estaríamos hoje? A parte deles eles fazem. Agora, falta os mais jovens ampliarem, cuidarem do povo dele. Tem gente que fala melhor, escreve no computador, mas, infelizmente, é dominado pelo conhecimento dos juruá. Antes a gente ia para a mata. Nhanderú (nosso pai celeste) sabe, se o cara não fez estudo, ele não saberá falar com os governantes. (...) A gente conhece bem a democracia do juruá, como eles fazem para isolar a gente. Infelizmente, não foi fácil (pp. 48-50).

6. Análise de materiais impressos e audiovisuais produzidos nos CEII/CECI

Nesta seção, abordaremos os materiais produzidos pelos educadores e os alunos dos CEII/CECI, nesses onze anos de existência do programa. Cabe mencionar que foi, principalmente, nos cursos de Formação Continuada que os educadores aprenderam a usar as diversas técnicas e ferramentas audiovisuais e computacionais empregadas na produção desses materiais. Foi também no âmbito dos encontros de Formação Continuada que esses materiais foram apresentados coletivamente, discutidos e editados para compor os produtos finais que têm sido divulgados na internet ou distribuídos para as escolas da Rede Municipal de Ensino.

6.1 Livro: Nhandereko nhemombe'u tenonderã – Histórias para Contar e Sonhar

Como já foi mencionado anteriormente, o livro Nhandereko nhemombe'u tenonderã – Histórias para contar e sonhar, foi publicado em 2007 pela SME-SP, por meio de recursos obtidos junto à Comissão Nacional de Apoio à Produção, Edição e Distribuição de Material Didático Indígena do Ministério da Educação. Ele tem 96 páginas e é composto por 42 histórias em língua guarani mbya, produzidas por dezenas de autores das três aldeias onde estão localizados os CEII/CECI. Algumas das narrativas foram registradas pelos educadores, por meio de entrevistas com as pessoas mais velhas de cada aldeia e, posteriormente, transcritas. Outras histórias foram escritas pelos próprios educadores. O livro também contém ilustrações feitas pelos educadores e as crianças das três aldeias. As narrativas foram objeto de conversas e revisões coletivas, as quais também permitiram organizá-las, seguindo quatro eixos principais: Nhandereko ara pyau ara yma regua – Nosso tempo; Opy rupi jaiko'a regua – Nossa religiosidade; Teko yma guare kyingue pe onhemombe'e va'e rã – Nossos costumes; Nhambo'e kyingue mba'e mo ojapo agua – Nossas práticas⁴⁹.

Cabe mencionar que as traduções do título de cada capítulo, apresentadas pelos Guarani, são explicações resumidas do título original e não uma tentativa de tradução exata. Aliás, a leitura dos textos introdutórios, escritos pelo então Secretário da Educação, pela equipe da DOT Educação Infantil e por lideranças e educadores guarani, assim como os conteúdos das narrativas, revelam que o objetivo da publicação é permitir a divulgação dessas narrativas nas próprias aldeias guarani. Nisso, fica evidente a diferença em relação a outros materiais que vêm sendo produzidos pelos Guarani para divulgar conhecimentos e informações destinadas ao público não indígena. Cumpre, portanto, reconhecer que, no âmbito da produção de materiais escritos e audiovisuais, a Secretaria Municipal de Educação tem, acertadamente, fomentado ações que permitem aos educadores guarani orientar seus trabalhos para diferentes públicos e finalidades.

Os textos, de tamanho e estilos variados, abordam temas selecionados pelos próprios educadores, como: plantio, caça, coleta, materiais e técnicas de artesanato, atividades rituais, atividades e brincadeiras infantis, atividades realizadas pelos mais velhos e pelos xondaro (auxiliares das lideranças religiosas e políticas). Convém notar que esses xondaro, à semelhança dos próprios educadores dos CEII/CECI, aparecem em uma das histórias como responsáveis por ensinarem às crianças como fazer o plantio de roças e armadilhas para a captura de animais, seguindo os conhecimentos que esses xondaro aprenderam com os mais velhos.

49 Essas narrativas foram produzidas em 2004, durante o processo de formação dos educadores guarani, realizado pelos integrantes da Consultoria Antropológica Pletora Ltda. Para uma descrição do processo de elaboração dessas narrativas, ver a seção deste relatório que trata dos materiais produzidos pela referida consultoria.

Outras histórias enfatizam outros saberes que são aprendidos com os mais velhos e até mesmo as consequências de não seguir as orientações destes, como ocorre, por exemplo, na narrativa “Peteĩ nhande va’e ojepota”. As narrativas também chamam a atenção para os modos de convivência entre parentes e as responsabilidades que se distribuem de formas diferentes, de acordo com critérios como gênero e idade. Outro aspecto interessante a salientar na análise dessas histórias é que, embora sejam o resultado de um processo de trabalho coletivo de discussão e revisão, esse processo não resultou na eliminação de diferenças consideráveis no tratamento dos mesmos temas, evidenciando que os autores e as pessoas que foram consultadas durante a pesquisa possuem diferentes experiências e saberes que foram respeitados durante o processo de elaboração dos materiais.

6.2 Livro: CECI: 10 anos de história

Esse livro foi publicado em 2015 e contém 96 páginas, incluindo fotografias. Diferentemente do livro anterior, o texto é todo em língua portuguesa e claramente se destina à divulgação de informações sobre as experiências dos CEII/CECI para um público não indígena. O livro inicia com uma apresentação, de autoria do escritor guarani Olívio Jekupé, sobre o histórico de criação dos CEII/CECI.

Como um todo, o livro consiste na junção de depoimentos de diversas pessoas que tiveram participação nos CEII/CECI durante esses primeiros dez anos: profissionais não indígenas ligados à Secretária Municipal de Educação ou à ONG Opção Brasil (órgão gestor dos CECI) e educadores guarani das três aldeias: Tenonde Porã, Jaraguá e Krukutu.

Os depoimentos dos educadores guarani iniciam com uma breve descrição da sua história de vida, a partir da qual apresentam um relato sobre suas experiências de trabalho com a unidade do CEII/CECI em que atuam. É possível, por meio dos relatos dos Guarani e das experiências narradas pelos profissionais da educação não indígenas, passar por diversas percepções sobre o que foi realizado nestes dez anos e o que cada pessoa aprendeu no decorrer do processo, bem como identificar diferentes expectativas com relação à Educação Infantil Indígena. Inclusive, nota-se que a construção do CEII/CECI, como uma política pública de Educação Escolar Indígena, se constituiu como experiência de aprendizagem para os profissionais envolvidos (indígenas e não indígenas). Por outro lado, o processo também impactou, em sentido mais amplo, a própria Rede Municipal de Ensino, por meio de ações que permitiram desenvolver um conhecimento maior sobre os povos indígenas que vivem na Cidade de São Paulo e os modos como eles vêm construindo seus projetos educacionais.

6.3 Materiais Audiovisuais

Como já foi mencionado, desde 2012, os educadores e alunos dos CEII/CECI participam de atividades coordenadas pelos programas do setor de Informática Educativa e do Programa “Nas Ondas do Rádio”, ambos ligados à SME-SP. Além de aprenderem a usar equipamentos e programas computacionais, de rádio, fotografia e vídeo, os participantes também produziram uma série de materiais audiovisuais que são usados como subsídio para atividades pedagógicas e para a divulgação de informações e conhecimentos dentro e fora das aldeias guarani. Esses materiais são disponibilizados a um público amplo, por meio das páginas específicas dos CEII/CECI no Portal

da SME-SP dos blogs e páginas do facebook que são elaboradas e atualizadas pelos próprios educadores dos CEII/CECI.

Além dos programas de rádio, até o mês de julho de 2015, foram produzidos quatorze vídeos, os quais incluem: animações; entrevistas e reportagens; registros de atividades realizadas nos CEII/CECI e em outros espaços das aldeias; registros dos encontros de Formação Continuada; registros de manifestações políticas; e representações teatralizadas de narrativas. Apresentamos, a seguir, uma lista desses materiais e as aldeias onde foram produzidos:

Comida Guarani – Jaraguá

O Sapo Cururu – Tenonde Porã

O Casamento da Filha do Pajé – Tenonde Porã e Krukutu

Apresentação do Coral com as Crianças – Jaraguá

Experiências de Animação – Jaraguá

Avaliação dos Participantes do CECI sobre a cobertura da Bienal 2014 – Jaraguá

Crianças cantando no CECI Krukutu – Krukutu

Entrevista com o escritor Olívio Jekupé sobre os 10 anos dos CECI – Jaraguá

Entrevista com o Secretário de Educação César Callegari – Jaraguá

Fotoclipe da Manifestação Guarani – Tenonde Porã e Krukutu

Fotoclipe das Atividades do CECI Jaraguá – Jaraguá

Brincadeiras no CECI Jaraguá – Jaraguá

Plantação das Crianças – Jaraguá

A História do Cachorro e da Cobra – Tenonde Porã e Krukutu

7. Conclusão

A análise de documentos legais, relatórios, materiais pedagógicos e de divulgação, produzidos desde a criação dos CEII/CECI, em 2004 até o início de 2015, permite perceber aspectos fundamentais da história de construção de uma política pública de Educação Escolar Infantil Indígena, implementada em três aldeias guarani mbya na capital paulista. São revelados, por um lado, avanços e conquistas e, por outro lado, problemas que merecem atenção redobrada para que sejam enfrentados e superados.

Nesse contexto, é preciso também salientar o engajamento ativo dos Guarani Mbya na construção dessa política pública, algo que se fez possível devido à abertura existente na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo para acolher suas demandas e implementar um programa pioneiro orientado por essas demandas.

Assim, a criação de espaços para o diálogo permanente entre os educadores e lideranças guarani e os integrantes da SME-SP foi um elemento chave, responsável por grande parte dos resultados positivos alcançados neste período. Fica evidente também que essa abertura para o di-

álogo permitiu que os Guarani enxergassem a SME-SP como uma instituição parceira, na busca por assegurar outros direitos fundamentais que não dizem respeito diretamente à educação escolar, como tem sido o caso de demandas relacionadas à demarcação das suas terras, ao atendimento à saúde e a políticas culturais. Nessa mesma direção, os CEII/CECI também se tornaram espaços que favoreceram a criação de novas estratégias para a atuação política dos Guarani, como se percebe nos modos como se apropriaram de tecnologias da informação e da comunicação, disponíveis nos CEII/CECI, para darem maior visibilidade às suas lutas pela garantia de direitos.

Por outro lado, a história de implementação dos CEII/CECI também foi marcada por problemas que ainda não foram devidamente solucionados. Por exemplo, desde a criação dos CEII/CECI, os Guarani escolhidos pelas três aldeias para trabalharem como educadores e coordenadores dessas unidades aguardam por um curso de Formação Inicial que os habilite oficialmente para o exercício do magistério. Uma questão correlata diz respeito à contratação efetiva dos educadores e demais profissionais guarani que atuam nos CEII/CECI. Esta lhes permitiria ter a mesma estabilidade profissional de que desfrutaram os demais profissionais da Rede Municipal de Ensino. Ademais, por não haver o cargo de professor indígena ou outros mecanismos de efetivação dos educadores guarani, foram também apontados problemas relativos ao pagamento de salários, os quais foram atrasados (às vezes durante meses) em mais de uma ocasião, trazendo sérios prejuízos à realização de atividades nos CEII/CECI e às condições de vida das muitas famílias guarani que dependem diretamente desses salários.

8. Lista de Documentos e Materiais Analisados

8.1 Documentos Oficiais:

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer n. 30/04**. São Paulo: CME, 2004.

SÃO PAULO (SP). Secretaria do Governo Municipal. **Decreto n. 44.389/04**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Portaria SME-SP n. 2.808/05**, concernente às orientações complementares referentes ao Calendário de Atividades dos CEII/CECI. São Paulo: SME/DOT, 2005.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Regimento dos Centros de Educação e Cultura Indígena**. São Paulo: SME/DOT, 2010.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **CECI Proposta Político-Pedagógica**. São Paulo: SME/DOT, 2014.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Plano de Trabalho dos CEII/CECI**. São Paulo: SME/DOT, s/d.

8.2 Relatórios:

PLETORA LTDA. **Relatórios Técnicos de Consultoria Antropológica**, números 1-8. São Paulo, 2004a.

PLETORA LTDA. **Subsídios para a elaboração de um projeto pedagógico para os Centros de Educação e Cultura Indígena no Município de São Paulo**. São Paulo, 2004b.

PLETORA LTDA. **Relatório Final da Consultoria Antropológica**. São Paulo, 2004c.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME/DOT, 2005.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME/DOT, 2006.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME/DOT, 2007.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME/DOT, 2008.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME/DOT, 2009/2010.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME/DOT, 2011/2012.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME/DOT, 2012/2013.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Relatório da Diretoria de Orientação Técnica (DOT) Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação**. São Paulo: SME/DOT, 2013/2015.

8.3 Livros:

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação; EDUCADORES GUARANI. **Nhandereko nhemombe’u tenonderã**: histórias para contar e sonhar. São Paulo: SME/DOT, 2007.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **Orientações Curriculares**: expectativas de aprendizagens e orientações didáticas. São Paulo: SME/DOT, 2012.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. **CECI**: 10 anos de história. São Paulo: SME/DOT, 2015.

8.4 Vídeos:

Vídeos produzidos no CEII/CECI Jaraguá:

Comida Guarani;

Apresentação do Coral com as Crianças;

Experiências de Animação;

Avaliação dos Participantes do CECI sobre a cobertura da Bienal 2014;

Entrevista com o escritor Olívio Jekupé sobre os 10 anos dos CECI;

Entrevista com o Secretário de Educação César Callegari;

Fotoclipe das Atividades do CECI Jaraguá;

Brincadeiras no CECI Jaraguá;

Plantação das Crianças.

Vídeos produzidos no CEII/CECI Krukutu:

Crianças cantando no CECI Krukutu

Vídeos produzidos no CEII/CECI Tenonde Porã:

O Sapo Cururu

Vídeos produzidos nos CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu:

O Casamento da Filha do Pajé

Fotoclipe da Manifestação Guarani

A História do Cachorro e da Cobra







Capítulo 3

Avaliação diagnóstica dos CEII/CECI

Introdução

Este capítulo apresenta a análise completa dos dados quantitativos e qualitativos obtidos durante a pesquisa de campo desenvolvida nas Terras Indígenas (TIs) Jaraguá e Tenonde Porã. Além dos estágios de observação nas aldeias Tekoa Pyau, Tekoa Ytu, Tekoa Itakupe (TI Jaraguá), Tenonde Porã e Krukutu (TI Tenonde Porã), a análise inclui informações coletadas por meio de entrevistas realizadas com educadores, lideranças e familiares de alunos matriculados nos CEII/CECI e com agentes públicas e membros da sociedade civil que atuam ou atuaram junto aos CEII/CECI entre 2004 e 2015.

Trata-se de uma avaliação diagnóstica que aborda os seguintes aspectos: (1) os fatores que influenciam as taxas de matrícula e a frequência das crianças de 0 – 5 anos e 11 meses nos CEII Jaraguá, Krukutu e Tenonde Porã; (2) os perfis, processos de seleção e condições de trabalho dos funcionários dos CEII/CECI; (3) os processos de Formação Inicial e Continuada desses profissionais; (4) propostas para a formação em serviço dos profissionais não indígenas envolvidos nos CEII/CECI; (5) a atuação dos órgãos de gestão dos CEII/CECI; (6) a aprendizagem das crianças nos CEII; (7) a seleção, a preparação e os papéis pedagógicos e socioculturais da alimentação nos CEII/CECI; (8) o papel dos CECI nas comunidades guarani.

Em cada seção deste capítulo, apresentaremos, primeiramente, as informações obtidas por meio das entrevistas e pesquisa de campo realizadas com os Guarani. Estas informações são seguidas pela exposição dos resultados das entrevistas realizadas com as agentes públicas que atuam ou atuaram junto aos CEII/CECI.

1. Crianças matriculadas nos CEII: condições de acesso, frequência e escolha

De acordo com os registros da SME-SP, até julho de 2015 havia 111 crianças matriculadas no CEII Jaraguá, 109 crianças no CEII Tenonde Porã e 29 crianças no CEII Krukutu. As matrículas contemplam crianças nascidas entre março de 2009 e julho de 2015⁵⁰.

A partir da comparação do levantamento completo de moradores das Terras Indígenas Jaraguá e Tenonde Porã⁵¹ com a lista de crianças matriculadas nos respectivos CEII no ano de 2015, foi possível identificar quais crianças, na faixa etária correspondente ao CEII, não estão matriculadas nestas Unidades Educacionais. O resultado deste levantamento aponta que, na Terra Indígena Jaraguá (aldeias Pyau, Ytu e Itakupe), há 155 crianças nessa faixa etária, das quais 44 não estão matriculadas. Na Tenonde Porã, há 133 crianças, das quais 24 não estão matriculadas e, na Krukutu, há 41 crianças, das quais 12 não estão matriculadas. Estes dados revelam que 72% das crianças residentes na Terra Indígena Jaraguá, 82% das crianças na aldeia Tenonde Porã e 71% daquelas que moram na aldeia Krukutu estão matriculadas nos respectivos CEII.

Estas taxas de matrícula são muito significativas quando consideramos a demanda e o acesso à Educação Infantil, indicando uma alta taxa de aproveitamento, por parte das crianças guarani, das vagas oferecidas pela SME-SP. Neste contexto, cabe ainda apontar que a taxa de crianças não matriculadas não se deve a uma falta de vagas, mas a fatores que serão detalhados mais adiante.

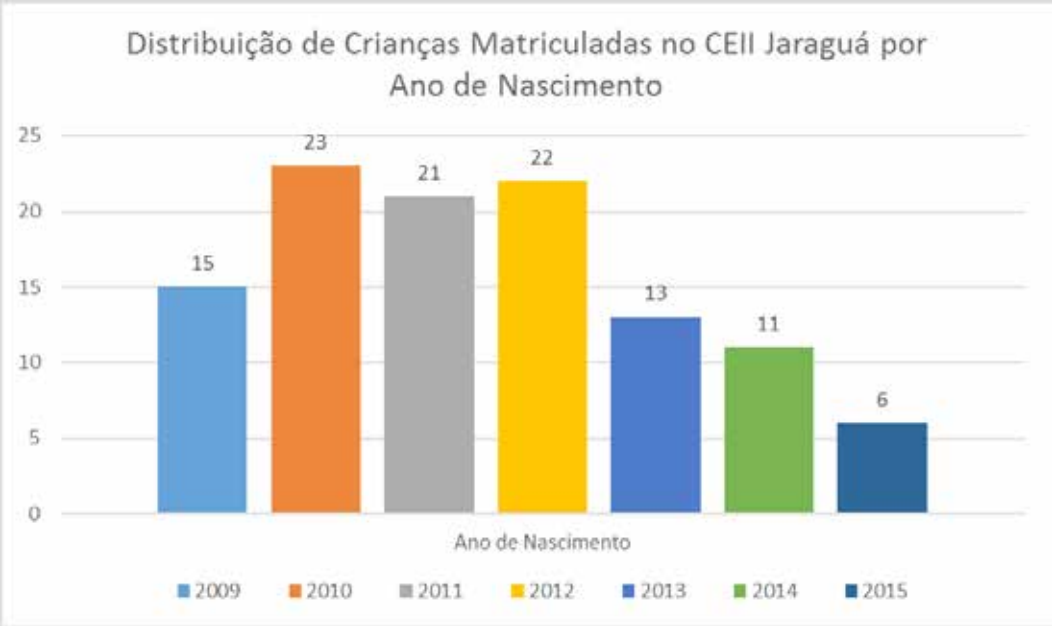
A seguir, apresentamos um conjunto de gráficos, mostrando a distribuição de crianças matriculadas por ano de nascimento.

O primeiro gráfico mostra que a maioria das crianças matriculadas no CEII Jaraguá nasceu entre os anos de 2010 e 2012. Considerando julho de 2015 como data de referência, é possível afirmar que 59,5% dos alunos desse CEII possui idade entre 2,5 e 5,5 anos. Se incluirmos nesse cálculo as crianças nascidas em 2009, essa porcentagem salta para 73%. Esse dado é relevante à medida que, até o final de 2015, as crianças nascidas em 2009 (13,5%) saíam da Educação Infantil e seriam transferidas, no próximo ano letivo, para a escola de Ensino Fundamental, localizada na mesma aldeia.

⁵⁰ Oficialmente, os CEII atendem crianças de até 5 anos e 11 meses de idade, porém foi observado que algumas crianças que já haviam completado seis anos de idade continuam matriculadas e frequentando os CEII. Como a pesquisa foi realizada no meio do ano letivo, é provável que essas crianças sejam matriculadas no Ensino Fundamental já no início do próximo ano.

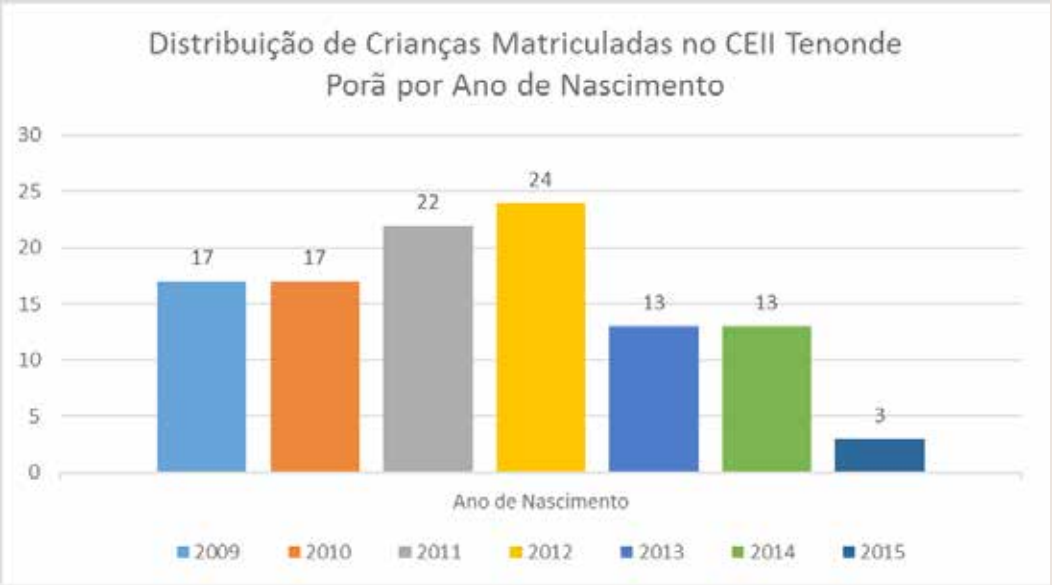
⁵¹ Para este levantamento foram considerados dados referentes ao conjunto de aldeias constituintes das Terras Indígenas Jaraguá (Tekoa Pyau, Tekoa Ytu, Tekoa Itakupe) e Tenonde Porã (Tenonde Porã, Krukutu, Brilho do Sol, Kalipety, Guyrapaju, Yyrexakã).

Gráfico 1



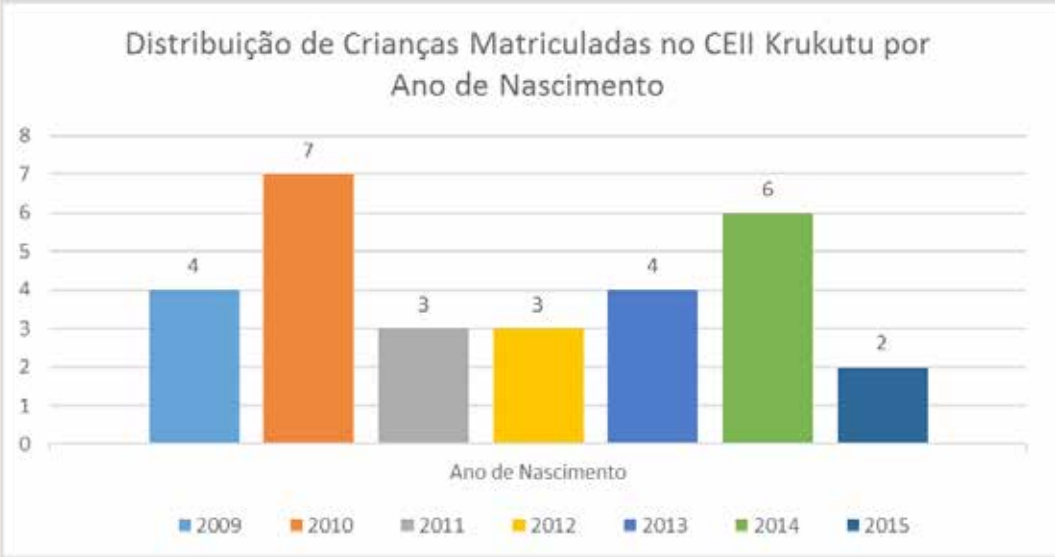
O segundo gráfico mostra que 57,8% das crianças matriculadas no CEII Tenonde Porã têm entre 2,5 e 5,5 anos de idade. Quando incluímos as crianças nascidas em 2009, essa porcentagem atinge 73,4%, algo muito próximo ao que se observou no CEII Jaraguá.

Gráfico 2



A distribuição de crianças matriculadas no CEII Krukutu, por ano de nascimento, mostra que a taxa de matrículas de crianças nascidas em 2009/2010 é muito próxima à taxa de matrículas de crianças nascidas em 2014/2015: 11 crianças e 8 crianças, respectivamente, enquanto crianças na faixa etária intermediária, nascidas entre 2011 e 2013, somam 10 matrículas. Esses dados são apresentados no terceiro gráfico.

Gráfico 3

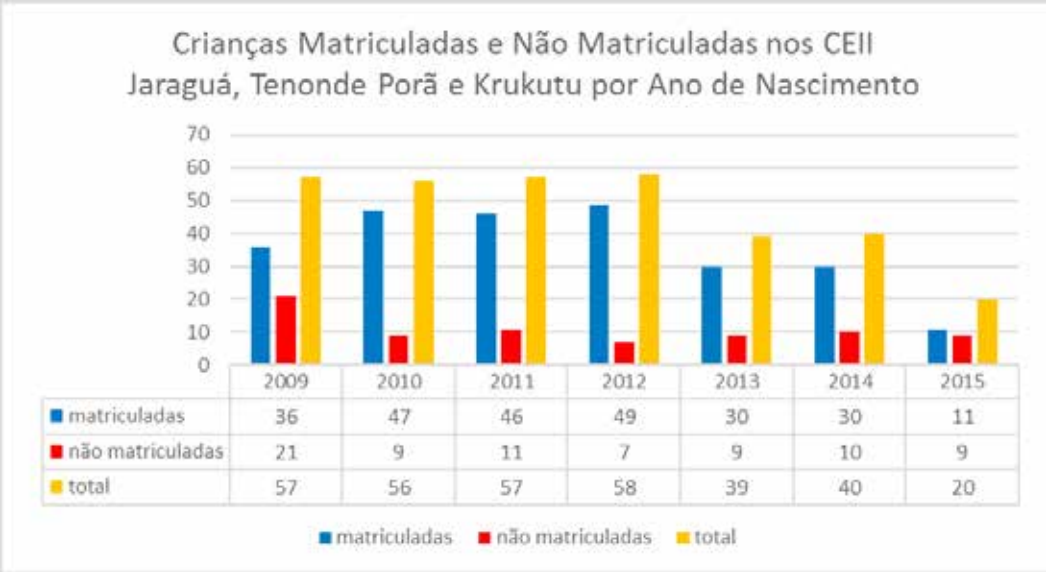


Se quisermos comparar as taxas de matrícula do CEII Krukutu com aquelas apresentadas nos gráficos referentes aos CEII Jaraguá e Tenonde Porã, podemos afirmar que 44,8% das crianças matriculadas no CEII Krukutu têm idades entre 2,5 e 5,5 anos. Levando-se em consideração as crianças nascidas em 2009, esta taxa atinge 58,6%. Isto é, mesmo considerando que há uma proporção maior de crianças com menos de 2,5 anos no CEII Krukutu (41,4%), se compararmos com os CEII Jaraguá (27%) e Tenonde Porã (26,6%), a maioria das crianças dessas três unidades encontra-se acima dessa idade.

O quarto gráfico compara o número de crianças matriculadas e não matriculadas nas aldeias que constituem as Terras Indígenas Jaraguá e Tenonde Porã⁵², demonstrando que, de um universo total de 327 crianças residentes no conjunto dessas aldeias, 249 estão matriculadas em algum CEII. Portanto, a taxa de matrícula global para os três CEII é de 76%. O gráfico distribui as crianças por ano de nascimento, o que permite observar que o número de crianças matriculadas é sempre muito maior do que o número de crianças não matriculadas, com exceção das crianças nascidas em 2009 e em 2015, anos em que essa diferença é relativamente pequena. Mas, mesmo nesses dois casos, o número de crianças matriculadas supera o de crianças não matriculadas.

52 Há duas crianças, moradoras da aldeia Tenonde Porã, que têm entre 0 e 5 anos de idade, porém a lista da Secretaria Municipal de Saúde não especifica sua data exata de nascimento. Estas duas crianças também não constam das listas de matrículas dos CEII Tenonde Porã ou Krukutu, portanto, está evidente que elas não estão matriculadas no CEII/CECI, embora não possam ser incluídas no terceiro gráfico porque não é possível identificar suas datas de nascimento. A exclusão delas implica numa diferença entre o número de crianças não matriculadas no gráfico 4 (34 crianças) e o total de crianças não matriculadas na TI Tenonde Porã (36 crianças).

Gráfico 4



A taxa menor de matrícula de crianças nascidas em 2009 pode ser explicada pelo fato de que essas crianças completariam 6 anos de idade ao longo de 2015 e, portanto, muitas já estavam frequentando o primeiro ano do Ensino Fundamental quando o levantamento foi realizado.

Quanto às crianças nascidas em 2015, entrevistas realizadas com os educadores dos CEII e com familiares dessas crianças contribuem para entender a taxa relativamente menor de matrículas delas. Isto é, durante o primeiro ano de vida, as crianças devem ser mantidas sob os cuidados constantes da mãe e de familiares próximos, sendo objeto de resguardos e cuidados que exigem uma permanência maior na própria casa. Mas, a partir do primeiro ano, quando a criança já consegue andar, ela ganha maior autonomia para frequentar os outros espaços da aldeia, acompanhada por outras crianças maiores ou seus familiares.

Os entrevistados também revelaram que a participação das crianças nas atividades do CEII aumenta proporcionalmente à sua idade e que as crianças têm a liberdade de escolher participarem ou não das atividades propostas. Ou seja, levando-se em conta os dados de matrícula e os relatos obtidos, é possível observar que a taxa de matrícula de crianças com menos de um ano de idade, visivelmente inferior às matrículas das demais crianças, não reflete a falta de acesso à Educação Escolar Infantil, mas a escolha, por parte dos familiares dessas crianças, de postergar seu ingresso na escola. Já as crianças mais velhas, mesmo aquelas efetivamente matriculadas, têm bastante autonomia na escolha de frequentar ou não o CEII.

Como já foi mencionado acima, as altas taxas de matrícula de crianças nos três CEII são indicativas da importância dessas escolas para as comunidades atendidas pelo programa e reforçam a avaliação positiva que os familiares das crianças e lideranças políticas e religiosas fizeram durante entrevistas e conversas. Porém, é importante também analisar os casos de crianças que não estão matriculadas e daquelas que, mesmo matriculadas, não frequentam regularmente as atividades realizadas nos CEII.

Entrevistas com os educadores dos três CEII e com familiares de crianças não matriculadas ou que não frequentam regularmente os CEII delinearam duas situações distintas: uma, em

que o acesso ao CEII é dificultado pela distância entre o local de moradia da criança, e outra, que envolve escolhas tomadas pelos familiares das crianças ou pelas próprias crianças com relação à participação delas no CEII. As duas situações merecem a atenção dos educadores e gestores dos CEII/CECI, na medida em que podem ser tomadas medidas, tanto para garantir o acesso da totalidade das crianças aos CEII, como para estimular a participação de crianças e familiares que, por ora, têm baixo ou nenhum envolvimento nas atividades dessas Unidades Educacionais.

Com relação à primeira situação, em que o acesso das crianças ao CEII é dificultado devido à distância entre este e seu local de residência, cumpre observar que esse problema se estende aos três CEII/CECI localizados nas aldeias Tenonde Porã, Krukutu e Tekoa Pyau. Nesse sentido, embora todas as aldeias presentes nas Terras Indígenas Jaraguá e Tenonde Porã tenham núcleos de residência, onde há crianças em idade correspondente à faixa etária atendida pelos CEII/CECI, a maioria das crianças matriculadas e frequentadoras dessas escolas reside nas aldeias onde os CEII/CECI estão localizados.

Por outro lado, nos últimos anos, foi verificado um movimento crescente de famílias das aldeias Tenonde Porã, Krukutu e Tekoa Pyau para as aldeias Yyrexakã, Kalipety, Guyrapaju, Brilho do Sol (TI Tenonde Porã) e Itakupe (TI Jaraguá). Há também a possibilidade de que outras áreas das mesmas Terras Indígenas sejam usadas para a formação de novas aldeias, aumentando a dispersão de famílias, ora concentradas em áreas superpovoadas.

Convém lembrar que essas mudanças se dão no contexto de reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, dos limites dessas Terras Indígenas, estabelecidos por meio de estudos antropológicos, históricos e ambientais que resultaram nos Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação (RCID) da TI Tenonde Porã (Funai, 2010) e da TI Jaraguá (Funai, 2011). Nesse sentido, os limites das TI Tenonde Porã e Jaraguá foram definidos com base nos parâmetros estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, garantindo que os Guarani tenham maior segurança no usufruto das terras por eles tradicionalmente ocupadas. Embora o processo de demarcação das TIs Tenonde Porã e Jaraguá ainda não tenha sido concluído, pois o processo só se encerra com a homologação da Terra Indígena, as etapas já transcorridas permitiram aos Guarani dessas áreas uma descentralização maior na distribuição de núcleos residenciais e das áreas usadas para atividades, como plantio, coleta e caça. Essa descentralização apresenta como um dos seus desdobramentos uma situação em que as crianças moradoras dos novos núcleos residenciais encontram-se afastadas das unidades de ensino localizadas nas respectivas Terras Indígenas.

Nesse contexto, a distância entre as novas aldeias e os CEII/CECI, criados antes da definição dos atuais limites dessas Terras Indígenas, tem sido apontada como fator que impede as crianças residentes nas novas aldeias de frequentarem regularmente as atividades educacionais e culturais realizadas nos CEII/CECI. Esta situação gera preocupação porque, além de contribuírem para o desenvolvimento das crianças e para o fortalecimento da cultura guarani, os CEII/CECI também têm grande impacto na segurança alimentar das crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses de idade, sendo apontado pelos Guarani e agentes públicos como responsável pela diminuição nos índices de desnutrição e de problemas de saúde correlatos.

Verifica-se, portanto, uma situação desafiadora, no que diz respeito às políticas públicas destinadas a garantir direitos básicos à população guarani residente na Cidade de São Paulo. Por um lado, os Guarani têm a possibilidade de desfrutarem com maior segurança dos seus direitos territoriais e de práticas indispensáveis à sua reprodução física e cultural, por meio dos usos tradicionais

das áreas que constituem as TIs Jaraguá e Tenonde Porã. Por outro lado, a realização desses direitos traz novos desafios para garantir às crianças guarani o acesso à Educação Infantil e à escolarização, de modo geral.

Cumpre também salientar que, de acordo com os entrevistados, muitas famílias hesitam em estabelecer moradia nas novas aldeias porque seus filhos, em idade escolar, ficariam impedidos de frequentar as unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio localizadas nessas Terras Indígenas, por causa da distância.

No decorrer da avaliação, foram discutidas diferentes soluções para assegurar o acesso das crianças moradoras de áreas afastadas das sedes dos CEII/CECI. A solução consensual apontada para esta questão foi solicitar à SME-SP a disponibilização de transporte escolar para que as crianças possam se deslocar em segurança, desde os núcleos de moradia formados nessas novas aldeias até o CEII/CECI mais próximo.

Isso indica que a oferta de transporte escolar para as crianças que moram nas aldeias Yyrexakã, Kalipety, Guyrapaju, Brilho do Sol, Itakupe e outras que sejam formadas futuramente pode resolver satisfatoriamente o problema do acesso das crianças guarani à Educação Infantil e também resultar em outros benefícios para os Guarani residentes na Cidade de São Paulo. Ou seja, garantir a participação das crianças nas atividades dos CEII/CECI não apenas assegura seu direito à Educação Escolar Infantil, como também contribui para garantir a segurança alimentar delas, já que a alimentação oferecida no CEII/CECI é apontada por todos os entrevistados como a fonte principal de nutrição das crianças. Disponibilizar o transporte escolar também permitiria que as famílias das TI Jaraguá e Tenonde Porã se distribuíssem com maior segurança, uma vez que há um adensamento populacional nas aldeias Tenonde Porã, Tekoa Pyau e Ytu, que compromete a qualidade de vida e agrava as condições de saneamento e saúde. Nessas áreas superpovoadas, não há espaço suficiente para cultivar alimentos e plantas medicinais, além de haver uma demanda excessiva sobre as reservas de água e as estruturas sanitárias. Por outro lado, nas novas aldeias, há maior oferta de áreas de mata e áreas disponíveis para o estabelecimento de moradias e para o cultivo de alimentos e plantas medicinais. O aumento no número de famílias residentes nessas novas aldeias, por sua vez, também traria maior segurança para essas Terras Indígenas, que sofrem pressão por parte de posseiros não indígenas e outros indivíduos que cometem crimes ambientais e de outra natureza no entorno das áreas guarani.

A segunda situação que identificamos, no que concerne à frequência das crianças nos CEII/CECI, diz respeito a escolhas feitas por familiares das crianças e ou pelas próprias crianças, que resultam de fatores relacionados à organização social e política e/ou de questionamentos quanto à qualidade e à necessidade da Educação Escolar Infantil oferecida nos CEII/CECI.

Olhemos, inicialmente, para os fatores relacionados à organização social e política. Pesquisas recentes desenvolvidas em diversas aldeias guarani (PISSOLATO, 2006; SILVA, 2008; MACEDO, 2010; TESTA, 2014) mostram que uma Terra Indígena Guarani pode ser formada por várias tekoa⁵³, as quais, por sua vez, podem ser constituídas por diversos núcleos familiares. E, embora as famílias que constituem uma tekoa se relacionem com as parentelas de outras tekoa em diversas circunstâncias, elas têm suas próprias lideranças políticas e religiosas. As atividades cotidianas rea-

53 A palavra tekoa, lugar no qual parentes (humanos ou não humanos) convivem e cuidam uns dos outros, é frequentemente traduzida como aldeia, embora esta não seja uma tradução muito precisa. Para maiores informações sobre esse conceito e suas traduções, ver Testa (2014, p.2-17).

lizadas pelas famílias de uma tekoa são marcadas por modos de agir que as diferenciam de outras parentelas, inclusive na escolha dos modos como ensinam suas crianças. Isso também se reflete nos espaços que são criados e/ou usados de modo diferencial por cada parentela ou pelas parentelas que constituem as diversas tekoa que se encontram numa mesma Terra Guarani. Nesse sentido, embora o poder público costume construir uma escola e um posto de saúde por Terra Indígena, os próprios Guarani dividem o espaço das aldeias, conforme seus usos e usuários. Assim, constroem-se diferentes casas de reza e roças e estabelecem-se diferentes trilhas ou áreas da mata que são usadas, segundo os modos de organização social e política das famílias guarani.

Nesse contexto, os usos que os Guarani fazem dos CEII/CECI também estão sujeitos às suas dinâmicas de organização social e política, uma vez que essas Unidades Educacionais estão inseridas nas comunidades e integradas aos outros espaços e atividades que fazem parte do cotidiano dos Guarani. Em outras palavras, desenvolver um programa de Educação Escolar Infantil que atenda a totalidade das crianças de uma Terra Indígena não depende apenas da disponibilização de vagas ou da garantia de acesso regular à escola, mas envolve também ações que podem ter um impacto considerável nas dinâmicas sociais e políticas dessas comunidades. Isso, porque a educação das crianças guarani, principalmente das crianças pequenas, é desenvolvida, sobretudo, na interação com seus parentes próximos, enquanto a Educação Escolar Infantil tira as crianças pequenas do ambiente doméstico diariamente por um período de cerca de quatro horas, em que elas são cuidadas e ensinadas por pessoas que não necessariamente fazem parte do seu grupo de parentes próximos.

Os desafios que essa diferença marcante entre a educação tradicional guarani e a educação escolar coloca são enfrentados cotidianamente pelos educadores dos CEII/CECI. Em entrevistas, esses educadores afirmam a necessidade constante de explicar aos familiares das crianças os objetivos pedagógicos dos CEII/CECI, dar informações sobre as atividades realizadas, os modos de funcionamento e organização dessas unidades e, sobretudo, construir uma relação de confiança com as crianças e seus familiares. De acordo com os educadores e os familiares das crianças, uma relação pautada na confiança é fundamental para que as crianças se sintam confortáveis nesse novo contexto de aprendizagem e para que seus parentes estejam seguros de que as crianças desenvolverão os conhecimentos pertinentes à sua faixa etária e que serão bem cuidadas na escola.

Para avaliar melhor o peso de fatores relacionados à organização social e política de cada aldeia na taxa de matrículas nos CEII/CECI, agregamos as informações fornecidas por meio de entrevistas com a análise de dados quantitativos. Esse exercício foi feito apenas para as aldeias da TI Jaraguá e as matrículas do CEII/CECI Jaraguá, uma vez que essa análise conjunta de dados qualitativos e quantitativos exigia também um conhecimento aprofundado da organização social e política de cada aldeia, o que foi possível apenas para as aldeias do Jaraguá, para as quais a consultora responsável pela pesquisa já possuía essas informações⁵⁴.

Antes de confrontar os dados qualitativos e quantitativos, convém apontar alguns aspectos da organização social e política da TI Jaraguá⁵⁵. Essa Terra Indígena é formada por três aldeias: Ytu, Pyau e Itakupe. Cada aldeia tem seu próprio cacique e conta também com uma casa de rezas, onde um ou mais rezadores é responsável pela liderança religiosa do coletivo. O cacique atual da Tekoa Ytu é filho do casal que fundou essa aldeia e que anteriormente exercia o papel de liderança

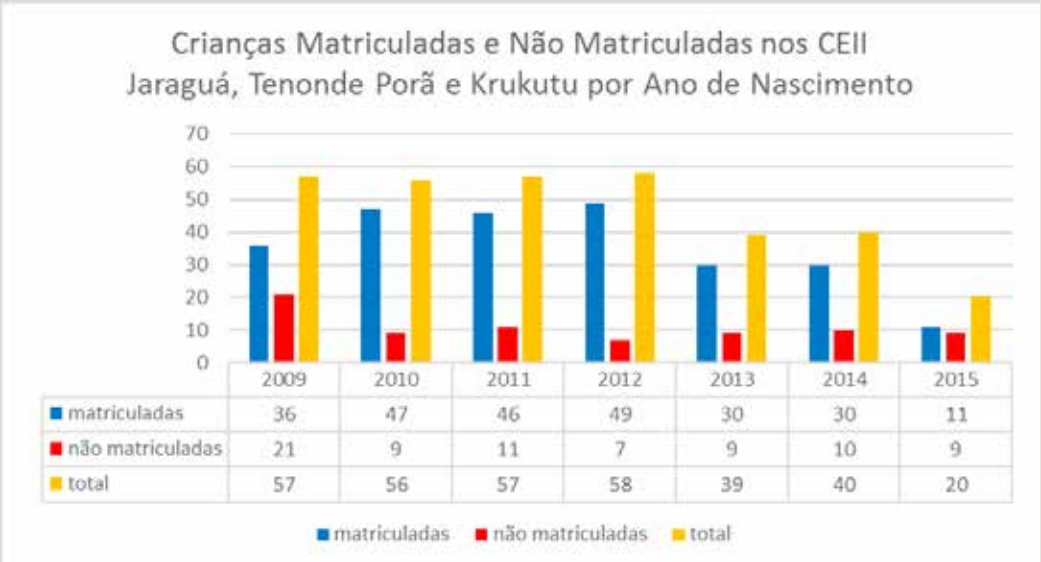
54 No caso da TI Jaraguá, as informações concernentes às formas de organização social e política se baseiam em 15 anos contínuos de pesquisa etnográfica, enquanto na TI Tenonde Porã foram realizadas pesquisas intermitentes nesse mesmo período.

55 As informações apresentadas a seguir correspondem à situação dessas aldeias em 2015.

política principal. O cacique da Tekoa Pyau é filho do casal que exerceu anteriormente esse papel e que também era responsável pela liderança religiosa do grupo. Já o cacique da Tekoa Itakupe é meio irmão do cacique da Tekoa Ytu e morava, anteriormente, na Tekoa Pyau. Dados do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da TI Jaraguá (Funai, 2011) mostram que, em 2009, havia aproximadamente 205 moradores na Tekoa Ytu e 350 moradores na Tekoa Pyau. Nesse período, nenhuma família guarani morava na Tekoa Itakupe, porque as famílias lá residentes haviam sido removidas por força de uma ação judicial. É possível observar que, atualmente, a população dessas três aldeias aumentou, chegando ao número aproximado de 650 pessoas.

A essas informações resumidas sobre as formas de organização social e política das três aldeias que constituem a TI Jaraguá, devemos acrescentar os dados referentes às taxas de matrícula no CEII das crianças que moram nessas aldeias. Nesse sentido, das 111 crianças matriculadas no CEII/CECI Jaraguá, 98 moram na Tekoa Pyau, 11 na Tekoa Ytu e 2 na Tekoa Itakupe, representando 88,3%, 9,9% e 1,8% das matrículas, respectivamente. Porém, na análise desses dados, é imprescindível levar em conta não apenas a quantidade de crianças matriculadas, mas também o número total de crianças residentes em cada aldeia. Segundo o apresentado no quinto gráfico, do total de 155 crianças na faixa etária de 0 – 5 anos e 11 meses residentes na TI Jaraguá, 126 (81,3%) moram na Tekoa Pyau, 27 (17,4%) na Tekoa Ytu e 2 (1,3%) na Tekoa Itakupé. Quando comparamos os números de crianças moradoras de cada aldeia com a taxa de crianças matriculadas no CEII, observamos que 77,8% das crianças da Tekoa Pyau estão matriculadas, em comparação com 40,7% da Tekoa Ytu e 100% da Tekoa Itakupé.

Gráfico 5



Considerando a taxa de 100% de matrícula das crianças moradoras na Tekoa Itakupe, convém apontar que o número absoluto de moradores dessa aldeia é baixo em comparação com as demais aldeias, sobretudo, por causa de fatores relacionados à morosidade no processo de demarcação oficial da área, o que têm aumentado o índice de insegurança e até mesmo de violência a qual os habitantes da área estão sujeitos. E, embora as duas crianças moradoras dessa aldeia estejam efetivamente matriculadas no CEII/CECI, a frequência delas nas atividades é baixa, devido à falta de

transporte entre a aldeia Itakupe e a aldeia Pyau, onde o CEII/CECI está localizado. Cabe destacar, novamente, que a oferta de transporte escolar para as crianças moradoras dessa área foi apontada pelos Guarani como fator que contribuiria para que mais famílias pudessem estabelecer residência na Tekoa Itakupe, amenizando, com isso, a insegurança vivida pelos atuais moradores.

Quanto à diferença notável entre as taxas de matrícula de crianças residentes nas Tekoa Pyau e Tekoa Ytu, ela foi atribuída, segundo os entrevistados, a fatores relacionados à organização social e política de cada aldeia e às decisões das parentelas que as compõem. Em outras palavras, o fato de apenas 40,7% das crianças na Tekoa Ytu estarem matriculadas no CEII/CECI, ante 77,8% das crianças da Tekoa Pyau, não resulta da falta de vagas ou de problemas de distância geográfica⁵⁶, mas de uma escolha dos familiares que optam por deixar essas crianças fora da escola ou que as matriculam em estabelecimentos de Educação Infantil fora da aldeia.

Esse exercício de análise não pôde ser realizado com os dados referentes às aldeias da TI Tenonde. Porã, porém fatores relacionados à organização social e política foram reiteradamente apontados como responsáveis pelos índices de crianças não matriculadas ou pela falta de frequência efetiva de parte dos alunos. Isso se soma às dificuldades de acesso das crianças residentes em aldeias afastadas das unidades dos CEII/CECI, como já foi mencionado.

Nesse contexto, a adoção de medidas, por parte do poder público, para melhorar as taxas de matrícula e frequência dos alunos dos CEII não deve interferir com a liberdade que os familiares das crianças têm para decidir se elas participarão ou não de um programa de Educação Escolar Infantil. É também fundamental que uma política de Educação Escolar Indígena respeite as dinâmicas de organização social e política da população atendida. Nesse sentido, a Educação Escolar Infantil Indígena é uma experiência nova, cujos impactos devem ser avaliados e moldados pelos próprios Guarani, com o apoio do poder público.

Diante do exposto, é possível apontar três medidas básicas que podem ser adotadas para aumentar os índices de matrícula e frequência das crianças nos três CEII/CECI. Salientamos que essas medidas foram amplamente discutidas e acordadas com as lideranças, os educadores e os familiares de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses. Em primeiro lugar, a oferta de transporte escolar diário para as crianças que residem nas aldeias afastadas dos CEII/CECI resolverá o problema de acesso às escolas, garantindo que essas crianças possam participar das atividades educativas e culturais nos CEII/CECI e também ter acesso à alimentação servida nessas Unidades.

Em segundo lugar, é fundamental melhorar a comunicação entre os profissionais não indígenas responsáveis pela gestão dos CEII/CECI, os educadores dessas Unidades, as lideranças guarani e os familiares dos alunos. A comunicação constante entre esses diversos agentes, interessados na educação das crianças guarani, é condição básica para que os familiares das crianças possam avaliar com maior precisão a qualidade desse programa de Educação Escolar Infantil e também participar da busca por soluções que atendam melhor às suas expectativas, no que diz respeito à educação das crianças.

A terceira medida concerne à ampliação da oferta de atividades nos CECI, destinadas a jovens e adultos das aldeias. Nesse sentido, a realização de oficinas de artesanato com a disponibilidade de materiais foi apontada como atividade que permitiria aos familiares dos alunos acompa-

⁵⁶ Cumpre destacar que, embora próximas, as duas aldeias são cortadas por uma rua, portanto, a travessia de crianças pequenas é arriscada e um problema constante. Os riscos de atropelamento têm levado os Guarani a solicitarem à Prefeitura de São Paulo o fechamento dessa rua, já que o trânsito poderia ser desviado para outras vias.

nharem essas crianças, enquanto elas estiverem no CEII/CECI. Uma presença maior das mães e de outros parentes próximos dos alunos nos CEII/CECI é vista como essencial para que as famílias desenvolvam maior confiança no trabalho dos educadores e sintam que o CEII/CECI é um lugar onde suas crianças podem aprender com segurança. Por outro lado, a realização de atividades, voltadas ao conjunto mais amplo da população de cada aldeia, está prevista em todos os documentos referentes aos CEII/CECI, desde a criação deles. Além disso, a utilização do espaço dos CECI e a disponibilização de materiais para a confecção de artesanatos poderão também resultar em formas de geração de renda para uma parcela maior da população guarani residente na Cidade de São Paulo, já que a venda de artesanato constitui uma das fontes de renda dessas famílias.

1.1 Avaliação da frequência e da participação dos alunos, segundo as agentes públicas

Quando perguntamos às agentes públicas sobre a frequência dos alunos dos CEII/CECI, três não souberam responder, enquanto outras avaliaram que ela é boa ou média. Uma das entrevistadas apontou que a frequência dos alunos variou bastante ao longo do período de existência dos CEII/CECI. Ela observou que, inicialmente, a frequência era muito boa, porém piorou no decorrer dos anos. No entanto, a atenção a esse problema tem resultado na tomada de medidas que contribuíram para aumentar a presença das crianças nos CEII/CECI. É importante apontar que essas medidas, relativas a uma comunicação e a uma integração maiores entre os profissionais dos CEII/CECI e os familiares de alunos, estão incluídas nas propostas explicitadas acima, porém é fundamental dar continuidade a elas e, sobretudo, garantir os recursos materiais e financeiros necessários para implementar as outras ações assinaladas. Outra entrevistada afirmou que avaliar a frequência das crianças nos CEII é um desafio, pois, ao contrário das escolas não indígenas, muitas atividades são desenvolvidas fora do espaço escolar e as crianças têm liberdade para transitar entre o CEII, suas casas e outros espaços das aldeias, ao longo do dia.

No que diz respeito à participação das crianças nas atividades realizadas nos CEII, três entrevistadas não responderam a esta questão, enquanto cinco avaliaram que ela é boa e uma afirmou que é média. Outra entrevistada comentou que a participação das crianças depende do que é proposto, já que as crianças têm liberdade para escolher as atividades das quais participarão. Ela também apontou que o envolvimento dos educadores nessas experiências contribui fortemente para a participação das crianças. Uma das entrevistadas acrescentou que a presença dos familiares dos alunos nos CEII é um aspecto que contribui muito para a frequência e a participação das crianças.

2. Os profissionais que atuam nos CEII/CECI

Nesta seção, apresentaremos informações concernentes ao perfil, aos processos de seleção e à avaliação do trabalho dos profissionais que atuam nos CEII/CECI Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu. A exposição de algumas informações é dividida por CEII/CECI, enquanto outros dados, comuns às três unidades, são apresentados em conjunto. Após a exposição de informações referentes aos profissionais guarani, apresentaremos dados concernentes às agentes públicas que

trabalham com eles na gestão dos CEII/CECI. Do mesmo modo, os resultados das avaliações feitas pelos Guarani antecedem a análise das avaliações feitas pelas agentes públicas. Também cabe reiterar que, em respeito à decisão das lideranças das TIs Jaraguá e Tenonde Porã e dos funcionários de cada um dos CEII/CECI, os conteúdos aqui apresentados preservam o anonimato de todos os entrevistados.

O CEII/CECI Jaraguá conta com 21 funcionários guarani, sendo 10 monitores educacionais, 1 monitor de informática, 5 auxiliares de cozinha, 1 coordenador cultural, 1 coordenador educacional, 1 auxiliar da coordenação administrativa, 1 auxiliar da coordenação pedagógica e 1 auxiliar escolar ⁵⁷.

O CEII/CECI Tenonde Porã tem 22 funcionários guarani, sendo 11 monitores educacionais, 1 monitor de informática, 5 auxiliares de cozinha, 1 coordenador cultural, 1 coordenador educacional, 1 auxiliar da coordenação administrativa, 1 auxiliar da coordenação pedagógica e 1 auxiliar escolar.

O CEII/CECI Krukutu, por sua vez, conta com 12 funcionários guarani, sendo 5 monitores educacionais, 1 monitor de informática, 2 auxiliares de cozinha, 1 coordenador cultural, 1 coordenador educacional, 1 auxiliar da coordenação pedagógica e 1 auxiliar escolar.

2.1 Educadores e Monitores de Informática

Dos dez educadores do CEII Jaraguá, seis são mulheres e quatro homens. Há também 1 monitor de informática do sexo masculino. No corpo docente do CEII Tenonde Porã há cinco mulheres e seis homens, além do monitor de informática, do sexo masculino. Já o corpo docente do CEII Krukutu é formado por três mulheres e dois homens, havendo também um monitor de informática do sexo masculino.

Cabe ressaltar que todos os educadores e monitores de informática residem nas aldeias onde se localizam os CEII/CECI, com exceção de um educador do CEII Tenonde Porã, que mora na aldeia Kalipety. Todos também são lideranças nas próprias comunidades ou parentes próximos das lideranças principais.

Percebe-se, conforme o apresentado na tabela abaixo, que há diferenças consideráveis no tempo de serviço desses profissionais⁵⁸, inclusive 14 dos monitores educacionais e de informática ainda não completaram um ano na função, enquanto há dois monitores do CEII Jaraguá que trabalham nessa Unidade desde a criação dela (11 anos). Nos casos dos CEII Tenonde Porã e Krukutu, o tempo máximo de contrato dos educadores é de 7 e 5 anos, respectivamente. O fato de que quase metade dos monitores atua há menos de um ano nessa função indica uma grande rotatividade de profissionais, porém não possuímos dados que permitam identificar os fatores que motivam tal rotatividade. Também cabe apontar que nenhum dos atuais monitores trabalhou em outra função

⁵⁷ Essas são as denominações oficiais de cada função exercida pelos profissionais que atuam nos CEII/CECI. A pedido dos entrevistados, sempre que possível, nos referimos aos professores como “educadores”, em vez de “monitores”, porém, há seções deste relatório em que o uso da terminologia oficial permite abordar, tanto o trabalho dos professores, como dos monitores de informática nas mesmas atividades e categorias, motivo pelo qual mantivemos essa designação em alguns trechos.

⁵⁸ Foi considerado como mês de referência para o cálculo de tempo de serviço novembro de 2015.

nos CEII/CECI anteriormente, portanto, não há a transferência de funcionários de outras funções para este, embora haja membros da gestão dos CEII/CECI que tenham trabalhado anteriormente como monitores educacionais.

Tabela 1: Tempo de Serviço dos Monitores Educacionais e de Informática

Jaraguá	Tempo	Tenonde Porã	Tempo	Krukutu	Tempo
1	4 meses	1	1 mês	1	1 mês
2	6 meses	2	6 meses	2	1 mês
3	7 meses	3	7 meses	3	2 anos
4	8 meses	4	10 meses	4	2 anos
5	11 meses	5	10 meses	5	3 anos
6	11 meses	6	1 ano	6	5 anos
7	11 meses	7	1 ano e 2 meses		
8	2 anos	8	3 anos		
9	8 anos	9	4 anos		
10	11 anos	10	7 anos		
11	11 anos	11	7 anos		
		12	7 anos		

2.1.1 Processo de seleção e perfil dos monitores

Ao serem perguntados sobre o processo pelo qual foram escolhidos para trabalhar nos CEII/CECI, a maioria dos monitores afirmou que a escolha, feita por outros funcionários do CEII/CECI e lideranças das comunidades, se pautou no reconhecimento de habilidades que eles possuem nos cuidados com crianças e da sua capacidade de ensinar conhecimentos específicos da cultura guarani, tais como: a produção de artesanatos (arcos, flechas, zarabatanas, cestas, colares, brincos etc.); narrativas sobre a história das aldeias, das famílias e da criação e do desenvolvimento do mundo e dos diferentes seres que vivem nas moradas terrestres e celestes; as práticas de produção da pessoa (cuidados com o desenvolvimento do corpo e da alma) e a realização de formas expressivas (canto, dança etc.).

Além do processo de seleção explicitado acima, alguns monitores também passaram por outras experiências e etapas de seleção. Uma monitora do CEII/CECI Jaraguá afirmou que ela passou a trabalhar nessa Unidade após procurar o coordenador cultural, seu avô materno, e contar o seu interesse em desenvolver esse trabalho. Depois disso, outros funcionários e lideranças da comunidade referendaram a escolha dela, numa reunião.

No caso do CEII/CECI Tenonde Porã, dois monitores educacionais e o monitor de informática explicaram que se apresentaram aos demais funcionários demonstrando interesse em trabalhar como monitores. Dois funcionários afirmaram que foram escolhidos para o trabalho após passarem por um processo seletivo que consistiu numa prova escrita e também na realização de uma entrevista com outros funcionários do CEII/CECI e lideranças da comunidade. Uma das monito-

ras educacionais tinha experiências prévias como cozinheira na Escola Estadual de Ensino Fundamental da Krukutu e como liderança que atendia os turistas; ela informou que considera que essas experiências anteriores foram decisivas para a sua seleção como monitora do CEII/CECI Tenonde Porã. Outro monitor educacional também se referiu às suas experiências anteriores, mencionando que atuou como agente cultural no “Programa Aldeias” da Secretaria Municipal da Cultura e, antes disso, foi educador na Escola Estadual da Aldeia Itaoca (litoral Sul de São Paulo).

Quatro monitores do CEII/CECI Krukutu explicaram que foram convidados pelo coordenador educacional atual ou anterior. Um dos monitores disse ter sido indicado pelo coordenador da ONG Opção Brasil, após manifestar interesse em trabalhar no CEII. Outro monitor também afirmou que procurou o emprego ao saber que havia uma vaga.

Além de possuírem habilidades diferenciadas, o que contribui para que os CEII/CECI ofereçam uma variedade de atividades pedagógicas e culturais, o quadro docente dessas unidades é formado por pessoas de diferentes gerações, que nasceram e viveram em diversas aldeias, algo que também amplia o repertório de experiências que podem ser compartilhadas com os alunos dos CEII/CECI.

Nesse sentido, a próxima tabela apresenta informações sobre o ano e o local de nascimento de cada monitor. Com base nos dados referentes à data de nascimento, observamos que a maioria deles é relativamente jovem. Com exceção de dois monitores do CEII/CECI Jaraguá, com 49 e 50 anos de idade, os demais educadores dos três CEII/CECI têm idades que variam entre 19 e 38 anos.

Os entrevistados apontaram que, anteriormente, o quadro docente dos CEII/CECI também era formado por pessoas mais idosas, porém estas pessoas tiveram seus contratos de trabalho extinguidos porque recebiam aposentadoria. Inclusive, na avaliação do trabalho realizado pelos monitores educacionais dos três CEII/CECI, foi explicitado que a ausência de funcionários mais velhos tem prejudicado o ensino de conhecimentos sobre a cultura guarani, uma vez que os mais velhos são considerados referências fundamentais na transmissão desses saberes.

Os dados referentes ao local de nascimento, por sua vez, revelam que nenhum dos monitores do CEII/CECI Jaraguá nasceu nessa aldeia. Cinco nasceram no estado do Paraná, dois no litoral paulista, três na TI Tenonde Porã e um em Missiones, Argentina. Os monitores do CEII/CECI Krukutu também não nasceram na aldeia onde atualmente residem. Dois vieram do Paraná, dois do litoral paulista, um de Santa Catarina e outro nasceu na aldeia Tenonde Porã. Já no caso do CEII/CECI Tenonde Porã, observa-se que sete nasceram nessa mesma aldeia, dois nasceram no litoral paulista, dois no Paraná e um no Espírito Santo.

Tabela 2: Data e Local de Nascimento dos Monitores Educacionais e de Informática⁵⁹

CEII/CECI	Data de Nasc.	Terra Indígena	Município/Estado
Jaraguá	15/08/1995	Aguapeu	Mongaguá, SP
Jaraguá	12/08/1994	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Jaraguá	11/11/1992	Ocoi	São Miguel do Iguaçu, PR
Jaraguá	20/08/1990	Palmeirinha	Mangueirinha, PR
Jaraguá	01/09/1985	Tenonde Porã	São Paulo, SP
Jaraguá	21/02/1985	Rio das Cobras (aldeia Pinhal)	Espigão Alto do Iguaçu, GO ⁶⁰
Jaraguá	26/03/1982	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Jaraguá	06/03/1982	Boa Vista	Ubatuba, SP
Jaraguá	12/11/1981	Rio das Cobras (aldeia Pinhal)	Espigão Alto do Iguaçu, PR
Jaraguá	18/12/1966	Rio das Cobras (aldeia Pinhal)	Espigão Alto do Iguaçu, PR
Jaraguá	18/02/1965	Não especificada	Missiones, Argentina
Tenonde Porã	04/06/1994	Boa Vista	Ubatuba, SP
Tenonde Porã	08/05/1992	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Tenonde Porã	17/11/1990	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Tenonde Porã	01/07/1990	Rio das Cobras (Aldeia Pinhal)	Espigão Alto do Iguaçu, PR
Tenonde Porã	20/01/1990	Itaoca	Mongagua, SP
Tenonde Porã	16/10/1989	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Tenonde Porã	24/01/1989	Boa Esperança	Aracruz, ES
Tenonde Porã	23/10/1988	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Tenonde Porã	14/06/1988	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Tenonde Porã	17/07/1985	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Tenonde Porã	01/04/1985	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Tenonde Porã	29/09/1983	Rio das Cobras (Aldeia Tapixi)	Nova Laranjeiras, PR
Krukutu	01/08/1996	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP
Krukutu	15/01/1989	Boa Vista	Ubatuba, SP
Krukutu	27/12/1988	Ibirama	Itaiópolis, SC
Krukutu	08/12/1986	Não especificada	Cascável, PR
Krukutu	26/04/1982	Boa Vista	Ubatuba, SP
Krukutu	08/09/1977	Palmerinha	Mangueirinha, PR

2.1.2 Expectativas concernentes aos educadores

Com o objetivo de entender as expectativas das comunidades, com relação aos educadores, todos os entrevistados foram solicitados a descrever as qualidades, habilidades e conhecimentos que um educador deve possuir para trabalhar bem com crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses. Essas entrevistas foram realizadas com os próprios monitores educacionais e de informática, outros funcionários do CEII/CECI, lideranças e familiares de alunos das aldeias Tenonde Porã, Krukutu, Pyau, Ytu e Itakupe.

⁵⁹ A TI Rio das Cobras está localizada nos municípios de Espigão Alto do Iguaçu (aldeia Pinhal) e Nova Laranjeiras (aldeias Tapixi e Água Santa). Essa mesma Terra Indígena é formada majoritariamente por aldeias do povo Kaingang.

Embora a pergunta sobre o perfil de um bom educador fosse aberta, muitas das respostas coincidiram, não havendo grandes diferenças entre as respostas dadas pelos próprios educadores e outros entrevistados ou por pessoas de aldeias diferentes. A grande diferença se apresenta entre respostas dadas por pessoas mais velhas, em comparação com entrevistados mais jovens, algo que ocorreu também com outros itens das entrevistas. Nesse sentido, os entrevistados mais idosos, independente de sexo ou de estarem falando em guarani ou português, deram respostas mais longas e completas a cada questão.

Muitos dos entrevistados responderam que um educador precisa ser esforçado, ter paciência, responsabilidade e amor pelas crianças e pelo trabalho. Eles também explicitaram que esse profissional deve gostar de conviver com crianças e saber cuidar de crianças pequenas. Tendo em vista que todos os educadores, exceto um, têm filhos e alguns também têm netos, os entrevistados apontaram que os cuidados que os educadores têm para com seus próprios filhos e netos são indicativos da sua capacidade de cuidar bem de outras crianças pequenas. Isto sugere que possuir experiência com crianças pequenas, sejam filhos, netos ou sobrinhos, é um atributo fundamental dos educadores indicados para trabalhar nos CEII. Como muitos explicaram, este tem sido um dos fatores principais na escolha dos educadores, havendo uma preferência clara por pessoas que têm filhos. No entanto, muitos entrevistados enfatizaram que os educadores precisam cuidar de todas as crianças do CEII, independente de terem uma relação de parentesco próxima ou não com essas crianças.

A maioria dos entrevistados também afirmou que os educadores devem orientar as crianças no desenvolvimento de atividades e habilidades associadas à cultura guarani, por exemplo, a realização de cantos e danças, a confecção de artesanatos e armadilhas, o plantio e a preparação de alimentos. Os mesmos entrevistados ressaltaram que os próprios educadores precisam ser aprendizes, pois para adquirir os saberes que compartilharão com as crianças, devem primeiro aprendê-los com os mais velhos e sábios das aldeias. Inclusive, ter vivido em ou viajado por diferentes aldeias, onde é possível aprender com as pessoas mais velhas desses locais e conviver nos diferentes contextos ambientais, sociais e políticos que cada aldeia apresenta, é apontado como uma experiência indispensável aos educadores, a ponto de ser indicada como algo que deve ser incluído nos cursos de Formação Inicial e Continuada dos funcionários dos três CEII/CECI.

Nessa mesma direção, dos conhecimentos que os educadores podem ensinar às crianças, os mais valorizados são aqueles que foram aprendidos por meio da participação dos educadores em atividades rituais nas casas reza ou enquanto acompanhavam os mais velhos de diferentes aldeias nos trabalhos de plantio, na produção de artesanatos diversos e em caminhadas pela mata para a coleta de plantas medicinais e materiais de artesanato ou para a captura de animais de caça. Um dos monitores educacionais explicou que os professores devem ser capazes de “ensinar para as crianças o que é o mundo e o que é ser guarani neste mundo, dando explicações que elas consigam entender e que não sejam esquecidas. Por isso, é importante os educadores aprenderem na casa de rezas com os deuses e também com os mais velhos”.

Outras pessoas comentaram que os educadores também devem respeitar os conhecimentos que as próprias crianças possuem e seus modos específicos de aprender e interagir com o mundo. Em outras palavras, os educadores precisam ensinar e, ao mesmo tempo, aprender com as crianças.

Os aspectos lúdicos da Educação Infantil também foram comentados pelos entrevistados, pois vários deles explicaram que os educadores devem gostar de brincar com as crianças e ter criatividade para propor novas brincadeiras e ensinar às crianças as brincadeiras tradicionais.

Nos relatos, foi destacado que os educadores precisam criar atividades que estimulem o interesse e a participação de todas as crianças, pois a frequência das crianças nos CEII é vista, essencialmente, como uma decisão delas. Nesse sentido, foi ressaltado que grande parte do tempo das crianças nos CEII deve ser dedicada a atividades lúdicas, as quais podem ser realizadas nas áreas do CEII, mas preferencialmente ao ar livre, em diferentes espaços das aldeias ou na mata.

Os entrevistados também enfatizaram que os educadores devem ser guarani e saber falar muito bem a língua guarani, utilizando-se não apenas da linguagem cotidiana falada pelos jovens, mas também das expressões aprendidas com os mais velhos e em contextos rituais. Como um dos entrevistados destacou: “Ser Guarani é saber bem a língua”. Uma liderança mais idosa fez um comentário complementar a este: “O professor precisa saber falar bem a língua guarani. Conhecer a cultura, tanto em termos da gramática como da prática”.

Além das respostas descritas acima, os entrevistados também explicitaram que os educadores precisam ser pessoas respeitadas pelas crianças e demais membros da comunidade e que tenham consciência do seu papel nessa comunidade. De acordo com os entrevistados, isso está relacionado a duas questões principais. Por um lado, um educador de uma escola na aldeia é considerado uma referência importante tanto para seus alunos como para outras pessoas da comunidade, sobretudo, os jovens, que tomam esses educadores como exemplos que podem ser seguidos, inclusive, em termos de trajetória profissional. Por outro lado, responsabilidade e respeito são aspectos relacionados à questão da confiança, pois os entrevistados consideram que a relação de confiança entre os educadores e seus alunos (crianças pequenas) e também entre os educadores e os familiares dos alunos é indispensável para o êxito de um programa de Educação Escolar Infantil Indígena.

Os entrevistados também enfatizaram a importância de que os educadores tenham uma convivência boa e constante com as crianças e que as crianças desfrutem, inclusive, da liberdade de escolher aqueles educadores com quem tenham uma relação melhor. Nesse sentido, a divisão das crianças em turmas por faixa etária não é necessariamente o melhor critério a ser adotado nos CEII/CECI, se for levar em consideração a liberdade de escolha de cada criança, na definição das atividades que quer desenvolver e com os educadores com quem se sente mais confortável.

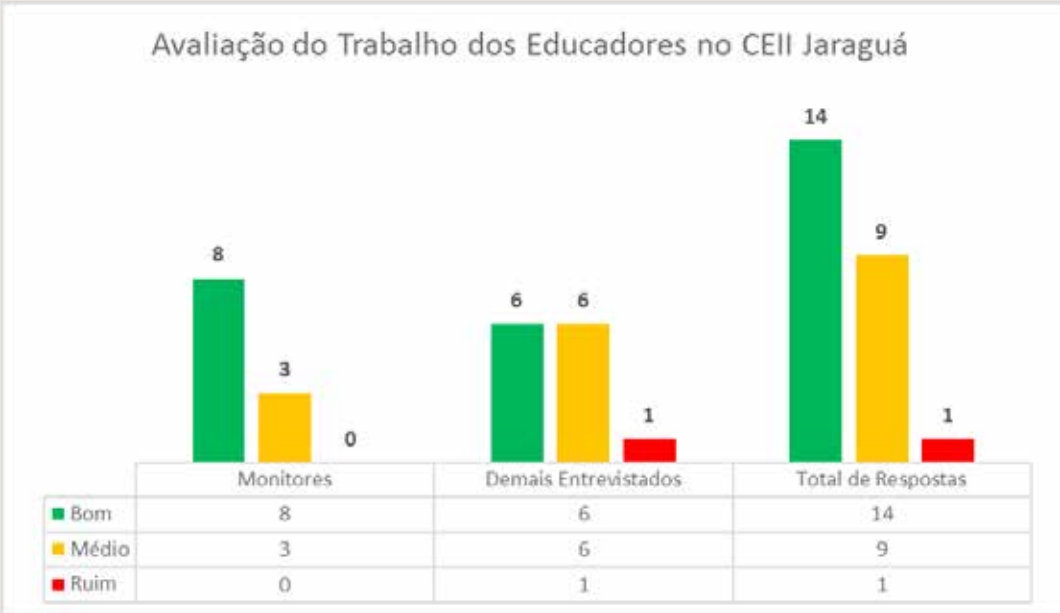
Um último ponto a destacar das entrevistas, no que concerne às expectativas atribuídas aos educadores, é a expectativa de que eles tenham uma atenção constante às necessidades específicas de cada criança, no intuito de identificar seus interesses, suas dificuldades e oferecer apoio para que todas as crianças se desenvolvam plenamente, tanto em termos físicos, como nos aspectos cognitivos e sociais. Conforme foi apontado nas entrevistas, isso não se limita à atuação do educador na escola, pois demanda também que ele conheça bem e tenha uma relação de parceria com os familiares dos alunos. Espera-se também que os educadores recorram às pessoas mais velhas da comunidade para receberem orientações sobre o que e como ensinar as crianças e cuidar bem delas.

2.1.3 Avaliação do trabalho realizado pelos educadores

No que diz respeito à avaliação do trabalho pedagógico que é realizado atualmente com as crianças nos três CEII, todos os entrevistados responderam a uma questão fechada com três opções de resposta: bom, médio ou ruim. Na apresentação desses resultados, dividimos as respostas por CEII (Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu). Também é possível comparar as respostas dadas pelos monitores educacionais e de informática com as respostas dos demais entrevistados.

Cabe mencionar que não houve diferenças significativas nas respostas, quando analisamos os fatores de idade e sexo dos entrevistados. O gráfico abaixo mostra as respostas dos monitores educacionais, de informática e dos demais entrevistados, com relação ao trabalho pedagógico desenvolvido no CEII Jaraguá.

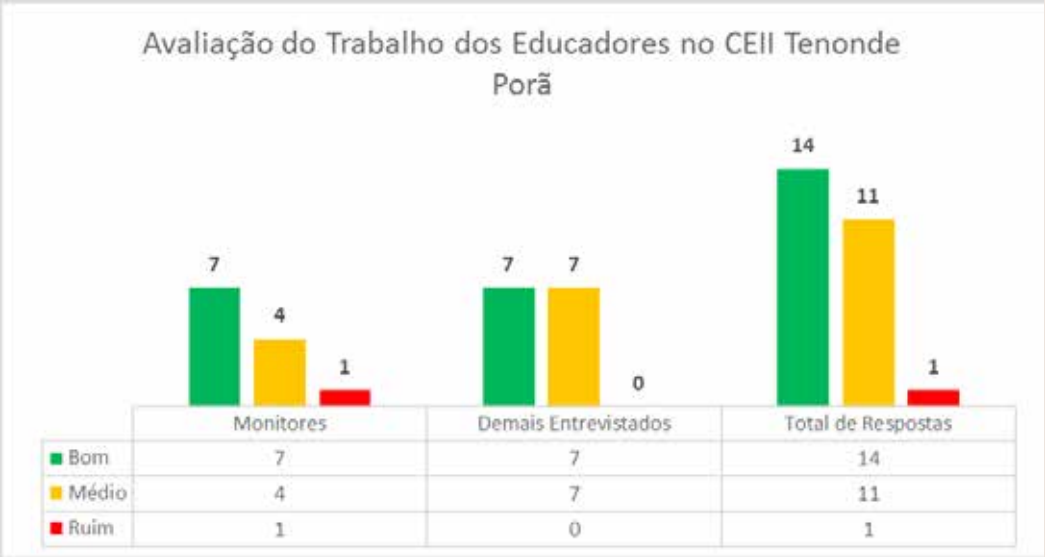
Gráfico 6



De acordo com esses resultados, é possível observar que os monitores educacionais e de informática avaliaram melhor o próprio trabalho do que os demais entrevistados (outros funcionários do CEII/CECI Jaraguá, lideranças e familiares de alunos). A única pessoa que avaliou como ruim o trabalho desenvolvido pelos educadores é uma liderança que não trabalha no CEII/CECI, mas que tem um filho matriculado nessa Unidade Educacional.

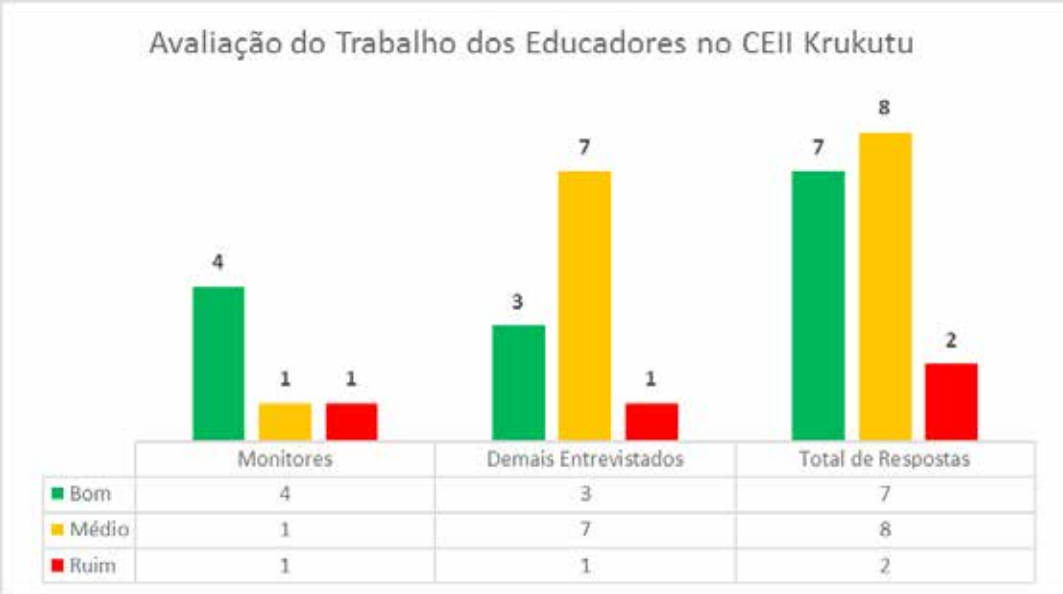
O próximo gráfico mostra as respostas concernentes ao CEII Tenonde Porã. Nele é possível observar que mais da metade dos monitores avaliaram seu próprio trabalho como bom, resultado também apontado por metade dos demais entrevistados. Por outro lado, a única pessoa a avaliar o trabalho dos educadores como ruim foi um dos monitores educacionais, enquanto 1/3 dos outros monitores avaliaram o trabalho docente como médio. A mesma resposta foi dada por metade dos entrevistados que não são educadores do CEII.

Gráfico 7



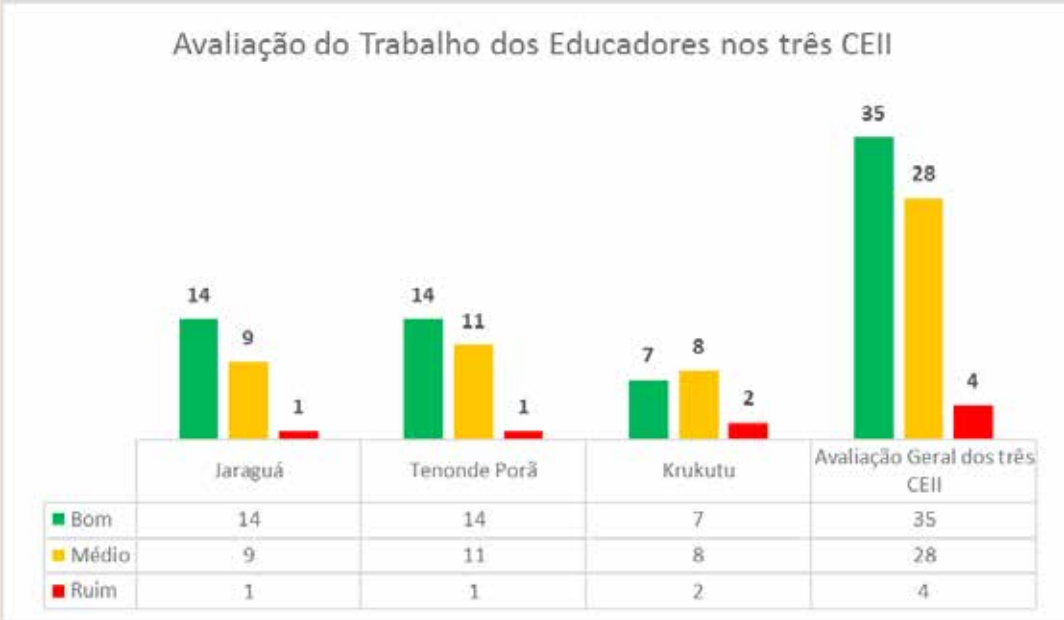
No caso do trabalho pedagógico realizado no CEII Krukutu, o próximo gráfico mostra que a maioria dos monitores o avaliou como bom, enquanto a maioria dos demais entrevistados o considerou médio. Um dos educadores e outro entrevistado, que não é educador, avaliaram o trabalho pedagógico como ruim.

Gráfico 8



O último gráfico desta série mostra os resultados para cada CEII e a avaliação conjunta do trabalho pedagógico nos três CEII. A análise comparativa permite constatar que as avaliações ruins foram minoritárias para os três CEII, embora as avaliações tenham sido proporcionalmente mais positivas com relação ao CEII Jaraguá. Quando agregamos as respostas para os três CEII, observamos que pouco mais da metade dos entrevistados (35 pessoas; 52%) avaliaram o trabalho pedagógico como bom, (28 pessoas; 42%) como médio e (4 pessoas; 6%) como ruim.

Gráfico 9



2.1.4 Avaliação das agentes públicas sobre o trabalho dos educadores

Quando solicitadas a avaliar o trabalho pedagógico realizado nos CEII, metade das agentes públicas afirmou que ele é bom, enquanto a outra metade o avaliou como médio, e todas as entrevistadas apresentaram comentários adicionais concernentes a este aspecto.

Uma das entrevistadas destacou o esforço dos educadores para, por meio da educação das crianças, fortalecerem a cultura guarani. Algo que ela reconhece ser um grande desafio, devido à inserção dessas aldeias no meio urbano e a presença muito forte dos não indígenas no cotidiano dos Guarani. Outra entrevistada apontou que as orientações das pessoas mais velhas e o planejamento coletivo do trabalho pedagógico contribuem para o enfrentamento desse desafio.

Numas das entrevistas, uma agente pública destacou que as reuniões, sobretudo aquelas realizadas nas aldeias, constituem momentos de encontro entre as pessoas das três aldeias. Inclusive, esses momentos de encontro também servem para que todo o trabalho pedagógico e as experiências mais valorizadas de educação das crianças sejam amplamente divulgadas para as comunidades. Nesse sentido, o trabalho coletivo e a apresentação dos seus resultados em grandes encontros, que reúnem não apenas os educadores, mas também uma parcela muito mais ampla das comunidades, são avaliados como tendo um impacto muito positivo, contribuindo também para a autoestima dos educadores. É também nesses encontros que os educadores recebem reconhecimento e respaldo das comunidades pelo trabalho que realizam junto às crianças.

Também foi assinalado que os educadores apresentam um alto grau de responsabilidade na realização do seu trabalho e assumem uma importância política, correspondente às expectativas e às necessidades das suas comunidades. Diante disso, foi apontado que as grandes dificuldades que os educadores enfrentam estão associadas a problemas na compreensão e na execução de aspectos burocráticos do sistema educacional, algo que não tem relação alguma com a educação indígena, mas que impacta fortemente a interação dos educadores indígenas com a educação escolar. Para amenizar esses problemas, foi sugerido que seja oferecido aos educadores maior suporte

no planejamento e na realização do seu trabalho. Além disso, foi indicado que a Formação Inicial precisa contribuir para que os Guarani tenham condições de administrar a relação com o sistema de educação com maior autonomia e segurança.

Ainda nesse sentido, uma entrevistada ponderou que a atual falta de autonomia na gestão dos CEII/CECI e as dificuldades em lidar com questões burocráticas inerentes ao funcionamento de uma Unidade de Educação Infantil da rede pública (por exemplo, controle da merenda, gestão de pessoas, controle do patrimônio, apresentação de relatórios, planejamentos, regimentos, convênios com ONGs, etc.) impactam negativamente o trabalho pedagógico realizado pelos educadores guarani.

Além disso, uma entrevistada apontou que a participação dos educadores no planejamento das atividades é ainda muito restrita. Ela também assinalou a necessidade de que haja um envolvimento contínuo dos educadores na avaliação das atividades e do funcionamento dos CEII/CECI. Inclusive, isso foi indicado como medida que pode contribuir para melhorar o engajamento dos educadores e estruturar melhor um projeto de caráter coletivo.

Outros fatores identificados como prejudiciais ao trabalho pedagógico são: os recursos escassos disponíveis para a formação dos educadores; os atrasos constantes no pagamento dos salários desses profissionais; incertezas com relação à continuidade de ações que iniciam numa gestão e são alteradas ou interrompidas pela rotatividade dos agentes públicos que assumem cargos nas DREs e na SME-SP.

Esses fatores dificultam também a busca por alternativas pedagógicas aos modelos que organizam o trabalho pedagógico das escolas não indígenas. Nesse sentido, uma entrevistada explicou que as diversas instâncias da administração pública: SME-SP, DREs, o Conselho Municipal de Educação e o Tribunal de Contas do Município frequentemente reproduzem, para os CEII/CECI, exigências e modelos de funcionamento que constroem a criação de uma proposta de Educação Escolar Indígena realmente específica e diferenciada.

Soma-se a esse quadro a grande distância identificada entre o que a SME-SP e outras instâncias da Rede Municipal de Ensino entendem por qualidade na Educação Infantil e como os Guarani concebem a Educação Escolar Indígena. Distância que também se reflete, segundo as entrevistadas, entre o projeto inicialmente proposto pelos Guarani e os percursos que a implementação desse projeto tomou nesses onze anos.

Nesse sentido, várias agentes da administração pública envolvidas na implementação desse programa de Educação Escolar Infantil Indígena e dos CECI, que, por sua vez, não são voltados apenas Educação Escolar Infantil, mas sim a ações mais amplas de fortalecimento da cultura guarani, apontaram problemas que surgiram na consolidação dos projetos. Dentre estes, um dos que mais impacta o trabalho dos educadores, além daqueles já assinalados, está relacionado ao embate entre a autoridade dos educadores indígenas, sobretudo, das pessoas mais velhas, consideradas referências na transmissão de conhecimento, e o papel que os agentes não indígenas exercem na gestão dos CEII/CECI. De acordo com uma das entrevistadas, há a percepção de que os Guarani se sentem confrontados em seus saberes e práticas. Além disso, a qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido por eles é constantemente avaliada, tendo como modelo as normas que regem as práticas pedagógicas da Rede Municipal de Ensino como um todo e, mais especificamente, a legislação que orienta o acompanhamento das unidades de Educação Infantil indiretas e conveniadas da Rede Municipal. Isso, em detrimento do que está previsto na legislação referente à Educação Escolar Indígena e, frequentemente, também em confronto com o que os educadores guarani têm buscado construir.

2.2 Coordenadores Educacionais, Coordenadores Culturais e Auxiliares da Coordenação dos CEII/CECI

Nesta seção do relatório, apresentaremos informações concernentes às equipes de coordenação dos três CEII/CECI. Estas informações abordam o perfil desses profissionais, assim como as expectativas e as avaliações relativas ao trabalho de coordenação realizado nos CEII/CECI. Cumpre esclarecer que cada CEII/CECI conta com um coordenador educacional, um coordenador cultural, um auxiliar da coordenação pedagógica, um auxiliar da coordenação administrativa⁶⁰ e um auxiliar escolar.

Todos os membros da coordenação e seus auxiliares são Guarani e exercem papéis de liderança política nas comunidades em que os CEII/CECI estão inseridos, inclusive, o auxiliar da coordenação pedagógica do CEII/CECI Jaraguá é também cacique da Tekoa Pyau. Os integrantes da coordenação dos CEII/CECI residem na mesma aldeia onde essas unidades se encontram, com exceção da auxiliar escolar do CEII/CECI Jaraguá, que mora na Tekoa Ytu. Inclusive, ela é a única funcionária do CEII/CECI Jaraguá que não reside na Tekoa Pyau.

O tempo de trabalho na função de coordenação varia bastante entre esses funcionários, como podemos observar na tabela abaixo. Inclusive, é possível perceber que mais da metade deles já atuava como monitores educacionais, antes de assumir a função atual. Cabe também apontar que as funções associadas à coordenação dos CEII/CECI são as únicas que incorporaram pessoas que atuavam antes em outras funções.

Tabela 3: Tempo de Serviço dos Coordenadores e Auxiliares da Coordenação⁶¹

CEII/CECI	Função	Tempo nesta Função	Tempo total no CEII/CECI
Jaraguá	Coordenador Educacional	7 meses	5 anos
Jaraguá	Coordenador Cultural	4 anos	4 anos
Jaraguá	Auxiliar da Coord. Pedagógica	2 anos	11 anos
Jaraguá	Auxiliar Escolar	2 anos	2 anos
Tenonde Porã	Coordenador Educacional	6 anos	11 anos
Tenonde Porã	Coordenador Cultural	8 meses	2 anos
Tenonde Porã	Auxiliar da Coord. Pedagógica	6 meses	1,5 ano
Tenonde Porã	Auxiliar da Coord. Administrativa	7 meses	7 meses
Tenonde Porã	Auxiliar Escolar	5 anos	8 anos ⁶¹
Krukutu	Coordenador Educacional	2 anos	5,5 anos
Krukutu	Coordenador Cultural	7 anos	7 anos
Krukutu	Auxiliar da Coord. Pedagógica	7 meses	7 meses
Krukutu	Auxiliar Escolar	9 meses	9 meses

A próxima tabela apresenta a data e o local de nascimento de todos os membros da coordenação. Nela podemos observar que a equipe de coordenação do CEII/CECI Jaraguá é formada por

60 No período em que esta pesquisa foi realizada, não foi possível entrevistar os auxiliares da coordenação administrativa dos CEII/CECI Jaraguá e Krukutu.

61 Este funcionário trabalhou 3 anos sem contrato e sem remuneração no CEII/CECI, antes de ser oficialmente contratado para a função que exerce atualmente.

pessoas que nasceram em aldeias nos estados do Paraná e São Paulo. Assim como os monitores educacionais dessa Unidade, ninguém da coordenação nasceu na aldeia onde reside atualmente. O mesmo ocorre com os funcionários do CEII/CECI Krukutu, sendo que dois nasceram no Paraná e dois no litoral paulista. Já no caso da coordenação do CEII/CECI Tenonde Porã, percebemos que duas pessoas vieram do Paraná, enquanto as demais nasceram na mesma aldeia onde residem atualmente.

Ainda na comparação com os monitores educacionais, é possível perceber que os membros da equipe de coordenação do CEII/CECI Jaraguá são, em média, mais velhos do que os monitores, cujo trabalho eles orientam. Isso era de se esperar, uma vez que o critério geracional é relevante nas formas de organização política e nas relações de aprendizagem, em que as pessoas mais jovens procuram seus parentes mais velhos em busca de conselhos e orientações.

No caso da equipe de coordenação do CEII/CECI Tenonde Porã, observa-se que ela é formada por pessoas jovens, na faixa etária de 24 – 32 anos de idade, o que contrasta com as configurações anteriores da coordenação no mesmo CEII/CECI, quando parte dela, sobretudo, a coordenação cultural, era exercida por pessoas com mais de 50 anos de idade.

As idades dos funcionários da coordenação do CEII/CECI Krukutu variam entre 24 e 52 anos, sendo que a coordenadora cultural é a pessoa mais velha da equipe e também a que possui maior tempo de experiência na função.

Nesse contexto, cabe salientar que há muitas relações de aprendizado recíproco entre os membros do corpo docente e da coordenação dos três CEII/CECI, pois esses profissionais possuem conhecimentos e experiências variados que são respeitados e valorizados, inclusive em situações nas quais os mais velhos procuram aprender com os mais jovens. Também convém apontar que, entre os monitores educacionais, há lideranças políticas e religiosas que são referências para a comunidade e exercem também um papel importante na orientação das atividades desenvolvidas nos CEII/CECI.

Tabela 4: Data e Local de Nascimento dos Coordenadores e Auxiliares

CEII/CECI	Função	Data de Nasc.	Aldeia/Terra Indígena	Município/Estado
Jaraguá	Coord. Educacional	12/09/1974	Pinhal/Rio das Cobras	Espigão Alto do Iguaçu, PR
Jaraguá	Coord. Cultural	28/08/1960	Palmeirinha/Palmeirinha	Manguerinha, PR
Jaraguá	Auxiliar da Coord. Pedagógica	15/02/1981	Tenonde Porã/Tenonde Porã	São Paulo, SP
Jaraguá	Auxiliar Escolar	12/11/1964	Não Especificada	Itanhaém, SP
Tenonde Porã	Coord. Educacional	23/04/1985	Tenonde Porã/Tenonde Porã	São Paulo, SP
Tenonde Porã	Coord. Cultural	10/11/1988	Pinhal/Rio das Cobras	Espigão Alto do Iguaçu, PR
Tenonde Porã	Auxiliar da Coord. Administrativa	13/04/1991	Tenonde Porã/Tenonde Porã	São Paulo, SP
Tenonde Porã	Auxiliar da Coord. Pedagógica	08/11/1983	Palmeirinha/Palmeirinha	Mangueirinha, PR
Tenonde Porã	Auxiliar Escolar	27/04/1986	Tenonde Porã /Tenonde Porã	São Paulo, SP
Krukutu	Coord. Educacional	10/11/1986	Boa Vista/Boa Vista	Ubatuba, SP
Krukutu	Coord. Cultural	24/12/1963	Palmeirinha/Palmeirinha	Mangueirinha, PR
Krukutu	Auxiliar da Coord. Pedagógica	31/07/1981	Palmeirinha/Palmeirinha	Mangueirinha, PR
Krukutu	Auxiliar Escolar	06/11/1991	Boa Vista/Boa Vista	Ubatuba, SP

No que diz respeito ao processo de seleção desses funcionários, apresentaremos as informações divididas por CEII/CECI, a começar pelos profissionais que trabalham na coordenação do

CEII/CECI Krukutu. Nesse caso, a coordenadora cultural foi convidada pelo coordenador educacional anterior, depois de ter trabalhado um período como monitora educacional. Ela afirma que foi escolhida por possuir muito conhecimento na confecção de diferentes artesanatos. O coordenador educacional atual, por sua vez, foi selecionado pela comunidade, por conta das suas experiências como liderança que atuava junto às crianças e aos jovens. Ele também possuía experiência prévia no CEII, atuando como coordenador cultural e monitor educacional. Cabe também destacar que o coordenador educacional é irmão do cacique atual da aldeia Krukutu, liderança responsável também pela escolha do auxiliar da coordenação pedagógica. Já o auxiliar escolar afirmou ter procurado esse emprego ao saber que havia uma vaga.

No que diz respeito à equipe de coordenação do CEII/CECI Jaraguá, a auxiliar escolar, que já foi professora em escolas de Ensino Fundamental em outras aldeias, explicou que foi escolhida para a função que atualmente ocupa por indicação de outros funcionários, após ter trabalhado no programa “Recreio nas Férias”. Já o auxiliar da coordenação pedagógica, atual cacique da Tekoa Pyau, contou que, na época em que os CEII/CECI foram inaugurados, havia poucas pessoas na aldeia aptas a serem contratadas, uma vez que se exigiam documentos que poucas pessoas possuíam. Por isso, os primeiros contratados foram escolhidos por causa dos seus conhecimentos e habilidades, porém também foram excluídas pessoas que teriam sido selecionadas pela comunidade, caso não houvesse a demanda por documentos que elas não tinham condições de atender. Ele acredita ter sido escolhido por atender a essa dupla exigência (estar habilitado do ponto de vista da comunidade e também apresentar a documentação exigida pela Prefeitura).

No entanto, ele também explicou que trabalha no CEII/CECI Jaraguá para atender às solicitações da comunidade, uma afirmação comum às outras lideranças que expressaram haver uma expectativa de que as lideranças políticas assumam responsabilidades no CEII/CECI e atuem como coordenadores dos trabalhos e atividades que são desenvolvidos nessa unidade. Isso também é verdadeiro para os coordenadores educacional e cultural. Inclusive, em entrevistas e conversas informais, muitas pessoas explicitaram que os coordenadores dos três CEII/CECI precisam atuar como lideranças. E, de fato, em muitos casos, ser coordenador ou educador no CEII/CECI coincide com o papel de liderança política.

Há, portanto, uma relação entre o exercício da liderança política e o exercício da docência ou da coordenação nos três CEII/CECI e, nos casos aqui enfocados, a liderança política antecede o trabalho no CEII/CECI, porém é ampliada, por causa do envolvimento nesse trabalho, das responsabilidades que ele demanda e também do aumento nas possibilidades de articulação com lideranças de outras aldeias guarani e de interlocução com autoridades públicas não indígenas.

Nesse contexto, em que à Educação Escolar Indígena se articulam questões pertinentes à organização política guarani, a pergunta que se coloca é: como essas lideranças políticas que, posteriormente, se tornariam também profissionais na área de Educação Escolar Indígena, se tornaram lideranças? A resposta a essa pergunta pode ser encontrada nos próprios relatos dessas pessoas, que contam ter se tornado lideranças ao acompanharem de perto o trabalho de outros parceiros mais velhos e auxiliarem-nas na realização de atividades associadas a esse papel. Segundo suas explicações, foi por meio dessas experiências que aprenderam e assumiram gradativamente tais atividades, que, além das experiências de interlocução já mencionadas, incluem: tomar a iniciativa de realizar ações nas comunidades e liderar a execução dessas atividades, orientar as atividades cotidianas do seu coletivo e fortalecer as relações de troca e apoio mútuo que caracterizam a interação entre as parentelas que habitam as diversas aldeias que constituem o território guarani mbya.

A análise das redes de parentesco nas TIs Jaraguá e Tenonde Porã, associada a informações apresentadas em outras pesquisas desenvolvidas junto aos Guarani (PEREIRA, 1999, 2004; PISSOLATO, 2006; SILVA, 2008; MACEDO, 2010; PIMENTEL, 2012; TESTA, 2014), aponta que os processos de formação e aprendizado das lideranças políticas guarani estão fortemente vinculados às relações de parentesco. Isto é, se as lideranças políticas atuais aprenderam com lideranças mais velhas, esse aprendizado se deu por meio de experiências de convivência resultantes dos vínculos de parentesco que conectam essas pessoas.

Por exemplo, nos casos aqui abordados, é possível observar que o atual cacique e auxiliar da coordenação pedagógica do CEII/CECI Jaraguá é filho caçula do cacique anterior da Tekoa Pyau, enquanto os coordenadores cultural e educacional são genros dele. A auxiliar escolar, por sua vez, é esposa do neto do casal fundador e antigos caciques da Tekoa Ytu. O coordenador educacional do CEII/CECI Krukutu é irmão do cacique e cunhado do vice-cacique da aldeia. No caso dos coordenadores do CEII/CECI Tenonde Porã, o coordenador educacional é filho de uma liderança religiosa, que, por sua vez, é educadora do CEII/CECI Jaraguá. O auxiliar escolar é neto de uma das lideranças que fundou a aldeia, enquanto o coordenador cultural é também de uma das famílias fundadoras e tem uma relação de parentesco (por afinidade) com o antigo cacique da aldeia.

Em outras palavras, além de perceber uma relação entre o exercício da liderança política e o trabalho na área de Educação Escolar Indígena, nota-se também que a liderança política se forma por meio das relações de consanguinidade e afinidade. Motivo pelo qual uma análise aprofundada das redes de parentesco poderia contribuir para compreender melhor as relações entre educação, parentesco e política que permeiam o cotidiano dos CEII/CECI.

Esse ponto nos levará aos processos de seleção dos funcionários de coordenação do CEII/CECI Tenonde Porã. Nesse caso, apenas o auxiliar da coordenação administrativa afirmou ter procurado esse emprego, quando soube que a vaga estava disponível. Os demais funcionários da coordenação foram selecionados por meio de indicações, que levaram em consideração suas experiências de trabalho prévias. O coordenador educacional explicou que foi indicado pela primeira ONG gestora do CEII/CECI Tenonde Porã (IDETI) por possuir conhecimentos e experiências anteriores na área administrativa. Os demais membros da equipe de coordenação do CEII/CECI Tenonde Porã foram indicados para a função a convite das lideranças e de funcionários que os antecederam nessa função. Nos casos do auxiliar escolar e do coordenador cultural, ambos foram precedidos no cargo por pessoas com quem têm relações próximas de parentesco (por consanguinidade ou afinidade). Esse fator foi determinante porque eles tinham familiaridade com as atribuições do cargo, já que acompanhavam e auxiliavam esses parentes na execução do seu trabalho.

A análise das relações de parentesco entre os demais funcionários dos CEII/CECI Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu também apontam processos semelhantes. Nesse sentido, a multiplicidade desses casos evidencia que, entre os Guarani, a indicação de parentes para substituir ou se somar a uma pessoa num emprego não está relacionada a um valor negativo, como ocorre nos casos de nepotismo correntes nas instituições não indígenas. Antes, as relações de parentesco entre os Guarani são um meio importantíssimo de aquisição de conhecimentos e experiências e, portanto, os parentes próximos têm maiores oportunidades de se familiarizarem com um trabalho e desenvolverem as habilidades que ele demanda. Nesse sentido, a aprendizagem de um ofício relacionado à Educação Escolar Indígena muitas vezes se dá por uma trajetória semelhante ao que ocorre na aprendizagem de atividades relacionadas à liderança política, ao plantio, à caça, à confecção de artesanatos etc., revelando que os processos de seleção dos profissionais de uma escola indígena são uma das instâncias em que os Guarani imprimem, numa instituição historicamente não indígena, formas de organização da sua própria cultura.

2.2.1 Expectativas e avaliação concernentes ao trabalho dos Coordenadores

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela equipe de coordenação dos três CEII/CECI, é preciso considerar dois aspectos: (1) o que é esperado dos coordenadores e (2) como, diante dessas expectativas, os próprios coordenadores, outros funcionários dos CEII/CECI, familiares de alunos e lideranças das comunidades avaliam o trabalho que é efetivamente realizado. Cumpre ressaltar que, no decorrer das entrevistas, ficou nítido que as expectativas e avaliações explicitadas diziam respeito, sobretudo, ao trabalho dos coordenadores educacionais e culturais, uma vez que as atividades realizadas por esses funcionários ganham maior projeção do que o trabalho desenvolvido pelos auxiliares. Por isso, a análise das duas questões colocadas acima diz respeito, principalmente, ao trabalho desses coordenadores.

Diante dessas questões, começemos pelas expectativas relatadas pelos próprios profissionais da coordenação. De acordo com esses relatos, é possível perceber que eles julgam necessário realizar atividades administrativas e também orientar as atividades desenvolvidas pelos demais funcionários dos CEII/CECI, isto é, o trabalho pedagógico, cultural, de limpeza, cozinha e segurança. Em termos de ações administrativas, os membros das equipes de coordenação ressaltaram que é preciso saber usar diferentes ferramentas, como o computador, para auxiliar no registro das atividades que são realizadas nos CEII/CECI. Tais registros e a comunicação constante com os profissionais das DREs, do Órgão Gestor dos CEII/CECI e da SME-SP, entre outros, também demandam um domínio da escrita e proficiência no uso da língua portuguesa.

Além disso, um dos coordenadores culturais salientou que a internet e diversos meios audiovisuais podem também ser utilizados para ensinar as crianças, os jovens e adultos das comunidades sobre a própria cultura e as culturas de outros povos indígenas e não indígenas. Por isso, além de conhecer bem a cultura guarani e estimular a realização de práticas de circulação dos saberes guarani no âmbito dos CEII/CECI, os coordenadores destacaram que é também importante utilizar diferentes tecnologias e meios audiovisuais desenvolvidos pelos não indígenas e de uso crescente entre povos indígenas.

As entrevistas revelaram que há uma diferença sensível em relação ao que se espera do coordenador cultural e o que se espera dos demais funcionários da coordenação, pois há a expectativa de que o coordenador cultural se dedique exclusivamente a atividades relacionadas à cultura guarani, mesmo que isso se dê por meio da utilização de tecnologias desenvolvidas originalmente pelos não indígenas.

O planejamento e a orientação das atividades pedagógicas e culturais desenvolvidas nos CEII/CECI exigem, segundo os entrevistados, que os coordenadores possuam as mesmas qualidades e habilidades esperadas dos educadores, mas em nível ampliado. Pois, assim como os educadores, devem conhecer bem a língua guarani e ter convivido com as lideranças mais idosas, junto às quais aprofundariam seus próprios conhecimentos. Porém, por serem considerados referências centrais nas comunidades, precisam coordenar as ações coletivas, pautando-se em modos de falar e agir que não apenas resolvam os problemas que surgem no interior dos CEII/CECI e em outros espaços das aldeias, mas que também evitem a multiplicação de conflitos e disputas.

Nesse sentido, a comunicação com os demais funcionários dos CEII/CECI envolve dar informações e orientações claras e também estar sempre disposto a ouvir as demandas e sugestões desses funcionários. No que diz respeito à relação com os órgãos públicos e com a ONG gestora dos CEII/CECI, há a expectativa de que os membros da coordenação sejam ativos e firmes na

comunicação e na resolução das demandas e dos problemas que surgem. Por outro lado, é também imprescindível que os membros da coordenação divulguem aos demais funcionários e membros das comunidades as informações obtidas por meio da comunicação com representantes das instituições atuantes nas aldeias.

Nesses casos, o “saber-falar” (-ayvukuaa), habilidade apontada como indispensável aos educadores, aos coordenadores e às lideranças de modo geral, é mais do que um meio de comunicação, é também a base para desenvolver qualquer ação e dar continuidade às relações de convivência e aprendizagem dentro e fora do espaço escolar.

Convém reiterar que estas expectativas são atribuídas às lideranças guarani, de modo geral, reforçando a analogia entre os papéis de coordenação dos CEII/CECI e de liderança política. Outras características esperadas dos coordenadores que assemelham seu trabalho à atividade de liderança política são: a generosidade com seu tempo, trabalho e recursos; a capacidade de dividir as atividades que precisam ser realizadas, de acordo com as habilidades e a disposição de cada pessoa envolvida; e a exigência de conhecerem profundamente a própria cultura. Como disse uma liderança política da aldeia Tenonde Porã:

O coordenador educacional precisa ser guarani e conhecer a burocracia não indígena. O coordenador cultural precisa ser uma pessoa centrada e concentrada, que tenha um pé firmemente plantado na cultura guarani, não ser deslumbrado pela tecnologia e não esquecer qual é o papel do CECI na comunidade.

Outra liderança da mesma aldeia acrescentou: “os coordenadores precisam orientar as ações do coletivo e fazer o coletivo caminhar para o mesmo lugar e direção”.

No que concerne às entrevistas realizadas com outras pessoas que não fazem parte da coordenação dos CEII/CECI, podemos observar que muitas das expectativas explicitadas por essas pessoas coincidem com as expectativas dos próprios coordenadores e seus auxiliares. No entanto, cabe destacar que uma parte significativa dos entrevistados afirmou desconhecer o trabalho dos coordenadores e, portanto, não sabia o que esperar de um profissional que exerce essas funções. Esse foi o caso de sete entrevistados do Jaraguá, dos quais cinco trabalham no CEII/CECI (4 auxiliares de cozinha e 1 monitora educacional), de cinco entrevistados da Aldeia Tenonde Porã, todos funcionários do CEII/CECI (2 auxiliares de cozinha e 3 monitores) e de seis entrevistados da aldeia Krukutu, todos também funcionários do CEII/CECI (2 auxiliares de cozinha e 4 monitores). Considerando o total de 66 entrevistados, é preocupante notar que 18 (27%) não conhecem o trabalho desenvolvido pelas equipes de coordenação dos CEII/CECI. Essa porcentagem aumenta quando excluímos da amostra os próprios membros da coordenação. Nesse caso, chegaríamos ao nível de 37% dos entrevistados que desconhecem o trabalho realizado pela coordenação dos CEII/CECI. Essa proporção é ainda mais alarmante porque 89% das pessoas que afirmam não conhecer essa função trabalham nos CEII/CECI.

Cabe também apontar que esse desconhecimento com relação ao trabalho dos coordenadores destoa do que foi observado nas questões referentes aos educadores, quando todos os entrevistados, com exceção de dois, emitiram opiniões sobre o que se espera desses profissionais. Tais resultados podem indicar que, embora a categoria de professor indígena e suas atividades sejam de amplo conhecimento, muitos ainda não estão familiarizados com as outras atividades que são desenvolvidas numa escola e, nesse contexto, a presença de pessoas indígenas em cargos administra-

tivos é ainda uma grande novidade. Alguns dos entrevistados, inclusive, afirmaram que os próprios coordenadores precisam ter clareza de qual é seu papel no âmbito dos CEII/CECI e explicar isso para os outros funcionários e moradores das comunidades.

Outra expectativa apontada nas entrevistas é acompanhar não apenas o trabalho dos monitores educacionais, mas também dos cozinheiros e explicar as atividades que precisam ser feitas. As entrevistas também indicaram a expectativa de que os coordenadores desenvolvam um trabalho articulado com as lideranças da própria aldeia, das outras aldeias e com os coordenadores dos outros CEII/CECI, para que juntem suas experiências e conhecimentos e definam coletivamente os objetivos e a proposta geral dos CEII/CECI. A isto se acrescenta a expectativa explicitada por vários entrevistados de que os coordenadores procurem sempre aprender mais com as lideranças políticas e religiosas mais idosas. Inclusive, um dos entrevistados mais velhos ressaltou que a equipe da coordenação precisa ser formada por pessoas mais velhas, que sejam respeitadas pelos demais membros da comunidade, por causa das suas experiências, dos seus conhecimentos e dos seus modos de agir. Alguns entrevistados também apontaram que as pessoas responsáveis pela coordenação dos CEII/CECI devem pedir apoio e orientações também a pessoas não indígenas que sejam especialistas em determinadas áreas.

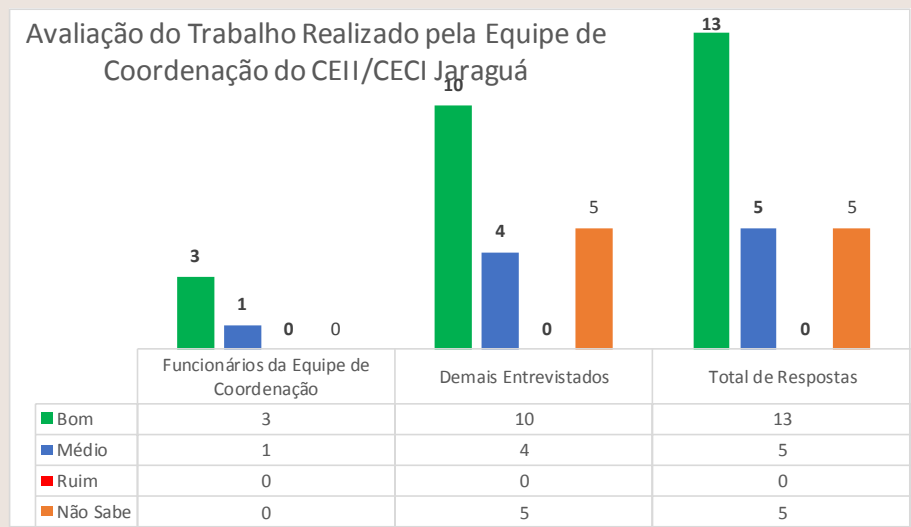
Alguns funcionários dos CEII/CECI afirmaram que os coordenadores educacionais e culturais devem não apenas orientar as atividades que são realizadas, mas também participar da execução delas, para que possam entender melhor os desafios que surgem no cotidiano das crianças e dos educadores. Do mesmo modo, os coordenadores devem avaliar o trabalho que é realizado pelos demais funcionários do CEII/CECI e propor formas de melhorar sua atuação. Nesse sentido, o cacique de uma das aldeias explicou que “os coordenadores precisam ter coragem para falar e também para aceitar cobranças. Eles precisam conhecer seus próprios limites e saber colocá-los”.

Nessa mesma direção, alguns entrevistados ressaltaram que os coordenadores precisam ter funções mais claras e específicas, até para que não sejam criadas falsas expectativas quanto às possibilidades e às limitações do seu trabalho. Ademais, foi enfatizado que os coordenadores precisam respeitar o espaço e o trabalho das outras pessoas; respeitar a organização política das comunidades e seguir as decisões das lideranças.

A seguir, apresentamos um conjunto de gráficos que mostram a avaliação do trabalho realizado pela equipe de coordenação de cada CEII/CECI, a começar pelo CEII/CECI Jaraguá. Esse gráfico mostra as opiniões dos membros da própria equipe de coordenação e dos demais entrevistados. Considerando as alternativas: bom, médio, ruim e não sabe⁶², percebe-se que mais da metade dos entrevistados, em todas as categorias, avaliaram o trabalho realizado pelos coordenadores do CEII/CECI Jaraguá como bom. Chama a atenção novamente o número de pessoas que afirmaram não saber avaliar o trabalho realizado pela coordenação, igualando o número de pessoas que consideram média a qualidade do trabalho dos coordenadores, no conjunto total de respostas.

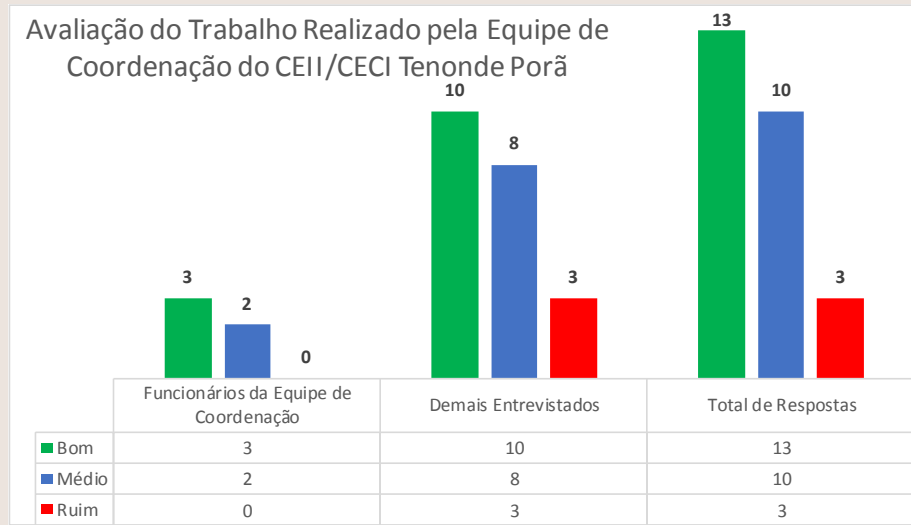
62 Durante as entrevistas, foram dadas como alternativas apenas: bom, médio e ruim, porém, alguns entrevistados afirmaram que não sabiam avaliar o trabalho dos coordenadores, portanto, foi necessário incluir essa alternativa na análise. Também convém mencionar que dois dos entrevistados que não souberam descrever o que se espera do trabalho dos coordenadores avaliaram seu trabalho como bom. Nesses casos, os dois entrevistados são funcionários do CEII/CECI, portanto, mesmo que não conheçam as atribuições específicas dos coordenadores, têm contato constante com eles no trabalho e consideram que eles contribuem positivamente para o funcionamento do CEII/CECI.

Gráfico 10



O gráfico referente à coordenação do CEII/CECI Tenonde Porã também mostra as opiniões dos membros da própria equipe e dos demais entrevistados. Considerando as alternativas: bom, médio e ruim⁶³, percebe-se que a maioria dos membros da equipe de coordenação avaliou o próprio trabalho como bom, enquanto a maioria dos demais entrevistados considera o desempenho deles médio ou ruim, embora a maioria represente pouco mais do que a metade, em ambos os casos. Considerando a totalidade de respostas, observa-se que metade avaliou o trabalho como bom, enquanto a outra metade o avaliou como médio ou ruim.

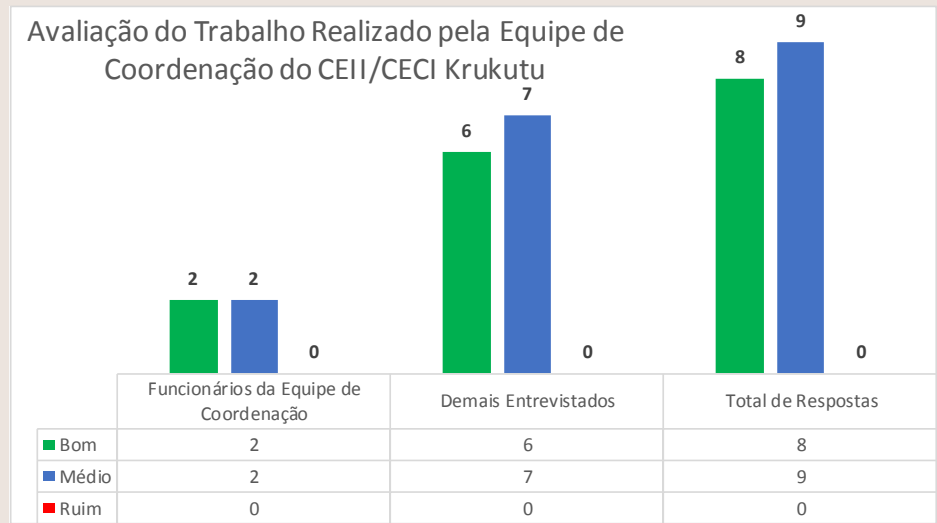
Gráfico 11



63 Nota-se que nenhum entrevistado afirmou não saber como avaliar o trabalho realizado pela equipe de coordenação, mesmo aqueles que, diante da questão anterior, não souberam descrever o que se espera do trabalho dos coordenadores, sugerindo que, mesmo que não conheçam as atribuições específicas dos coordenadores, têm contato constante com eles no trabalho e, portanto, possuem informações suficientes para avaliar a qualidade desse trabalho.

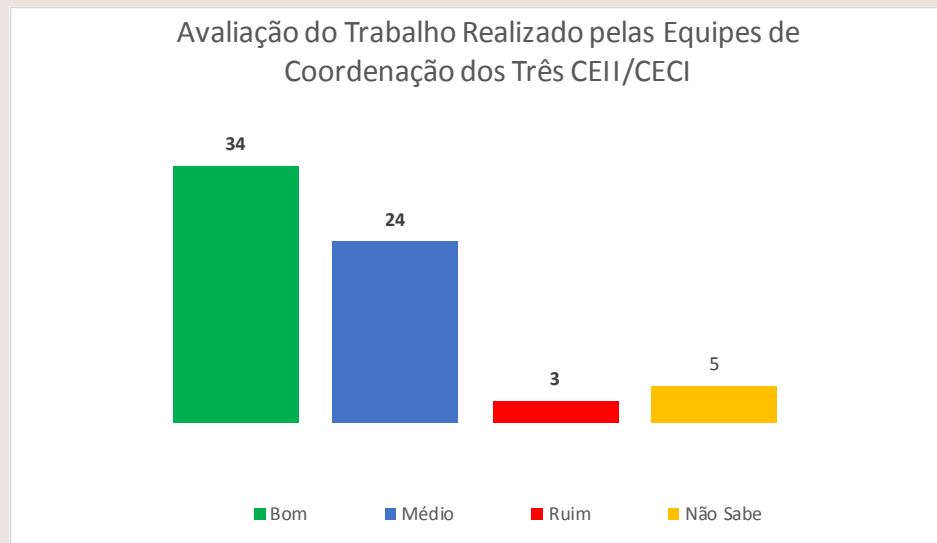
No próximo gráfico, temos a avaliação do trabalho realizado pela coordenação do CEII/CECI Krukutu. O gráfico mostra as opiniões dos membros da própria equipe e dos demais entrevistados. Considerando as alternativas: bom, médio e ruim, percebe-se que metade dos membros da equipe de coordenação avaliou o próprio trabalho como bom, quase a mesma proporção de avaliações boas indicadas pelos demais entrevistados. Nenhum entrevistado avaliou o desempenho dos coordenadores como ruim.

Gráfico 12



A análise do total de respostas sobre a avaliação do trabalho realizado pelas equipes de coordenação dos três CEII/CECI, apresentada no próximo gráfico, mostra que 34 entrevistados (51,5%) avaliaram-no como bom, 24 (36,4%) como médio, 3 (4,5%) como ruim e 5 (7,6%) afirmaram não saber avaliá-lo.

Gráfico 13



Dados qualitativos, coletados por meio das entrevistas realizadas com os próprios membros de coordenação dos CEII/CECI, demais funcionários, lideranças e familiares de alunos apontam que o trabalho de coordenação dos CEII/CECI pode ser melhorado, por meio da adoção de medidas básicas. Estas medidas abrangem:

1. Uma participação maior dos coordenadores no acompanhamento, na execução e na orientação do conjunto de atividades pedagógicas e culturais realizadas nos CEII/CECI, inclusive, nas ações desenvolvidas pelas equipes de cozinha, segurança e limpeza dessas unidades;
2. Uma articulação mais estreita entre os coordenadores dos três CEII/CECI para que deem apoio mútuo uns aos outros no planejamento e na execução das atividades dos CEII/CECI;
3. A comunicação constante com os demais funcionários dos CEII/CECI, os familiares de alunos e as lideranças políticas e religiosas das comunidades. Essa comunicação deve, necessariamente, envolver a divulgação de informações claras sobre as responsabilidades de cada funcionário dos CEII/CECI e também esclarecimentos sobre problemas que surgem cotidianamente nessas unidades, assim como as soluções encontradas para enfrentar esses problemas;
4. Um envolvimento maior e contínuo dos familiares de alunos e lideranças no planejamento e na avaliação das ações referentes à coordenação dos CEII/CECI;
5. A comunicação constante e clara entre os membros de coordenação dos CEII/CECI e representantes da ONG gestora dessas unidades, das DREs e da SME-SP. Essa comunicação envolve a divulgação, por parte dos agentes públicos, de informações precisas sobre procedimentos de gestão dos CEII/CECI e medidas necessárias para a resolução dos problemas que surgem nessas unidades;
6. A oferta, por parte da SME-SP, de uma Formação Continuada que dê às equipes de coordenação dos CEII/CECI condições de realizarem o trabalho de administração dessas unidades com maior êxito e autonomia.

2.2.2 Expectativas e avaliação das agentes públicas sobre o trabalho de coordenação dos CEII/CECI

As agentes públicas também responderam a questões relativas ao trabalho de coordenação dos CEII/CECI. Estas respostas se dividem entre a avaliação das atividades de coordenação educacional e a de coordenação cultural dessas unidades. No que diz respeito à avaliação do trabalho realizado pelos coordenadores educacionais dos CEII/CECI, cinco agentes públicas afirmaram que ele é bom, quatro o avaliaram como médio e uma não respondeu. Com relação aos coordenadores culturais, três não responderam, mas o mesmo número apresentou avaliações boas e médias, enquanto uma afirmou que a qualidade desse trabalho é ruim.

No detalhamento dessas avaliações, veremos que as diferenças na avaliação do trabalho dos coordenadores educacionais e culturais podem estar relacionadas às atribuições específicas dessas funções e ao envolvimento menor dos órgãos públicos na promoção de políticas culturais nos CEII/CECI.

No que diz respeito às atribuições de cada coordenador dessas unidades, o coordenador educacional é responsável pelas atividades pedagógicas dos CEII, enquanto o coordenador cultural se dedica ao escopo mais amplo de atividades culturais, tanto dos CEII como dos CECI.

Nesse contexto, em que as unidades se voltam para atender, por um lado, a uma demanda por Educação Escolar Infantil e, por outro lado, à demanda mais ampla das comunidades guarani por um espaço e políticas públicas dedicadas à cultura guarani, é preciso reconhecer que há diferenças consideráveis na realização desses dois objetivos. Nesse sentido, as atividades de Educação Escolar Infantil se estruturam com o suporte do Sistema Municipal de Ensino, contribuindo, assim, para a consolidação dos CEII, como Centros de Educação Infantil Indígena. No caso dos CECI, o envolvimento de órgãos públicos na promoção de políticas culturais é muito menor, limitando-se, por ora, a projetos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Cultura, por meio do Programa Aldeias, ou a projetos de curta duração e abrangência realizados pela Secretaria Estadual de Cultura. Mesmo reconhecendo a importância de iniciativas culturais apoiadas pela Secretaria Municipal de Cultura inclusive a elaboração do Projeto de Lei 01-00181/2016⁶⁴, a partir de experiências consolidadas desta Secretaria junto aos Guarani, é preciso apontar que não há uma articulação efetiva desses projetos com os CECI.

Diante disso, tanto as agentes públicas como os Guarani ressaltaram que o trabalho dos coordenadores culturais é limitado pela falta de uma definição mais clara quanto aos objetivos dos CECI e pela falta de políticas públicas culturais que contribuam para atender a esses objetivos. Constata-se, portanto, que a realização dos objetivos mais amplos dos CEII/CECI, na promoção de ações educacionais e culturais, depende de um trabalho que articule diferentes setores da administração pública, em apoio aos profissionais dos CEII/CECI e às lideranças comunitárias.

Além de fatores relacionados ao apoio e à definição das funções exercidas pelos coordenadores, as agentes públicas entrevistadas também apontaram que os coordenadores têm um papel fundamental na articulação das ações que são realizadas no âmbito dos CEII/CECI, em razão da liderança que eles desempenham. Há também a percepção de que os coordenadores conduzem, em grande medida, as relações com diferentes setores da administração pública e têm contribuído para a aplicação da Lei 11.645/08 nas escolas não indígenas da Rede Municipal, por meio da organização de eventos que divulgam informações sobre a cultura guarani e do acolhimento a grupos escolares que visitam regularmente as aldeias.

2.3 Auxiliares de Cozinha: perfil, processo de seleção e expectativas de Formação Continuada

Nesta seção, abordaremos as entrevistas realizadas com os auxiliares de cozinha dos três CEII/CECI, contemplando informações concernentes ao seu perfil, aos processos pelos quais foram selecionados para essa função e às suas expectativas de Formação Continuada em serviço. Cabe mencionar que uma avaliação dos alimentos servidos nos CEII/CECI será apresentada em outra seção deste relatório.

⁶⁴ Esse Projeto de Lei, apresentado pelo vereador Nabil Bonduki, visa construir uma política municipal de fortalecimento ambiental, cultural e social, voltada à população guarani e, sobretudo, ao reconhecimento de direitos concernentes à ocupação tradicional das Terras Indígenas.

Os CEII/CECI Jaraguá e Tenonde Porã têm, cada um, 5 auxiliares de cozinha (3 mulheres e 2 homens)⁶⁵. Já o CEII/CECI Krukutu conta com uma equipe de 2 mulheres auxiliares de cozinha. A tabela abaixo traz informações sobre a data e o local de nascimento de cada auxiliar de cozinha, assim como o tempo de atuação nesta função.

Tabela 5: Data e Local de Nascimento dos Auxiliares de Cozinha

CEII/CECI	Data de Nasc.	Terra Indígena	Município/Estado	Tempo de Serviço
Jaraguá	06/11/1990	Morro Alto	São Francisco do Sul, SC	9 meses
Jaraguá	14/11/1989	Palmeirinha	Manguerinha, PR	3 anos
Jaraguá	14/10/1978	Palmeirinha	Manguerinha, PR	3 anos
Jaraguá	15/02/1977	Palmeirinha	Manguerinha, PR	10 meses
Tenonde Porã	13/05/1983	Rio Silveira	São Sebastião, SP	3 anos
Tenonde Porã	01/07/1990	Rio das Cobras (aldeia Pinhal)	Espigão Alto do Iguaçu, PR	7 meses
Tenonde Porã	02/08/1979	Aldeia Limão Verde	Jukyry, Paraguai	5 meses
Tenonde Porã	05/07/1981	Não sabe	Paraná	4 anos
Tenonde Porã	10/11/1974	Tenonde Porã (aldeia Tenonde Porã)	São Paulo, SP	5 anos
Krukutu	27/11/1975	Rio das Cobras (aldeia Tapixi)	Nova Laranjeiras, PR	1 ano
Krukutu	09/03/1986	Tenonde Porã (aldeia Krukutu)	São Paulo, SP	10 meses

No caso dos auxiliares de cozinha do CEII/CECI Jaraguá, observa-se que, assim como os demais funcionários, eles também não nasceram na TI Jaraguá. Três nasceram numa mesma aldeia no Paraná e outro em Santa Catarina. A tabela também mostra que os auxiliares de cozinha têm entre 25 e 38 anos de idade. Dois auxiliares trabalham há três anos nessa função, enquanto outros dois estão contratados há menos de um ano.

Ainda no que diz respeito aos auxiliares de cozinha do CEII/CECI Jaraguá, cabe apontar que os três que vieram do Paraná têm relações próximas de parentesco entre si, sendo duas irmãs e um homem que é casado com uma prima paralela delas (filha do tio paterno). O funcionário que nasceu em Santa Catarina é sobrinho de uma monitora educacional e genro de outra. Embora esses funcionários tenham relações de parentesco com lideranças da Tekoa Pyau, nenhum deles, à diferença dos monitores educacionais e coordenadores, exerce um papel de liderança política na comunidade.

As informações relativas aos auxiliares de cozinha da Tenonde Porã mostram que apenas um deles nasceu na aldeia onde mora atualmente. Dois nasceram no Paraná, um no litoral de São Paulo e outro numa província do Paraguai. A tabela também mostra que os auxiliares de cozinha têm entre 32 e 41 anos de idade, sendo, em média, mais velhos que os demais funcionários desse CEII/CECI. A quantidade de tempo que trabalham nessa função varia entre alguns meses, no caso de dois funcionários, e 3 e 5 anos para os demais.

65 Uma das funcionárias do CEII/CECI Jaraguá estava, à época da pesquisa, afastada do trabalho por licença médica, portanto, as entrevistas foram realizadas com os outros quatro auxiliares de cozinha dessa unidade.

No caso das auxiliares de cozinha do CEII/CECI Krukutu, nota-se que uma nasceu no Paraná, enquanto a outra nasceu na própria aldeia onde reside atualmente. As duas têm, respectivamente, 40 e 29 anos de idade e estão nessa função há 1 ano e 10 meses.

No que concerne ao processo de seleção dos auxiliares de cozinha, observa-se, no caso do CEII/CECI Jaraguá, que todos foram indicados por outros funcionários que já atuavam nessa unidade, com exceção do auxiliar mais jovem que explicou ter procurado o coordenador educacional atual e contado o seu interesse em trabalhar como cozinheiro. Os auxiliares de cozinha mais antigos do CEII/CECI Tenonde Porã foram convidados por outra funcionária que, na época, também trabalhava na cozinha. Os dois funcionários recém-contratados foram indicados por lideranças da aldeia. No caso das auxiliares de cozinha do CEII/CECI Krukutu, uma afirmou não lembrar o seu ingresso na função, enquanto a outra foi indicada pelo cacique da aldeia.

As entrevistas com os auxiliares de cozinha revelaram que seu trabalho apresenta demandas de formação profissional diferentes dos demais funcionários dos CEII/CECI. Por isso, optamos por incluir estas demandas nesta seção, em vez de agregá-las às expectativas de Formação Continuada explicitadas pelos demais funcionários. Não obstante, todos os auxiliares de cozinha, assim como seus demais colegas de trabalho, pretendem participar do curso de Formação Inicial que será oferecido pela SME-SP, inclusive, porque esperam que o curso lhes permita obter uma qualificação reconhecida para o exercício do magistério. Os auxiliares de cozinha também informaram que precisam concluir sua escolarização, obtendo uma formação equivalente ao Ensino Médio. No caso de alguns deles, isso deverá necessariamente incluir o aprendizado da leitura e da escrita, uma vez que não tiveram oportunidades anteriores para se alfabetizarem.

No que diz respeito à formação específica que os auxiliares de cozinha buscam, eles explicaram que ela deve se realizar por meio de oficinas com pessoas indígenas e não indígenas que sejam especialistas na preparação de alimentos nutritivos para a faixa etária específica do CEII (0-5 anos e 11 meses).

2.4 O Papel da Supervisão nos CEII/CECI

Os três CEII/CECI tem duas Assistentes Técnico Educacionais, designadas pelas DREs e responsáveis pela supervisão das atividades educacionais dessas unidades. A Assistente Técnico Educacional que atua no CEII/CECI Jaraguá está vinculada à DRE Pirituba/Jaraguá, e a que atua nos CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu está vinculada à DRE Capela do Socorro. Cabe mencionar que a denominação da função dessas profissionais foi alterada ao longo da existência dos CEII/CECI, assim como houve também certa rotatividade nessa função. Para fins de exposição, nos referimos a elas, como supervisoras, designação também adotada atualmente pelos funcionários dos CEII/CECI para se referirem a essas profissionais. Cabe também esclarecer que essa função é exercida por profissionais concursadas da Rede Municipal de Ensino, embora a seleção para essa função específica se dê por meio de designação⁶⁶ e não por concurso público. Cumpre também apontar que essa função sempre foi exercida por pessoas não indígenas, com exceção de um Assistente Técnico Educacional, pertencente ao povo Puri, que atuou durante três anos no

⁶⁶ A designação, nos casos analisados, se fez a partir de três processos diferentes. No primeiro caso, a supervisora foi indicada pela comunidade, no segundo, ela foi indicada por funcionários da DRE e, no terceiro, houve um processo seletivo que envolveu entrevista e análise de currículo. Estes processos de seleção dizem respeito à supervisora anterior dos CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu e às duas supervisoras anteriores do CEII/CECI Jaraguá. Estas três profissionais também participaram da avaliação, por meio de entrevistas. Atualmente, as três unidades dos CEII/CECI contam com duas outras supervisoras.

CEII/CECI Jaraguá. É também o único profissional do sexo masculino que ocupou essa função. A presença maior de mulheres nessa função é o motivo pelo qual nos referimos a essas profissionais no feminino.

Ainda no que diz respeito ao CEII/CECI Jaraguá, é importante mencionar que a atual supervisora é recém-contratada, portanto, a avaliação que os entrevistados fizeram do trabalho desenvolvido pela supervisão desse CEII/CECI está baseada nas experiências das supervisoras anteriores. Inclusive, em muitos casos, os entrevistados fizeram avaliações específicas sobre o trabalho realizado por cada supervisora. No que diz respeito aos CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu, os entrevistados fizeram uma avaliação geral do trabalho de supervisão, considerando experiências anteriores e atuais.

Nesta seção do texto, abordaremos as expectativas e a avaliação concernentes ao trabalho realizado por essas profissionais nos três CEII/CECI, a começar pela exposição das expectativas. Mas, antes, convém esclarecer que a Rede Municipal de Ensino também tem, em seu quadro de funcionários, o cargo de Supervisor(a) Escolar. Esse profissional é responsável por acompanhar o trabalho pedagógico dos CEII e das outras escolas vinculadas a cada DRE. Porém, de acordo com os entrevistados, o contato com essas profissionais é mais esporádico. Por isso, as expectativas e avaliações aqui apresentadas não dizem respeito às Supervisoras Escolares das DREs, mas sim às supervisoras que atuam cotidianamente, junto aos CEII/CECI. A exceção se dá na análise das entrevistas realizadas com as agentes públicas, pois estas também fizeram comentários concernentes à atuação das Supervisoras Escolares e às Supervisoras Técnicas, responsáveis por coordenar o trabalho das Supervisoras Escolares vinculadas a cada DRE. Esses comentários são apresentados na parte final desta seção.

2.4.1 Expectativas concernentes ao papel da supervisão nos CEII/CECI

Destarte, é importante reconhecer que parte considerável dos entrevistados não conhecia as atribuições específicas da função exercida por essas profissionais. Isto é, numa pergunta sobre as expectativas referentes ao trabalho de supervisão realizado em cada CEII/CECI, 3 (13%) entrevistados da TI Jaraguá, 8 (31%) da aldeia Tenonde Porã e 6 (35%) da aldeia Krukutu afirmaram desconhecer essa função⁶⁷. Cabe também apontar que, das pessoas que não souberam responder questões relativas ao papel da supervisão, 76% são funcionárias dos próprios CEII/CECI.

No entanto, a maioria dos entrevistados que respondeu a essa questão enfatizou que, dadas as especificidades de uma escola indígena, que ainda é uma instituição muito nova se comparada às demais escolas do Sistema de Municipal de Ensino, a implementação de uma política pública de Educação Escolar Infantil Indígena e o funcionamento geral dos CEII/CECI trazem desafios e dificuldades não apenas para os Guarani, mas também para os profissionais da SME-SP, das DREs e do Órgão Gestor. Nesse sentido, eles acreditam que a supervisora pode ter um papel fundamental nesse processo, como profissional que está em contato direto com os Guarani e os órgãos públicos. Em suma, há a expectativa de que ela atue para favorecer e facilitar a articulação dos Guarani com os órgãos de ensino para que os objetivos dos CEII/CECI possam ser realizados com maior êxito.

⁶⁷ Cabe mencionar que, numa pergunta fechada sobre a avaliação do trabalho realizado pela supervisão de ensino em cada CEII/CECI, em que só havia as alternativas “bom”, “médio” e “ruim”, um número considerável de entrevistados respondeu “não sabe”. Por isso, a resposta “não sabe” foi incorporada à análise e representou números ligeiramente diferentes, em comparação com a pergunta aberta, referente às expectativas. Uma análise dessas respostas é apresentada na seção 2.4.2.

Para desempenhar esse papel, os entrevistados enfatizaram que as supervisoras precisam ter condições de acompanhar mais de perto o cotidiano de cada CEII/CECI. Eles reconhecem que, atualmente, o trabalho das supervisoras envolve atribuições fora dos CEII/CECI que impedem sua permanência mais prolongada e frequente em cada unidade. Isso, por sua vez, prejudica a sua atuação nos CEII/CECI e também a interação com os funcionários e a comunidade. Segundo os entrevistados, é imprescindível que as supervisoras acompanhem não apenas as tarefas administrativas, mas também as ações pedagógicas. Esse acompanhamento é indispensável para que elas tenham condições de entender e contribuir para atender aos desafios que surgem no cotidiano administrativo e pedagógico de cada CEII/CECI. Esses desafios incluem uma série de procedimentos necessários para o funcionamento dos CEII/CECI, tais como: a aquisição e a manutenção de equipamentos, de elementos de infraestrutura e de materiais para as atividades pedagógicas e culturais.

É também por meio da interação mais constante com a supervisora que os funcionários, sobretudo aqueles envolvidos na coordenação, esperam adquirir mais conhecimentos sobre o funcionamento do sistema de ensino, a legislação educacional e a administração escolar, temas que eles afirmam a necessidade de conhecer para que possam efetivamente assumir a gestão dos CEII/CECI e ter ciência dos seus direitos, no âmbito da Educação Escolar Indígena.

Os entrevistados também destacaram que uma presença maior da supervisora em cada CEII/CECI permitiria que ela desenvolvesse uma relação mais próxima com a comunidade e as lideranças guarani, ampliando as condições de entendimento, respeito e apoio mútuos. Por se tratar de uma escola inserida numa comunidade, que tem impactos diretos sobre esta, é imprescindível que todos os profissionais guarani e não indígenas atuem para fortalecer a relação entre essa escola e a comunidade. Ainda nesse sentido, os funcionários e as lideranças propõem que as supervisoras participem de reuniões periódicas com os funcionários de cada CEII/CECI e com as lideranças políticas e religiosas para que possam discutir conjuntamente questões relacionadas aos CEII/CECI e também para que as supervisoras tenham um espaço coletivo para trazer informações e esclarecimentos sobre trâmites envolvendo os CEII/CECI, as DREs e a SME-SP.

Os entrevistados apontaram que é importantíssimo que os funcionários das DREs, inclusive as supervisoras, apoiem, supervisionem e fiscalizem o trabalho desenvolvido pelas entidades que atuam nos CEII/CECI como órgão gestor, porque o funcionamento dos CEII/CECI tem sido bastante prejudicado pelo não cumprimento, por parte do órgão gestor, de obrigações estabelecidas no contrato, tais como: pagamento de salários, fornecimento de alimentos da culinária guarani, fornecimento de materiais para a realização de atividades pedagógicas e culturais relacionadas.

No que diz respeito ao papel das supervisoras no âmbito dos CEII/CECI, os entrevistados enfatizaram a expectativa de que elas deem orientações específicas sobre as atividades administrativas e pedagógicas, sem que isso implique na adoção de uma postura hierárquica, autoritária ou impositiva na relação com os demais funcionários.

Em outras palavras, os Guarani das TIs Jaraguá e Tenonde Porã acreditam que essas profissionais podem ter um papel importantíssimo na organização dos CEII/CECI e compartilhar seus conhecimentos com os demais funcionários, inclusive, ensinando os próprios Guarani a realizarem atividades administrativas, de modo que possam, gradativamente, assumir com autonomia a gestão dos CEII/CECI. Porém, os funcionários dos CEII/CECI e as comunidades onde cada um está inserido concebem as escolas indígenas como um espaço que deve ser regido pelas formas de organização social, política e cultural das próprias comunidades, onde as decisões dos

educadores, coordenadores e lideranças guarani devem prevalecer e orientar o projeto político-pedagógico. Este ponto foi fortemente enfatizado pelo conjunto dos entrevistados e sintetizado em afirmações como: “precisa respeitar a autoridade das lideranças”; “não pode querer mandar nas pessoas da comunidade e nas lideranças”; “não deve brigar com as pessoas da comunidade, nem ficar criando conflitos entre nós Guarani”; “precisa estar presente na escola e na comunidade, com a intenção de auxiliar, mas não de questionar a autoridade das lideranças guarani”.

É importante frisar que esses comentários resultam não apenas de uma avaliação de experiências anteriores, mas, sobretudo, de expectativas futuras concernentes à atuação das profissionais de supervisão que atuam junto aos CEII/CECI. A preocupação dos Guarani em explicitar essas expectativas decorre, inclusive, do seu reconhecimento do alto grau de rotatividade dos funcionários não indígenas que são designados pelas DREs e SME-SP para a gestão dos CEII/CECI. Por isso esperam que o registro dessas expectativas nesta avaliação diagnóstica contribua para que os profissionais que trabalham com eles ou que venham a fazê-lo futuramente orientem a sua atuação com base nesses parâmetros.

Nesse sentido, mesmo considerando a cautela e a discrição com que os Guarani fazem críticas aos profissionais não indígenas que trabalham nas suas comunidades, os comentários acima transcritos evidenciam uma rejeição forte e generalizada, por parte dos Guarani, a atitudes que são entendidas como autoritárias ou que desrespeitem sua organização social e política, incluindo a grande estima que têm por suas lideranças políticas e religiosas.

É por causa dessa estima e também por valorizarem sua própria língua e cultura, as quais são mencionadas como base dos conteúdos e métodos de aprendizagem que gostariam de desenvolver nos CEII/CECI, que quase todos os entrevistados explicitaram a importância de que as supervisoras se empenhem em conhecer mais sobre a cultura guarani e suas formas de organização social e política. Isto é, os entrevistados acreditam que essas profissionais também possam ser aprendizes e, ao aprenderem mais sobre os Guarani, entenderem melhor o papel dos CEII/CECI nas comunidades e os rumos que os Guarani estão tentando dar para esse programa de Educação Escolar Indígena.

Alguns entrevistados também explicitaram a expectativa de que as supervisoras ajudem na interlocução não apenas com as DREs, a SME-SP e o Órgão Gestor do CEII/CECI, mas também com outros segmentos da população não indígena. É nesse sentido que falaram da importância de uma interação maior com as escolas não indígenas da Rede Municipal de Ensino, pois acreditam que, por meio de visitas recíprocas e da realização de palestras e outros eventos nessas escolas, seja possível ampliar os conhecimentos que os não indígenas na Cidade de São Paulo têm sobre os povos indígenas e também combater as diferentes formas de discriminação que os Guarani enfrentam. Inclusive, iniciativas deste tipo, já realizadas pelas supervisoras dos CEII/CECI, foram um dos aspectos mais bem avaliados do trabalho dessas profissionais.

2.4.2 Avaliação do trabalho realizado pela supervisão nos CEII/CECI

A avaliação do trabalho desenvolvido pelas supervisoras junto aos CEII/CECI será apresentada a seguir. Primeiro, abordamos os resultados concernentes a cada CEII/CECI e, em seguida, apresentaremos uma avaliação geral referente às três unidades.

No caso dos entrevistados da TI Jaraguá, foram destacados os seguintes aspectos positivos: a forma como o supervisor anterior ensinava os funcionários da equipe de coordenação do CEII a realizar atividades administrativas e burocráticas; o empenho da primeira supervisora em viabilizar o deslocamento dos alunos e funcionários do CEII/CECI para a participação em encontros e eventos em outras aldeias guarani e em escolas e outras instituições não indígenas.

Além desses comentários, todos os entrevistados também foram solicitados a responder se consideram o trabalho desenvolvido pelas supervisoras anteriores como bom, médio ou ruim⁶⁸. Cabe mencionar que duas entrevistadas afirmaram não saber como avaliar esse quesito ou preferiram não opinar. O gráfico abaixo mostra os resultados dessa avaliação, levando em consideração todas as respostas.

Gráfico 14

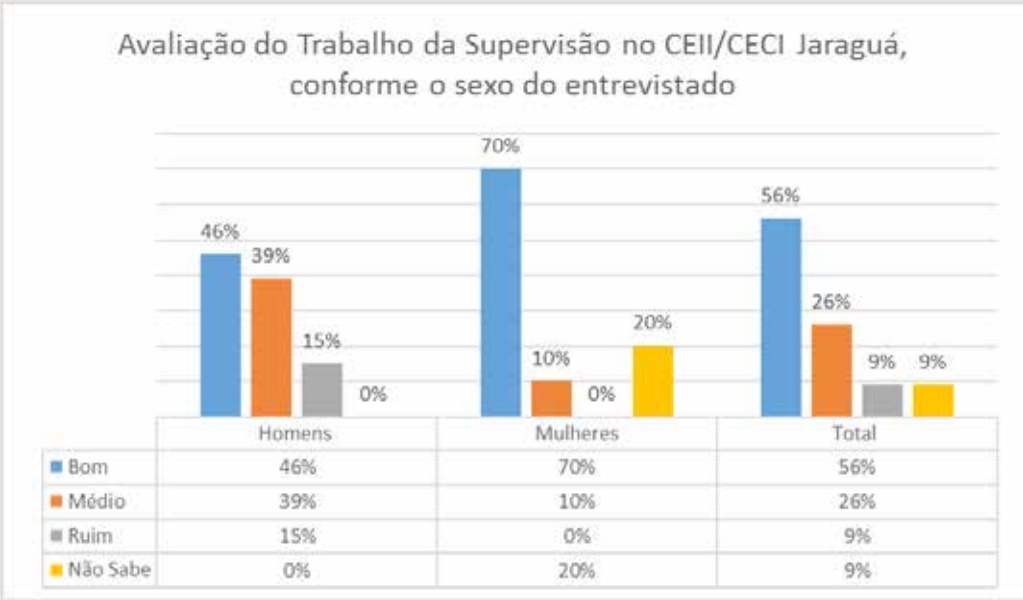


Com base nesses resultados, é possível perceber que a maioria dos entrevistados avaliou o trabalho realizado pelas supervisoras anteriores como bom. Quando analisamos os mesmos resultados, considerando os fatores sexo e idade dos entrevistados, percebemos diferenças significativas, conforme pode ser observado nos gráficos a seguir⁶⁹. Entretanto, convém lembrar que os fatores sexo e idade dos entrevistados não produziram qualquer diferença relevante no caso da avaliação do trabalho dos monitores educacionais e da equipe de coordenação do CEII/CECI Jaraguá. Esses fatores também não tiveram peso nas avaliações feitas nas aldeias Tenonde Porã e Krukutu, portanto, nos limitamos, neste relatório, à exposição comparativa dos resultados por sexo e idade apenas no que concerne às entrevistas realizadas na TI Jaraguá, onde os fatores resultaram em diferenças significativas.

⁶⁸ Os entrevistados não fizeram uma avaliação do trabalho realizado pela atual supervisora do CEII/CECI Jaraguá porque esta foi contratada em meio à realização da pesquisa.

⁶⁹ Para avaliar a importância dos fatores sexo e idade dos entrevistados, utilizamos porcentagens em vez de números absolutos, de modo a evitar a distorção produzida pelo fato de que não foi possível entrevistar o mesmo número de pessoas dos dois sexos, nem tampouco das duas gerações contempladas na pesquisa. Cabe lembrar que foram entrevistados 13 homens e 10 mulheres, divididos entre 12 pessoas da geração (+1) e 11 pessoas da geração (+2). A geração de referência (0) é constituída pelos alunos do CEII, o que significa que a geração +1 corresponde à geração dos pais desses alunos, enquanto a geração +2 dos avós.

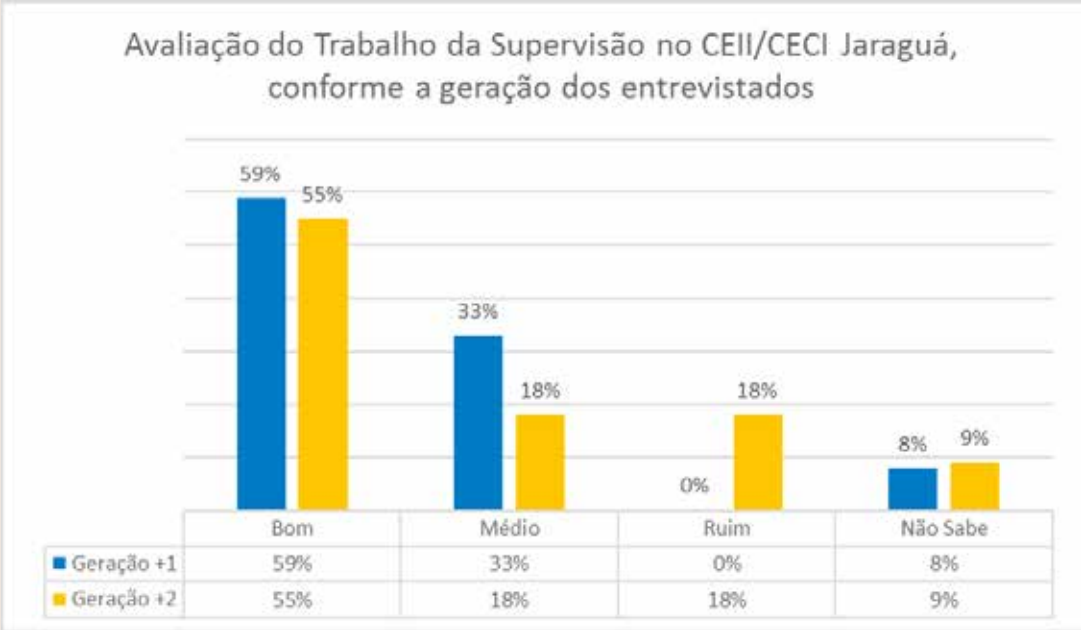
Gráfico 15



Neste gráfico, observamos que as mulheres avaliaram mais positivamente o trabalho da supervisão (70%), em comparação com os homens (46%). Inclusive, 15% dos homens avaliaram o trabalho desenvolvido pela supervisão como ruim, em comparação com 0% das entrevistadas de sexo feminino. Por outro lado, 20% das mulheres não souberam avaliar o trabalho de supervisão, enquanto todos os homens expressaram opiniões sobre este tema.

No próximo gráfico, mostramos os resultados da avaliação do trabalho realizado pelas supervisoras, dividindo os entrevistados em dois grupos geracionais. A geração +1 corresponde a indivíduos que têm entre 20 e 35 anos de idade, a geração +2 corresponde a indivíduos que têm entre 36 e 70 anos de idade. É importante explicitar que tomamos como geração de referência (geração 0) aquela que corresponde a crianças na faixa etária do CEII. Portanto, na geração +1 encontram-se pessoas que são pais de alunos do CEII, enquanto na geração +2 encontram-se pessoas que são avós dos alunos do CEII, embora haja pessoas na geração +2 que tenham filhos e netos na faixa etária de 0-6 anos. De todo modo, o critério geracional permitiu, entre outras coisas, dividir os entrevistados em dois grupos quase equivalentes, em termos numéricos.

Gráfico 16



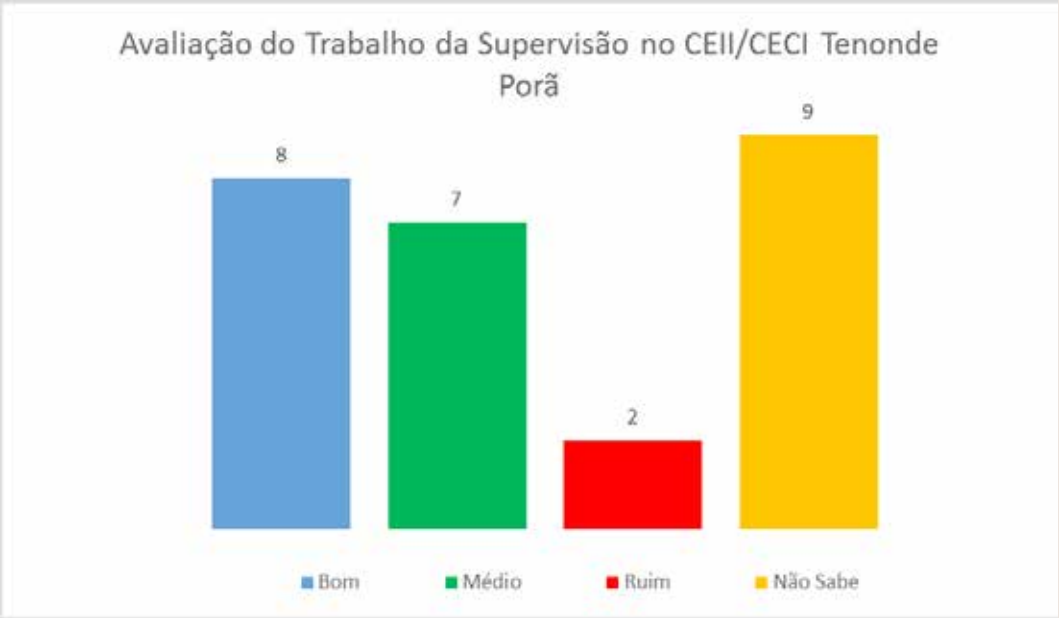
O recorte geracional indica que ambos os grupos apresentaram número semelhante de avaliações positivas, havendo uma diferença muito acentuada, quando olhamos para as avaliações negativas, em que aparecem apenas as respostas de pessoas do sexo masculino da geração +2 (avós das crianças dos CEII). Já no grupo de pessoas que não souberam avaliar o trabalho da supervisão, já sabemos, observando o gráfico anterior, que são todas do sexo feminino, porém o recorte geracional também nos informa que são mulheres pertencentes às duas gerações +1 e +2.

No que diz respeito à avaliação do trabalho de supervisão no CEII/CECI Tenonde Porã, todos os entrevistados foram solicitados a responder a uma pergunta fechada com as alternativas bom, médio ou ruim. Entretanto, 9 (35%) dos entrevistados explicaram desconhecer a natureza desse trabalho e muitos deles também afirmaram não conhecer ou ter pouquíssimo contato com a supervisora de ensino. Inclusive, ao perguntar para esses entrevistados o nome da supervisora de ensino, foi possível observar que eles citavam pessoas diferentes ou afirmavam não saber o nome dela. Por isso, esses entrevistados preferiram registrar sua resposta como “não sabe”, mesmo que esta opção não tenha sido apresentada pela entrevistadora. Cabe também mencionar que, dessas nove pessoas que afirmaram desconhecer o papel da supervisão, sete são funcionárias do CEII/CECI (5 monitores educacionais e 2 auxiliares de cozinha). As outras duas pessoas são lideranças que não atuam no CEII/CECI.

O desconhecimento sobre o papel da supervisão de ensino corresponde, em alguma medida, à falta de familiaridade com as funções administrativas do CEII/CECI, algo que também se evidenciou em perguntas sobre as atividades exercidas pelos funcionários guarani que atuam na coordenação do CEII/CECI Tenonde Porã. Isso contrasta fortemente com a quantidade de informações e opiniões que os entrevistados tinham a respeito do trabalho realizado pelos monitores educacionais. Aliás, convém ressaltar que os funcionários da equipe de coordenação do CEII/CECI Tenonde Porã forneceram informações detalhadas sobre o trabalho de supervisão, indicando que esses profissionais têm um contato muito maior com a profissional que exerce essa função e, portanto, conhecem bem as atribuições do seu trabalho.

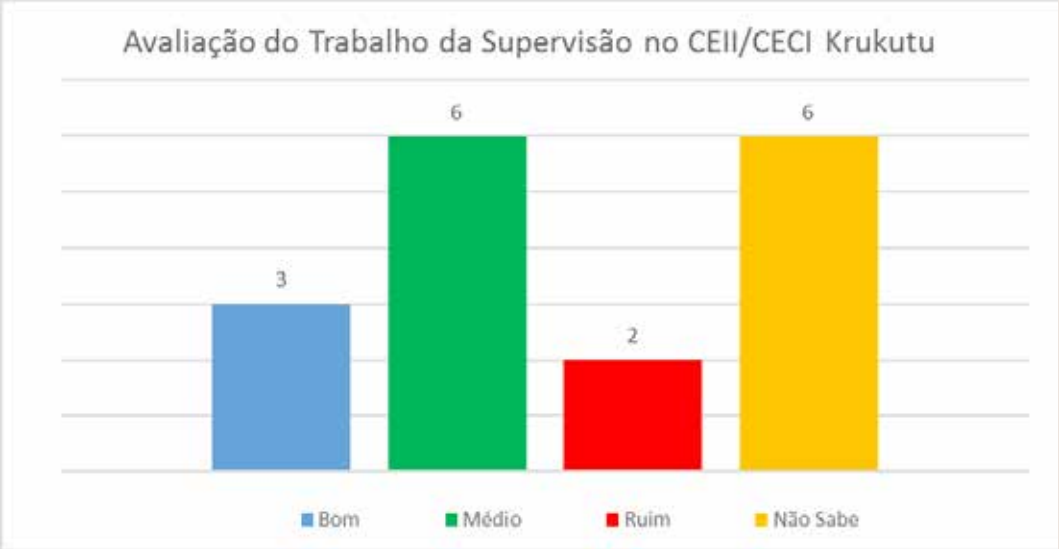
O gráfico abaixo mostra os resultados da avaliação do trabalho de supervisão, levando em consideração todas as respostas. A partir dele, é possível observar que a resposta “não sabe” supera todas as demais, seguida de perto por “bom” e “médio”.

Gráfico 17



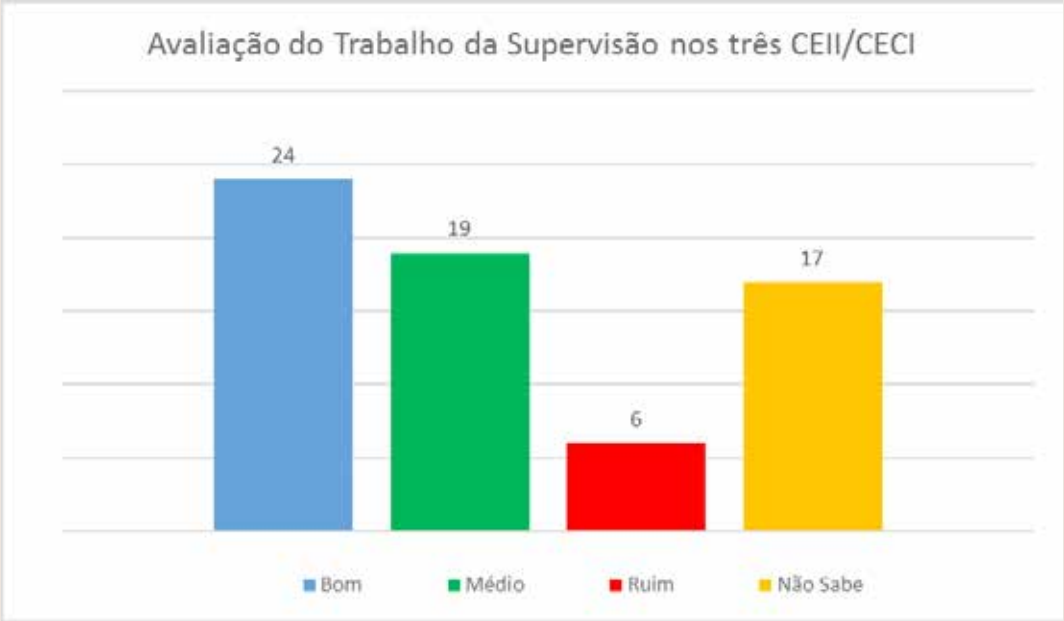
No que diz respeito à avaliação do trabalho realizado pela supervisão, no âmbito do CEII/CECI Krukutu, mais de um terço dos entrevistados (6 pessoas) afirmaram não conhecer esta função, a mesma proporção verificada no caso das entrevistas realizadas na aldeia Tenonde Porã. Os entrevistados da Aldeia Krukutu que afirmaram desconhecer o trabalho de supervisão correspondem a três monitores, um membro da coordenação e duas pessoas que não trabalham no CEII/CECI. O gráfico abaixo mostra os resultados de todas as entrevistas, levando em consideração as respostas (bom, médio, ruim e não sabe).

Gráfico 18



No que diz respeito à avaliação geral do trabalho realizado pela supervisão nos três CEII/CECI, observa-se que 24 entrevistados (36%) avaliaram-no como bom, 19 pessoas (29%) como médio, 6 entrevistados (9%) como ruim e 17 pessoas (26%) disseram que não possuíam informações suficientes para avaliá-lo. Cabe reiterar que essa função é atualmente desenvolvida por duas supervisoras diferentes, uma atuante no CEII/CECI Jaraguá e outra nos CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu, porém a avaliação diz respeito à atuação do conjunto de profissionais que exerceram essa função nos últimos onze anos.

Gráfico 19



2.4.3 Comentários das agentes públicas sobre a supervisão dos CEII/CECI

Os comentários das agentes públicas, concernentes ao trabalho desenvolvido pela supervisão de ensino nos CEII/CECI, diferentemente das avaliações feitas pelos Guarani, dizem respeito ao trabalho das supervisoras que atuam diretamente nos CEII/CECI e das Supervisoras Escolares das DREs, responsáveis pelos CEII e também por outras unidades de ensino de cada DRE. Conforme já foi mencionado anteriormente, estas últimas ocupam um cargo de carreira. Por causa das especificidades dessas duas funções, os comentários apresentados a seguir são divididos em duas partes. Primeiro, explicitamos avaliações concernentes às supervisoras dos CEII/CECI e, depois, comentários pertinentes ao trabalho das Supervisoras Escolares.

O primeiro ponto que se destaca é a rotatividade das profissionais que desempenham a supervisão dos CEII/CECI. Isso é percebido como fator que dificulta a continuidade do trabalho desenvolvido por essas profissionais e, por outro lado, a relação delas com os demais profissionais dos CEII/CECI e com as comunidades guarani.

Outro aspecto diz respeito à relação dessas profissionais com as DREs e, sobretudo, com os dirigentes das DREs às quais estão vinculadas. Como foi apontado nas entrevistas, o trabalho das supervisoras depende, em larga medida, da capacidade de estabelecer um canal de comunicação efetiva entre as DREs e os CEII/CECI, aspecto imprescindível à construção de uma política educacional que atenda às expectativas e às necessidades das comunidades às quais essa política se destina.

As próprias supervisoras dos CEII/CECI descrevem outros desafios e dificuldades que se colocam na realização desse trabalho. Nesse sentido, uma das profissionais que atuou nos CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu explicou que enfrentou uma sobrecarga de trabalho, uma vez que era responsável pelo acompanhamento integral das atividades pedagógicas de ambas as unidades, diferentemente do que ocorre no caso do CEII/CECI Jaraguá, onde há uma supervisora específica para esta unidade.

A alternância de governos também é apontada como um desafio, pois, a cada nova gestão, são trocados todos os funcionários nomeados, o que inclui os dirigentes das DREs, responsáveis por decidir aspectos fundamentais do funcionamento das Unidades Escolares. Por causa dessa alternância, as supervisoras relataram descontinuidades nas políticas educacionais e também problemas relacionados à formação dos profissionais que atuam nas DREs. Nesse sentido, a Educação Escolar Indígena demanda desses profissionais conhecimentos aos quais não costumam ter acesso no Ensino Superior ou, tampouco, ao longo da sua atuação profissional. Por isso, muitos relatam que adquirem a formação necessária para atuar junto às escolas indígenas em serviço, por meio da relação constante com os Guarani. Porém, esse processo de aprendizagem se interrompe e precisa ser reiniciado a cada troca de gestão.

No que diz respeito às descontinuidades, as supervisoras e outras profissionais que acompanharam o processo de implementação dos CEII/CECI ressaltaram o progressivo distanciamento da proposta pedagógica inicialmente elaborada em parceria com os educadores e as lideranças guarani daquela que se efetivou no decorrer desse tempo. De acordo com as entrevistadas, não se trata de uma transformação provocada pelo amadurecimento da proposta inicial, mas sim por descontinuidades que se impõem às políticas públicas, por causa da mudança de objetivos e práticas que marcam cada gestão. Segundo as entrevistadas, a formalização das demandas apresentadas pelas comunidades guarani, por meio da elaboração de documentos oficiais, tais como o Regimento Escolar e as Orientações Curriculares dos CEII/CECI visam amenizar esse problema e também colocar novamente em foco os objetivos específicos desse programa de Educação Escolar Indígena. Nesse sentido, as supervisoras dos CEII/CECI enfatizaram que o envolvimento de outros funcionários das DREs nesse processo é imprescindível para garantir que as demandas apresentadas nesses documentos sejam reconhecidas e efetivadas.

As agentes públicas entrevistadas também salientaram a importância de haver uma formação específica para o conjunto de profissionais não indígenas que atuam nos CEII/CECI, para que estejam mais preparados para lidar com as especificidades que esse trabalho apresenta e, até mesmo, para reconhecer que não devem impor às escolas indígenas um modelo pedagógico e de gestão concebido para as escolas não indígenas. Por isso, também foi destacado que a atuação de profissionais selecionados pelas próprias comunidades guarani, com experiências anteriores de trabalho junto a elas, pode contribuir para melhorar este aspecto. Como observou uma das entrevistadas:

Em função da falta de formação específica para esses profissionais, muitos apresentavam um olhar estritamente técnico e pautado em concepções de criança, infância, cuidar e educar proposto para a rede. Havia um desconhecimento grande da supervisão em relação às especificidades de uma educação escolar infantil indígena e ao direito de escolha das comunidades atendidas pelos CECIs.

No que diz respeito ao trabalho realizado pelas Supervisoras Escolares das DREs, algumas entrevistas apontam diferenças na atuação das Supervisoras Escolares vinculadas à DRE Capela do Socorro e à DRE Pirituba/Jaraguá, em termos do seu envolvimento com os CEII/CECI e da qualidade do trabalho desenvolvido, havendo uma avaliação muito mais positiva da atuação da Supervisão Escolar da DRE Capela do Socorro. No caso do CEII/CECI Jaraguá, várias entrevistadas, que atuaram em diferentes períodos e funções, afirmam que as Supervisoras Escolares têm sido, em grande medida, ausentes, limitando a sua atuação ao preenchimento de documentos técnicos, tais como os relatórios de visitas. As entrevistadas descrevem também os desafios que enfrentam para suprir o trabalho, quando este não é realizado satisfatoriamente pelas Supervisoras Escolares. Nesse quadro, fica nítida a importância de assegurar a participação efetiva dessas profissionais, alinhada com as demandas cotidianas dessas Unidades Escolares.

3. Formação dos funcionários dos CEII/CECI

Outro item que influencia diretamente a qualidade do trabalho desenvolvido pelos profissionais dos CEII/CECI é a sua formação. Nesta seção, abordaremos a avaliação das etapas já realizadas da Formação Continuada oferecida pela SME-SP, as expectativas para a continuidade dessa formação e as expectativas com relação ao Curso de Formação Inicial que será oferecido pela SME-SP.

Convém mencionar que, desde a criação dos CEII/CECI Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu, a formação dos profissionais que neles atuam é um ponto crítico, conforme indicado pela análise dos relatórios de acompanhamento dessas unidades, produzidos no período de 2004 a 2015. Inclusive, no levantamento realizado pela equipe de consultoria antropológica contratada para elaborar o projeto pedagógico dos CEII/CECI em 2004, foi evidenciado que os profissionais guarani contratados para atuar como monitores educacionais e coordenadores, embora tivessem profundo conhecimento da cultura guarani – exigência fundamental para desenvolver com êxito o projeto pedagógico dos CEII/CECI, não possuíam formação específica e oficial para o exercício do magistério. No caso dos coordenadores guarani que assumiram responsabilidades de gestão nos CEII/CECI, estes não tinham qualquer formação prévia na área de administração escolar.

Um levantamento feito pela equipe da DOT Educação Infantil em 2011 (Relatório de Acompanhamento dos CEII/CECI, 2012) revelou que, do conjunto de 60 funcionários (monitores educacionais, monitores de informática, auxiliares de cozinha, auxiliares de limpeza, vigilantes, coordenadores e auxiliares de coordenação) apenas 11 possuíam formação completa equivalente ao Ensino Médio. Os demais funcionários incluíam pessoas que não tinham qualquer escolaridade e eram analfabetas até pessoas com ensino médio incompleto. Isto é, em 2011, decorridos sete anos da criação dos CEII/CECI na Cidade de São Paulo, os funcionários dessas Unidades Escolares continuavam sem acesso a uma Formação Inicial que permitisse concluir o ensino básico e também os habilitasse oficialmente para o exercício do magistério e para as demais funções que desenvolvem no âmbito dos CEII/CECI. Como veremos na seção dedicada à Formação Inicial, esta situação perdura.

Todavia, começaremos a descrição e a avaliação da formação dos profissionais dos CEII/CECI pela Formação Continuada que teve início com a inauguração dos CEII/CECI e prosseguiu ao longo destes onze anos.

3.1 Avaliação da Formação Continuada

Desde a criação dos CEII/CECI na Cidade de São Paulo em 2004, os profissionais que atuam nessas Unidades Educacionais participam de processos de Formação Continuada. Como já foi mencionado, trata-se de uma modalidade de formação em serviço, oferecida pela SME-SP, que é realizada por meio de encontros periódicos nas próprias aldeias ou em espaços da SME-SP. Atualmente, os encontros são realizados a cada dois meses nas aldeias Tenonde Porã, Krukutu e Pyau, alternadamente, e contam com a presença dos funcionários dos três CEII/CECI, assim como integrantes das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá e das equipes da DOT Educação Infantil⁷⁰ e do Núcleo de Educação Étnico-Racial da SME-SP.

Durante as entrevistas, todos os funcionários dos três CEII/CECI foram solicitados a avaliar as etapas da Formação Continuada de que já tinham participado. Eles forneceram informações sobre a qualidade dela e também responderam a uma pergunta fechada, em que identificavam se a consideram boa, média ou ruim. Cabe mencionar que outros entrevistados, que não trabalham nos CEII/CECI, também tiveram oportunidade de avaliar a Formação Continuada, porém a maioria preferiu não emitir opiniões por não ter participado de nenhuma etapa desta e apenas possuir conhecimento indireto dela. A exceção foi o caso de três lideranças da aldeia Krukutu que, embora não sejam funcionários do CEII/CECI, participaram dos encontros de Formação Continuada realizados nessa aldeia e, portanto, também puderam dar informações sobre a qualidade desta e formular propostas para a sua melhoria.

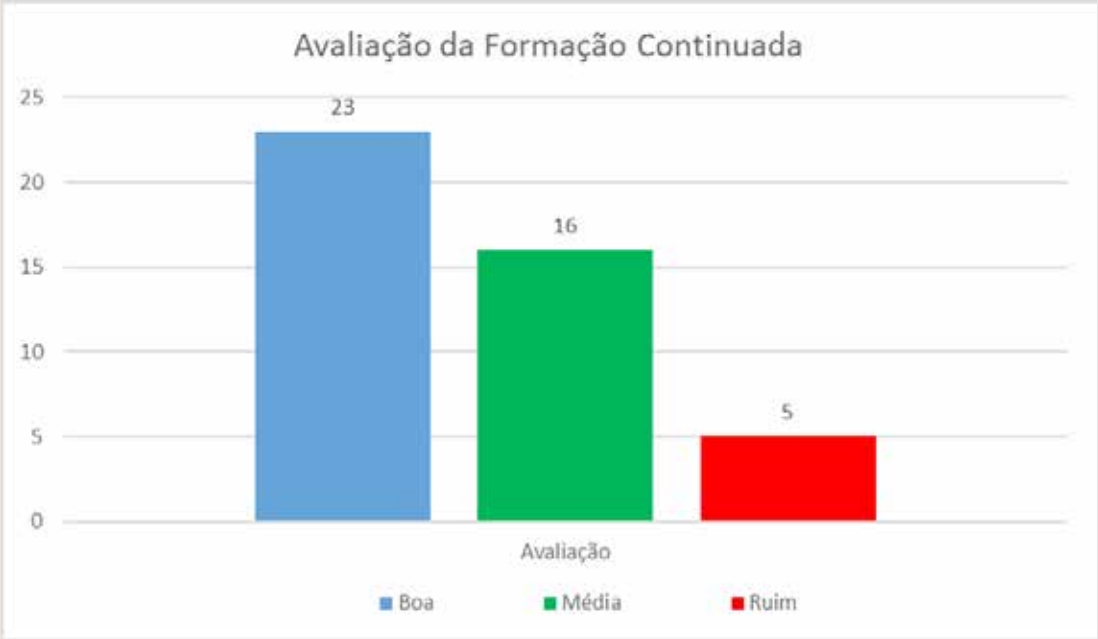
Nas entrevistas com os funcionários dos CEII/CECI Tenonde Porã e Krukutu, constatamos que, até o início de dezembro de 2015, todos tinham participado da Formação, com exceção de um monitor de informática, dois monitores educacionais recém-contratados e os 7 auxiliares de cozinha. Os vigilantes e auxiliares de limpeza também não tiveram qualquer participação.

Com base nessas informações, é possível observar que, independente do tempo de serviço, os vigilantes, auxiliares de cozinha e de limpeza têm uma participação menor nos cursos de Formação Continuada, comparada aos demais funcionários. Inclusive, é possível perceber que, sendo voltada fundamentalmente para temas pedagógicos, essa formação envolveu apenas os educadores e coordenadores dos CEII/CECI. A participação de dois auxiliares de cozinha do CEII/CECI Jaraguá, em algumas etapas da Formação Continuada, se deu quando os encontros ocorreram na TI Jaraguá. Por outro lado, o interesse manifestado pelos auxiliares de cozinha em participar do curso de Formação Inicial, assim como o fato de que alguns deles frequentaram etapas da Formação Continuada, quando dada a oportunidade, revelam a necessidade de incluí-los na Formação Inicial e de desenvolver uma Formação Continuada que se volte para as demandas específicas do trabalho realizado por esses funcionários.

70 Atualmente, a denominação desse setor da SME-SP foi alterada para Coordenadoria Pedagógica (COPED)/Divisão de Educação Infantil (DIEI), porém, mantivemos a designação DOT Educação Infantil para facilitar a identificação desse setor, ao longo do texto, já que a alteração é recente e todos os documentos objeto desta análise utilizam a denominação anterior.

Com relação à avaliação da Formação Continuada, é possível observar que, dos 44 funcionários que participaram dessa formação, 23 avaliaram-na como boa, 16 como média e 5 como ruim. Isso significa que pouco mais da metade (52%) dos participantes avaliou a Formação Continuada como boa.

Gráfico 20



Quando analisamos estes resultados, observamos que a função exercida no CEII/CECI pelo entrevistado e o tempo de serviço nessa função não produzem uma diferença significativa na avaliação que fazem da Formação Continuada. Inclusive, mesmo quando dividimos os funcionários em dois grupos, correspondentes a um tempo de serviço menor ou maior nos CEII/CECI, os resultados dos dois grupos são idênticos.

Esses dois quesitos, função e tempo de serviço, são importantes na análise da avaliação da Formação Continuada porque nos trazem algumas informações importantes sobre a qualidade dessa Formação. Em primeiro lugar, observamos que os funcionários recém-contratados avaliam essa Formação de forma idêntica aos funcionários que participam dela há mais tempo. Isso sugere que a Formação Continuada não apresentou uma mudança significativa, em termos de qualidade, ao longo do tempo. Em segundo lugar, se levarmos em conta que funcionários que atuam na gestão dos CEII/CECI e os educadores desenvolvem trabalhos que apresentam demandas diferentes, e, portanto, esses profissionais tenderiam a ter também demandas diversas no que diz respeito à Formação Continuada, seria possível supor que eles avaliassem essa Formação de modo diferente, de acordo com a capacidade que ela tem de contribuir para atender aos desafios que encontram no exercício das suas atividades profissionais específicas. Porém, mesmo levando em consideração que a Formação Continuada é a mesma oferecida ao conjunto de funcionários dos CEII/CECI (com participação quase exclusiva dos educadores e do pessoal da coordenação), não houve diferença na avaliação dela, com base no tipo de trabalho que o funcionário realiza. Isto é, podemos afirmar que a Formação Continuada atende às demandas desses profissionais na mesma medida, independentemente de estarem envolvidos no trabalho de coordenação ou ensino.

Voltando à avaliação geral da Formação Continuada, apresentada no gráfico n. 20, o fato de que quase metade dos entrevistados (48%) considera essa Formação média ou ruim indica que é possível e necessário fazer ajustes para melhorá-la. Neste sentido, foi solicitado que os entrevistados apontassem aspectos positivos da Formação Continuada e outros aspectos que poderiam ser melhorados.

Com relação aos aspectos positivos, os entrevistados apontaram a dinâmica de selecionar prévia e coletivamente os temas que são abordados nos encontros de Formação. Esse planejamento coletivo permite tratar de temas fundamentais da Educação Escolar Infantil Indígena, com base nas necessidades verificadas no cotidiano de cada CEII/CECI. Os entrevistados também identificaram como positiva a discussão, no âmbito da Formação Continuada, do estabelecimento de um padrão unificado da escrita guarani. Eles sugeriram que esse trabalho seja continuado e inclua não apenas os educadores dos CEII/CECI, mas também os professores das Escolas de Ensino Fundamental Guarani no Estado de São Paulo, permitindo, assim, uma discussão ampla da temática e a elaboração de parâmetros ortográficos que sejam adotados na totalidade das escolas guarani no estado. Nesse sentido, cabe salientar que, embora a alfabetização não seja um foco da Educação Infantil, os educadores dos CEII/CECI têm liderado a iniciativa de estabelecer uma padronização da escrita, para que possam utilizá-la na comunicação entre si e também para contribuírem para a alfabetização dos alunos de Ensino Fundamental.


No que diz respeito aos aspectos que precisam ser melhorados, observou-se uma insatisfação relacionada à falta de clareza quanto aos objetivos de cada etapa da Formação Continuada. Inclusive, os entrevistados acreditam que essa falta de definição resulte de um problema anterior e mais amplo, que é a necessidade de delinear com mais precisão os próprios objetivos dos CEII/CECI, no que diz respeito ao trabalho pedagógico e cultural. Ou seja, de acordo com os entrevistados, a proposta de Formação Continuada deve ser coerente com os objetivos que pautam o projeto geral dos CEII/CECI e contribuir para que o corpo docente e demais funcionários possam atuar na realização desses objetivos.

Os entrevistados também apontaram que não há tempo, em cada encontro de Formação Continuada, para concluir o trabalho e as discussões propostas. Por isso, eles sugeriram que a Formação Continuada tenha uma dinâmica em que seja possível dedicar tantas sessões quanto forem necessárias para que cada tema ou objetivo seja aprofundado de forma satisfatória. Os funcionários propuseram também que haja uma continuidade entre os temas abordados nos diferentes encontros, tendo como elo de articulação os objetivos gerais da Formação Continuada, definidos a partir da proposta pedagógica dos CEII/CECI.

Ainda de acordo com os entrevistados, para que haja uma coerência maior entre a Formação Continuada e a proposta pedagógica dos CEII/CECI, é necessário que os objetivos gerais dos três CEII/CECI e os objetivos específicos de cada unidade sejam discutidos no âmbito da Formação e tomados como base para o planejamento das próximas etapas dessa Formação.

Durante as entrevistas, os funcionários listaram alguns problemas que dificultam a participação plena do coletivo nos encontros de Formação Continuada. A análise dessa lista apontou que essas dificuldades resultam de dois problemas básicos:

- 1) a falta de definição ou clareza quanto à proposta geral da Formação Continuada, o que impede que os participantes saibam exatamente que tipo de contribuições eles podem trazer para esses encontros;

- 
- 2) a dificuldade que vários funcionários têm de se comunicar em português, o que os inibe quando são solicitados a expressar suas opiniões ou apresentar suas experiências perante o coletivo, especialmente, para os profissionais não indígenas. Este ponto indica que os funcionários que têm maior domínio do português e também da escrita desfrutam também de condições melhores de envolvimento nas diversas atividades que são realizadas durante a Formação Continuada.

A análise conjunta dos problemas apontados pelos entrevistados e das soluções que propuseram revela que as medidas propostas podem contribuir tanto para atender às suas demandas por Formação Continuada, como para solucionar os problemas que foram identificados, melhorando substancialmente a qualidade dessa Formação. Por isso, passaremos, em seguida, à exposição das propostas e expectativas concernentes às próximas etapas da Formação Continuada.

3.2 Expectativas para as próximas etapas da Formação Continuada

A partir do que foi exposto na seção anterior, os funcionários dos CEII/CECI propuseram que os conteúdos das próximas etapas da Formação Continuada sejam definidos coletivamente, com base nos objetivos pedagógicos e culturais dos CEII/CECI.

Os funcionários dos CEII/CECI também propuseram que a Formação Continuada seja um espaço em que os educadores tenham acesso a novas informações e conhecimentos, sejam estes apresentados por pessoas sábias das próprias comunidades guarani ou conteúdos abordados por especialistas não indígenas. De acordo com os entrevistados, esses conteúdos devem incluir atividades e conhecimentos da cultura guarani que contribuirão para a aprendizagem das crianças, assim como estratégias para organizar o trabalho pedagógico e garantir uma correspondência maior entre as atividades pedagógicas realizadas nos CEII/CECI e seu projeto político-pedagógico. Nesse sentido, as propostas referentes aos conteúdos da Formação Continuada podem ser divididas em duas categorias: (1) conhecimentos que devem ser aprendidos com os sábios guarani e (2) conhecimentos que devem ser aprendidos com especialistas da área de educação escolar.

No que se refere aos saberes guarani, os entrevistados sugeriram que os encontros de Formação Continuada sejam realizados não apenas nas aldeias da capital paulista, mas também no litoral e do Vale do Ribeira, pois nessas terras, onde há mais áreas de mata e rios, também encontram-se espécies de flora e fauna mais abundantes e diferentes daquelas presentes nas localizadas na capital paulista.

Os encontros de Formação Continuada realizados nessas aldeias permitiriam que os educadores dos CEII/CECI aprendessem com os sábios - os mais velhos - e aprofundassem seus conhecimentos sobre as plantas e os animais encontrados na mata, assim como os papéis importantíssimos que eles ocupam nas narrativas e outras formas expressivas guarani (dança, artesanatos, cantos). Os modos como os Guarani se relacionam com diferentes áreas da mata e os seres que nelas habitam também constituem parte importantíssima dos conhecimentos que os mais velhos procuram transmitir às crianças e aos jovens, motivo pelo qual os educadores dos CEII/CECI consideram imprescindível que sua Formação Continuada contemple experiências deste tipo.

Os entrevistados também afirmaram que tais encontros permitiriam trazer para as aldeias da capital paulista sementes e mudas das plantas encontradas nas aldeias do litoral e do Vale do Ribeira, possibilitando que o cultivo dessas plantas fosse incorporado às atividades dos CEII/CECI e se desdobrasse em outras atividades pedagógicas que tivessem por objetivo ensinar às crianças e também aos demais moradores das aldeias informações sobre os cuidados com essas plantas, assim como as narrativas e linguagens artísticas (por ex., produção de artesanato) relacionadas a elas. Essas atividades de plantio também contribuiriam para os projetos de manejo ambiental e gestão territorial que interessam amplamente às comunidades das TIs Jaraguá e Tenonde Porã e que estão atualmente em curso, fortalecendo, assim, a relação entre os CEII/CECI e suas respectivas comunidades.

Também convém ressaltar que, para os Guarani e para outros povos indígenas, as áreas de mata e os seres nelas encontrados não são apenas recursos naturais, mas constituem aspectos fundamentais da sua vida sociocultural. Portanto, ter acesso à mata e a esses seres é imprescindível para o desenvolvimento de uma Educação Escolar Indígena que seja realmente específica e diferenciada, conforme está previsto na legislação.

Há também de se considerar que os custos de realização de encontros de Formação Continuada em aldeias do litoral e do Vale do Ribeira são compatíveis com os custos de outros programas de Formação Continuada oferecidos aos demais professores da Rede Municipal de Ensino, uma vez que demandariam gastos apenas com transporte e com a compra de alimentos que seriam preparados na aldeia sede de cada encontro.

O segundo tipo de conhecimentos e habilidades que os profissionais dos CEII/CECI têm a expectativa de aprender durante as próximas etapas da Formação Continuada diz respeito a conteúdos e procedimentos específicos à educação escolar. Estes incluem aprender a planejar e organizar as atividades pedagógicas que serão desenvolvidas nos CEII e utilizar diferentes técnicas de registro, por meio da escrita e de recursos computacionais e audiovisuais. De acordo com os entrevistados, esses registros também poderiam ser usados na elaboração de materiais destinados à circulação nas demais escolas da Rede Municipal, contribuindo, assim, para a educação de crianças e jovens não indígenas e diminuindo, por meio da divulgação de conhecimentos sobre os povos indígenas, as diversas formas de discriminação que os Guarani enfrentam cotidianamente.

Ainda no que diz respeito às relações com a sociedade não indígena e com o Estado, os profissionais dos CEII/CECI sugeriram que a Formação Continuada incluía encontros em que sejam abordadas a legislação educacional, a legislação indigenista e temas relacionados aos direitos territoriais, culturais, educacionais e de saúde dos povos indígenas, contando com a participação de especialistas nestas áreas.

Os entrevistados também explicitaram que a Formação Continuada deveria capacitá-los para realizar atividades relacionadas à gestão escolar, por exemplo: conhecer melhor a estrutura e o funcionamento da SME-SP e das DREs; aprender a elaborar documentos oficiais, tais como memorandos e chamadas referentes à manutenção dos equipamentos do CEII/CECI, entre outras coisas.

Por fim, foi destacada a importância de criar condições para que todos os funcionários dos CEII/CECI participem desses encontros, inclusive, os auxiliares de cozinha. Para tanto, além de providenciar o transporte de todos os funcionários aos encontros de Formação Continuada, a atenção às condições de participação de cada um é fundamental. Como foi apontado na avaliação das etapas anteriores da Formação Continuada, há uma desigualdade na participação dos funcionários,

resultante da comunicação em língua portuguesa, pois, embora os funcionários se comuniquem entre si em língua mbya, a exposição das suas ideias para os profissionais não indígenas envolvidos na Formação Continuada é sempre em português. Portanto, os funcionários que não têm proficiência no uso da língua portuguesa reclamam da dificuldade de entender os conteúdos apresentados pelos especialistas não indígenas e também se sentem inibidos em contribuir para as discussões coletivas.

Considerando que os CEII/CECI são Unidades Educacionais voltadas à valorização da cultura guarani, é importantíssimo, no âmbito da Formação Continuada, que o uso da língua portuguesa não seja pré-requisito e barreira para a participação plena do coletivo. Por isso, será necessário elaborar, junto com os Guarani, uma dinâmica de apresentação de conteúdos e discussões que efetivamente inclua aqueles que se comunicam exclusivamente em língua mbya. Uma sugestão é recorrer ao apoio dos educadores bilíngues para que estes façam a tradução entre as duas línguas, na interação entre os profissionais não indígenas e os funcionários guarani, algo que já é feito em situações específicas, mas que poderia ser ampliado.

3.3 Avaliação das agentes públicas sobre a Formação Continuada

Como já foi mencionado, a Formação Continuada dos profissionais dos CEII/CECI é oferecida pela SME-SP e conta com a participação das Assistentes Técnico Educacionais da DOT Educação Infantil e do Núcleo de Educação Étnico-Racial, vinculados a essa secretaria, assim como funcionárias das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá. As entrevistas realizadas com as agentes públicas que promoveram ou participaram dessa Formação revelam aspectos importantes do funcionamento dela, permitindo acompanhar o desenvolvimento dessa ação, ao longo dos onze anos de existência do programa.

Nesse sentido, a primeira questão que apresentamos às entrevistadas dizia respeito à avaliação geral da qualidade da Formação Continuada. Suas respostas revelam que metade a avaliou como boa, e a outra metade como média. Isso, considerando etapas que foram realizadas em algum período entre 2004 e 2015 e das quais as entrevistadas participaram.

Em seguida, as agentes públicas foram solicitadas a fazer comentários sobre a realização da Formação Continuada e também a propor ajustes que poderão contribuir para o seu aprimoramento. Nesse sentido, uma das entrevistadas, que atuou junto aos CEII/CECI no período de 2002 a 2004 e, portanto, acompanhou de perto seu processo de criação, informou que a Formação Continuada naquele período foi muito positiva, porque contou com a participação de lideranças políticas e religiosas guarani de várias aldeias no Brasil. Esse trabalho também teve o auxílio de uma equipe de antropólogos, que desenvolveu materiais didáticos com os educadores e acompanhou o início do trabalho pedagógico nos CEII/CECI⁷¹.

Outra profissional que também atuou na implantação dos CEII/CECI afirmou que a Formação Continuada nesse período se pautou em demandas elaboradas coletivamente, com bastante atenção para incorporar os saberes e as orientações gerais apresentadas pelas pessoas mais velhas de cada comunidade. Inclusive, a entrevistada apontou que parte do trabalho de Formação envol-

71 Uma descrição do trabalho realizado por essa equipe e dos materiais produzidos no período encontra-se no capítulo 2, seções 1.1- 2.7.

veu a construção de um coletivo de educadores que articulou os Guarani de três aldeias diferentes: Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu. Ela também explicitou que a Formação Continuada e o trabalho desse coletivo de educadores guarani contribuíram para dar forma às políticas públicas de educação indígena no Município de São Paulo, algo que ela considera que teve continuidade ao longo dos próximos onze anos de existência dos CEII/CECI.

Ainda no que diz respeito à evolução da Formação Continuada no período posterior à criação dos CEII/CECI, é importante destacar que a Formação, assim como as demais ações pertinentes a essas unidades de ensino, foi afetada pelas mudanças decorrentes dos diferentes governos que assumiram a gestão da SME-SP e das DREs. De todo modo, mesmo seguindo orientações e dinâmicas diversas, é possível identificar que os diferentes gestores e funcionários desses órgãos mantiveram como objetivos básicos: 1) consolidar de um programa de Educação Escolar Infantil Indígena; 2) promover o diálogo entre os CEII/CECI e outras escolas da Rede Municipal; 3) realizar ações de Formação Continuada em serviço; 4) viabilizar um curso de Formação Inicial.

Porém, nenhuma das gestões conseguiu, efetivamente, realizar o curso de Formação Inicial. Como uma das entrevistadas ressaltou:

Também penso que o investimento na Formação Continuada é o melhor caminho para se elaborar um Programa de Formação Inicial coerente com as necessidades dessas três comunidades indígenas; um programa sensível às escolhas dos educadores e às necessidades educacionais dos educadores indígenas, que tenha clareza da importância da figura dos mais velhos na educação dos mais novos. (...) Apesar dos recursos disponibilizados a essa formação (contratação de assessoras e compra de equipamentos necessários à instalação da rádio e criação dos blogs), do empenho de todos (indígenas, ação conjunta dos setores DOT-EI, Étnico-Racial e Nas Ondas dos Rádios) e dos objetivos alcançados com a Formação Continuada, os educadores indígenas ainda aguardam o Programa de Formação Inicial para o Magistério Indígena dos Educadores dos CECIs, o que certamente deve causar uma descrença na finalidade desse tipo de formação.

Por outro lado, as entrevistadas destacaram que a Formação Continuada conseguiu atender a importantes demandas, dentre as quais: a valorização da oralidade no trabalho pedagógico; o reconhecimento e a incorporação das práticas de conhecimento guarani à rotina escolar; a construção coletiva de projetos, materiais impressos e audiovisuais e documentos oficiais que contribuíram para a realização desse programa de Educação Escolar Infantil Indígena e também para a relação dos Guarani com diversas instâncias da Rede Municipal de Ensino. Uma das entrevistadas apontou que este foi o caso do Caderno de Orientações Curriculares dos CEII/CECI, publicação bilíngue destinada aos professores das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, que divulga o que os educadores guarani concebem como essencial para um trabalho pedagógico no âmbito da Educação Infantil Indígena. Nesse mesmo sentido, também foi identificada como conquista da Formação Continuada a criação das rádios e dos blogs dos três CEII/CECI.

Ainda no que diz respeito a aspectos positivos da Formação Continuada, foi apontado que os educadores do CEII/CECI Jaraguá participaram das atividades de Formação Continuada destinadas às escolas de Educação Infantil não indígenas vinculadas à DRE Pirituba/Jaraguá. Além de ampliar as oportunidades de Formação dos educadores guarani, essa participação também visava

promover um diálogo maior entre eles e outros profissionais da Educação Infantil Municipal, para que pudessem compartilhar experiências, estratégias e também dificuldades.

O envolvimento de diferentes especialistas em mídias, informática e antropologia também foi destacado como um aspecto positivo da Formação Continuada, contribuindo para a produção de materiais impressos e audiovisuais que puderam ser usados com as crianças dos CEII ou na divulgação de informações sobre as experiências dos CEII/CECI e dos Guarani, de modo geral, para um público mais amplo.

Em termos de problemas identificados pelas entrevistadas, foi indicado que a Formação Continuada apresentou dificuldades resultantes da distância entre as aldeias, fazendo com que problemas de logística e transporte se colocassem como desafios adicionais e prejudicassem uma participação maior das comunidades nos encontros de Formação. A falta de continuidade nas propostas e dinâmicas da Formação Continuada, devida às mudanças de governo, também foi apontada como um problema.

No que concerne a sugestões para a melhoria da Formação Continuada, uma das entrevistadas apontou que a participação dos professores das escolas estaduais guarani no âmbito dos encontros e na definição dos objetivos da Formação Continuada seria muito importante, pois contribuiria para elaborar uma proposta educacional e cultural que atendesse melhor às demandas das comunidades, levando-se em conta não apenas a Educação Infantil, mas também os alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Ainda nesse sentido, uma das entrevistadas afirmou que a Formação Continuada precisa ser um espaço de trocas com outras experiências de Educação Escolar Indígena, de modo que os educadores possam ter acesso a bons modelos de Educação Escolar Indígena e possam refletir sobre seu próprio projeto de educação.

Outra sugestão diz respeito à necessidade de que a Formação Continuada tenha como pauta as demandas que se apresentam no cotidiano dos CEII/CECI, pois, como duas entrevistadas assinalaram, os temas abordados nos encontros de Formação foram relevantes e decididos coletivamente, porém não resultaram em mudanças ou melhorias nas práticas educacionais realizadas nos CEII/CECI. Isso também resultou, segundo uma das entrevistadas e também os relatos dos educadores guarani explicitados anteriormente, do fato de que não tem sido dado tempo suficiente, em cada encontro, para aprofundar satisfatoriamente os temas abordados. Mesmo assim, uma das agentes públicas apontou que as oficinas com experiências práticas foram muito aproveitadas pelos educadores guarani, sendo, posteriormente, incorporadas às atividades com as crianças nos CEII. Isso encontra ressonância nas sugestões dos próprios educadores que expressaram o interesse em terem mais oficinas práticas durante os encontros de Formação Continuada.

As agentes públicas, assim como os Guarani, também afirmaram que problemas relacionados à gestão da ONG responsável pelo repasse de recursos aos CEII/CECI prejudicaram muito o desenvolvimento de atividades pedagógicas decorrentes de conhecimentos e práticas aprendidas na Formação Continuada. Nesse sentido, foram destacadas a falta de materiais para realizar essas atividades, limitações com transporte para a participação dos educadores em diversos eventos e para a coleta de materiais oriundos da mata, e a falta de alimentos específicos à culinária guarani. Com relação a este último aspecto, é importante lembrar que a culinária guarani constitui parte central das práticas de aprendizagem e de desenvolvimento das pessoas.

Outros pontos abordados pelas agentes públicas que também estiveram presentes nas entrevistas com os educadores guarani dizem respeito às condições de participação plena dos Guarani na Formação Continuada. Nesse sentido, uma das agentes públicas observou que o grupo de educadores e coordenadores guarani é muito heterogêneo, em termos de escolaridade e domínio da língua portuguesa, o que fazia com que parte do grupo demonstrasse grande insegurança na interação com os profissionais e especialistas não indígenas. Ela também reconheceu que as dificuldades dos não indígenas em compreender aspectos centrais da cultura guarani, assim como o significado e a importância das demandas apresentadas pelas comunidades, comprometiam a qualidade da Formação Continuada que foi oferecida pela SME-SP.


3.4 Expectativas para o curso de Formação Inicial

As expectativas dos Guarani, quanto ao curso de Formação Inicial, foram abordadas por meio de duas perguntas distintas: uma sobre a Formação de professores e outra sobre a Formação dos coordenadores. Embora o exercício do magistério e a coordenação dos CEII/CECI apresentem demandas diferentes e, portanto, exijam também processos de capacitação profissional específicos, os entrevistados foram unânimes em apontar que o curso de Formação Inicial deve capacitar todos os funcionários dos CEII/CECI, tanto para o exercício do magistério como para a gestão escolar. Cumpre também mencionar que estas perguntas foram apresentadas a todos os entrevistados e não apenas àqueles que trabalham atualmente nos CEII/CECI.

No conjunto de respostas referentes à Formação Inicial, os entrevistados enfatizaram que os Guarani Mbya sempre desenvolveram suas práticas de criação e circulação de conhecimentos sem a necessidade de escolarização, muito menos de um diploma que dê reconhecimento e distinção aos seus sábios. Nesse sentido, seus processos de conhecimento se distinguem dos nossos não apenas em termos de forma e conteúdo, mas também no que concerne aos modos de atribuição de autoridade e prestígio àqueles reconhecidos como sábios. No entanto, o exercício do magistério, no âmbito de instituições escolares, criadas e mantidas pelo poder público, mesmo que sejam reconhecidas como específicas, diferenciadas e interculturais, como é o caso das escolas indígenas no Brasil desde a Constituição Federal de 1988 e das políticas públicas educacionais subsequentes, demanda, por um lado, uma formação específica para a atuação nessas escolas e, por outro lado, mecanismos que reconheçam oficialmente os professores indígenas como profissionais incluídos nos sistemas públicos de ensino.

Os CEII/CECI e os funcionários que neles atuam situam-se nesse novo contexto de oficialização da Educação Escolar Indígena e, desde a criação dessas Unidades Escolares, esses profissionais aguardam por um curso de Formação Inicial específico, como já foi mencionando anteriormente.

A experiência de implementação dos CEII/CECI, nos últimos onze anos, aliada à espera por um curso de Formação Inicial, contribuíram para que os profissionais dos CEII/CECI formassem um conjunto amadurecido de expectativas concernentes à Formação Inicial. Expectativas estas que são baseadas nas demandas que vivenciam cotidianamente no exercício do magistério e na gestão dos CEII/CECI.



Está claro que as diferentes funções exercidas pelos Guarani, no âmbito dos CEII/CECI, colocam demandas de formação específicas. Por isso, já abordamos, em seção anterior, as demandas apresentadas pelos auxiliares de cozinha. Nesta seção, apresentaremos as expectativas de Formação Inicial dos monitores educacionais, monitores de informática e da equipe de coordenação. Cabe ressaltar, entretanto, que apesar de necessitarem de uma formação profissional específica, os auxiliares de cozinha também pretendem participar da Formação Inicial oferecida aos educadores e coordenadores, pois isso lhes permitirá desenvolver novas formas de integrar os conhecimentos da culinária guarani ao projeto pedagógico dos CEII/CECI e, também, lhes dará uma oportunidade de se qualificarem para o exercício do magistério indígena, meta que foi explicitada por vários profissionais que atualmente trabalham na cozinha.

Ainda no que diz respeito à formação dos Guarani para o exercício do magistério e da gestão dos CEII/CECI, os entrevistados foram enfáticos em afirmar a necessidade de incluir no curso jovens que não trabalham atualmente nessas Unidades Escolares, pois a continuidade do programa educacional dos CEII/CECI depende da formação desses jovens, que poderão auxiliar e, futuramente, substituir os educadores atuais. Trata-se também de uma forma de ampliar as oportunidades e perspectivas profissionais dos jovens, oferecendo-lhes um meio de exercer um papel importante no âmbito das suas comunidades. Tal possibilidade pode também contribuir para minimizar os problemas, comuns ao meio urbano (violência, drogas, falta de oportunidades de trabalho), aos quais os jovens guarani não estão imunes.

Outro aspecto destacado pelos entrevistados é a importância de que os responsáveis pela formulação e pela implementação do curso de Formação Inicial participem de reuniões prévias com os educadores e as lideranças guarani para estabelecerem parâmetros gerais concernentes ao curso e à sua realização. Cabe também apontar que cada CEII/CECI tem suas especificidades e que isso precisa ser levado em consideração tanto na elaboração do curso de Formação Inicial, como durante a sua realização.

É possível dividir as expectativas de Formação Inicial em três categorias: a conclusão da escolaridade básica; a aquisição e o aprimoramento de conhecimentos específicos da cultura guarani; a aquisição e o aprofundamento de conhecimentos relativos à pedagogia e à administração escolar.

No que tange à necessidade de uma Formação Inicial que permita aos profissionais dos CEII/CECI concluir a escolaridade básica, já descrevemos anteriormente que estes funcionários possuem níveis variados de escolarização. Portanto, um dos desafios do curso de Formação Inicial será compatibilizar essas diferenças. Nesse sentido, desenvolver uma proposta que tenha por foco os objetivos que os próprios educadores e demais funcionários dos CEII/CECI esperam da educação básica pode contribuir para satisfazer a esse desafio. É nesse sentido que apresentamos, a seguir, as expectativas colocadas por eles.

Os entrevistados explicitaram a necessidade de aprender a ler e escrever ou, no caso daqueles que são alfabetizados, aprimorar essas competências. Associada a isso está a demanda por desenvolver uma proficiência maior no uso da língua portuguesa. Tais habilidades estão relacionadas, segundo as explicações dos entrevistados, às perspectivas de melhorar sua interlocução com diferentes segmentos da população não indígena e ter maiores condições de conhecer e defender seus direitos.

No que tange à comunicação com a população não indígena, cabe salientar que isso abrange um amplo espectro de indivíduos e grupos, tais como: os moradores do entorno das Terras Guarani; alunos, professores e outros profissionais de escolas não indígenas; representantes de diversos órgãos públicos; profissionais da mídia etc. Ainda no âmbito da comunicação com os não indígenas, os entrevistados esperam que o curso de Formação Inicial contribua para a aprendizagem do uso de diferentes tecnologias e meios audiovisuais, ampliando a sua capacidade de produzir materiais escritos e audiovisuais que contribuam para a divulgação de informações sobre sua cultura, suas demandas políticas e as condições de vida que se desenvolvem em cada aldeia. Isso demandaria a realização de um curso de informática e de audiovisual, suplementar aos cursos que já foram oferecidos pela SME-SP. Os profissionais dos CEII/CECI também esperam que, por meio da produção e da circulação desses materiais, possam contribuir para a formação de crianças, jovens e adultos não indígenas e diminuir as diversas formas de discriminação e de violação dos seus direitos vigentes.

Ainda no que diz respeito à aprendizagem da leitura e da escrita, muitos entrevistados expressaram a expectativa de que o curso permita que eles aprimorem o uso da escrita em língua guarani, inclusive, estabelecendo parâmetros para uma padronização da grafia. Uma das educadoras também explicitou que o curso deveria contemplar diferentes exemplos de literatura, em língua portuguesa e guarani (há uma produção escrita considerável no Paraguai, país no qual uma variação da língua guarani é idioma oficial, além de textos produzidos por escritores guarani mbya no Brasil). Porém, os Guarani ressaltaram que a escrita não deve assumir um papel preponderante no curso, em detrimento de outras formas e meios de comunicação. Nesse sentido, consideram fundamental que sejam valorizadas as formas de expressão oral e também a aprendizagem e o uso de diferentes meios computacionais e audiovisuais. Isto é, o uso de diversos meios de comunicação deve ser incorporado à metodologia do curso e, posteriormente, estendido ao cotidiano dos CEII/CECI.

Uma das lideranças entrevistadas apontou que a Formação Inicial deve também capacitar os educadores guarani a atuarem em escolas não indígenas, pois a presença de profissionais indígenas em escolas regulares pode contribuir muito para a implementação da Lei n. 11.645/08, que versa sobre o ensino da história e da cultura dos indígenas, africanos e afrodescendentes, além de subsidiar a disseminação de conhecimentos e práticas que diminuam a discriminação e vários tipos de violência dirigidos a esses grupos.

O segundo conjunto de demandas apresentadas pelos funcionários dos CEII/CECI contempla conhecimentos e habilidades relacionados à pedagogia e à administração escolar. Isso inclui: o planejamento e a organização das atividades escolares; a elaboração de projetos político-pedagógicos; a elaboração de materiais pedagógicos; metodologias de ensino; a produção de registros das atividades desenvolvidas em sala de aula e em outros espaços das aldeias; conhecimentos sobre políticas públicas e a organização do sistema educacional; a coordenação do trabalho pedagógico e gestão escolar.

Os educadores também expressaram a expectativa de que sejam abordados conteúdos relacionados à antropologia, filosofia, psicologia e história, no decorrer do curso, e que os participantes tenham oportunidades de estudar sobre diversas experiências de educação escolar entre

diferentes povos indígenas. Nesse sentido, consideram importante ter aulas em que os educadores reflitam sobre os objetivos da Educação Escolar Indígena e possam comparar modelos indígenas e não indígenas de circulação de conhecimentos. Os conteúdos de história, por sua vez, deverão contribuir para contextualizar o que está acontecendo atualmente com os povos indígenas no Brasil e a relação que isso tem com uma conjuntura mais ampla.

Os entrevistados acreditam que tais conteúdos, assim como aqueles expostos na seção anterior, concernentes à escolarização básica, devam ser ministrados por professores não indígenas, especialistas nestas áreas de conhecimento.

O terceiro conjunto de expectativas dos profissionais dos CEII/CECI abrange conhecimentos e habilidades específicos da cultura guarani. Os educadores e demais funcionários acreditam que é imprescindível para seu trabalho que aprimorem conhecimentos relacionados aos seguintes aspectos: (1) cuidados com as crianças, com atenção específica ao seu desenvolvimento físico e à sua inserção na vida cultural, social e política guarani; (2) os diversos seres (plantas, animais e seus respectivos “donos”) encontrados na mata atlântica, seus modos de vida, as formas de se relacionar com eles e seu papel no âmbito das tradições orais guarani; (3) formas de manejo e gestão das áreas que constituem as Terras Guarani; (4) a produção de diversos artesanatos, ferramentas e instrumentos guarani, assim como os modos corretos de coleta dos materiais necessários para a confecção destes; (5) técnicas de plantio e usos dos cultivos; (6) o preparo da culinária guarani e o papel da alimentação na organização social e no desenvolvimento das pessoas; (7) atividades específicas dos homens e das mulheres guarani, assim como as atividades que são pertinentes a cada faixa etária; (8) a história das aldeias e das famílias guarani; (9) narrativas concernentes à origem do mundo e dos seres que habitam as moradas terrestres e celestes; (10) outras formas expressivas, tais como danças e cantos; (11) as experiências das lideranças guarani na defesa dos direitos relacionados à terra, à saúde, à educação, à cultura etc.

Nesse sentido, os entrevistados assinalaram que é fundamental, no curso de Formação Inicial, a presença de sábios e lideranças políticas e religiosas guarani de diversas aldeias e não apenas das aldeias da capital paulista. Mais do que isso, explicitaram que essas pessoas devem participar da elaboração do curso e ser consultadas sobre quais conhecimentos devem compor a grade curricular dele. Essas pessoas sábias também são referências fundamentais na definição do que deve ser ensinado às crianças nos CEII/CECI e os meios para desenvolver essa aprendizagem com êxito. Portanto, para garantir a participação dos sábios e das lideranças guarani no âmbito da Formação Inicial, os entrevistados sugeriram que tais pessoas fossem contratadas como docentes ou palestrantes do curso. Ainda nesse sentido, um dos entrevistados sugeriu que os participantes do curso desenvolvam pesquisas sobre os conhecimentos dos mais velhos e criem atividades pedagógicas para as crianças, a partir do que aprenderem nessas pesquisas.

É também muito importante para os Guarani que estudam e trabalham nos CEII/CECI que o trabalho pedagógico seja respaldado e apoiado pelos Guarani de outras aldeias, fortalecendo, assim, a inserção das crianças dos CEII/CECI nas dinâmicas mais abrangentes de circulação de conhecimentos e atividades de ordem social, política e cultural desenvolvidas pelos Guarani. Essa articulação é concebida como uma forma de garantir o desenvolvimento efetivo

de um programa de Educação Escolar Indígena específica e diferenciada, conforme estabelecido na legislação e reivindicado pelas comunidades em que os CEII/CECI estão inseridos.

Os entrevistados sugeriram que a maior parte do curso seja realizada nas aldeias guarani, inclusive, naquelas localizadas no litoral paulista e no vale do Ribeira, possibilitando que os educadores aprendam mais sobre a cultura guarani em atividades práticas realizadas na mata e nas áreas de plantio. Um dos entrevistados ressaltou:

Não é possível aprender só no diálogo, os professores também precisam aprender mais sobre a cultura guarani na prática. Por exemplo, na dança do xondaro, não adianta só saber que é uma dança dos Guarani para tornar o corpo leve, é necessário aprender a fazer.

Os educadores apontaram também que a Formação Inicial deve contar com etapas em que as propostas e atividades desenvolvidas no curso sejam realizadas com as crianças dos CEII/CECI. Assim, os educadores poderão avaliar em que medida essas atividades contribuem para o aprendizado das crianças.

A proposta de que a maior parte do curso seja realizada nas aldeias foi defendida não apenas como uma forma de valorizar a prática dos docentes nas aldeias e os conhecimentos dos mais velhos, mas também para evitar os problemas que ocorreram na formação dos professores do estado, quando frequentaram a universidade e passaram muito tempo na cidade.

Na análise das expectativas supracitadas, fica nítido que o curso de Formação Inicial é considerado uma experiência importante que possibilitará (1) o encontro e o diálogo dos educadores com as pessoas sábias que são referências para as suas comunidades; (2) a conclusão da escolarização dos funcionários dos CEII/CECI; (3) a capacitação desses profissionais para atuarem nas escolas guarani de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, permitindo seu reconhecimento oficial como professores indígenas, com direitos compatíveis aos demais educadores da Rede Municipal de Ensino de São Paulo; (4) que os Guarani assumam com autonomia a coordenação dos CEII/CECI.

3.5 Comentários das agentes públicas sobre a Formação Inicial

Como já foi mencionado, a demanda por um curso de Formação Inicial existe desde a criação dos CEII/CECI, algo que também foi reiterado nas entrevistas com as agentes públicas. Inclusive, aquelas que participaram do processo de criação dessas unidades apresentaram informações que permitem contextualizar essa demanda. Por exemplo, uma das entrevistadas explicitou que a contratação inicial dos monitores educacionais dos CEII/CECI se deu por meio de um processo seletivo realizado pelas próprias comunidades guarani, as quais, segundo a entrevistada, indicaram pessoas que eram reconhecidas por possuírem conhecimentos aprofundados da cultura.

De acordo com as entrevistadas que acompanharam esse processo, a contratação formal das pessoas indicadas pelas comunidades esbarrou em problemas de ordem burocrática e legal, sobretudo devido ao fato de que a maioria delas não possuía a documentação e a formação

requisitadas para o ingresso na carreira docente via concurso público. Por isso, uma das gestoras da SME-SP afirmou que foi avaliada a possibilidade de criar um concurso específico para os educadores guarani. Porém, esta proposta, retomada também posteriormente por outras gestoras, não se concretizou.

Diante disso, a solução encontrada foi a criação de um curso de Formação Inicial em serviço que permitisse aos educadores guarani concluírem a escolaridade requisitada para a sua efetivação como professores da Rede Municipal de Ensino e que também os habilitasse para o exercício do magistério em escolas indígenas. Nesse sentido, o curso de Formação Inicial foi entendido, naquela época e ainda no presente, como condição para a criação, no âmbito do município, de um cargo de professor indígena, possibilitando, assim, o reconhecimento oficial desses profissionais e assegurando a eles os mesmos direitos que são estendidos aos demais educadores da Rede Municipal.

Segundo dados apresentados por uma das gestoras atuais da SME-SP, um levantamento realizado com 33 educadores dos CEII/CECI revelou que 23 não concluíram o Ensino Fundamental. No entanto, a mesma entrevistada reconhece que, ao longo destes anos, houve várias tentativas, por parte dos educadores indígenas, de buscar a conclusão de seus estudos nas escolas do entorno. Ela aponta que essas tentativas não foram exitosas por diversos fatores, inclusive: a distância das aldeias, a falta de transporte e a inadequação do sistema educacional para trabalhar com alunos indígenas, no âmbito dos programas de educação escolar regulares.

Nesse contexto, está em trâmite, na SME-SP, uma proposta de curso de Formação Inicial que visa permitir que 45 educadores dos CEII/CECI concluam sua escolaridade, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, e que os habilite formalmente para o exercício da docência na modalidade de Educação Escolar Infantil Indígena. Entretanto, cabe salientar que isso não contempla a demanda dos Guarani para que o curso forme também jovens que não trabalham atualmente nos CEII/CECI, preparando-os para darem continuidade futura ao programa. Ainda de acordo com a proposta em trâmite:

O curso deverá proporcionar uma formação para que os educadores Guarani se tornem agentes no processo de elaboração e aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico de suas Unidades Educacionais, em conjunto com suas comunidades, atendendo suas expectativas em relação à educação escolar infantil indígena, organizando proposta curricular e calendário que sejam específicos e diferenciados, conforme a legislação vigente; propiciar o estudo da língua Guarani e o desenvolvimento da escrita nessa língua, pelos educadores indígenas, com o objetivo de garantir a presença da língua materna ao longo de todo o processo educacional; propiciar o domínio da língua Portuguesa, na sua modalidade oral e escrita, bem como a compreensão e interpretação da variedade de fontes escritas e de discursos, para que estes se tornem leitores e escritores autônomos e competentes; propiciar conhecimentos que fortaleçam a participação dos Guarani na sociedade brasileira, com melhores condições de gerir e defender o seu território, seus interesses e direitos, uso adequado e conservação dos recursos naturais, busca de alternativas econômicas autossustentáveis, maior controle social das políticas públicas e melhoria da qualidade de vida. Tais conhecimentos deverão contribuir para ampliar a sua capacidade de atuação sobre a realidade; propiciar uma formação com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas do povo Guarani; produção de materiais, impressos e audiovisuais sobre o percurso e processo de produção do conhecimento e pesquisa dos participantes do curso para compor o acervo dos CECIs e da SME.

Com relação à Formação Inicial dos coordenadores dos CEII/CECI, uma das entrevistadas sugeriu que eles, assim como todos os educadores guarani, tenham acesso à Formação Inicial, que consta do termo de Cooperação Técnica firmado entre o município e o Estado de São Paulo, de modo que possam assumir as funções inerentes aos cargos de gestores dos CEII/CECI e tenham direito ao concurso público de provas e títulos, conforme assegura a legislação federal. Ela também apontou a necessidade de haver uma Formação constante para que os educadores e coordenadores guarani façam a gestão de recursos financeiros repassados às escolas, por meio de programas como o Programa de Transferência de Recursos Financeiros às Associações de Pais e Mestres das Unidades Educacionais da Rede Municipal Direta de Ensino (PTRF) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Segundo a entrevistada, que atuou junto aos CEII/CECI na gestão anterior à atual, essas atribuições administrativas constituem um grande desafio para os Guarani e dificultam sua autonomia frente aos demais funcionários da Rede.

4. Propostas para a formação dos profissionais não indígenas envolvidos nos CEII/CECI

Quando perguntados sobre a Formação Inicial e a Formação Continuada, grande parte dos entrevistados também falou da necessidade de haver uma Formação específica para os profissionais não indígenas que atuam na gestão dos CEII/CECI e na implementação de políticas voltadas ao programa. Isto porque os entrevistados têm ciência de que os cursos de Formação de profissionais da área de educação não costumam contemplar informações sobre povos indígenas e a Educação Escolar Indígena. Por outro lado, é também importante reconhecer que o trabalho cotidiano com os Guarani oferece experiências de aprendizagem profissional e geral que dificilmente seriam abordados no âmbito de um curso de Ensino Superior, algo que foi destacado nas entrevistas com as agentes públicas que atuam ou atuaram com os Guarani na implementação dos CEII/CECI.

Ainda no que diz respeito aos profissionais não indígenas que atuam com os Guarani, das 10 agentes públicas entrevistadas no decorrer desta pesquisa, 8 afirmaram que não tiveram uma formação específica que as habilitasse para a atuação junto a escolas indígenas, isto tanto no Ensino Superior, como nos cursos que realizaram em serviço. Em vez disso, elas aprenderam a lidar com as demandas pedagógicas e administrativas específicas dos CEII/CECI na convivência com os educadores e as comunidades guarani. No entanto, cabe mencionar que duas entrevistadas afirmaram que, já no Ensino Superior e, posteriormente, em cursos de especialização e pós-graduação, direcionaram a sua formação para o estudo de questões relacionadas aos povos indígenas. Nesse sentido, uma análise da Formação Inicial e Continuada das profissionais não indígenas que atuam junto aos CEII/CECI revela que o acesso a informações concernentes a povos indígenas e à Educação Escolar Indígena não está assegurado nas instituições de Ensino Superior ou, tampouco, nos cursos de capacitação em serviço oferecidos pelo poder público. Ao contrário, o acesso a essas informações se dá mediante a procura, por vezes árdua e pouco valorizada, de uma parcela dessas profissionais.

No sentido de contribuir para o aprimoramento do trabalho desenvolvido pelos profissionais de educação não indígenas e melhorar a interlocução que estabelecem cotidianamente com os educadores e outras lideranças guarani, os entrevistados propuseram desenvolver ações de Formação

especificamente voltadas a esses profissionais. Trata-se de uma tentativa de apresentar, de forma organizada, alguns aspectos centrais da realidade dos Guarani na Cidade de São Paulo. Nesta direção, foi proposta a realização de um curso específico, organizado e ministrado pelos educadores dos CEII/CECI e pelas lideranças das aldeias na capital paulista, com a participação pontual de antropólogos, linguistas e outros especialistas não indígenas. Nesse curso seriam abordados temas como:

1. as práticas de mobilidade e territorialidade guarani;
2. o estado atual dos processos de regularização fundiária das Terras Guarani na capital paulista;
3. as experiências das lideranças guarani na garantia de direitos relacionados à educação, à saúde e à cultura;
4. o papel das lideranças políticas e religiosas na organização da vida social e política nas aldeias;
5. as práticas tradicionais de criação e circulação de conhecimentos guarani;
6. o papel da alimentação guarani na organização sociocultural e no desenvolvimento das pessoas;
7. as concepções guarani sobre a infância e a aprendizagem das crianças guarani, no âmbito das esferas social, cultural e política.

Considerando a alta rotatividade de funcionários não indígenas atuantes na gestão dos CEII/CECI, foi sugerido que o curso seja filmado e que sejam produzidos materiais escritos e audiovisuais que poderão subsidiar a Formação de futuros funcionários que venham a trabalhar nas aldeias. Também foi sugerido que profissionais vinculados a outras instituições que também atuam nas aldeias, por exemplo, das diversas Secretarias Municipais e Estaduais e do Poder Judiciário, sejam convidados a participar desse curso.

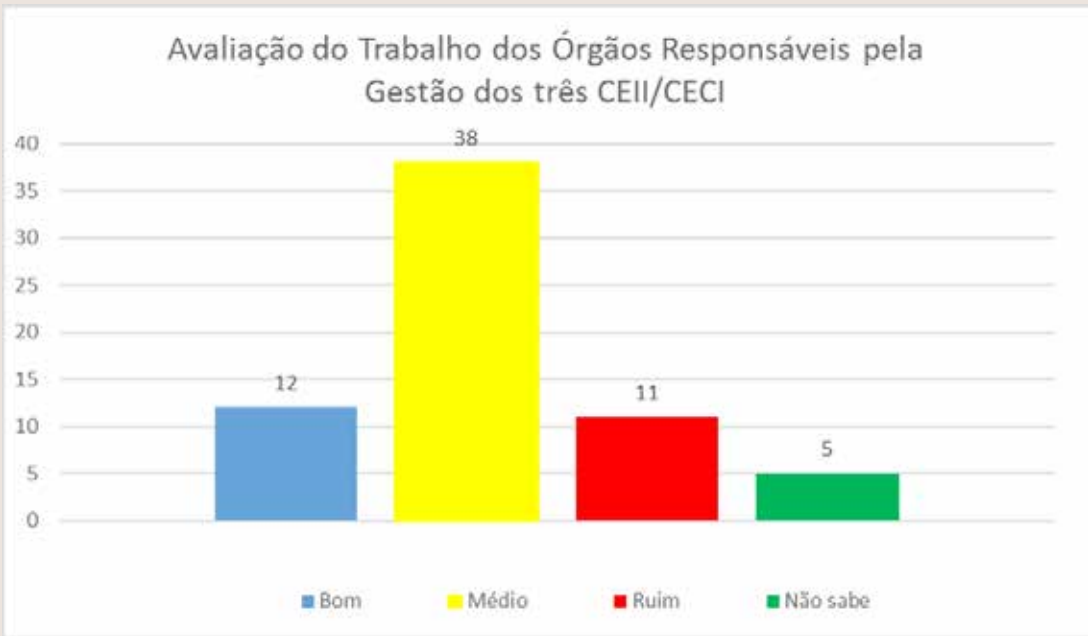
As agentes públicas que atuaram nos CEII/CECI nestes onze anos também propuseram ações que podem contribuir para a Formação dos profissionais não indígenas. Nesse sentido, explicitaram a necessidade de capacitar os profissionais não indígenas para a implementação da legislação pertinente à Educação Escolar Indígena, sobretudo, na interação com a Rede Municipal de Ensino, o Tribunal de Contas do Município e as demais secretarias da administração pública, envolvidas na garantia dos direitos das crianças na Cidade de São Paulo. Como uma das entrevistadas comentou, é necessário haver uma política educacional que oriente as ações que são desenvolvidas junto aos diversos grupos que constituem a população do município, sejam estes indígenas, afrodescendentes, ciganos, imigrantes etc. Uma das gestoras educacionais também afirmou que é preciso incorporar, aos cursos de pedagogia e licenciatura, conteúdos referentes aos povos indígenas e às relações étnico-raciais.

5. Avaliação e expectativas concernentes ao trabalho realizado pelos órgãos responsáveis pela gestão dos CEII/CECI

Durante as entrevistas, todos os funcionários dos três CEII/CECI, as lideranças guarani e os familiares de alunos foram solicitados a fazer uma avaliação da atuação dos órgãos responsáveis pela gestão dos CEII/CECI. Estes órgãos são: a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), as Diretorias Regionais de Educação (DREs) Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá e a ONG Opção Brasil, que atuou como Órgão Gestor dos três CEII/CECI⁷².

O próximo gráfico apresenta a avaliação geral da atuação desses órgãos. Percebe-se que, dos 66 entrevistados, a maioria (38 pessoas; 57,6%) considera que a atuação desses órgãos é média, 12 entrevistados (18,2%) avaliaram-na como boa, 11 pessoas (16,6%) como ruim e 5 entrevistados (7,6%) não souberam responder. Não houve diferenças significativas entre as respostas dadas por moradores de aldeias diferentes, ou quando analisamos estes dados, com base na função que os entrevistados exercem nos CEII/CECI ou no papel que desempenham nas comunidades. No entanto, chama a atenção que três, das cinco pessoas que não souberam avaliar a atuação desses órgãos, são funcionárias dos CEII/CECI.

Gráfico 21



Ao comentarem a atuação desses órgãos e avaliarem o trabalho específico de cada um deles, os entrevistados informaram que não está claro para eles quais são as responsabilidades específicas de cada órgão. Seria, portanto, necessário que os funcionários dos CEII/CECI, assim como as lideranças das comunidades, fossem informados sobre o funcionamento de cada um desses órgãos e quais são suas atribuições.

⁷² No início de 2016, essa ONG foi substituída por outras entidades, porém a pesquisa teve por objetivo avaliar o trabalho desenvolvido na gestão dos CEII/CECI até 2015. Portanto, as informações contidas neste relatório se referem à atuação das ONGs IDETI (2004-2011) e Opção Brasil (2011-2015).

Alguns entrevistados enfatizaram que os profissionais da SME-SP DOT Educação Infantil e das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá, com quem eles têm contato mais constante, desenvolvem seu trabalho com muita dedicação e esforço, embora reconheçam que o trabalho desses profissionais frequentemente esbarra em dificuldades relacionadas à estrutura burocrática do sistema de educação e dos órgãos públicos, de modo geral. Houve também uma queixa generalizada de que os funcionários dos CEII/CECI responsáveis pelas atividades de coordenação enfrentam muitas dificuldades e discriminação quando precisam ser atendidos por outros setores da SME-SP, que não a DOT Educação Infantil e o Núcleo de Educação Étnico-Racial.

Os entrevistados também explicitaram que precisa haver uma comunicação mais eficaz desses órgãos com os CEII/CECI e também dos órgãos entre si, pois há a percepção de que muitas informações e solicitações se perdem nesses processos de comunicação entre os órgãos. Há também bastante preocupação quanto à rotatividade dos profissionais que atuam nessas instâncias. Os funcionários dos CEII/CECI afirmaram que essa rotatividade prejudica bastante a continuidade dos programas e das propostas educativas e culturais. Há também a percepção de que as decisões tomadas, após longo processo de discussão entre esses gestores não indígenas e as comunidades, não são executadas em razão dessa descontinuidade ou por problemas específicos de cada órgão. De todo modo, esses problemas nem sempre são comunicados ou explicados aos funcionários dos CEII/CECI. Os entrevistados também apontaram a necessidade de terem informações sobre quem é responsável por cada ação dentro desses órgãos e quem deve ser procurado para resolver as questões específicas que surgem no cotidiano dos CEII/CECI.

Ainda no que diz respeito à avaliação geral do trabalho desses órgãos de gestão, os entrevistados ressaltaram que é fundamental que os representantes da SME-SP, das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá e da ONG conveniada respondam às solicitações que são feitas, pois mesmo nos casos em que essas solicitações não podem ser atendidas ou em que há um prazo para atendê-las, os funcionários dos CEII/CECI, sobretudo aqueles que atuam na administração, precisam receber informações claras sobre esses prazos, os procedimentos necessários para atender à solicitação ou os motivos pelos quais a solicitação não pode ser atendida.

Apesar de a avaliação e as demandas acima explicitadas se referirem às três instâncias de gestão dos CEII/CECI, os entrevistados apontaram aspectos que são específicos à atuação de cada órgão. No caso da SME-SP, eles explicitaram a importância da realização do curso de Formação Inicial. Também afirmaram que, quando há reuniões na SME-SP, é imprescindível que sejam providenciados recursos para que os funcionários possam participar dessas reuniões. Inclusive, é muito importante que as providências para o deslocamento de funcionários dos CEII/CECI sejam estabelecidas com antecedência para que eles possam organizar a sua participação nos encontros, sobretudo, levando em conta que esses funcionários são encarregados pelas comunidades de comunicar as demandas coletivas e também de trazer informações de volta para a comunidade sobre esses encontros. Portanto, além de condições necessárias para o deslocamento até as reuniões, os funcionários apontaram que precisam ter informações claras sobre a pauta das reuniões para que possam atender às suas responsabilidades, junto às suas comunidades, com maior eficácia.

No que diz respeito ao trabalho desenvolvido pela ONG Opção Brasil, Órgão Gestor conveniado, convém reiterar que ela é responsável pelo pagamento dos salários dos funcionários dos CEII/CECI e pela aquisição de materiais para as atividades pedagógicas e alimentos específicos

da culinária guarani, entre outras atribuições. Em referência a essa ONG, todos os entrevistados guarani, inclusive aqueles que não trabalham nos CEII/CECI, enfatizaram a importância de regularizar o pagamento dos salários dos funcionários dos CEII/CECI.

Nesse sentido, além de o pagamento ser um direito desses profissionais, os atrasos no recebimento trazem inúmeros prejuízos não só aos funcionários, mas a uma ampla rede de pessoas que dependem diretamente desses recursos. Segundo o levantamento que realizamos, os salários de 54 funcionários dos CEII/CECI Jaraguá Tenonde Porã e Krukutu sustentam 387 pessoas, o que significa que cada salário é distribuído, em média, por 7 pessoas. Porém, a divisão real de recursos varia muito, pois há funcionários que dividem seu salário com 2 pessoas, enquanto outros são responsáveis por sustentar até 25 pessoas. A circulação desses recursos financeiros está fortemente associada ao papel que o funcionário exerce na comunidade, sendo que as principais lideranças são responsáveis pelo sustento de um número maior de parentes.

Considerando um universo de aproximadamente 1.600 pessoas, equivalente à população estimada das TIs Jaraguá e Tenonde Porã, é possível observar que quase 25% desta população depende diretamente dos salários recebidos pelos funcionários dos CEII/CECI. Também cabe apontar que grande parte deste contingente é formado por crianças. Tendo em vista a importância que os salários dos funcionários dos CEII/CECI representam na distribuição de recursos nas TIs Jaraguá (aldeias Pyau, Ytu e Itakupe) e Tenonde Porã (aldeias Tenonde Porã, Krukutu, Yyrexakã, Guyrapaju, Kalipety), atrasos no pagamento têm acarretado graves consequências que atingem uma ampla parcela da população. Estes prejuízos incluem o endividamento das famílias guarani e o consequente aumento nos valores que são devidos. Porém, o problema mais grave é a impossibilidade de comprar itens básicos à sobrevivência, sobretudo, comida. Em função disso, os entrevistados relataram que eles e seus familiares estão passando por situações de penúria, minimizada, mas não sanada, pela possibilidade que as crianças, as gestantes e os funcionários dos CEII/CECI têm de se alimentarem com as refeições servidas nessas escolas.

Os problemas identificados na gestão da ONG conveniada não se restringem ao pagamento de salários, pois os entrevistados explicaram que, há muito tempo, ela não fornece materiais para as atividades pedagógicas, alimentos específicos da culinária guarani e os materiais básicos para o funcionamento dos CEII/CECI, incluindo produtos de higiene, embora não esteja claro se a compra de produtos de higiene é responsabilidade da ONG conveniada ou de outra instância de gestão dos CEII/CECI. De todo modo, a falta de materiais pedagógicos tem inviabilizado a execução da proposta pedagógica dos CEII/CECI, obrigando os funcionários a limitarem as atividades que são desenvolvidas com as crianças e a trabalharem numa dinâmica de improviso, contrariando o planejamento cuidadoso que a Educação Escolar Infantil demanda. Por outro lado, a falta de materiais para as atividades pedagógicas também afeta a frequência das crianças nos CEII/CECI, pois o não oferecimento de atividades diversificadas desestimula a sua participação e prejudica a aprendizagem dessas crianças.

Os entrevistados apontaram que a realização das atividades pedagógicas e culturais dos CEII/CECI demanda também o transporte para a coleta de materiais específicos em outras aldeias e na mata da TI Tenonde Porã. Esses materiais, usados na confecção de diversos artesanatos, são volumosos e precisam ser coletados em quantidade suficiente para o uso coletivo nos CEII/CECI, portanto, precisam ser transportados num carro ou caminhonete.

Os funcionários dos CEII/CECI acreditam que a sua contratação pela SME-SP e o repasse direto de recursos, por parte da SME-SP e das DREs, sem a intermediação de uma ONG conveniada, poderiam evitar esses problemas. No entanto, no contexto atual, em que a gestão dos CEII/CECI é intermediada, os entrevistados solicitaram que as DREs e a SME-SP acompanhem mais de perto a gestão da ONG, a aplicação de recursos, a prestação de contas e também contribuam na interlocução dos funcionários dos CEII/CECI com a ONG, para que sejam garantidos todos os itens constantes do contrato estabelecido com a ONG.

5.1 Avaliação das agentes públicas sobre o trabalho realizado pelos órgãos responsáveis pela gestão do CEII/CECI

A avaliação que as agentes públicas fizeram do trabalho realizado pelos órgãos responsáveis pela gestão dos CEII/CECI é muito esclarecedora, pois reflete a análise e as experiências de profissionais que atuaram nestes mesmos órgãos. Portanto, nesta seção do texto, apresentamos uma análise dessa avaliação, a começar pelos comentários referentes à atuação das DREs, em seguida da SME-SP e, depois, do órgão gestor dos CEII/CECI.

No que diz respeito à atuação das DREs Capela do Socorro e Pirituba/Jaraguá, quatro entrevistadas avaliaram-na como boa, duas como média, duas como ruim e uma não soube responder. Outra agente pública especificou que o apoio das DREs aos CEII/CECI mudou muito conforme o governo que assumiu a gestão delas e da SME-SP. De acordo com essa entrevistada, quando os CEII/CECI foram criados, as DREs tiveram uma atuação incisiva para a implantação do programa. Na gestão posterior, a mesma entrevistada identifica que algumas políticas foram suspensas, inclusive o transporte de funcionários das DREs para as aldeias ou dos Guarani para as DREs, o que prejudicou muito a dinâmica de trabalho e o acompanhamento das atividades pedagógicas e demandas dos CEII/CECI. No entanto, com a nova mudança de gestão, no governo atual, a agente pública assinala que as DREs voltaram a investir em medidas de apoio aos CEII/CECI, estabelecendo um transporte definitivo para a locomoção de funcionários das DREs que atuam nas aldeias e a ampliação da alimentação fornecida aos CEII/CECI (alimentos para as mães dos alunos e leite para os recém-nascidos).

Os comentários dessa funcionária pública são corroborados por outra entrevistada que acompanhou o trabalho de gestão dos CEII/CECI no governo anterior. Esta mesma agente pública afirmou que a atuação das DREs, com relação aos CEII/CECI, foi negligente naquele período, dificultando a implementação efetiva das políticas necessárias ao funcionamento dessas unidades de ensino.

Outra agente pública também destacou a importância das medidas tomadas atualmente pelas DREs na consolidação dos objetivos dos CEII/CECI. Nesse sentido, ela observou que:

A DRE Pirituba tem uma relação boa com a comunidade indígena do Jaraguá, com visitas frequentes do Diretor Regional à aldeia. A disponibilidade de veículos para o transporte de funcionários indígenas até essa DRE facilita a participação deles nos assuntos relativos ao CEII/CECI. Acredito que essa frequência de visitas de indígenas à DRE deve aumentar, e todos os setores da DRE que têm interlocução com a unidade educacional deveriam ter um funcionário de referência para tratar com seus representantes. Muitos setores já o fazem, com sucesso.

Apesar de identificar ações da DRE Pirituba/Jaraguá que têm impacto positivo no CEII/CECI Jaraguá, essa mesma entrevistada já havia assinalado que a supervisão técnica de ensino, realizada por funcionária de carreira dessa DRE, não é satisfatória, no que concerne ao acompanhamento das atividades pedagógicas desse CEII/CECI. Esse problema também foi apontado por outra gestora.

Outras agentes públicas fizeram comentários específicos sobre a atuação da DRE Capela do Socorro. Nesse sentido, uma agente pública admite que houve muita alternância de gestão nessa DRE, o que dificultou a continuidade e o êxito de ações relacionadas aos CEII/CECI. Porém, outra entrevistada apontou que a gestão atual dessa DRE tem apoiado mais as ações pertinentes aos CEII/CECI, em diálogo com diversos setores.

No que diz respeito à avaliação geral do trabalho realizado pelas DREs, uma agente pública apontou que, devido às dificuldades que os funcionários dos CEII/CECI ainda apresentam em relação à burocracia que organiza o trabalho de uma escola de Educação Infantil da Rede Municipal, falta empenho das DREs, no que diz respeito à disponibilidade de funcionários que apoiem os Guarani no enfrentamento de questões burocráticas. Segundo a entrevistada, essas questões incluem: o uso de verbas e a prestação de contas; o acompanhamento da ONG responsável pela gestão dos CEII/CECI, a aquisição de insumos e materiais pedagógicos e da cozinha; o cotidiano administrativo.

Em outros comentários sobre o trabalho desenvolvido pelas DREs, uma das entrevistadas ressaltou que a estratégia de manter funcionárias da DRE para atuar com as comunidades cotidianamente foi importante para assegurar a continuidade dos serviços, o acompanhamento das ações dos CEII/CECI e o vínculo dessas Unidades Educacionais com a política educacional em curso na cidade. Cabe apontar que as funcionárias às quais a entrevistada se refere são aquelas designadas pelas DREs para fazerem a supervisão diretamente nos CEII/CECI, trabalho ao qual nos dedicamos em seção anterior deste capítulo (seção 2.4). No entanto, a mesma agente pública afirma que não houve, por parte dos órgãos oficiais (SME-SP e DREs), medidas institucionais que valorizassem o trabalho dessas profissionais ou, tampouco, algum incentivo funcional.

Duas entrevistadas enfatizaram a necessidade de haver uma formação específica para profissionais das DREs que atuam junto aos CEII/CECI. Uma delas também indicou que os programas desenvolvidos pelas DREs precisam ser articulados com outras instâncias da administração municipal, para que seja possível desenvolver uma política de atendimento integral às demandas das comunidades indígenas no município. Sem esse trabalho intersetorial, as ações educacionais ficam muito limitadas, pois seu êxito depende também de medidas concernentes às áreas da saúde, cultura, meio ambiente e saneamento.

Nos casos da atuação da SME-SP, em relação aos CEII/CECI, a análise das avaliações revela que duas entrevistadas a consideram boa, seis a consideram média, uma a avaliou como ruim e outra não respondeu.

As entrevistadas também apresentaram comentários sobre essa atuação. No que segue, apresentamos uma análise dessa avaliação, a começar pelos aspectos positivos. Nesse sentido, uma das entrevistadas apontou que uma das qualidades positivas da atuação da SME-SP, no decorrer desses onze anos, foi a realização ininterrupta da Formação Continuada, oferecida aos profissionais guarani dos CEII/CECI. Ela acrescentou que a proposta dessa formação sempre foi definida coletivamente, valorizando as expectativas e experiências das lideranças guarani.

Ainda no que diz respeito aos impactos positivos da atuação da SME-SP, uma das entrevistadas afirmou que a SME-SP está buscando uma articulação maior com outras Secretarias da Prefeitura de São Paulo, o que atenderá melhor à demanda por políticas integradas. Outra agente pública salientou que a SME-SP mantém um canal de comunicação aberto com os educadores dos CEII/CECI e procura dar visibilidade ao trabalho realizado nos CEII/CECI, por via da divulgação no restante da Rede Municipal de Ensino.

Por outro lado esta atuação, também apresenta uma série de problemas assinalados pelas entrevistadas. Um dos principais problemas identificado foi a incapacidade de a Secretaria de Educação viabilizar, de fato, o curso de Formação Inicial dos educadores guarani, ponto que já foi abordado anteriormente neste relatório. Outro aspecto problemático está relacionado à alternância de gestão na Secretaria, a cada troca de governo. Embora este seja um aspecto inerente a todo Estado democrático, as entrevistadas apontaram que é necessário criar meios para garantir a continuidade das ações implementadas, para que seja possível desenvolver uma política educacional contínua e coerente com os objetivos dos CEII/CECI.

Três entrevistadas salientaram que, a despeito do empenho de alguns setores da SME-SP, a política de Educação Escolar Indígena não tem sido tratada como uma prioridade dos diferentes governos que assumiram a prefeitura, após a criação dos CEII/CECI. Uma agente pública ressaltou que, sem investimentos institucionais na consolidação dessa política, o trabalho pedagógico dos diversos profissionais envolvidos fica inviável. Outra entrevistada identificou a falta de atenção para com os Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI), aos quais os CEII estão vinculados:

Devido à gestão anterior, em que o CECI enquanto Centro de Educação e Cultura foi ignorado, isto causou internamente na SME um olhar equivocado quanto aos serviços que deviam ser oferecidos nos CECIs, assim, as propostas de atuação junto aos indígenas ficaram muito vulneráveis.

Ela destacou também que esse problema dificultou o trabalho dos profissionais da SME-SP diretamente responsáveis pelos CEII/CECI, que, não obstante a falta de apoio, se empenhavam em buscar caminhos institucionais para construir uma política específica e diferenciada para esses centros de ensino e cultura.

Nessa mesma direção, outra agente pública observou que a Coordenadoria dos Centros de Educação Unificada (CEUs), responsável por ações voltadas aos CEUs, começou a atuar junto aos CEII/CECI no desenvolvimento de ações culturais, porém essa integração ainda é incipiente. A mesma entrevistada também comentou que o Núcleo de Educação para as Relações Étnico-Raciais (anteriormente, DOT Étnico-Racial) é bastante ativo, porém sua função nos CEII/CECI é limitada ao acompanhamento e à orientação. Ademais, essa agente pública avaliou que o setor de Educação Infantil, ao qual os CEII estão oficialmente vinculados, tem tido dificuldade para implementar novas ações de atendimento às demandas educacionais dos Guarani.

Outro problema identificado pelas entrevistadas se refere ao acompanhamento que a SME-SP faz do trabalho realizado pela ONG responsável pela gestão dos CEII/CECI, pois esse acompanhamento se mostrou incapaz de evitar e corrigir as dificuldades sérias apresentadas pela ONG na administração dos CEII/CECI e no repasse de recursos para a realização de atividades pedagógicas e culturais.

Na avaliação que as entrevistadas fizeram da atuação dessa ONG junto aos CEII/CECI, ficou nítido que grande parte da responsabilidade por esses problemas é atribuída à própria ONG, porém, há o reconhecimento, por parte das agentes públicas e dos Guarani, de que é necessário um envolvimento maior da SME-SP e das DREs no apoio e na supervisão das ONGs conveniadas.

No que segue, apresentaremos uma análise da avaliação do trabalho realizado pelas ONGs que atuaram como órgãos gestores dos CEII/CECI. Cabe apontar, mais uma vez, que os CEII/CECI tiveram dois órgãos gestores: o Instituto de Tradições Indígenas (IDETI), de 2004 a 2011, e a Opção Brasil, de 2011 ao final de 2015. Também convém apontar que quatro agentes públicas tiveram a oportunidade de acompanhar o trabalho realizado por essas duas ONGs; uma acompanhou apenas o trabalho desenvolvido pelo IDETI, enquanto quatro atuaram exclusivamente no período de gestão da Opção Brasil.

Com relação à atuação do IDETI, o primeiro órgão gestor dos CEII/CECI, as entrevistadas informaram que essa ONG firmou um convênio com a SME-SP em junho de 2004, após a inauguração dos CEII/CECI. Segundo as entrevistadas, o IDETI, coordenado por lideranças de diversos povos indígenas, realizou um trabalho sério e responsável de gestão, contribuindo para a implementação inicial do programa, de acordo com as demandas e expectativas das comunidades guarani. No entanto, essa ONG deixou de existir, interrompendo o convênio com a SME-SP.

Após esta interrupção, a ONG Opção Brasil assumiu a gestão dos três CEII/CECI, em 2011. Cabe apontar que as entrevistas concernentes à avaliação do trabalho realizado pelos órgãos gestores, assim como os demais itens desta pesquisa, contaram com a participação de duas pessoas que trabalharam diretamente na Opção Brasil⁷³, porém uma delas preferiu não emitir comentários específicos sobre o trabalho da ONG. A outra informou que:

A Opção Brasil já vinha de atuação em política indigenista há mais de 10 anos. Sempre atuou ao lado dos indígenas, e continua atuando, a favor dos seus direitos. Como toda instituição nessa área, ela busca se aperfeiçoar.

Os outros comentários, que apresentamos a seguir, resultam de entrevistas realizadas com as profissionais que trabalharam nas DREs ou na SME-SP nesse período. Nesse sentido, uma das entrevistadas explicou que, quando a Opção Brasil assumiu o trabalho iniciado pelo IDETI, já havia uma situação problemática de descontinuidade do projeto original dos CEII/CECI. Isto é, devido à extinção da ONG anterior, às mudanças de governo e às alterações nas políticas voltadas aos CEII/CECI, o projeto original elaborado pelas comunidades guarani, em parceria com o poder público, não foi implementado. Segundo a entrevistada, essa descontinuidade dificultou a atuação da Opção Brasil, pois a ONG assumiu um trabalho para o qual não havia condições institucionais de implementar.

73 Em razão da extinção da ONG IDETI, não foi possível contatar os profissionais que trabalharam nessa entidade. Já no caso da Opção Brasil, o convênio com a SME-SP ainda estava em vigência quando esta pesquisa teve início, o que permitiu o contato com seus representantes. Devido aos problemas apontados na atuação desta ONG, no decorrer das entrevistas com os Guarani e, posteriormente, com as agentes públicas, consideramos fundamental também ouvir as profissionais que trabalharam nessa instituição. Nesse sentido, cabe salientar que elas responderam ao mesmo questionário enviado a todas as agentes públicas e, assim como estas, sua contribuição foi importantíssima para esta avaliação. As opiniões das pessoas vinculadas à ONG Opção Brasil foram incluídas na análise das respostas das agentes públicas, mesmo reconhecendo que há diferenças importantes que distinguem os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil. Todavia, a opção por manter todas as profissionais não guarani numa mesma categoria se deve, sobretudo, à necessidade de garantir o sigilo de todas as entrevistadas.

Por outro lado, outras agentes públicas assinalaram que a Opção Brasil apresentou deficiências na sua organização interna, o que prejudicou a gestão junto aos CEII/CECI, resultando em atrasos no pagamento dos funcionários guarani, problemas na prestação de contas junto à SME-SP e ao Tribunal de Contas do Município e o não fornecimento de materiais para a realização de atividades pedagógicas e culturais. Esses problemas desdobraram numa relação de crescentes conflitos com as DREs, a SME-SP e também com as comunidades guarani.

Do ponto de vista das entrevistadas, embora o início da atuação da Opção Brasil tenha sido marcado por uma relação muito positiva com os Guarani e os órgãos públicos, inclusive em função das experiências anteriores de trabalho da ONG junto a populações indígenas e políticas públicas, os problemas administrativos da ONG repercutiram na gestão dos CEII/CECI e inviabilizaram grande parte das ações educativas e culturais dessas unidades, culminando na interrupção do convênio da SME-SP com esta ONG, no final de 2015.

6. A Aprendizagem das crianças no âmbito dos CEII

Indubitavelmente, o aspecto mais importante dos Centros de Educação Infantil Indígena (CEII) diz respeito às experiências de aprendizagem das crianças neles matriculadas, algo que foi enfatizado na totalidade das entrevistas. Inclusive, de todos os itens do questionário usados durante as entrevistas, os que receberam respostas mais detalhadas estão relacionados à educação das crianças. Nas próximas seções deste relatório, apresentaremos um conjunto de expectativas explicitadas pelos entrevistados sobre a aprendizagem das crianças e também uma avaliação do trabalho que tem sido realizado com elas.

A análise do conjunto de entrevistas revelou que há um entendimento compartilhado em todas as aldeias onde a pesquisa foi desenvolvida, no que se refere às expectativas de aprendizagem das crianças. Como veremos a seguir, o único ponto que apresentou divergências está relacionado à alfabetização, mas as diferenças de opinião não podem ser divididas por aldeias, pois este ponto suscitou controvérsias em todas as aldeias pesquisadas. Em razão disso, as expectativas serão apresentadas para o conjunto de aldeias. Já as avaliações do trabalho pedagógico realizado com as crianças serão apresentadas individualmente para cada CEII.

6.1 Expectativas para a aprendizagem das crianças nos CEII

A análise das entrevistas revela que o CEII é concebido como um espaço importante de aprendizagem de conhecimentos guarani, em que as atividades lúdicas, incluindo brincadeiras tradicionais guarani e as brincadeiras livres das crianças, desempenham um papel fundamental. Os educadores entendem que a Educação Infantil deve se distinguir das demais etapas de escolarização em vários aspectos, inclusive na maior quantidade de tempo dedicado às atividades lúdicas. Os educadores e os familiares dos alunos também esperam que as crianças possam aprender a produzir seus próprios brinquedos, utilizando materiais encontrados nas aldeias ou nas matas do entorno. Destacaram também que, nesta fase do seu desenvolvimento, as crianças devem passar grande parte do tempo em atividades ao ar livre ou nas casas de reza e não em sala de aula.

A relação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental tem sido objeto de muita discussão e reflexão por parte das comunidades guarani e os educadores. Inclusive, há familiares de alunos que gostariam que eles começassem a ser alfabetizados em língua guarani na Educação Infantil, acreditando que, assim, as crianças estarão mais preparadas para a transição ao Ensino Fundamental. No entanto, a maioria dos educadores dos CEII e das escolas de Ensino Fundamental nas TIs Jaraguá e Tenonde Porã acredita que a Educação Infantil deva priorizar outros aspectos do desenvolvimento intelectual, social e físico das crianças e, portanto, a alfabetização deve ser iniciada apenas no Ensino Fundamental.

Além de haver uma posição majoritária de que as crianças sejam alfabetizadas apenas a partir do ingresso no Ensino Fundamental, os entrevistados também enfatizaram que a alfabetização seja realizada em língua guarani. Além de contribuir para valorizar o uso da língua materna no ambiente escolar, isso também impediria que as crianças enfrentassem uma grande descontinuidade entre os conteúdos e métodos que conheceram na Educação Infantil e aqueles que são desenvolvidos no Ensino Fundamental, facilitando, assim, sua aprendizagem e a adaptação à nova etapa de escolarização.

Aliás, o uso exclusivo da língua guarani em todas as atividades é um dos aspectos que diferencia a Educação Infantil realizada nos CEII, daquela oferecida nas demais escolas da Rede Municipal de Ensino. Os entrevistados afirmaram que as crianças nessa faixa etária devem se concentrar no desenvolvimento pleno da comunicação em língua guarani, aprendendo, inclusive, a distinguir diferentes usos da linguagem oral, conforme o contexto e seus interlocutores.

É também nesse sentido que os entrevistados explicitaram a importância de que as crianças desenvolvam suas capacidades de interação com pessoas de diferentes gerações, aprendendo, assim, a ouvir e respeitar os mais velhos e a cuidar das crianças que são menores. Alguns entrevistados também sugeriram que os alunos dos CEII aprendam a se comunicar com pessoas em língua portuguesa, embora esta seja uma posição minoritária.

O desenvolvimento de formas expressivas, tais como desenhos, pinturas, dança e música foi descrito como outro aspecto fundamental da Educação Infantil. No que diz respeito à música e às danças guarani, foi observado que parte considerável delas está relacionada às atividades religiosas e, portanto, os educadores dos CEII devem levar as crianças para fazer atividades nas casas de rezas, onde poderão também aprender com os mais velhos. Nesse sentido, muitos entrevistados comentaram que há saberes e práticas da cultura guarani que devem ser aprendidos exclusivamente nas casas de rezas e não nos CEII. Por isso, a realização de atividades nas casas de rezas tem sido incorporada à rotina dos CEII.

Alguns entrevistados ressaltaram que há conhecimentos que as crianças devem aprender junto aos seus familiares, no contexto doméstico. Estes conhecimentos incluem: os cuidados com as crianças mais novas; os modos de se relacionar com os parentes mais velhos; a preparação e o consumo de alimentos nutritivos; a prevenção e o tratamento de doenças; práticas de higiene e outros cuidados com o corpo; os cuidados com a limpeza, a organização e a manutenção dos espaços domésticos e das áreas em torno das casas. Todavia, há um entendimento geral de que as atividades desenvolvidas nos CEII podem contribuir para reforçar os conhecimentos que as crianças aprendem inicialmente com seus familiares. É também necessário que os educadores conheçam o que os familiares ensinam para as crianças, por causa da preocupação em não atrapalhar ou desautorizar a aprendizagem que ocorre no âmbito familiar.

Nesse sentido, a participação dos mais velhos na aprendizagem das crianças pequenas é percebida como algo indispensável para o desenvolvimento delas. Os entrevistados enfatizaram que os CEII devem ser um espaço em que as crianças tenham oportunidade de conviver com as pessoas mais velhas da comunidade, inclusive por meio da contratação dessas pessoas para a realização de diferentes atividades nos CEII. No caso de pessoas mais velhas que são aposentadas e, portanto, não podem ser contratadas como funcionárias dos CEII/CECI, foi sugerido que elas sejam contratadas como oficinas ou remuneradas com uma verba especificamente voltada para realização de atividades culturais.

Há também muitos conhecimentos que as crianças precisam desenvolver por meio de experiências na mata, por exemplo: a identificação de diferentes plantas e animais; a construção e o uso de pequenas armadilhas; os modos apropriados de se relacionar com os seres que habitam diferentes espaços na mata. Esses aprendizados exigem que os educadores caminhem com as crianças pelas áreas de mata em torno das aldeias. É também necessário que as crianças façam visitas a outras aldeias onde a mata é mais abundante e diversificada e onde é possível montar pequenas armadilhas e coletar materiais para a produção de artesanatos, alimentos e remédios, sem a repressão que é enfrentada, sobretudo, nas áreas do Parque Estadual do Jaraguá, onde essas atividades são proibidas pelos gestores do Parque. Nesse sentido, cabe apontar que o Relatório de Identificação e Delimitação da TI Jaraguá, aprovado pelo Ministério da Justiça, indica áreas de superposição entre esta Terra Indígena e o Parque, áreas estas indispensáveis para a vida dos Guarani. Porém, o processo de demarcação está atualmente suspenso devido uma ação judicial movida pelo governo do Estado de São Paulo.

No que diz respeito às plantas, também foi indicado que as crianças do CEII sejam orientadas na realização de atividades de plantio nas aldeias das TI Jaraguá e Tenonde Porã, contribuindo, proporcionalmente, para o trabalho que os adultos estão fazendo no reflorestamento de algumas áreas e nos cuidados com roças, hortas e pomares. As atividades de plantio podem se desdobrar em aprendizados relativos à preparação de alimentos e aos cuidados com a própria nutrição e com o corpo, aspectos que também foram destacados pelos entrevistados.

Uma das lideranças também mencionou que as crianças nessa faixa etária devem participar das atividades mais leves relacionadas à construção das casas e à preparação da casa de rezas para a realização dos rituais sazonais. Ele também destacou que os educadores dos CEII podem orientar as crianças na construção de uma pequena casa que pode ser usada como espaço para as crianças fazerem brincadeiras e outras atividades.

Dois pontos recorrentes nas expectativas de aprendizagem para as crianças matriculadas no CEII dizem respeito à produção de artesanatos e ao conhecimento de narrativas sobre a história das aldeias, das famílias e da origem do mundo e dos seus vários habitantes. Há também a expectativa de que as crianças possam aprender sobre outros povos indígenas, seus conhecimentos e modos de viver.

Os modos de se relacionar com outras crianças, com seus familiares e com as pessoas mais velhas também são um aspecto central da aprendizagem das crianças nessa faixa etária. Nesse sentido, é importante que as crianças aprendam a resolver conflitos sem brigar e também saibam respeitar e auxiliar as pessoas mais velhas. Há a expectativa de que as experiências desenvolvidas com as crianças nos CEII e em outros espaços contribuam para que elas aprendam a lidar com diferentes desafios e situações com segurança, respeitando as necessidades e o bem-estar do coletivo.

Uma das lideranças mais velhas, que tem vários netos matriculados no CEII, explicitou que os educadores devem orientar as crianças e também os jovens no uso apropriado das tecnologias que hoje estão à sua disposição (computador, internet, televisão, rádio, filmadoras, câmeras fotográficas etc.) para que elas possam ser usadas como instrumentos para conhecer melhor o mundo, sem trazer prejuízos para as crianças ou para a comunidade.

Outras pessoas também salientaram que as crianças podem contribuir para a produção de materiais audiovisuais que permitam registrar e manifestar suas ideias e experiências. Porém, há uma grande preocupação com o uso crescente que as crianças pequenas fazem dos computadores e da internet. Os entrevistados avaliaram, inclusive, que as crianças acabam priorizando o computador em detrimento de outras coisas que poderiam contribuir muito mais para o seu desenvolvimento e para a aprendizagem da cultura guarani. Nesse sentido, indicaram que o uso dessas ferramentas deve sempre ser orientado e acompanhado pelos educadores.

Dois últimos pontos explicitados pelos educadores e demais entrevistados são (1) que as crianças precisam ter liberdade para escolher as atividades nas quais queiram participar e (2) elas precisam ter oportunidades para propor atividades. No mesmo sentido, há uma opinião geral de que as crianças não devem ser forçadas a frequentar o CEII, mas, caso seja recorrente a falta de participação delas nas atividades, os educadores devem procurar as crianças e seus familiares para entenderem melhor os fatores que motivam sua ausência.

6.2 Avaliação da aprendizagem das crianças nos CEII

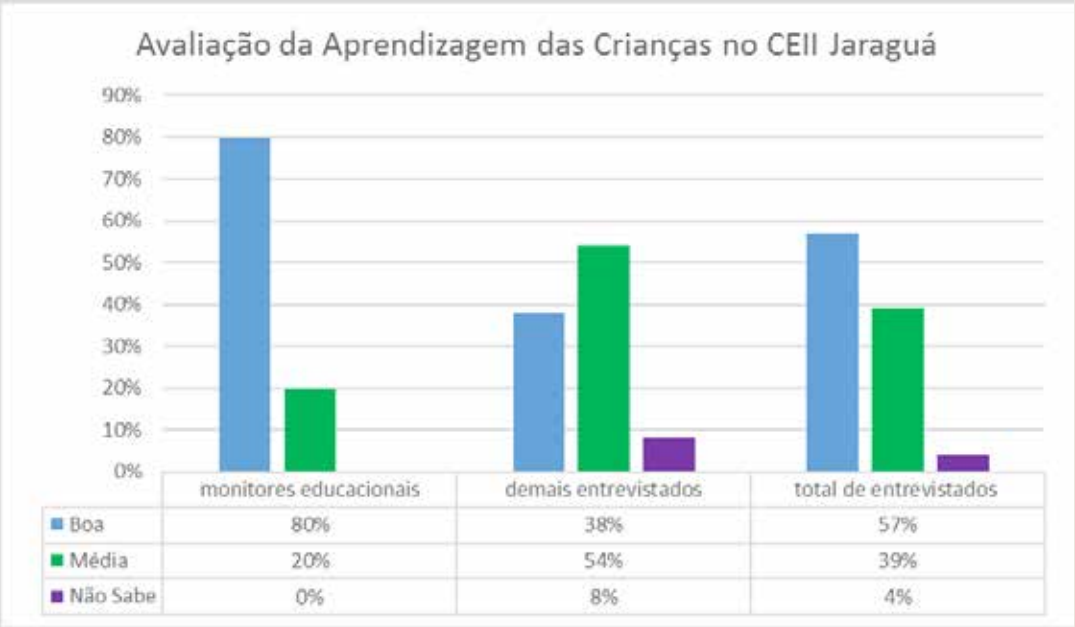
Considerando as expectativas concernentes à aprendizagem das crianças, todos os entrevistados foram solicitados a avaliar em que medida o trabalho pedagógico nos CEII e os conteúdos ensinados atendem a essas expectativas. Isto é, nesta pesquisa, a avaliação da aprendizagem das crianças diz respeito ao que elas aprendem e às formas como são ensinadas. Esta avaliação é informada pela opinião que os familiares dos alunos, os educadores e lideranças guarani têm sobre a sua aprendizagem e, sobretudo, a respeito do quanto as expectativas para a aprendizagem das crianças são atendidas. Nesse sentido, a avaliação não foi realizada diretamente com as crianças. Portanto, a pesquisa não contemplou suas opiniões sobre a própria aprendizagem e, tampouco, avaliou o seu nível de domínio dos conhecimentos e habilidades que constituem os objetivos pedagógicos dos CEII. Avaliar esses quesitos demandaria outro instrumental e é uma ação que deverá ser desenvolvida futuramente.

Antes de apresentarmos os resultados deste levantamento, é necessário esclarecer que muitos entrevistados ressaltaram que atualmente os educadores têm muita dificuldade para realizar as atividades pedagógicas previstas, porque não dispõem dos materiais necessários.

Não obstante, no caso do CEII Jaraguá, do total de 23 entrevistados, 13 afirmaram que aquilo que as crianças aprendem no CEII é bom, 9 avaliaram-no como médio e 1 afirmou não saber avaliar, embora seja pai de alunos e funcionário deste CEII. É interessante notar que, quando comparamos as respostas dos próprios monitores educacionais com os demais entrevistados, os primeiros avaliaram melhor o trabalho pedagógico realizado com as crianças e a sua aprendizagem do que os demais, conforme observamos no gráfico a seguir⁷⁴.

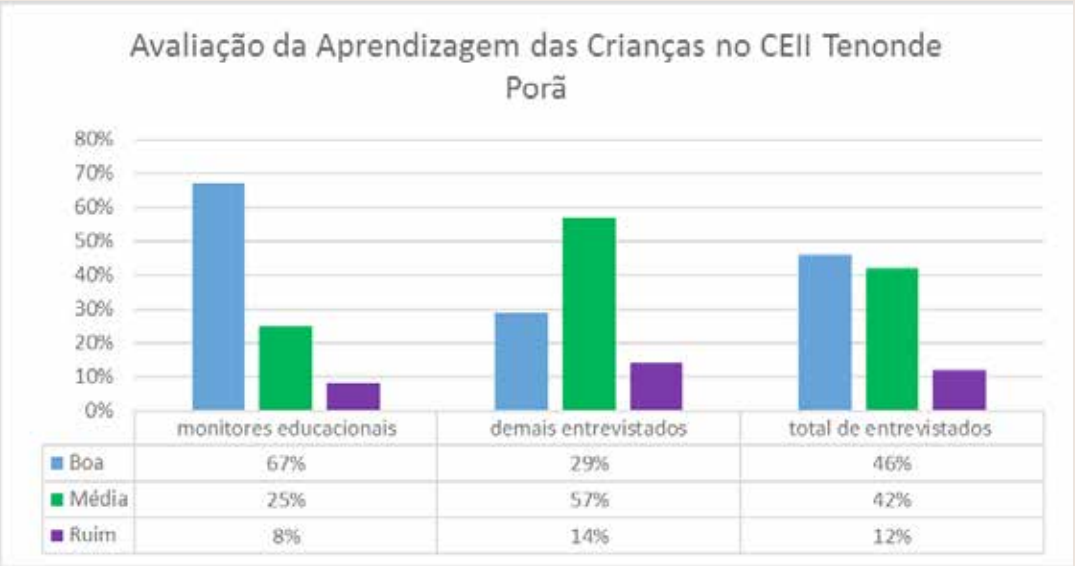
⁷⁴ Utilizamos porcentagens no gráfico para permitir a comparação entre as respostas dadas pelos monitores educacionais e os demais entrevistados, uma vez que esses dois grupos são numericamente diferentes.

Gráfico 22



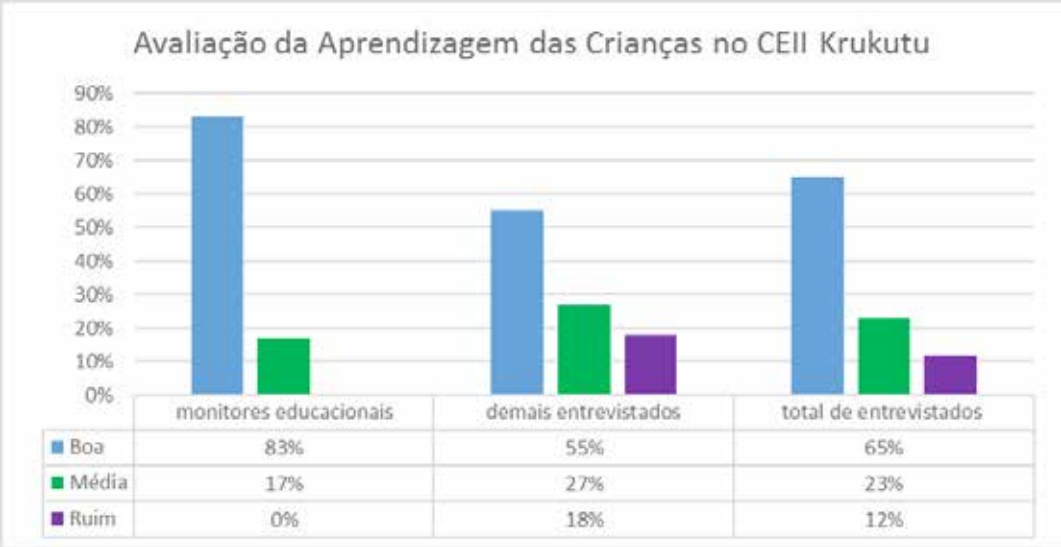
No que diz respeito ao CEII Tenonde Porã, 12 entrevistados afirmaram que a aprendizagem das crianças é boa, 11 avaliaram-na como média e 3 como ruim. Mais uma vez, notamos que os próprios monitores educacionais explicitaram uma avaliação mais positiva do que os demais entrevistados. Inclusive, levando em consideração os dados apresentados no próximo gráfico, observamos uma inversão nas avaliações feitas por educadores e demais entrevistados, em que a maioria dos professores avaliou a aprendizagem como boa, enquanto a maioria dos demais entrevistados a avaliou como média.

Gráfico 23



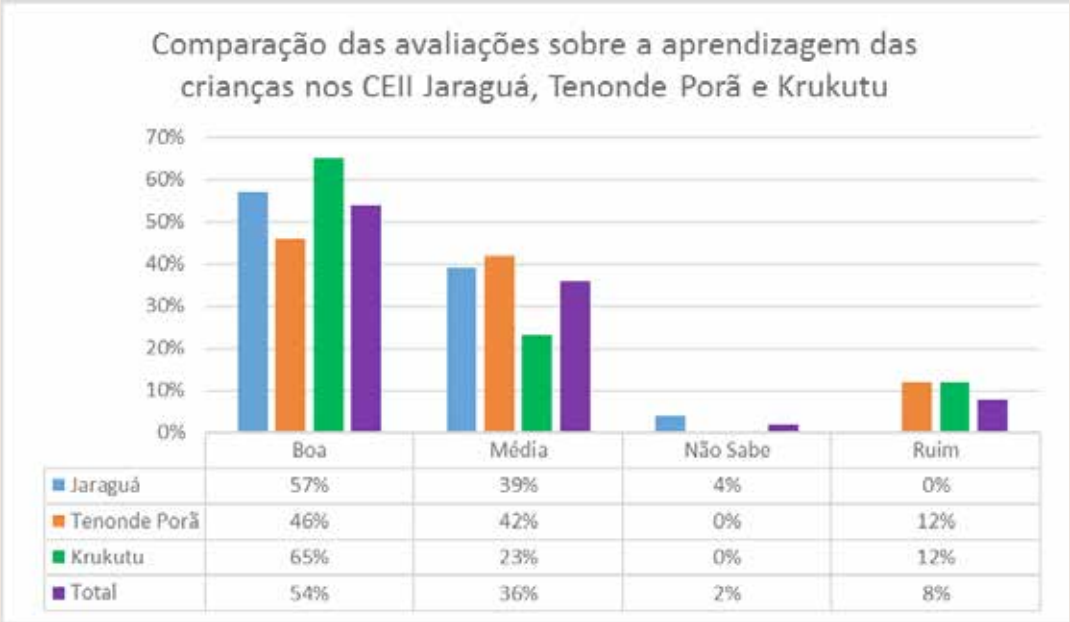
A diferença entre as respostas dos educadores e demais entrevistados também foi observada no CEII Krukutu, embora a maioria de todos os entrevistados tenha uma avaliação positiva do processo de ensino-aprendizagem.

Gráfico 24



O próximo gráfico mostra que, quando analisamos todas as respostas concernentes à aprendizagem das crianças nos três CEII, observamos que a maioria dos entrevistados (54%) a considera boa. Em seguida, vêm as avaliações médias, que correspondem a pouco mais de um terço (36%), enquanto apenas 8% dos entrevistados avaliaram-na como ruim. Porém, quando comparamos as avaliações por unidade escolar, verificamos que, proporcionalmente, mais entrevistados da aldeia Krukutu consideram o processo pedagógico no respectivo CEII como bom. Mesmo assim, há de se considerar que não houve nenhuma avaliação ruim no CEII Jaraguá, ao contrário do que ocorreu nos casos dos CEII Tenonde Porã e Krukutu, onde uma minoria tem essa opinião. Cabe também salientar que, nos casos das avaliações negativas, alguns entrevistados explicaram que isso se deve à falta de materiais para realizar as atividades, o que impede que os CEII cumpram satisfatoriamente as expectativas que foram explicitadas e os objetivos da Educação Escolar Infantil Indígena. Os entrevistados também apontaram que a falta de participação de pessoas mais velhas nos CEII prejudica muito o trabalho pedagógico. Nesse sentido, cabe apontar que o CEII Jaraguá conta com um corpo docente e de gestão constituído por pessoas, em média, mais velhas, do que nas demais unidades dos CEII.

Gráfico 25



6.3 Expectativas e avaliação das agentes públicas sobre a aprendizagem das crianças nos CEII

Com o intuito de compreender as expectativas e os objetivos que orientam o trabalho das profissionais de educação responsáveis pela gestão e a implementação de políticas voltadas aos CEII/CECI, as entrevistas realizadas com as agentes públicas também abordaram estes pontos. E, alinhado com isto, as agentes públicas também foram solicitadas a fazer uma avaliação dos processos pedagógicos realizados nos CEII e dos impactos deles para o desenvolvimento das crianças guarani. Nesta seção do texto, apresentamos esse conjunto de expectativas e avaliações.

No que concerne aos objetivos pedagógicos dos CEII, as agentes públicas foram unânimes em apontar que eles devem se voltar à aprendizagem da cultura guarani. Algumas especificaram que isso envolve a língua guarani; a historicidade guarani; as narrativas; o respeito aos mais velhos; o contato direto com a natureza e outros espaços fundamentais à vida dos Guarani; a valorização das formas de construção e de circulação de conhecimentos guarani, sobretudo, o papel da oralidade, dos jogos, das brincadeiras, das danças e músicas; as práticas de plantio, caça, coleta, culinária e artesanato.

Uma das agentes públicas afirmou que os CEII também devem proporcionar o acesso a conhecimentos sobre outros povos indígenas e contribuir para a divulgação de informações sobre os Guarani para o público não indígena, como forma de combate ao desconhecimento, ao desrespeito e à discriminação arraigados na sociedade brasileira. A entrevistada sugeriu que isso fosse feito com o acolhimento de grupos escolares e outros visitantes às aldeias, sobretudo, aos CEII/CECI⁷⁵ e também por meio da participação dos educadores guarani em eventos promovidos pela Rede Municipal de Ensino.

⁷⁵ Algumas entrevistadas, ao responderem a questões sobre a aprendizagem das crianças nos CEII, ampliaram seus comentários para incluir também os CECI, motivo pelo qual, nesta seção, há a apresentação de expectativas concernentes aos CEII/CECI, embora a discussão seja voltada prioritariamente aos CEII.

Também foi indicado que os CEII/CECI devem ser espaços onde os Guarani de várias faixas etárias possam ter acesso a e debater informações e conhecimentos relativos à sociedade não indígena, para que possam fortalecer suas formas de garantir direitos fundamentais relativos à terra, à saúde, à educação, à cultura etc. Uma das entrevistadas também apontou que os CEII/CECI têm um papel importante na garantia da segurança alimentar das crianças atendidas.

Ao refletir sobre os objetivos dos CEII/CECI, uma das agentes públicas remeteu a informações apresentadas na dissertação de mestrado de Edna Ferreira (2012):

Ressalta-se que a escola está inserida na luta pela melhoria das condições de vida dos Guarani, através da alimentação servida no CECI, a criação de empregos, geração de renda através de projetos específicos, acesso a tecnologias de informação e com a interação com as aldeias de São Paulo. Apesar das justificativas positivas para a implantação da escola na aldeia, alguns Guarani ainda temem sua inserção, pois além de ainda estarem construindo a concepção de uma escola indígena, sentem-se um pouco desamparados e despreparados em sua ação pedagógica, e nas consequências de uma escola dentro da aldeia. (...) Percebe-se a preocupação de preparar os filhos para a aprendizagem escolar, estabelecendo limites entre o que é da cultura Guarani e não Guarani. Esta fronteira ressignificada também é percebida nos meios de comunicação inseridos na aldeia como a TV, aparelhos de som, a Internet, o telefone celular, etc. Através de suas apropriações específicas, os Guarani da aldeia não se cansam de dizer, principalmente aos visitantes, que “não é porque temos coisas de juruás que nos transformamos em juruás...”. (FERREIRA, 2012, p. 82-83)

Cabe salientar que todas as entrevistadas reafirmaram a importância de que os objetivos dos CEII e, também, dos CECI sejam definidos pelas comunidades guarani e assegurados, por meio de políticas específicas de atendimento à educação e à cultura.

Tendo em vista os objetivos assinalados, as agentes públicas foram solicitadas a apontar quais atividades pedagógicas ou ações políticas poderiam contribuir para alcançá-los. No que concerne às ações políticas, as entrevistadas destacaram que a interlocução dos educadores e das lideranças guarani com o público de escolas, representantes de órgãos públicos e pesquisadores das universidades poderia ampliar a divulgação de conhecimentos sobre os Guarani e também aprimorar as condições de acesso aos direitos citados anteriormente.

Quanto às atividades pedagógicas, apresentamos, a seguir, uma lista com as sugestões apontadas pelas entrevistadas:

- Estímulo ao uso da língua guarani, por meio das histórias e narrativas contadas pelos mais velhos;
- Diálogos entre adultos e crianças sobre as atividades tradicionais (roças, pesca, construção de casas, culinária, artesanato e atividades nas matas);
- Narrativas sobre a estrutura do universo, a origem do mundo e a história do povo Guarani;
- Brincadeiras, jogos, cantos, danças e técnicas de luta, que desenvolvem a agilidade das crianças;

- Confeção de artesanatos, instrumentos e ferramentas guarani e o contato com materiais usados para produzir estes. Estes materiais incluem: madeira de árvores específicas, palha, embira, cipó, taquara, barro, cera de abelha, penas, sementes etc.;
- Aprofundar os conhecimentos sobre a agricultura, por meio do plantio de variedades tradicionais, como: milho, mandioca, erva-mate, batata doce, amendoim etc.;
- Fazer a coleta e cultivar plantas utilizadas nas práticas terapêuticas guarani. Ensinar às crianças sobre o preparo dos remédios e seus usos;
- Desenvolver atividades na mata, para que as crianças aprendam formas apropriadas de se relacionar com os diferentes espaços e seres que nela se encontram;
- Desenvolver saberes sobre geografia, história e religião, por meio de palestras com pessoas mais velhas e, sobretudo, com os/as rezadores/as das aldeias da capital e de outras aldeias;
- Estimular a participação das crianças nas práticas religiosas e na confecção de instrumentos rituais;
- Envolver as crianças na construção das casas e da opy (casa de rezas);
- Desenvolver noções básicas de contar (somar, subtrair, repartir, multiplicar);
- Trabalhar com noções de informática, incorporando aspectos da cultura guarani: grafismos, desenhos, pinturas, dobraduras etc.;
- Incluir atividades da culinária guarani na rotina pedagógica dos CEII;
- Abordar conteúdos relativos à saúde, à nutrição e aos problemas que afetam as aldeias localizadas em áreas urbanas, tais como a poluição e a produção de lixo.

Quando analisamos as expectativas, os objetivos e as propostas explicitadas pelas agentes públicas, em conjunto com aquelas indicadas pelos Guarani, observamos que há grande convergência entre elas. Isto se deve, segundo as agentes públicas, ao trabalho coletivo de elaboração dos Regimentos, Projetos Pedagógicos e Orientações Curriculares dos CEII/CECI, trabalho este que permitiu definir os parâmetros fundamentais dos CEII/CECI e também amadurecer os debates em torno destes aspectos. A construção desse consenso também reflete a qualidade da interlocução entre os Guarani e as profissionais não indígenas.

Outro ponto abordado pelas agentes públicas diz respeito à avaliação da aprendizagem das crianças nos CEII. Nesse sentido, três entrevistadas afirmaram que a aprendizagem das crianças é boa, três disseram que é média, uma avaliou que é péssima, enquanto duas entrevistadas não responderam a esta questão. Outra agente pública afirmou que “Devido aos diversos desafios já citados, não é possível classificar ainda a qualidade escolar oferecida. Ela ainda está em processo de construção”.

Cabe mencionar que uma das entrevistadas, que avaliou a aprendizagem como média, também explicou que o projeto continua em fase de construção, embora seja nítido o quanto ele é reivindicado e acolhido pelas comunidades como algo valioso. A agente pública que avaliou a aprendizagem como péssima, esclareceu que isso não se deve à qualidade do desempenho dos educadores, mas sim à falta de uma Formação Inicial e de recursos que permitam atender aos objetivos

pedagógicos reivindicados pelos Guarani. Outra entrevistada ressaltou que os educadores dos CEII têm muita dificuldade em desenvolver atividades relacionadas à mata e à agricultura, sobretudo na TI Jaraguá, porque a comunidade conta apenas com três hectares de área demarcada⁷⁶.

No que concerne aos efeitos do trabalho pedagógico para o desenvolvimento das crianças matriculadas nos CEII, uma entrevistada explicou que isso está relacionado ao interesse que as crianças têm com relação à cultura guarani, o que contribui para a participação delas nas atividades realizadas. Além disso, as possibilidades de encontrar outras crianças nos CEII, utilizar diferentes materiais e fazer uma variedade de atividades também são apontados como fatores que atraem as crianças e estimulam seu desenvolvimento, em sentido amplo.

Outra entrevistada apontou que, no início do projeto (2004), era grande a participação das crianças nos CEII, porém, com o tempo, isso diminuiu. De acordo com ela, essa diminuição, sobretudo das crianças menores, está atrelada à falta de confiança de algumas mães. Por isso, haveria uma participação mais constante de crianças maiores nos CEII. Outra agente pública comentou que um dos fatores responsáveis pela frequência baixa ou oscilante das crianças nos CEII é a descontinuidade nas atividades e projetos. Ela também sugeriu que um bom planejamento e a avaliação contínua do trabalho pedagógico, por parte de educadores e comunidades, podem corrigir esse problema.

Foi também apontado que o respeito dos educadores com relação à liberdade de escolha das crianças pequenas e a possibilidade que estas têm de transitarem entre os diversos espaços das aldeias, inclusive, no horário de aula, são fatores que diferenciam a rotina educacional dos CEII daquela presente em grande parte das escolas não indígenas. E isso, por sua vez, é indicado como fator que contribui para que as crianças desenvolvam maior autonomia e segurança.

Outra entrevistada salientou que, antes de haver os CEII/CECI, os Guarani já realizavam ações que desenvolviam os aspectos físico, cognitivo e sociocultural das crianças. A seu ver, os CEII trouxeram para essas ações uma forma institucionalizada de educação, que antes não havia para as crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade. Ela também apontou que um dos critérios para a escolha dos educadores dos CEII é o envolvimento prévio em atividades dedicadas ao desenvolvimento das crianças, tais como a música e a dança guarani.

Outra agente pública destacou que os CEII contribuem para o desenvolvimento das crianças justamente porque não há a tentativa de substituir o papel dos familiares e das lideranças guarani na formação delas, mas sim de desenvolver um trabalho que complemente esses processos.

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento das crianças matriculadas nos CEII, uma das agentes públicas informou que, numa reunião realizada com educadores dos três CEII/CECI, professores das escolas guarani estaduais e representantes das Secretarias de Educação Municipal e Estadual, todos os presentes avaliaram que as atividades realizadas nos CEII estimulam o desenvolvimento da linguagem oral das crianças, ampliando seu vocabulário, e também contribuem para os cuidados com as crianças e o aprimoramento das habilidades de expressar suas opiniões e ouvir as opiniões de outras crianças.

76 Na verdade, a área que foi demarcada em 1987 corresponde a menos de 2 hectares, embora os Guarani também ocupem outros espaços que foram identificados no Relatório de Identificação e Delimitação de 2010, mas que ainda não estão homologados.

7. A alimentação nos CEII/CECI e seus impactos pedagógicos e socioculturais

A alimentação constitui um aspecto importantíssimo das atividades realizadas nos três CEII/CECI, pois ela contribui fortemente para a saúde e o desenvolvimento físico e sociocultural dos alunos. Nesse sentido, desde a criação dos CEII/CECI, os Guarani observaram uma queda nas taxas de desnutrição, de adoecimento e de mortalidade de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses, público-alvo do programa de Educação Infantil desenvolvido pela Rede Municipal de Ensino. Nas entrevistas, fica nítido que as pessoas atribuem essa melhora diretamente ao funcionamento dos CEII/CECI e, sobretudo, à oferta e à qualidade dos alimentos servidos nessas Unidades Escolares.

É também de conhecimento geral que os CEII/CECI fornecem alimentação não apenas para as crianças matriculadas, mas também para muitos dos familiares desses alunos. Inclusive, em 2015, a SME-SP oficializou a disponibilização da alimentação servida nos CEII/CECI para as mulheres gestantes e lactantes das comunidades guarani na capital paulista (Memorando DOT Educação Infantil n. 43/2015). No entanto, cumpre ressaltar que os CEII/CECI também contribuem para a alimentação de crianças fora da faixa etária de 0 a 6 anos, dos jovens e idosos dessas comunidades.

Observa-se, portanto, que a distribuição da alimentação escolar nas aldeias segue as práticas guarani de atenção às necessidades das crianças (também de suas mães), dos jovens e dos idosos. Em outras palavras, é também por meio da alimentação escolar que os CEII/CECI respeitam e contribuem para o fortalecimento das práticas socioculturais dos Guarani em São Paulo. Caberia, portanto, estudar a possibilidade de estender oficialmente a disponibilidade desses alimentos a segmentos da população guarani que, extraoficialmente, já estão contemplados na distribuição, garantindo, assim, o atendimento a uma demanda que existe e que os Guarani se esforçam para suprir.

Na avaliação que os entrevistados fazem dos alimentos servidos nos CEII/CECI, ficou evidente que a seleção e a origem dos alimentos são pontos fundamentais e afetam diretamente a qualidade deles. Por exemplo, quando perguntamos a uma rezadora, que é também monitora educacional de uma das Unidades, quais alimentos deveriam ser servidos no CEII/CECI, ela começou a listar alguns itens, mas, de repente, ela parou, olhou para os outros monitores educacionais mais jovens e disse:

Para a alimentação ser realmente boa para as crianças, ela precisaria ser nossa alimentação tradicional, mas acho que isso não dá, porque a alimentação só é tradicional se for plantada e colhida por nós mesmos e nós não temos terra suficiente para isso. É por isso que nós precisamos tanto que a terra seja demarcada.

Por que não basta compor uma lista dos itens que fazem parte da culinária guarani para que a alimentação servida nos CEII/CECI seja considerada tradicional e atenda plenamente às necessidades nutricionais das crianças guarani? Para responder a esta pergunta teremos de reconhecer que a alimentação para os Guarani, assim como para outros povos indígenas e até mesmo para os não indígenas, não significa apenas ingerir uma boa quantidade de nutrientes ou escolher comidas que satisfaçam critérios estéticos ou gustativos.

A alimentação, como bem observou Joana Overing (2006), a partir do seu trabalho com os Piaroa, implica no desenvolvimento de “artes culinárias”, envolvendo uma ampla gama de saberes e habilidades que proporcionam não apenas saúde, mas também as condições fundamentais da convivência social. Inclusive, as experiências de comunicação e a criação de vínculos sociais estão articuladas às artes culinárias. Desse modo, o entendimento que Overing explicita da relação entre saber “comer bem” e o desenvolvimento de conhecimento corporificado⁷⁷, assim como a realização de experiências de convivência e comunicação, encontra ressonância na avaliação e nas expectativas que os Guarani explicitam com relação à alimentação nos CEII/CECI. Por isso, apresentaremos, a seguir, alguns comentários sobre as artes culinárias guarani, tomando por norte a combinação de informações etnográficas extraídas da tese de doutorado de Testa (2014) e dados coletados nas entrevistas com lideranças guarani, funcionários dos três CEII/CECI e familiares dos alunos.

Primeiramente, convém ressaltar que o desenvolvimento da pessoa guarani, sobretudo das crianças na faixa etária correspondente à Educação Infantil (0-5 anos e 11 meses), exige a realização de ações que visam “alimentar” tanto o corpo (-ete) da pessoa, quanto seu princípio vital ou alma (nhe’ Ē). Isto é, os cuidados dedicados às crianças buscam o desenvolvimento pleno do seu corpo físico e também das suas capacidades de percepção, comunicação e convivência social. Esta concepção da infância e do desenvolvimento da pessoa (que continua ao longo do ciclo de vida) é, em muitos sentidos, coerente com os ideais que norteiam a Educação Infantil, principalmente aquela preconizada pelos Guarani. E, nesse âmbito, a alimentação tem um papel fundamental, conforme mostraremos a seguir.

A importância da origem dos alimentos utilizados na culinária guarani, explicitada na entrevista da rezadora citada acima, revela que a alimentação tradicional só pode ser plenamente desenvolvida por meio das práticas guarani de produção desses alimentos. Isso porque os alimentos produzidos pelos Guarani, por meio do plantio, da coleta e da caça, têm uma relação direta com sua cosmologia e remetem ao vínculo deles com os deuses e com as experiências, por meio das quais os deuses criaram esses alimentos e ensinaram os Guarani a utilizá-los.

O relato de um rezador idoso, nascido na Argentina e morador de uma aldeia no Rio Grande do Sul, ajuda a entender a relação entre a produção de alimentos e a cosmologia guarani.

Naquele tempo, os deuses criaram guabiroba, jabuticaba, ameixa, e criaram jaracatiá, aquela que tem na Argentina. Naquele tempo, eles já criaram tudo que tem aqui. Tornando visível para nós e nos fazendo levantar, eles criaram aquilo e foram espalhando (pela terra). Eles mandaram guabiroba, jabuticaba, ameixa, jaracatiá; isso que é mesmo a roça de Nhanderu (nosso pai celeste).

Antigamente, não tinha milho, não existia aquele milho verdadeiro. Então, dizem que nossos avós capinavam, capinavam, veja, capinavam. Mas, como diziam, o que iam plantar? O que conseguiriam plantar? Nem sabiam, pois não existia isso. Dizem que antiga-

77 Esta é uma expressão utilizada por Overing (2006) em referência aos saberes que se desenvolvem nas práticas de corporalidade, inclusive se inscrevendo e se expressando no corpo, e assim produzindo a pessoa e suas relações. À semelhança, Cecilia McCallum, que foi aluna de Overing, usa a expressão “conhecimentos incorporados” (e também “gênero incorporado”, em referência ao desenvolvimento gradativo das diferenças de gênero) para se referir às capacidades, também chamadas de “agência”, que são “feitas de carne e osso”. Ela observa que os Huni Kuin (Kaxinawa) “consideram que humanos não nascem prontos: são feitos, devagar e cumulativamente, pela modelagem progressiva e deliberada da forma e do conteúdo do corpo: ossos, dentes, carne e pele da criança. Isto acontece por sua imersão em campos sensoriais de som, visão, cheiro e toque cheios de significado. O conhecimento e a memória são integrados materialmente ao corpo por uma série de técnicas mundanas ou especiais, como parte de experiências ordinárias ou extraordinárias no mundo ao redor, de modo a formar Pessoas/Homens (Huni) Reais (Kuin) que são capazes de agir no mundo e interagir com outros de forma adequada, produtiva (real, verdadeira)” (2013,p.132-33).

mente eles queriam plantar, e o povo de Tupã veio. O povo de Tupã Miri veio, e dizem que então eles passaram e choveu bem por três dias.

Então, dizem que eles passaram por todo lugar, e depois de três dias, o milho brotou. Brotou um pé de milho preto, de milho pintadinho, daquele milho branco grande e daquele milho amarelo. Foi isso que brotou. Brotou depois da chuva. Então, por isso, quando queremos plantar, nos lembramos dos nossos pais, dos Tupã, e, então, plantamos. (In: TESTA, 2014, p. 238)

Percebe-se, nesse relato, que os Guarani não se preocupam apenas com a quantidade dos alimentos, mas também com sua qualidade, dando preferência àqueles que foram originalmente criados pelos deuses. Por isso, os entrevistados foram unânimes em enfatizar que não é possível alimentar bem as crianças com macarrão, achocolatado, doces e salgadinhos.

No mesmo relato, originalmente gravado em língua guarani, o rezador explica que o avaxi ete (“milho verdadeiro”) foi o primeiro cultivo criado pelos deuses. É importante ressaltar que os alimentos considerados “verdadeiros” (ete) são assim qualificados porque remetem à criação original dos deuses, em contraste, por exemplo, com o milho verde, denominado avaxi tupi, pois a palavra tupi é usada em referência a cultivos que os Guarani conheceram a partir do contato com os não indígenas.

Os cultivos da roça não foram os únicos alimentos criados pelos deuses para os Guarani utilizarem, como explicou Kerexu Endy, uma rezadora no Espírito Santo, também citada em Testa (2014, p. 113-14).

Então, dizem que os deuses criaram aquilo que está na mata para nos alimentarmos. Criaram o porco do mato. E dizem que criaram o porco do mato, cateto, tatu, gambá e peixe para nos alimentarmos. Para nos alimentarmos, os deuses os criaram. (...) Fizeram cada um desses. Mas, hoje em dia, comemos qualquer coisa que vemos, e, assim, tem de tudo (qualquer coisa) nos nossos corpos...

Assim como a rezadora entrevistada sobre a alimentação dos CEII/CECI, Kerexu Endy também lamenta as dificuldades que os Guarani têm atualmente para se alimentar exclusivamente das comidas consideradas verdadeiras e tradicionais, pois a necessidade de sobreviver em áreas que não dispõem de mata e terra fértil o suficiente para o plantio faz com que os Guarani se vejam obrigados a comer os alimentos disponibilizados na merenda escolar, na distribuição de cestas básicas ou obtidos em mercados locais. Esse contexto, por sua vez, torna a alimentação escolar uma fonte importantíssima, tanto em termos nutricionais, como no fomento a ações que possam contribuir para fortalecer a cultura guarani.

Foi nesse sentido que os entrevistados fizeram uma lista de alimentos que deveriam ser servidos nos CEII/CECI e também indicaram aqueles que não devem ser consumidos ou devem ter o consumo restrito. Voltaremos à apresentação dessa lista posteriormente, pois, por ora, cabe explicitar alguns pontos concernentes às restrições alimentares. Abordar esse tema é crucial, por causa do reconhecimento de que a alimentação contribui para produzir diferenças no desenvolvimento de homens e mulheres, sobretudo, na infância e na transição para a vida adulta. Portanto, os

entrevistados enfatizaram que, além de servirem alimentos nutritivos, os CEII/CECI devem também respeitar esses aspectos importantes da cultura guarani, atentando não apenas para a inclusão de ingredientes específicos à culinária guarani, mas também para os critérios que definem como eles são preparados e distribuídos entre crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Nesse sentido, se as pessoas devem consumir alimentos considerados verdadeiros e originais, também é importante reconhecer que, mesmo entre estes, há variedades cujo consumo segue restrições. Por exemplo, os diferentes tipos de milho que foram listados como criações dos deuses, o primeiro – avaxi ã (milho preto) – é uma variedade que não é comida por crianças ou jovens, pois, como uma senhora idosa da TI Rio das Cobras (Paraná) explicou, seu consumo pode resultar em problemas de visão. Outras restrições, por exemplo, de idade e gênero, também se estendem ao consumo de outras plantas e animais de caça, como veremos mais adiante.

Além de restrições no consumo de determinadas variedades de plantas e animais, há também restrições relativas ao plantio. Este é outro motivo pelo qual os Guarani enfatizam que sua alimentação tradicional só pode ser plenamente realizada se eles mesmos puderem cultivar esses alimentos, pois precisam assegurar as condições adequadas de plantio e de colheita, seguindo orientações religiosas e também observando as condições ambientais. Além do mais, o plantio, a colheita e a preparação dos alimentos mobilizam uma série de ações que são fundamentais para a aprendizagem das crianças e para a sua inserção no âmbito das relações sociais.

Mas, voltando às restrições alimentares, os maiores cuidados se dirigem à obtenção e ao consumo de carne, sobretudo, à carne de caça. Porém, os Guarani contam que, no passado, os procedimentos rituais destinados a tornar a obtenção e o consumo de alimentos seguros também eram estendidos, com mais frequência do que atualmente, aos produtos de cultivo e de coleta. Isso porque todos os alimentos são, primeiro, criaturas geradas por divindades e cuidadas por diferentes donos não humanos (-ja)⁷⁸. Estes donos são responsáveis pelo crescimento dessas criaturas e também por agressões que visam vingar descuidos praticados pelos humanos em diferentes experiências, que incluem as práticas de obtenção e consumo das criaturas cuidadas por esses donos.

Embora os alimentos servidos nos CEII/CECI não sejam produtos de caça, convém apresentar algumas informações adicionais sobre os cuidados que devem ser tomados no preparo e no consumo da carne comprada nos abatedouros ou distribuidores e dos alimentos de origem vegetal que são servidos na merenda escolar.

Nesse sentido, durante os períodos de resguardo que acompanham o nascimento de uma criança, a puberdade, um período de doença ou a morte de um parente próximo, as atividades de caça e o consumo de carne (seja ela de caça ou não) são evitadas. Cabe apontar que o resguardo relativo ao nascimento de uma criança é particularmente importante no caso da alimentação nos CEII/CECI, porque alguns dos alunos são recém-nascidos, suas mães se alimentam no CEII/CECI e há muitos alunos que têm irmãos recém-nascidos. Cumpre também observar que algumas medidas, que começam durante o resguardo relativo ao nascimento, podem durar durante todo o período

⁷⁸ Frequentemente os Mbya afirmam que alimentos comprados nos mercados não têm dono ou perderam a relação com seus donos originais, já que são produtos dos não indígenas ou passaram por longo processo de industrialização antes de chegarem aos mercados. Não obstante, dizem que estas comidas podem causar vários prejuízos à saúde das pessoas, por motivos que veremos mais adiante.

de amamentação de uma criança. É também importante salientar que as medidas de resguardo não afetam apenas o recém-nascido, mas frequentemente se estendem para seus parentes próximos, outros moradores da sua casa e as pessoas que participaram do parto e dos primeiros cuidados com a criança recém-nascida.

Isso encontra semelhança com ideias e práticas descritas por outros autores concernentes às “relações de substância” (DA MATTA, 1976; SEEGER, 1980), à “comunidade de substância” (SEEGER; DA MATTA; VIVEIROS DE CASTRO, 1979 e VIVEIROS DE CASTRO, 2002) ou ao “grupo de substância” (ROSALEN, 2008). Como Seeger (1980) observa, as relações de substância fazem com que os alimentos ingeridos e as ações desenvolvidas por um dos membros desses grupos afetem os demais e, do mesmo modo, os estados e a vulnerabilidade das pessoas também são compartilhados.

Nesse sentido, Rosalen (2008) afirma que, entre os Wajãpi (um povo tupi-guarani amazônico), a vulnerabilidade de um recém-nascido se estende para os demais membros do seu grupo de substância, fazendo com que estes sejam responsáveis não apenas por resguardarem o recém-nascido, como tenham que resguardar a si mesmos, visto que também experimentam um estado de vulnerabilidade semelhante ao do recém-nascido⁷⁹.

Nas entrevistas com os Guarani das TIs Jaraguá e Tenonde Porã, as pessoas explicaram que a mãe, o pai, os irmãos e outros parentes próximos de uma criança recém-nascida não devem consumir carne de porco, carne vermelha, peixe, leite de vaca ou produtos derivados do leite. Aliás, a restrição ao consumo de carne de porco e peixe se aplica às crianças até cerca de dois anos de idade, embora seus outros parentes possam consumi-lo antes. Por outro lado, um alimento que é altamente recomendado para as crianças pequenas é a batata doce, pois favorece o fortalecimento dos ossos. Porém, a batata doce não deve ser consumida por mulheres gestantes, por trazer problemas durante a gestação e o parto. E, embora sejam muito frequentes nas escolas não indígenas, os entrevistados foram unânimes em solicitar que não sejam servidas bebidas lácteas com chocolate nos CEII/CECI.

Os entrevistados também explicitaram que as mulheres menstruadas não devem participar do preparo de alimentos ou, tampouco, servir refeições. Os motivos para essa restrição entre os Guarani e outros povos indígenas já foi abordado em outro texto (TESTA, 2014, p.75-76; p.79; p.83), portanto, não serão descritos aqui. Cumpre apenas mencionar que, devido a essa restrição, durante o período menstrual, as auxiliares de cozinha apenas lavam a louça e cuidam da limpeza geral.

Aliás, o ciclo menstrual é apenas um dos vários ciclos que influenciam as práticas alimentares guarani. Como já vimos acima, o início do ciclo de vida de uma pessoa corresponde a inúmeros cuidados com a alimentação, mas outros ciclos, como as estações do ano e as fases lunares, também influenciam as práticas de plantio, coleta e caça.

79 Em relação aos resguardos (o-ñi-koako) realizados pelos Wajãpi, por ocasião do nascimento de um filho, Gallois comenta que “De acordo com a etimologia, o termo significa ‘chocar’, preservar, cuidar – ou seja, ‘chocar’ a si próprio e ao filho recém-nascido. Os Wajãpi utilizam a expressão o-ñi-koako tanto em causa própria (resguardar para mim) quanto no resguardo da criança (resguardar para meu filho). Na verdade, quando o pai entra em resguardo, ele preserva tanto a si como ao filho, pois ambos ainda são a mesma coisa: partilham o mesmo princípio vital, o mesmo -ã, cuja integridade deve ser mantida em ambos os corpos” (1996, p.131).

Nesse sentido, um jovem morador de uma aldeia no litoral fluminense, enquanto se preparava para sair em mais uma caminhada para verificar o êxito das armadilhas que havia espalhado pela mata, explicou que precisava aproveitar a época de inverno para caçar, já que o desenvolvimento dos animais de caça segue os movimentos percorridos pelo deus Kuaray, associado ao astro solar, ou como Lévi-Strauss apontou, em relação aos mitos referentes ao ciclo dos gêmeos:

Todas as versões sul-americanas relacionam, aliás, estreitamente, os dois irmãos e os dois astros. (...) Essas versões, como a dos Tupinambá, referem-se menos à origem do sol e da lua do que à sua ordenação, quer se trate, como nas versões norte-americanas, de instaurar sua alternância regular, quer, como no mito tupinambá, de afastar o sol o suficiente para que não queime as pessoas, como aconteceu com o companheiro demasiado impaciente do filho de Maíra-Pochy (1993,p.53).

Vejamos como essa ordenação aparece nas explicações que aquele jovem deu a respeito do crescimento das crianças guarani e também dos animais de caça.

Kuaray, o sol, tem três movimentos durante o ano. Você pode perceber o caminho que ele está fazendo, olhando a posição dele comparando com a casa de rezas. O crescimento das pessoas e também dos bichos é regulado por esses movimentos. Os bichos engordam no inverno e é neste momento que eles podem ser caçados. No segundo movimento do sol, eles estão acasalando e ficam magros. No terceiro, eles estão cuidando dos filhotes e também ficam magros. Quando eles estão fazendo os filhotes ou cuidando deles, eles devem ser deixados de resguardo. Os meninos crescem todo ano, quando completa um ano do momento do ciclo em que nasceram. Já as mulheres crescem todo mês, seguindo a lua. Por isso, as mulheres crescem e amadurecem mais rápido do que os homens. (TESTA, 2014, p. 250-251)

Os moradores das TIs Jaraguá e Tenonde Porã também mencionaram, nas suas entrevistas, as relações entre os movimentos do sol, os ciclos da lua e os períodos adequados para a realização de atividades cotidianas e rituais que envolvem o plantio, a construção de casas, a produção de artesanatos e cuidados específicos com o desenvolvimento das pessoas. Cabe, entretanto, destacar que grande parte dessas práticas se realiza seguindo as orientações das lideranças de cada aldeia e as condições específicas que nelas se encontram, inclusive, as diferenças climáticas e de recursos localizados ao longo de um território que atravessa diferentes biomas e configurações geográficas.

Os conhecimentos e as práticas relacionados a esses diversos ciclos constituem aspectos centrais do cotidiano dos Guarani, por isso o desejo expresso por muitos entrevistados de incorporá-los às atividades desenvolvidas nos CEII/CECI. E, no que tange aos conhecimentos e às práticas relativas à alimentação, tudo que foi exposto nos obriga a ressaltar mais uma vez que os alimentos produzidos e consumidos pelos Guarani, inclusive nos CEII/CECI, têm um papel pedagógico e sociocultural importantíssimo.

Nesse sentido, além de cuidados na seleção e no preparo dos alimentos que são servidos nos CEII/CECI, é importante considerar que o preparo deles pode ser incorporado às atividades

educacionais e que as crianças e os funcionários dos CEII/CECI precisam ter oportunidades de aprender sobre os alimentos guarani, sua origem e os cuidados relativos à sua obtenção, ao seu preparo e ao seu consumo. Por isso a necessidade de contar com as pessoas mais velhas das aldeias da capital paulista e de outras aldeias na realização de cursos e oficinas especificamente voltadas para esta temática. É também fundamental que as crianças e os funcionários dos CEII/CECI possam visitar aldeias no litoral paulista e no Vale do Ribeira, que possuem mais áreas de mata e de roça, para que aprendam, na prática, sobre o plantio e outras formas de obtenção desses alimentos. Outra medida para a qual os CEII/CECI podem contribuir, no sentido de melhorar a alimentação e fortalecer as práticas educativas e culturais guarani, é garantir a realização de atividades de plantio, sobretudo, por meio da obtenção de sementes e mudas em outras aldeias, conforme já foi mencionado anteriormente.

Além dessas propostas, constantemente reiteradas por lideranças, funcionários e familiares dos alunos dos CEII/CECI, os entrevistados também fizeram uma lista de recomendações concernentes à obtenção de alimentos, junto a produtores não indígenas, fontes principais de compra de alimentos pela Rede Municipal de Ensino. Segundo suas recomendações, os CEII/CECI devem servir alimentos frescos, orgânicos, não transgênicos e não industrializados, produzidos prioritariamente por pequenos agricultores locais. Isso se deve à preocupação que os Guarani têm com o consumo de agrotóxicos e a distância que os produtos industrializados e de grandes empreendimentos agropecuários têm em relação às práticas de produção de alimentos dos próprios Guarani. Para os Guarani, as técnicas implementadas pelos grandes empreendimentos agropecuários são as mais ofensivas ao meio ambiente e também representam uma violação às relações que os Guarani estabelecem com as divindades e outros sujeitos na produção de alimentos.

Além disso, os entrevistados enfatizaram que os alimentos servidos nos CEII/CECI não devem ser comprados de empresas que produzem carne, soja e outros alimentos de origem animal ou vegetal em fazendas que ocupam áreas indígenas. É sabido que grande parte da afronta aos direitos dos povos indígenas nas regiões sul e centro-oeste do país e da violência que eles têm enfrentado deriva de conflitos territoriais com fazendeiros que mobilizam quantias volumosas de dinheiro para impedir o reconhecimento dos direitos indígenas no Congresso e na Justiça. Por isso, os Guarani reivindicam veementemente que a alimentação das suas crianças, nas escolas mantidas pelo poder público, não contribua para fortalecer ainda mais essas empresas, em detrimento do seu próprio povo e de outros povos indígenas.

É nesse sentido que os Guarani propõem que os alimentos adquiridos pela Rede Municipal de Ensino sejam produzidos por pequenos agricultores e criadores de animais que adotam práticas de cultivo e criação que contribuem para a sustentabilidade socioambiental. Inclusive, é importante lembrar que o ideal seria que os alimentos de origem vegetal fossem plantados nas próprias aldeias, garantindo, assim, umnexo maior entre a alimentação servida nos CEII/CECI e as práticas culturais guarani.

Convém destacar que, na sua avaliação da alimentação oferecida nos CEII/CECI, os entrevistados apontaram que esta é de qualidade muito superior à alimentação servida nas escolas estaduais guarani, porque a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo não fornece alimentos específicos para as escolas guarani. Portanto, a maior parte dos alimentos servidos nas escolas estaduais é composta por produtos enlatados, que são identificados pelos Guarani como causa de vários problemas de saúde que os alunos dessas escolas apresentam.

Os alimentos que foram recomendados para as crianças e as demais pessoas que se alimentam nos CEII/CECI incluem: batata doce, mandioca, abóbora, milho, amendoim, mel, fubá, farinha de trigo, quirela, canjica, banana verde, outras frutas, hortaliças, arroz, feijão, porco do mato, carne bovina, frango e peixe. É importante mencionar, mais uma vez, que a oferta destes alimentos deve levar em conta as restrições aplicadas a quem passa por períodos de resguardo, conforme explicado anteriormente.

Com relação à carne, um dos monitores educacionais, que é também pai de alunos do CEII/CECI, recomendou que a carne seja servida em pedaços maiores, pois as crianças pequenas não estão acostumadas a ter carne cortada em pedaços tão pequenos, podem se engasgar ou, como frequentemente ocorre, elas acabam por descartar esses pedaços pequenos porque não sabem como consumi-los. Outro pai de alunos e liderança guarani comentou que as crianças, com menos de um ano de idade, devem comer alimentos leves e líquidos ou amassados, porque sua garganta e aparelho digestivo ainda são muito frágeis. Além do mais, elas ainda não conseguem mastigar adequadamente os alimentos.

A preparação adequada de alimentos também demanda que haja equipamentos e utensílios apropriados. Nesse sentido, os entrevistados destacaram que as geladeiras da cozinha precisam de manutenção; é necessário ter ventiladores na cozinha porque, sem eles, os cozinheiros experimentam condições insalubres de trabalho; também faltam pratos, talheres e facas para cortar carne, legumes, frutas e pão.

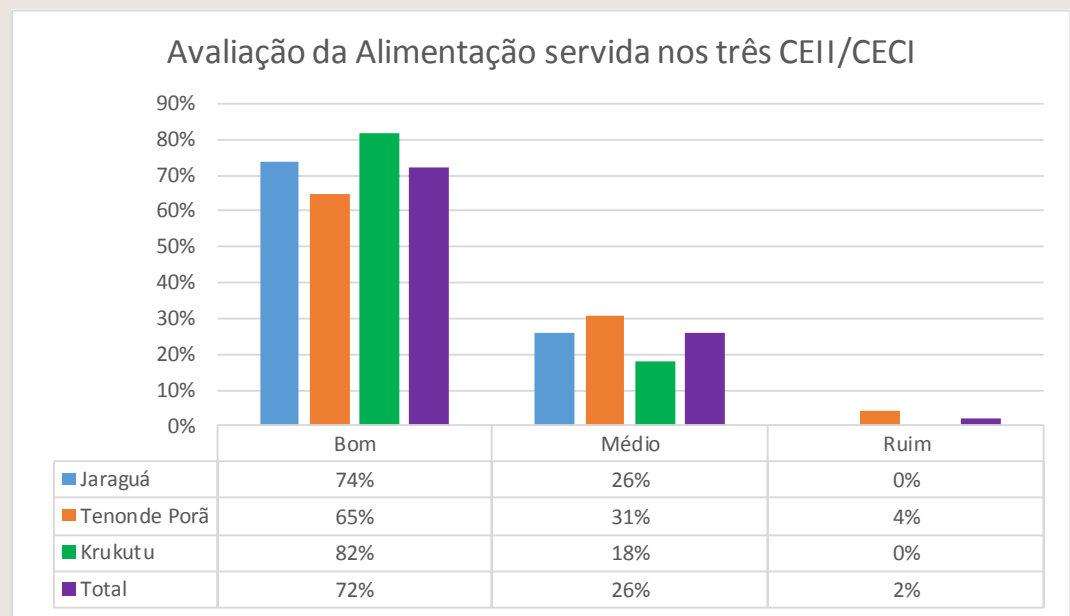
Ao perguntar para os auxiliares de cozinha se havia algum fator que prejudicava a realização do seu trabalho, eles imediatamente apontaram para um cartaz afixado na parede da cozinha e exclamaram em uníssono: “O cardápio”. Com isso, eles explicaram que recentemente a equipe de atendimento à saúde indígena da Secretaria Municipal de Saúde elaborou um cardápio que permitiria atender às necessidades nutricionais das crianças matriculadas nos CEII. Esse cardápio, com sugestões diárias para todas as refeições servidas, foi incorporado pela SME-SP. O principal problema desse cardápio é que a maioria das sugestões não contempla alimentos que os Guarani consomem usualmente. Por causa disso, os auxiliares de cozinha têm muita dificuldade para preparar esses alimentos, já que eles lhes são desconhecidos. Ademais, as crianças não conseguem mais se alimentar bem, porque não identificam as comidas e porque, ao experimentarem-nas, o gosto foge muito do que estão acostumadas e do que gostam de comer. Outras pessoas entrevistadas também revelaram que esse novo cardápio é percebido como uma imposição externa, que não leva em conta suas demandas por uma alimentação baseada na culinária guarani. Além disso, os entrevistados enfatizaram a necessidade de evitar a compra de alimentos que não façam parte da dieta guarani, evitando, com isso, tanto o desperdício desses alimentos como sua interferência na promoção de uma alimentação que respeite a cultura e contribua para o desenvolvimento pleno das crianças.

Diante desse quadro, os funcionários dos CEII/CECI e as lideranças explicaram que gostariam muito de contar com a colaboração da equipe de saúde na formulação de um cardápio, porém propõem que ele seja feito junto com os próprios Guarani e que sejam identificados alimentos da culinária guarani que forneçam os nutrientes necessários. Tudo que foi exposto anteriormente sobre os valores da alimentação guarani e como estes incluem, mas também extrapolam os valores nutricionais *stricto sensu* corrobora fortemente essa demanda pela reformulação do cardápio dos CEII/CECI.

Outro ponto abordado pelos entrevistados diz respeito ao tamanho do refeitório dos CEII/CECI. A quantidade de pessoas que se alimentam nesse local supera muito as condições de acomodação do espaço físico, o que resulta na situação presente, em que muitas crianças, gestantes e idosos se veem obrigados a comer, sentados no chão, do lado de fora dos CEII/CECI. De acordo com os entrevistados, os refeitórios precisariam ser ampliados ou, então, seria necessário criar um outro espaço complementar a ele que pudesse acomodar as pessoas durante as refeições.

Diante do exposto sobre a alimentação servida nos CEII/CECI, mesmo com as sugestões de melhoria, que são importantes e merecem muita atenção, é importante frisar que ela foi apontada como um aspecto muito positivo, na avaliação dos CEII/CECI. Nesse sentido, o próximo gráfico mostra essa avaliação, no que diz respeito aos três CEII/CECI e indica que 72% dos entrevistados consideram a alimentação servida nos CEII/CECI boa, seguidos por 26% de avaliações médias e 2% que a consideram ruim.

Gráfico 26



7.1 Avaliação das agentes públicas sobre a alimentação nos CEII/CECI

Na avaliação da qualidade dos alimentos servidos nos CEII/CECI, seis agentes públicas afirmaram que ela é boa, três disseram que é média e uma entrevistada não respondeu. Inclusive, nos comentários relacionados à alimentação oferecida às crianças matriculadas nos CEII, umas das entrevistadas destacou a importância dela para a diminuição das taxas de desnutrição infantil nas aldeias. Nesse sentido, ela apresentou dados coletados pela Pastoral da Criança, na aldeia Krukutu, e publicados em Ferreira (2012, p.57-58). Esses dados revelam que, em 2000, o índice de desnutrição era de 24,8%. Em 2004, ano de inauguração dos CEII/CECI, esse índice continuava alto (23,5%), porém, em 2008, o índice foi de 6,4% e, em 2011, de 4,9%. Como a entrevistada afirma, esses dados, coletados antes e após a criação dos CEII/CECI, permitem perceber uma diminuição muito significativa nos índices de desnutrição das crianças guarani, que pode ser atribuída à alimentação

fornecida nos CEII/CECI, uma vez que as informações dizem respeito às crianças na faixa etária atendida pelo programa.

Na mesma pesquisa, citada pela entrevistada, encontramos uma fala de uma liderança guarani que afirma: “a qualidade de vida melhorou muito com a criação de empregos para as pessoas e famílias, melhorou a saúde das crianças também, pois além da água ser ruim, antes do CECI, as crianças passavam fome” (FERREIRA, 2012, p. 58).

Os comentários de outras agentes públicas também corroboram a avaliação de que os CEII/CECI contribuem para a segurança alimentar e para a diminuição de problemas relacionados à desnutrição. Como uma das entrevistadas apontou:

Recordo-me que, em 2003, quando iniciamos a conversa com as lideranças indígenas para a criação dos CECIs e CEIIs, depois de vários encontros, nos foi relatado que um dos objetivos da criação dos CECIs era que as crianças recebessem a merenda e assim ocorresse para a diminuição da desnutrição e da mortalidade infantil. Consideramos que este objetivo foi alcançado.

Como já foi mencionado anteriormente neste relatório, um dos aspectos importantes e positivos da alimentação nos CEII/CECI é a sua disponibilização para crianças que não estão matriculadas nos CEII, jovens, gestantes, lactantes e pessoas idosas das comunidades. Outro aspecto positivo é a inclusão de alimentos da culinária guarani, diferenciando a alimentação dos CEII/CECI daquela oferecida no restante da Rede Municipal de Ensino.

Por outro lado, algumas entrevistadas destacaram que ainda há problemas burocráticos que impedem a SME-SP de adquirir os alimentos que constituem a culinária guarani, motivo pelo qual esses alimentos são adquiridos por meio do repasse de verbas à ONG que atua como órgão gestor dos CEII/CECI. E, como vimos anteriormente, nesse processo de terceirização dos serviços de alimentação, problemas de gestão da ONG acabaram por comprometer também a qualidade, a quantidade e a variedade de alimentos servidos nessas Unidades Escolares.

Uma das entrevistadas também apontou que a inclusão de alimentos que não são familiares aos Guarani acaba por gerar desperdício, uma vez que os auxiliares de cozinha não sabem prepará-los e, quando o sabem, as crianças acabam descartando-os. Nesse sentido, outra entrevistada sugeriu que fossem seguidas as orientações apresentadas na Resolução n. 38/2009 da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação, no que concerne à alimentação escolar destinada às populações indígenas e quilombolas.

8. O papel dos CECI nas comunidades

Até aqui, nos dedicamos à análise de diversos pontos referentes aos CEII, tomando por foco diferentes aspectos do seu funcionamento, as experiências dos seus funcionários, dos gestores e a aprendizagem das crianças matriculadas. Nesta seção do relatório, olharemos mais especificamente para os CECI e o papel que eles têm nas respectivas comunidades.

Nesse sentido, cumpre recordar que os três CEII/CECI são formados por um Centro de Educação Infantil Indígena (CEII) e um Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI). O primeiro destina-se à escolarização de crianças na faixa etária de 0 a 5 anos e 11 meses de idade⁸⁰, enquanto o segundo, de acordo com o Decreto n. 44.389/04 que o instituiu,

propiciará à população indígena o acesso à informação, informática, biblioteca e à cultura indígena, tudo integrado a um Centro de Educação Infantil, constituindo extensão das comunidades indígenas, num complexo único, em todas as suas dimensões, desde o projeto arquitetônico até o projeto político-pedagógico, elaborados em conjunto com a liderança indígena das aldeias atendidas, conferindo novo significado à educação tradicional indígena na Cidade de São Paulo.

Desse modo, os três CECI têm como proposta básica serem espaços de desenvolvimento de atividades educacionais e culturais, destinados ao atendimento de toda a população residente nas Terras Indígenas Jaraguá e Tenonde Porã, onde estão localizados.

O conjunto de entrevistas realizadas com os Guarani evidencia que os CECI são concebidos por eles como espaços comunitários que devem manter uma relação de complementariedade com outros espaços das comunidades e com as atividades realizadas nesses lugares. Para tanto, é necessário que haja uma participação efetiva das lideranças e de outros moradores das aldeias na elaboração e na execução de ações desenvolvidas nos CECI. Como explicou o cacique da Tekoa Pyau: “O CECI é uma semente que a opy (casa de rezas) abriu para a comunidade”. Há, portanto, o entendimento de que os CECI são fruto do esforço conjunto das lideranças religiosas e políticas e dos coletivos que formam as comunidades guarani na Cidade de São Paulo. Em outras palavras, a relação dos CECI com outros espaços, tais como a casa de rezas, é vista como condição que lhe deu existência e, portanto, é fundamental entender e investir nessa relação para alcançar os objetivos propostos para os CECI.

8.1 Avaliação do funcionamento atual dos CECI e seu papel nas comunidades

As entrevistas apontam que os CEII, mais do que os CECI, têm um papel fundamental na educação das crianças de 0 a 6 anos de idade; na promoção da segurança alimentar nas aldeias atendidas; na distribuição de renda, por meio dos salários dos funcionários, que beneficiam parte considerável das famílias nessas aldeias; na criação de espaços de interlocução e colaboração com instituições e representantes do poder público, sobretudo, com diferentes instâncias da administração municipal e, particularmente, com a SME-SP.

Por outro lado, as entrevistas também mostram que os CECI não cumprem plenamente os objetivos de propiciar à população o acesso a atividades educacionais e culturais e de estabelecer uma articulação mais efetiva com os demais espaços de desenvolvimento de conhecimentos

80 Na prática, as crianças continuam frequentando os CEII/CECI até completarem seis anos de idade e ingressarem no Ensino Fundamental, motivo pelo qual convencionamos a faixa etária de 0 a 6 anos, neste relatório.

e práticas nas TIs Jaraguá e Tenonde Porã. Segundo os entrevistados, isso decorre de alguns fatores, dentre os quais se destacam: (1) a falta de recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades e para a remuneração de pessoas capacitadas a orientar a realização dessas atividades; (2) a falta de materiais para a realização de oficinas destinadas à produção de artesanatos guarani; (3) a falta de equipamentos e de sementes e mudas para as atividades de plantio; (4) a escassez de investimento na manutenção da infraestrutura e dos equipamentos dos CECI; (5) a necessidade de definir melhor os objetivos e o papel dos CECI para que seja traçado um plano de implementação desses objetivos; (6) do mesmo modo, a falta de clareza quanto aos objetivos e as estratégias de execução também resulta numa dificuldade para avaliar em que medida os CECI atendem às expectativas dos Guarani.

Mais adiante, abordaremos um conjunto de propostas elaboradas pelos funcionários dos CECI, lideranças guarani e outros moradores das aldeias para o aprimoramento desses pontos. Mas antes, cumpre explicitar alguns aspectos positivos dos CECI, que foram identificados durante a avaliação.

Nesse sentido, embora haja atualmente uma falta de materiais para a realização de atividades de produção de artesanato, muitos entrevistados afirmaram que, quando eram realizadas oficinas deste tipo, elas contavam com uma participação muito grande das comunidades, oferecendo momentos importantes de aprendizagem e interação entre pessoas de várias faixas etárias. Inclusive, as pessoas que participaram dessas oficinas afirmam ter aprendido tanto com pessoas mais velhas como com as pessoas mais jovens, que trabalhavam juntas na produção de objetos da cultura material guarani, seguindo diferentes técnicas.

O acesso que as crianças, os jovens e os adultos têm à informática e ao uso de recursos audiovisuais, inclusive, a implementação das rádios comunitárias, também foi salientado como um dos aspectos positivos dos CECI. Há, todavia, a necessidade de fazer a manutenção regularmente nos equipamentos, sobretudo, nos computadores. Os entrevistados também explicitaram a importância de haver equipamentos e estrutura para a exibição dos materiais audiovisuais que são produzidos nos CECI.

Outro ponto positivo ressaltado pelos entrevistados é o uso exclusivo da língua guarani em todas as atividades realizadas nos CECI. Isso é entendido como uma forma de valorizar a língua, incentivando as pessoas de várias faixas etárias a utilizarem a língua materna como principal meio de comunicação oral e escrita.

8.2 Expectativas e sugestões para os CECI

Dada a importância que os Guarani atribuem aos CEII e aos CECI e diante da necessidade explicitada por eles de ampliar e aprimorar o atendimento que os CECI disponibilizam às crianças, aos jovens e aos adultos das comunidades, apresentamos, a seguir, um conjunto de expectativas e sugestões formuladas por funcionários, familiares de alunos e lideranças. Os processos de elaboração e de discussão dessas propostas revelaram que, embora cada comunidade e CECI tenha suas especificidades, grande parte das expectativas e sugestões são compartilhadas e se estendem aos três CECI. Por isso, apresentaremos o conjunto de propostas, apontando, no corpo do texto, especificidades pertinentes a cada aldeia ou CECI.

Em primeiro lugar, é importante frisar que, para os CECI cumprirem satisfatoriamente seu papel como centros fomentadores de práticas educativas e culturais, fortalecendo, assim, a educação tradicional e a cultura guarani, é necessário que eles disponham de estrutura adequada para isso. Nesse sentido, a atual estrutura dos CECI precisa de manutenção e reformas, porque há portas, janelas e outros elementos estruturais que estão quebrados ou em situação precária. Os brinquedos dos parquinhos também precisam ser reformados, pois apresentam riscos à segurança das crianças. E, como já foi apontado anteriormente, será necessário investir na ampliação da capacidade de atendimento dos refeitórios e na melhoria dos equipamentos das cozinhas, para que seja possível dar conta da demanda atual, no que diz respeito à alimentação nos CECI.

As sugestões de atividades abrangem a realização de oficinas e cursos com pessoas guarani que sejam especialistas na produção de diferentes artesanatos (arco, flecha, zarabatanas, armadilhas, cestas, objetos feitos de argila/barro, instrumentos musicais e religiosos, adornos corporais etc.). Há também a solicitação de que as oficinas de artesanato contemplem técnicas usadas por outros povos indígenas. Alinhada com essas sugestões, está a proposta de ampliar a participação nos CECI de pessoas mais velhas que possam compartilhar conhecimentos sobre a culinária, as práticas corporais, os cuidados no desenvolvimento da pessoa (em diversas fases: a infância, a juventude, a vida adulta, a velhice), as práticas religiosas e as narrativas concernentes às origens e aos modos de existência atuais dos diversos seres e sujeitos que povoam as moradas celestes e terrestres. Para a realização desses cursos e oficinas é imprescindível que haja recursos para remunerar os especialistas, garantir o deslocamento daqueles que residem em outras aldeias e também possibilitar a coleta de matéria prima para a confecção de artesanato nas aldeias. Cabe mencionar, novamente, que apenas parte desses materiais encontra-se nas adjacências das TIs Jaraguá e Tenonde Porã, portanto, parte considerável terá de ser coletada e transportada, a partir das aldeias no litoral paulista e no Vale do Ribeira.

Ainda no que diz respeito a essas oficinas, os coordenadores educacionais e culturais dos CECI enfatizaram a importância de terem mais autonomia na organização de atividades concernentes aos CECI. Esta reivindicação se deve ao fato de que, atualmente, suas propostas precisam ser apresentadas à ONG conveniada como Órgão Gestor dos CEII/CECI e, frequentemente, a ONG nega as solicitações que são apresentadas pelos coordenadores, com base em motivos burocráticos ou financeiros.

As atividades relacionadas ao plantio de sementes e mudas pertinentes à agricultura guarani e de plantas nativas para recompor as áreas atualmente desmatadas foram propostas como ações que permitirão a participação de pessoas de todas as faixas etárias e uma articulação maior entre as atividades pedagógicas e culturais dos CECI e as demandas gerais das comunidades. A realização dessas atividades requer a obtenção de sementes e mudas em aldeias do litoral paulista e no Vale do Ribeira, assim como a aquisição e a guarda adequada de instrumentos para o plantio. Propõe-se, nesse sentido, a destinação de um espaço nos CECI ou a construção de um novo espaço para guardar as sementes e os utensílios de plantio.

Também foi sugerida a realização de cursos e oficinas com foco na escrita da língua guarani. Isso está relacionado ao momento atual, em que os Guarani procuram estabelecer uma padronização ortográfica, e também à demanda de jovens e adultos que não são alfabetizados. Por outro lado, os jovens e adultos, que sabem escrever, têm a expectativa de que possam, a partir desses cursos e oficinas, produzir materiais em língua guarani para uso nas escolas ou em outros espaços. Cabe também apontar que a produção de materiais escritos em língua guarani vem atender a uma

reivindicação antiga dos Guarani na Cidade de São Paulo e alhures, no sentido de suprir a demanda por materiais didáticos em língua nativa, produzidos pelas próprias comunidades.

Foi também explicitada a necessidade de desenvolver oficinas focadas nos direitos dos povos indígenas, abordando temas como demarcação de terras, gestão territorial, educação, saúde e cultura. Essas oficinas contariam com lideranças políticas das aldeias da capital paulista e de outras localidades, assim como especialistas não indígenas.

No que diz respeito à participação de especialistas não indígenas em oficinas e cursos oferecidos nos CECI, também foram propostos cursos de artes plásticas e de música. O primeiro poderia abranger diferentes técnicas e materiais utilizados em desenhos, artes gráficas, pintura, cerâmica e tecelagem. Já, no caso do curso de música, foi sugerido que o curso contasse com instrumentos guarani e não indígenas, em que os participantes aprendessem sobre a história da música, os diversos estilos e instrumentos e também aprendessem a ler partituras e a fazer transcrição musical, inclusive de músicas guarani.

Além dos cursos de artes plásticas e música, os jovens e adultos sugeriram que fossem oferecidos cursos de capoeira e artes marciais e também de informática e audiovisual. Embora os educadores dos CEII/CECI já tenham participado de cursos de informática e audiovisual, há a proposta de que eles sejam oferecidos à população geral das aldeias. Nesse mesmo sentido, propuseram a criação de um cineclube nos CECI, em que fossem realizadas sessões semanais de exibição de filmes, seguidas por debates com os cineastas e outros especialistas indígenas e não indígenas. Essa iniciativa demandaria uma parceria com a Secretaria Municipal de Cultura, que tem vários projetos relacionados a cinema e audiovisual e também com organizações da sociedade civil que atuam nesse setor.

Na discussão das propostas, também foi sugerida a realização de um curso de costura, pois as aldeias da capital já possuem os equipamentos, porém faltam instrutores que possam dar orientações básicas sobre o uso desses equipamentos, modelagem, corte, costura e acabamento. Os Guarani também apontaram que os CECI poderiam oferecer oficinas, nas quais crianças, jovens e adultos aprendam a confeccionar brinquedos, a partir de diferentes materiais.

As propostas de atividades para os CECI também englobam práticas esportivas, que ainda não foram mencionadas nas seções anteriores deste relatório e que demandariam equipamentos e estrutura específicos para a sua realização. É nesse sentido que os Guarani reivindicam a construção de uma quadra poliesportiva nos CEII/CECI Krukutu e Jaraguá e uma piscina no CEII/CECI Jaraguá. Essas propostas têm por base o fato de que as crianças e os jovens das aldeias têm poucas opções para a realização de atividades esportivas, de recreação e lazer. Ademais, a existência desses equipamentos permitiria o desenvolvimento de ações educativas que tivessem as práticas esportivas como eixo. Isso também ofereceria às crianças e aos jovens guarani alternativas que reduziriam a vulnerabilidade aos problemas que atingem os jovens indígenas e não indígenas nos centros urbanos, tais como a falta de espaços para a prática de esportes, a falta de ambientes seguros para a recreação, a violência e o uso de drogas e álcool.

Ter espaços para práticas esportivas também possibilitaria receber grupos de outras aldeias e de escolas não indígenas para a realização de competições. Essas competições constituiriam oportunidades para fomentar a relação entre os jovens guarani de diversas aldeias e jovens não indígenas residentes na Cidade de São Paulo. Cabe ressaltar que a interação com outros jovens, por meio do esporte, pode ajudar no fortalecimento da autoestima e da identidade, além de contribuir para diminuir as práticas de discriminação de que os jovens guarani são alvo.

Os Guarani também observam que os CEUs, comparáveis em muitos sentidos aos CECI, possuem quadras poliesportivas e piscina, e que estas constituem um aspecto fundamental na integração entre a comunidade escolar e do entorno.

Cumpra também salientar que as práticas esportivas e do corpo constituem dimensões fundamentais da cultura guarani, assim como de qualquer outro povo. Nesse sentido, a presença de espaços seguros para a realização dessas práticas é uma necessidade premente dos Guarani, sobretudo, daqueles que residem na TI Jaraguá, onde o acesso a rios despoluídos é restrito ou interditado⁸¹.

Convém também apontar que a realização de competições esportivas tem se tornado um fator importante no cotidiano dos povos indígenas no Brasil. Portanto, embora fosse possível, à primeira vista, argumentar que uma piscina e uma quadra poliesportiva não fazem parte da cultura tradicional dos Guarani, uma análise mais profunda das suas práticas socioculturais revela que a realização de esportes, em equipamentos deste tipo, está articulada ao escopo mais amplo do seu cotidiano.

No que diz respeito à construção desses equipamentos, é necessário levar em conta a escassez de espaço na aldeia Tekoa Pyau, onde está localizado o CECI Jaraguá. Nesse sentido, se, na elaboração do projeto de construção, forem constatados problemas quanto à utilização do espaço da Tekoa Pyau, há a possibilidade de que tais equipamentos sejam construídos em uma das áreas adjacentes a essa aldeia, dentro dos limites estabelecidos na Portaria Declaratória de Demarcação da TI Jaraguá⁸².

Outra proposta se refere à realização de atividades e caminhadas pela mata. Em termos de recursos, essas atividades demandariam apenas garantir a alimentação dos participantes, e isso poderia ser feito destinando parte dos alimentos do CEII/CECI para uso durante essas atividades. Inclusive, caminhadas mais curtas, nas áreas de mata mais próximas às aldeias, teriam por público-alvo as crianças matriculadas nos CEII. Porém, há também a expectativa, manifestada por muitos jovens e adultos, de que eles possam fazer caminhadas mais longas entre as aldeias da capital e as litorâneas. Cabe apontar que essas experiências, sejam caminhadas mais curtas, ou as mais longas, permitiriam que crianças e jovens aprendessem a identificar os diferentes seres que vivem na mata, a fazer armadilhas e a coletar diversos materiais para a alimentação e a confecção de artesanatos e remédios.

Os Guarani também propuseram que os CECI promovessem mutirões, em que os jovens aprendessem a cuidar do espaço em torno de cada CECI e também ajudassem nos cuidados com outros espaços coletivos e na realização de atividades diversas, como capinar, coletar lenha,

81 Nesse sentido, é importante esclarecer que, da área total da TI Jaraguá, apenas a aldeia Tekoa Ytu está demarcada. O acesso aos cursos d'água que se encontram nas demais áreas dessa Terra Indígena é dificultado, devido às pendências judiciais que impedem o usufruto das áreas de sobreposição com o Parque Estadual do Jaraguá e das áreas que são reivindicadas judicialmente ou disputadas extraoficialmente por grupos e indivíduos não indígenas. Cumpra também mencionar que os cursos d'água que atravessam a aldeia Tekoa Ytu são contaminados pelo esgoto que é lançado no rio antes da sua chegada à aldeia.

82 Embora a Portaria Declaratória não represente a finalização do processo de demarcação de uma Terra Indígena, é necessário reconhecer que isso não impede a construção de equipamentos públicos na mesma. Esta questão já foi enfrentada e resolvida, quando da construção do CEII/CECI Jaraguá, na aldeia Tekoa Pyau, já que essa Unidade Educacional foi construída, antes mesmo da realização dos estudos de identificação e delimitação que incluem a área da Tekoa Pyau como parte da TI Jaraguá.

cuidar das roças, etc. O envolvimento dos jovens nessas atividades foi apontado como fundamental não apenas para que desenvolvam essas habilidades, mas também para que aprendam a assumir responsabilidades indispensáveis para o seu amadurecimento e para o bem-estar coletivo.

Ainda com o objetivo de contribuir para o amadurecimento dos jovens e para a sua inserção nas dinâmicas sociais, políticas e culturais das suas comunidades, os educadores guarani enfatizaram a importância de incluir os jovens no planejamento e na realização de atividades nos CECI. A inclusão desses jovens possibilitaria a elaboração de atividades que atendam aos interesses dessa parte da população, permitindo aos jovens assumirem um protagonismo maior no âmbito dos CECI e das suas comunidades. Isso também contribuiria para a sua formação profissional, uma vez que poderiam, futuramente, trabalhar nessas Unidades.

Para encerrar a exposição das demandas relativas aos CECI, é importante ressaltar que a implementação delas necessita agregar às ações já desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação parcerias com outras secretarias da administração municipal, tais como: as Secretarias de Cultura, do Esporte, do Meio Ambiente e do Verde, de Direitos Humanos e de Saúde, entre outras. Os educadores e lideranças guarani acreditam que, por meio de um trabalho integrado com diversas instâncias da administração pública, será possível garantir os objetivos centrais dos CECI e CEII.





Capítulo 4

Avaliação geral dos CEII/CECI

Introdução

Este capítulo apresenta uma síntese da avaliação geral dos impactos dos CEII/CECI Jaraguá, Tenonde Porã e Krukutu. Tal avaliação implica numa análise dos seus pontos positivos e também de pontos críticos que precisam ser melhorados. De início, abordaremos os aspectos e impactos positivos dos CEII/CECI. Em seguida, trataremos dos seus aspectos problemáticos e apresentaremos um conjunto de sugestões e expectativas para a melhoria das experiências que eles proporcionam, em termos de ações voltadas à educação e à cultura guarani. Trata-se de uma avaliação geral que contempla as três Unidades dos CEII/CECI, portanto, sempre que houver questões específicas a uma das Unidades, estas serão devidamente identificadas.

Cabe, mais uma vez, ressaltar que essa avaliação e as expectativas concernentes aos CEII/CECI foram obtidas e organizadas por meio de entrevistas realizadas com lideranças políticas e religiosas guarani, funcionários dos CEII/CECI e familiares de alunos. A avaliação também contempla informações obtidas por meio de entrevistas realizadas com agentes públicas que atuam ou atuaram junto aos CEII/CECI, desde a criação dos mesmos. Assim como ocorreu em outras seções deste relatório, os conteúdos das entrevistas realizadas com as agentes públicas são apresentados após a exposição das informações explicitadas pelos Guarani.

Cumpramos também esclarecer que todos os pontos abordados neste relatório: a aprendizagem dos alunos dos CEII, a formação profissional dos funcionários, a atuação desses funcionários, a alimentação escolar, o papel dos CEII/CECI na comunidade e a atuação dos órgãos responsáveis pela gestão dos CEII/CECI são retomados neste capítulo. Portanto, o capítulo representa uma revisão sintética de pontos já apresentados em outras partes do relatório.

1. Aspectos e impactos positivos dos CEII/CECI

Como foi destacado em vários momentos deste relatório, os CEII/CECI são vistos pelos Guarani das TIs Jaraguá e Tenonde Porã como espaços importantes de realização de atividades educacionais e culturais, que podem contribuir decisivamente não apenas para a aprendizagem das crianças matriculadas nos CEII, mas também para uma melhoria na qualidade de vida de grande parte da população guarani residente na Cidade de São Paulo. As relações que se estabelecem com diversos agentes indígenas e não indígenas, no âmbito dos CEII/CECI ou por meio do envolvimento dos Guarani nas políticas de educação escolar do Município de São Paulo, são entendidas como fundamentais, em termos da realização de direitos básicos da população guarani. Por isso, observa-se que esse programa contribui não apenas para assegurar o direito à educação, mas também para ampliar o acesso à saúde, à alimentação, à regularização das terras guarani e à cultura. Além disso, a interlocução com outros povos indígenas e com a população não indígena, realizada por meio de ações dos CEII/CECI, é também considerada um meio importante de combate à discriminação e de divulgação mais ampla de conhecimentos a respeito dos povos indígenas no Município de São Paulo.

Considerando que a aprendizagem dos alunos dos CEII é um dos objetivos principais do programa, começaremos por esta parte. Nesse sentido, a possibilidade que os Guarani têm de desenvolver uma educação especificamente voltada para as crianças pequenas, por meio de uma política pública de apoio às suas práticas educacionais e culturais, é entendida como uma conquista muito importante. Portanto, mesmo que, tradicionalmente, a educação das crianças guarani, sobretudo aquelas que têm entre 0 e 6 anos de idade, não seja realizada no âmbito de instituições escolares, os Guarani avaliam que os CEII/CECI contribuem para reforçar e complementar os processos de circulação de conhecimento que ocorrem em outros espaços fundamentais da comunidade, como os núcleos familiares e as casas de rezas. Essa articulação tem sido viabilizada por várias medidas, dentre as quais se destaca a elaboração de um calendário de atividades específico para cada CEII/CECI, baseado num planejamento que contempla as atividades cotidianas e rituais mais amplas de cada comunidade.

É também por causa da atenção ao desenvolvimento e às necessidades das crianças nessa faixa etária que os CEII/CECI são vistos como espaços onde as crianças adquirem conhecimentos fundamentais para se desenvolverem como pessoas que respeitem a própria cultura, sejam cientes dos seus direitos e ajudem as suas comunidades. Nesse sentido, várias atividades são concebidas como ações que têm um impacto positivo e duradouro na formação dos alunos dos CEII. Estas atividades incluem: as brincadeiras, as visitas das crianças às casas de rezas, as experiências realizadas nas áreas de mata, a confecção de artesanatos, a preparação de alimentos guarani, a aprendizagem de músicas e danças, assim como as histórias e os ensinamentos aprendidos por meio da convivência com as pessoas mais velhas.

Nesta mesma direção, uma das lideranças, que é também funcionário do CEII/CECI Jaraguá e pai de alunos, procurou resumir a avaliação dos seus parentes e colegas: “O CECI é um lugar onde as crianças se sentem livres e felizes, onde podem brincar e serem bem-cuidadas”. Ele enfatizou o fato de que as crianças têm liberdade para escolher as atividades de que querem participar e, além disso, a rotina prevê momentos em que as crianças façam atividades lúdicas orientadas pelos monitores ou desenvolvam brincadeiras de livre escolha. Ainda no que se refere às atividades lúdicas, o aprendizado de brincadeiras tradicionais guarani e a confecção de brinquedos também foram apontados como aspectos positivos dos CEII.

Aliás, ensinar as crianças a produzirem seus próprios brinquedos é entendida como uma forma de estimular a sua autonomia e minimizar os apelos ao consumismo a que as crianças são expostas, sobretudo, quando assistem à televisão ou passeiam com seus familiares pela cidade.

A realização de oficinas de produção de artesanato também foi destacada como um aspecto muito positivo não apenas para a aprendizagem das crianças matriculadas nos CEII, mas também para outras crianças, jovens e adultos. Estas oficinas permitem aprimorar técnicas de confecção de objetos, tais como: cestos, colares, arcos, flechas, zarabatanas, bichinhos de madeira, e também aprender mais sobre os materiais que são usados, os modos apropriados de coleta e de preparo deles para o manuseio. Outras atividades artísticas desenvolvidas nos CEII também foram mencionadas como positivas. Estas incluem: pintura, desenho, dança e canto.

Como já foi amplamente discutido, a alimentação servida para as crianças e outros moradores das aldeias (sobretudo, as gestantes, as lactantes, os jovens e os idosos) é considerada um dos aspectos mais positivos dos CEII/CECI. Inclusive, ela é avaliada como sendo muito melhor do que aquela oferecida nas escolas indígenas da Rede Estadual de Ensino, destacando-se, principalmente, por ser composta por produtos frescos e condizentes com a alimentação guarani, embora seja possível, como já foi mencionado, melhorá-la e reforçar a relação da alimentação escolar com as práticas culinárias guarani. Todavia, os Guarani ressaltaram que a alimentação dos CEII/CECI representa uma conquista das comunidades na interlocução com o poder público, no sentido de garantir o acesso das crianças e de outros segmentos da população à alimentação saudável e também de contribuir para melhorar a saúde das crianças. Nesse sentido, um dos entrevistados enfatizou que, “é muito bom ver que quando as crianças acordam, elas já sabem que terão onde comer. Mesmo as crianças mais velhas que não são matriculadas sabem que terão alimentação garantida no CECI”.

As entrevistas também apontam que as pessoas avaliam muito bem o funcionamento da cozinha dos CEII/CECI e a qualidade dos alimentos que são preparados e servidos pelos auxiliares de cozinha. Outro aspecto positivo relacionado à alimentação é a distribuição que a SME-SP faz de leite de boa qualidade para as famílias das crianças matriculadas nos CEII.

Um ponto que diz respeito à alimentação e também à disponibilidade de materiais para a confecção de artesanatos e remédios guarani é o plantio. As atividades de plantio não são muito frequentes na rotina dos CEII/CECI, mas, quando ocorrem, são avaliadas como fundamentais tanto para complementar a alimentação escolar (já que não seria possível, neste momento, atender plenamente à demanda de alimentos por meio do seu plantio nas aldeias), como para fornecer parte da matéria prima necessária à produção de artesanatos (outros materiais teriam que continuar sendo coletados em outras aldeias ou comprados no comércio).

O plantio também tem um papel educativo e sociocultural importantíssimo, além de auxiliar no reflorestamento de áreas desmatadas das aldeias, pois, além dos produtos de agricultura, os Guarani também pretendem dar continuidade ao plantio de mudas e sementes de plantas nativas da mata atlântica. Ademais, o cultivo de plantas nativas também tem contribuído para uma maior disponibilidade de remédios usados nas práticas terapêuticas guarani.

O contato com plantas e animais nativos da mata atlântica, por sua vez, também tem sido realizado por meio de visitas das crianças dos CEII ao Parque Estadual do Jaraguá e às matas que se encontram próximas à TI Tenonde Porã. Essas visitas são consideradas muito importantes pelas crianças, seus familiares e os educadores dos CEII/CECI. Porém, no caso do Parque Estadual do Jaraguá, as políticas de gestão do Parque colocam muitas restrições para os Guarani, impedindo que eles coletem materiais ou que as crianças e os jovens se banhem nos cursos d’água existentes.

Outro aspecto considerado central na aprendizagem e no desenvolvimento sociocultural das crianças se refere ao uso exclusivo da língua guarani nos CEII/CECI e em todas as atividades que envolvem as crianças. Nesse sentido, o uso da língua guarani na produção de materiais audiovisuais, na internet e na Rádio Escolar Kyringue também é visto como importante estímulo ao fortalecimento da língua e da cultura guarani.

Os educadores também afirmam que o uso de diferentes tipos de tecnologia tem ampliado suas formas de comunicação, favorecendo, inclusive, a produção e o registro de conhecimentos. Nesse sentido, apontam que o uso de ferramentas computacionais e, sobretudo, da internet contribui para a comunicação com parentes em aldeias distantes, com outros povos indígenas e com pessoas não indígenas. Assim, os recursos audiovisuais e a internet têm sido usados pelos educadores e lideranças guarani na luta pela garantia de direitos básicos e contra a pressão que sofrem por parte de segmentos da população associados às agendas anti-indígenas.

Cabe também salientar que o uso de ferramentas computacionais e audiovisuais tem recebido muito interesse por parte dos jovens e adultos guarani, constituindo formas de estender o atendimento dos CECI para abranger a população que não está contemplada na Educação Infantil, foco dos CEII.

Nesta mesma direção, os Guarani ressaltaram que o “Recreio nas Férias” é o programa do CECI que agrega a maior parte das crianças das aldeias. Inclusive, no caso do CECI Jaraguá, as lideranças da Tekoa Ytu, aldeia em que a taxa de matrícula de crianças de 0-6 anos no CEII é baixa, afirmaram que o “Recreio nas Férias” tem sido o único projeto do CEII/CECI que conta com a participação de quase todas as crianças da Tekoa Ytu.

Outro ponto positivo dos CEII/CECI diz respeito às experiências de convivência que nele se desenvolvem. Os Guarani ressaltaram que a convivência dos funcionários entre si e com as crianças é muito boa. E, com vistas ao aprimoramento das relações de convivência das crianças, os educadores enfatizam o quão importante tem sido o agrupamento de crianças de várias faixas etárias. Isto é, à diferença do que ocorre nas escolas de Educação Infantil não indígenas, os CEII/CECI não dividem as crianças em turmas, com base na faixa etária. Nesse sentido, a autonomia que os educadores guarani têm para realizar as ações pedagógicas, respeitando as formas de organização sociocultural guarani tem sido fundamental para a circulação de conhecimentos e para o desenvolvimento integral das crianças.

Os educadores também relataram que a rotina dos CEII/CECI é marcada pela colaboração na realização dos trabalhos e por uma comunicação boa entre os diversos funcionários, independente do cargo que ocupam. Isso foi atribuído ao fato de que há relações próximas de parentesco entre os funcionários e também com os alunos. Por isso, à diferença do que ocorreria numa instituição de ensino fora da aldeia, todos se conhecem há muito tempo e estão acostumados a se ajudarem mutuamente. As relações de parentesco entre os funcionários e os familiares de alunos também são apontadas como um dos fatores que contribui para uma integração maior dos CEII/CECI com a comunidade, embora este ponto precise ser melhorado, conforme veremos nas próximas seções.

Há também de se destacar que o CEII/CECI é uma fonte importante de geração e distribuição de renda, que impacta não apenas os funcionários, mas uma rede muito mais ampla de indivíduos e famílias, conforme demonstrado anteriormente nesse relatório.

Outros aspectos que os Guarani avaliaram positivamente são: os brinquedos específicos para as crianças pequenas, um chuveiro externo em que as crianças se refrescam nos dias de calor,

a limpeza e a segurança dos espaços dos CEII/CECI, o fato de que a sala de informática é usada pelos alunos da escola estadual para a realização de pesquisas e trabalhos escolares e que o espaço dos CEII/CECI tem sido usado como lugar de discussão e divulgação de informações concernentes às lutas por direitos fundamentais. No que diz respeito a este último ponto, os Guarani ressaltaram que os CEII/CECI ocupam um espaço central nas comunidades, o que estimula o encontro não apenas das crianças matriculadas nos CEII, mas também dos jovens e adultos. Nesse sentido, os CEII/CECI são lugares acessíveis, o que contribui para estimular a participação da comunidade nas atividades promovidas nesses Centros.

Os entrevistados também ressaltaram que o fato de os CEII/CECI estarem vinculados à SME-SP tem resultado em boas oportunidades para a interlocução com outras escolas da Rede Municipal de Ensino e outras secretarias municipais. A produção de materiais bilíngues, por parte dos educadores e alunos dos CEII/CECI, também é uma ação que fomenta essa interlocução e contribui para a divulgação de informações concernentes aos povos indígenas a um amplo público.

2. Aspectos positivos dos CEII/CECI, apontados pelas agentes públicas

Durante as entrevistas, as agentes públicas descreveram vários aspectos dos CEII/CECI que consideram positivos. Estes incluem a percepção de que os CEII/CECI foram reivindicados pelos Guarani e, ao longo da sua implementação, foram apropriados pelas comunidades de forma a se tornarem parte das estratégias de continuidade e fortalecimento da cultura guarani. Nesse sentido, umas das agentes públicas apontou que os CEII/CECI são centros de discussão e desenvolvimento de políticas públicas e das relações que os Guarani estabelecem com o poder público e com a população não indígena. Outras agentes públicas ressaltaram também o envolvimento positivo das lideranças políticas e religiosas guarani na discussão da proposta pedagógica dos CEII.

Em termos de impactos decorrentes das políticas públicas relacionadas aos CEII/CECI, foram destacados os seguintes: a geração de emprego e renda nas aldeias; a segurança alimentar das crianças atendidas pelo programa; a diminuição expressiva nas taxas de desnutrição, adoecimento e mortalidade infantis.

Os CEII/CECI também foram reconhecidos como um programa que estimula o uso da língua guarani; contribui para a autoestima das crianças e dos educadores, por meio de ações que valorizam a sua cultura; dá visibilidade à presença de povos indígenas na Cidade de São Paulo e às lutas pela garantia dos seus direitos; favorece o protagonismo dos Guarani na definição de políticas públicas voltadas às suas comunidades.

Nesse sentido, convém recordar a excelente qualidade dos materiais impressos e audiovisuais produzidos pelos educadores e alunos dos CEII/CECI, em colaboração com outras pessoas das aldeias. Lembremos, ainda, que o primeiro material produzido por eles resultou de pesquisas realizadas pelos educadores no período de criação dos CEII/CECI, quando coletaram, junto às pessoas mais velhas das suas comunidades, um conjunto extenso e variado de narrativas. Nesse sentido, cabe apontar que, já naquele primeiro trabalho, ficaram evidentes o cuidado e o esforço dos educadores em elaborar materiais que favoreçam a aprendizagem das crianças, inclusive, por meio

de diferentes ferramentas tecnológicas, tais como equipamentos de audiovisual e informática. É também importante reconhecer que a produção desses materiais resultou de investimentos públicos e do empenho das equipes da SME-SP, das DREs e de outros profissionais contratados por meio de oficinas e consultorias.

No que diz respeito a ações que dão maior visibilidade à presença de povos indígenas na Cidade de São Paulo, é importante mencionar a realização da Mostra Cultural Agosto Indígena, evento que agrega oficinas, cursos, seminários e mostras de cinema e fotografia dirigidas aos professores da Rede Municipal de Ensino. Trata-se de um evento realizado anualmente, desde 2014, que divulga informações concernentes aos povos indígenas residentes na Cidade de São Paulo, apresenta trabalhos educacionais e culturais desenvolvidos por esses povos e combate a discriminação enfrentada por essa população.

Também foi ressaltado que a constituição de uma Associação de Pais e Mestres, em cada CEII/CECI, favoreceu a destinação de verbas oriundas do Programa de Transferência de Recursos Financeiros (da Prefeitura de São Paulo), do Programa Dinheiro Direto na Escola (do Governo Federal) e do Plano de Desenvolvimento da Educação (do Governo Federal) para os CEII/CECI e permitiu que as comunidades guarani definissem a utilização desses recursos, com base em discussões coletivas.

As agentes públicas também avaliaram positivamente alguns aspectos relacionados à infraestrutura dos CEII/CECI. Nesse sentido, foi apontado que o projeto arquitetônico de cada Unidade respeita as condições sócio-paisagísticas-culturais de cada aldeia e foi elaborado com as lideranças guarani. O fato de que a estrutura, de cerca de 500 m², conta com salas de aula, refeitório, cozinha, banheiros, secretaria, sala de informática, rádio comunitária e auditório também foi identificado como algo positivo. Porém, como veremos mais adiante, tanto a infraestrutura, como os equipamentos dos CEII/CECI demandam constante manutenção.

3. Pontos críticos e propostas de melhoria

Os pontos aqui abordados já foram detalhados em seções anteriores deste relatório e, portanto, serão retomados de forma resumida aqui. É preciso salientar que o enfrentamento dos problemas aqui apontados é imprescindível para o desenvolvimento e o aprimoramento das políticas públicas culturais e de Educação Escolar Indígena no Município de São Paulo, os dois focos dos CEII/CECI. Por isso, cada problema identificado é seguido por um conjunto de propostas de ajustes. Essas propostas têm por objetivos centrais: (1) ampliar as contribuições dos CEII/CECI para o desenvolvimento pleno de crianças, jovens e adultos, possibilitando, assim, sua participação ativa nos âmbitos social, político e cultural, e (2) subsidiar a implementação de medidas que fortaleçam a relação necessária entre escola, família e comunidade, conforme o previsto na legislação e nos planos educacionais brasileiros.

Produção de artesanato e outros objetos da cultura material guarani mbya

É importante enfatizar que os CEII/CECI têm por objetivo, desde sua criação, proporcionar atividades educacionais e culturais não apenas às crianças matriculadas nos CEII, mas ao conjunto mais amplo da população guarani residente no município. O cumprimento desse objetivo requer o acesso aos materiais e matéria-prima necessários para a realização dessas atividades. Estes materiais incluem: sementes e mudas para as atividades de plantio, assim como sementes, taquara, cipó, miçangas, argila, madeira, cabaças e outros itens para a confecção de artesanatos e outros objetos da cultura material guarani. Cabe lembrar que, com exceção das miçangas que podem ser compradas no comércio, todos os demais materiais precisam ser coletados nas matas em torno das TI Tenonde Porã e Jaraguá ou em outras aldeias, exigindo, portanto, a disponibilidade de recursos para o deslocamento das pessoas que farão essa coleta e para o transporte desses materiais. Também precisam ser adquiridas ferramentas para a confecção de artesanato, por exemplo, faquinhãs para as esculturas em madeira e facões para o corte de taquara e madeira.

Atividades de plantio

A agricultura é uma parte central da vida dos Guarani e, embora atualmente eles vivam em espaços com poucas áreas disponíveis para a criação de roças, as atividades relacionadas ao plantio continuam ocupando um lugar fundamental na aprendizagem das crianças e dos jovens guarani. No entanto, essas atividades têm pouco espaço na rotina pedagógica dos CEII/CECI. Por isso, foi apontada a necessidade de aquisição de ferramentas para as atividades de plantio, inclusive ferramentas específicas para crianças pequenas. O plantio requer também a aquisição de mudas e sementes, assim como a destinação de um espaço nos CEII/CECI para a guarda de sementes, mudas e ferramentas usadas nessas atividades. Além do papel pedagógico das atividades relacionadas à agricultura guarani, há a expectativa de que os alimentos cultivados complementem a alimentação servida nos CEII/CECI.

A culinária Guarani

Também foi constatada a necessidade de garantir o fornecimento de alimentos específicos à culinária guarani, algo que está previsto nos documentos legais, porém não tem sido cumprido, devido a problemas administrativos do Órgão Gestor conveniado e responsável por este aspecto. A ampliação da oferta desses alimentos visa contribuir não apenas para a nutrição e a saúde das crianças guarani, mas também para o desenvolvimento de atividades pedagógicas que tenham a culinária guarani como foco, pois as práticas alimentares são um aspecto central à cultura guarani. Ademais, cumpre enfatizar que a oferta de refeições para crianças que não estão matriculadas nos CEII, mães, gestantes, jovens e idosos das comunidades também é uma medida fundamental para garantir a segurança alimentar nas aldeias guarani e, portanto, deve ser continuada em caráter oficial.

Reformas, construção e manutenção da estrutura e dos equipamentos dos CEII/CECI

As atividades educacionais e culturais demandam equipamentos específicos e também a manutenção desses equipamentos. Atualmente, tais equipamentos incluem computadores e outras ferramentas tecnológicas usadas pelos Guarani na produção de materiais e registros audiovisuais. Para que esses equipamentos funcionem adequadamente e contribuam para as atividades realizadas nos CEII/CECI é imprescindível que haja uma manutenção contínua deles e a substituição de peças que se desgastam com o uso. É também importante que os programas computacionais, sobretudo aqueles de edição de vídeo e som, sejam sempre atualizados. Para assegurar o bom funcionamento dos equipamentos computacionais, os educadores dos CEII/CECI propõem que seja estabelecido um calendário para que a manutenção deles seja feita periodicamente. Também foi apontada a necessidade de aquisição de caixas de som para os computadores. Ainda no que diz respeito ao uso de recursos computacionais, é importante recordar que um dos objetivos dos CEII/CECI é proporcionar o acesso a conhecimentos sobre outros povos indígenas, portanto, as ferramentas computacionais e, sobretudo, a internet podem ser instrumentos valiosos para a realização desse objetivo.

Também foram identificados problemas no fornecimento de internet, telefonia e eletricidade nos CEII/CECI. Frequentemente, essas Unidades ficam sem acesso a esses serviços, dificultando a comunicação com as DREs e a SME-SP, além dos grandes prejuízos que isso traz à administração das Unidades e à realização de atividades pedagógicas. A interrupção no fornecimento de água aos CEII/CECI é outro problema grave, afetando o preparo de alimentos, a limpeza e todas as outras atividades.

No que diz respeito à ampliação das ações educativas, os Guarani ressaltaram que as práticas relacionadas ao desenvolvimento do corpo e a realização de atividades esportivas constituem aspectos fundamentais da aprendizagem das crianças e dos jovens. No entanto, devido à falta de espaço e de acesso a rios com água limpa, sobretudo, no caso da TI Jaraguá, observa-se que as opções ficam muito limitadas. Por isso, após muita reflexão e discussão, os Guarani passaram a reivindicar que os CEII/CECI, à semelhança dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) da Rede Municipal, contem com a construção de equipamentos para a realização de práticas esportivas. Nesse sentido, a existência de uma quadra poliesportiva no entorno dos CEII/CECI Krukutu e Jaraguá e de uma piscina próxima ao CEII/CECI Jaraguá permitirá que as crianças e os jovens guarani tenham acesso seguro à educação física e a práticas de esporte e recreação, além de possibilitar a realização de encontros esportivos com indígenas de diferentes aldeias e jovens não indígenas, estimulando o desenvolvimento de experiências de convivência e o combate à discriminação. Como uma das lideranças guarani apontou: “Ao contrário das escolas não indígenas, principalmente dos CEUs, nossas crianças e jovens não estão tendo direito ao esporte e ao lazer”. Cumpre também observar que o acesso a práticas esportivas e de lazer contribuem para diminuir a vulnerabilidade das crianças e jovens a problemas que atingem a população nessa faixa etária e aos quais os Guarani não estão imunes, por exemplo, violência, abuso de drogas e álcool, baixa autoestima etc. Para garantir maior segurança às crianças no uso da piscina, os Guarani propõem que ela seja cercada e que o uso se dê sempre mediante a realização de atividades monitoradas pelos educadores.

Ainda no que concerne aos equipamentos dos CEII/CECI, há a necessidade de manutenção e conserto dos equipamentos das cozinhas, além da aquisição de mais utensílios: talheres, facas para a preparação dos alimentos, pratos. Há também a necessidade urgente de instalação de ventiladores nas cozinhas, a fim de garantir condições salubres de trabalho aos funcionários que preparam os alimentos, porque atualmente as cozinhas funcionam sem sistema de ventilação adequado. No que diz respeito ao refeitório, há uma demanda muito maior do que aquela prevista, quando da criação dos CEII/CECI, portanto, foi apontada a necessidade de ampliar o refeitório ou, então, construir um espaço complementar que possa atender ao grande número de pessoas que se alimentam nos CEII/CECI. Soma-se a isso a necessidade de comprar mais mesas e bancos para os refeitórios. Além disso, os Guarani propõem que o cardápio de refeições servidas nos CEII/CECI seja elaborado por eles, em conjunto com as equipes de saúde atuantes nas aldeias. Assim, será possível oferecer alimentos que atendam às necessidades nutricionais das crianças e, ao mesmo tempo, que respeitem as práticas culinárias guarani.

Também foi constatada a necessidade de reforma de portas e janelas dos CEII/CECI. E, no que diz respeito aos riscos à segurança das crianças, foi identificada a urgência de reforma dos parquinhos dos CEII/CECI. Além de oferecerem riscos à segurança, eles estão em estado que não permite o uso para a realização de atividades lúdicas.

Segurança

O tema da segurança foi destacado por vários entrevistados, não apenas no que diz respeito às condições de segurança física das crianças (como é o caso do parquinho), mas também no que se refere à segurança do espaço dos CEII/CECI e dos equipamentos que se encontram neles. Inclusive, durante a pesquisa de campo nas TI Jaraguá e Tenonde Porã, havia um problema na contratação de vigilantes, o que aumentava muito o receio das comunidades de que os CEII/CECI pudessem ser alvos de invasões e roubos praticados por pessoas externas às comunidades. Diante disso, os entrevistados enfatizaram a necessidade de contar com uma equipe regular de vigilância para garantir a segurança dos CEII/CECI e também para evitar que essas Unidades Escolares e os equipamentos guardados nelas se tornem elementos que atraiam riscos para a comunidade.

Transporte Escolar

Identificamos também a necessidade de providenciar transporte escolar para as crianças guarani que residem em aldeias afastadas das sedes dos CEII/CECI, pois a falta de transporte tem impedido o acesso dessas crianças às atividades educativas e culturais e também à alimentação que é servida nos CEII/CECI. Por outro lado, esse problema também inibe o estabelecimento de famílias nas diferentes áreas das Terras Guarani, já que muitas delas admitem que a mudança para essas áreas impediria que seus filhos tivessem acesso diário aos CEII/CECI.

Cumprе notar que a dispersão das famílias por diferentes espaços das Terras Guarani é um aspecto fundamental das práticas de territorialidade e de organização social e política dos Guarani, além de contribuir para diminuir o adensamento demográfico verificado nas aldeias sedes dos CEII/CECI. Por sua vez, a concentração de famílias nessas aldeias tem sido apontada como

fator que aumenta os problemas de saneamento e saúde (FUNAI, 2010; 2011). Portanto, a oferta de transporte escolar apresenta-se como uma medida urgente para garantir não apenas o acesso à Educação Escolar Infantil, mas também a melhoria na qualidade de vida dos Guarani.

Há também a proposta de que algumas atividades dos CEII/CECI sejam realizadas nas outras aldeias que compõem as TIs Tenonde Porã e Jaraguá, de forma a fortalecer a relação dos CEII/CECI com as comunidades e também oferecer às crianças mais oportunidades para aprenderem fora da sala de aula.

Além disso, os Guarani solicitam que seja disponibilizado um carro para cada CEII/CECI, para que os funcionários possam se deslocar até a SME-SP e às DREs para reuniões e também para que possa ser feito o transporte de materiais imprescindíveis às atividades de plantio e artesanato.

Frequência e participação das crianças nos CEII/CECI

Foi identificado que problemas relativos à frequência e à participação das crianças nos CEII/CECI não se devem apenas ao acesso às Unidades, mas também à escolha das próprias crianças e dos seus familiares. Nesse sentido, além da necessidade de desenvolver atividades que estimulem o interesse das crianças e contribuam para gerar vínculos de confiança entre elas e os educadores, é também fundamental que haja uma comunicação melhor entre os funcionários dos CEII/CECI, os familiares das crianças e as lideranças guarani.

Devido à novidade que a Educação Escolar Infantil representa nessas aldeias, a inclusão de mais pessoas das comunidades no planejamento e na realização das atividades desenvolvidas nos CEII/CECI é fundamental para que elas participem da definição dos objetivos e do funcionamento do programa. Inclusive, foi destacada a importância de que as mães e outros familiares das crianças acompanhem-nas, no período em que estiverem nas Unidades dos CEII/CECI. Nesse sentido, uma presença maior dos familiares das crianças na rotina dos CEII/CECI é vista como essencial para que as famílias desenvolvam maior confiança no trabalho dos educadores e sintam que o CEII/CECI é um lugar onde suas crianças possam aprender com segurança. Há também a proposta de que os familiares dos alunos possam usar o espaço e os materiais dos CEII/CECI para produzir artesanato, no período em que as crianças estiverem nos CEII/CECI, pois, além de estimular uma proximidade maior dos familiares com seus filhos e com os CEII/CECI, esta também pode ser uma forma de contribuir para a geração de renda dessas famílias.

No sentido de melhorar o trabalho pedagógico e cultural realizado nos CEII/CECI, foi destacada a necessidade de haver mais momentos em que os educadores dos dois períodos (matutino e vespertino) e os coordenadores trabalhem juntos no planejamento de atividades pedagógicas e culturais. É também importante que haja uma participação maior dos coordenadores dos CEII/CECI no acompanhamento, na execução e na orientação do conjunto de atividades pedagógicas e culturais realizadas, inclusive, nas ações desenvolvidas pelas equipes de cozinha, segurança e limpeza dos CEII/CECI. Na mesma direção, é preciso haver uma articulação mais estreita entre os coordenadores dos três CEII/CECI, para que deem apoio mútuo uns aos outros no planejamento e na execução das atividades.

Participação das pessoas mais velhas nos CEII/CECI

A participação das pessoas mais velhas das comunidades, no âmbito das atividades desenvolvidas nos CEII/CECI, é fundamental, já que elas são uma referência central na circulação de conhecimentos. Nesse sentido, muitos dos entrevistados enfatizaram que a saída das pessoas mais velhas dos CEII/CECI, devido ao impedimento de contratação de pessoas que recebem aposentadorias, representou uma grande perda, uma vez que elas contribuíam muito para ensinar às crianças sobre as histórias e as práticas guarani. Por isso, os Guarani propõem que sejam encontradas formas de incluir essas pessoas nas atividades dos CEII/CECI e remunerá-las por essa participação. Além de favorecer a aprendizagem das crianças, a inclusão profissional de pessoas idosas nos CEII/CECI também contribuirá para reconhecer a importância que elas têm na sociedade, aumentando, com isso, a sua autoestima e os vínculos inter-geracionais.

Atividades pedagógicas em outras aldeias

Ainda no que diz respeito à aprendizagem das crianças dos CEII e também à formação dos educadores, foi apontada a necessidade de fazer visitas às aldeias do litoral paulista e do Vale do Ribeira, para que seja possível aprender com os mais velhos que moram nesses locais, principalmente, em contextos de aprendizagem em que os conhecimentos referentes ao plantio, à mata e aos seres que nela vivem possam ser verificados e colocados em prática.

Investimento em ações dos CECI

Quando os CEII/CECI foram criados, tratava-se de um projeto amplo, que contemplava, além da Educação Infantil Indígena, a criação de um espaço integrado de fomento à educação e à cultura guarani, os Centros de Educação e Cultura Indígena (CECI). No entanto, o que se observou, nestes onze anos de implementação do projeto, foi a concentração de investimentos em ações voltadas aos CEII, desenvolvidas por meio do empenho e da dedicação dos educadores guarani e dos profissionais da SME-SP e das DREs. Por outro lado, houve uma escassez de políticas públicas voltadas aos CECI e, conseqüentemente, as ações de fomento à cultura guarani foram, em larga medida, deixadas de lado, fato reconhecido tanto pelos Guarani como pelas agentes públicas que atuaram nos CEII/CECI nesses onze anos. Inclusive, parte dos entrevistados apontou que essa falta de investimentos nos CECI desvirtuou o projeto inicial e impediu a realização de parte considerável das demandas apresentadas pelas comunidades guarani desde a criação desses centros.

É evidente que a implementação de políticas públicas culturais abrange atribuições que não se restringem apenas à Secretaria de Educação, demandando um trabalho integrado com outras instâncias, sobretudo, a Secretaria Municipal de Cultura (SMC-SP) e a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME-SP). É necessário também reconhecer que a SMC-SP, por meio do Programa Aldeias, desenvolve algumas ações culturais nas aldeias guarani, porém estas não estão articuladas aos CECI. Inclusive, uma agente pública relatou que “Alguns artistas e estudiosos da aldeia ficam marginalizados em relação ao espaço educacional e acostumaram-se a não utilizar o espaço do CECI para a prática da cultura tradicional e para a organização política da aldeia”.

Diante desse quadro, sugerimos que a SEME-SP, em conjunto com a SMC-SP e a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME-SP) viabilizem recursos financeiros, materiais e humanos que permitam a realização, nos CECI, de atividades apontadas pelas comunidades guarani, sobretudo, pelos jovens dessas comunidades. Estas atividades incluem: cursos de artes plásticas com técnicas de desenho, pintura, escultura, cerâmica, grafite, artes gráficas e tecelagem; cursos de música com instrumentos utilizados por diferentes povos indígenas e não indígenas na produção de diferentes gêneros musicais, leitura de partituras, técnicas de transcrição musical (inclusive de músicas guarani), produção de diferentes instrumentos musicais; oficinas de danças guarani, de outros povos indígenas e afro-brasileiras; práticas esportivas competitivas e não competitivas; curso de capoeira e de artes marciais; curso de corte e costura, com diferentes técnicas de modelagem; curso de cinema e audiovisual, com participação de cineastas indígenas e não indígenas.

Ainda no que diz respeito aos CECI, cabe lembrar que, no projeto inicial, estava prevista a criação e a manutenção de uma biblioteca. Nesse sentido, ao longo da implementação do projeto, há informações de que foram selecionados 328 títulos de literatura infantil para cada CEII/CECI, em 2006. Porém, não sabemos se esses livros foram efetivamente adquiridos e tampouco sabemos se houve novas aquisições de livros para as bibliotecas dos CECI. De todo modo, recomenda-se que os acervos também sejam compostos por títulos destinados a leitores jovens e adultos, inclusive com livros de autores indígenas. Há também a sugestão de que seja constituído um acervo de filmes, voltados para o público infantil, jovem e adulto. Cumpre salientar que, além da aquisição dessas obras, também será necessário garantir um espaço adequado para guardá-las e disponibilizá-las ao público.

Curso de Formação Inicial

Desde a criação dos CEII/CECI, em 2004, os funcionários contratados reivindicam, junto à SME-SP, um curso de Formação Inicial que os capacite para o exercício do magistério e da gestão dessas escolas, contribuindo, assim, para o aprimoramento do trabalho pedagógico. Esse curso também é visto como um meio de obterem um reconhecimento oficial do seu papel como professores indígenas e permitir que eles assumam plenamente a coordenação das atividades pedagógicas e administrativas. Esperam também que, a partir dessa formação, eles possam ser contratados diretamente pela SME-SP, por meio da criação do cargo de professor indígena, tornando desnecessária a intermediação de um órgão gestor terceirizado. Há também a expectativa e a necessidade de que os salários e outros direitos trabalhistas dos funcionários dos CEII/CECI sejam equiparados àqueles dos demais funcionários da Rede Municipal de Ensino. Além disso, o curso deverá permitir a conclusão da escolaridade dos funcionários dos CEII/CECI, pois levantamentos realizados pela SME-SP e as entrevistas com esses funcionários revelam que grande parte deles não concluiu o Ensino Fundamental. Os Guarani também esperam que os jovens que atualmente não trabalham nos CEII/CECI possam participar do curso de Formação Inicial para que atuem, futuramente, nos CEII/CECI, garantindo, assim, a continuidade desse programa de Educação Escolar Indígena.

A demora no atendimento a essa reivindicação tem causado vários prejuízos aos funcionários dos CEII/CECI e também impactado negativamente o funcionamento dessas Unidades Educacionais. Por outro lado, essa longa espera também contribuiu para que os Guarani elaborassem e discutissem amplamente suas expectativas com relação ao curso. Nesse sentido, foi apontado que o curso precisa contar com a participação das lideranças políticas e religiosas guarani em todas as etapas de sua formulação e realização. A Formação Inicial também deve contemplar a participação

de pessoas de aldeias guarani localizadas em diferentes regiões do Brasil. A expectativa é que essas pessoas realizem palestras e oficinas no âmbito do curso, pois possuem conhecimentos e habilidades pertinentes a diversos aspectos da vida guarani, tais como: os cuidados com as crianças; o papel da alimentação no desenvolvimento das pessoas e das relações sociais; as práticas religiosas guarani; narrativas sobre a origem do mundo, dos seres e as relações que os Guarani desenvolvem com diferentes seres e sujeitos; a confecção de diferentes objetos da cultura material guarani; informações sobre a organização política guarani e a luta por direitos, como educação, saúde, cultura e terra; as práticas agrícolas, de coleta e caça; as práticas terapêuticas guarani, etc.

No que diz respeito a conhecimentos especializados dos não indígenas, há a expectativa de que o curso aborde conteúdos referentes à Pedagogia, à Literatura, à História, à Antropologia, à Psicologia e à Filosofia, além de oficinas que aprimorem os conhecimentos relativos ao uso de programas computacionais e de audiovisual, inclusive, de edição de áudio e vídeo. E, além de tópicos específicos da administração escolar e da coordenação do trabalho pedagógico, os educadores esperam ter acesso a informações sobre a legislação e o funcionamento dos sistemas de educação, sobretudo, no que diz respeito à Educação Escolar Indígena. Ainda nesse sentido, há a demanda por comparar as experiências de Educação Escolar Indígena vigente entre diferentes povos com os modelos de educação desenvolvidos em escolas não indígenas. Os educadores também esperam que o curso lhes dê oportunidades para discutir os direitos indígenas com especialistas das áreas de Direito e Antropologia.

Formação Continuada

Embora a Formação Continuada em serviço, oferecida pela SME-SP, tenha sido bem-avaliada pelos entrevistados, também foram identificados alguns problemas. Estes dizem respeito a cinco pontos principais: (1) a falta de clareza quanto aos objetivos dessa Formação e da sua relação com a prática educacional dos CEII/CECI; (2) a dificuldade para aprofundar os temas que são abordados, uma vez que um encontro não é suficiente para isso; (3) a participação reduzida de educadores que não têm proficiência no uso da língua portuguesa, sobretudo, nas discussões que envolvem os profissionais não indígenas; (4) a falta de continuidade entre os temas abordados na sequência de encontros; (5) a necessidade de realizar mais oficinas práticas que apresentem atividades que possam ser aplicadas diretamente no cotidiano dos CEII/CECI.

Visando ao aprimoramento da Formação Continuada, foram elaboradas as seguintes propostas de ajustes: (1) incluir no planejamento dela uma discussão geral dos objetivos presentes nas Propostas Político-Pedagógicas, Regimentos e Orientações Curriculares dos CEII/CECI, para que a proposta da Formação Continuada seja definida a partir dos conteúdos apresentados nesses documentos, pois esses objetivos foram definidos com as comunidades e explicitam suas expectativas com relação às atividades educacionais e culturais; (2) prever, no planejamento e na realização da Formação Continuada, um grau de flexibilidade que permita dedicar mais de um encontro a cada objetivo ou tema que será abordado, possibilitando, assim, que cada objetivo seja cumprido satisfatoriamente; (3) desenvolver uma dinâmica de discussões e apresentação de conteúdos que efetivamente inclua aqueles que se comunicam exclusivamente em guarani, por meio do auxílio de educadores bilíngues que façam a tradução entre as duas línguas, nas situações em que há diálogos entre os profissionais não indígenas e guarani; (4) a continuidade dos temas e conteúdos abordados

na Formação Continuada pode ser assegurada por meio do planejamento proposto no item “1”; (5) a participação de especialistas guarani e não indígenas, no âmbito da Formação Continuada, poderá ampliar as oportunidades de realização de atividades práticas, tais como a confecção de objetos da cultura material guarani, o uso de diferentes linguagens artísticas, o uso de diversos programas e ferramentas computacionais e audiovisuais, etc.

Atuação conjunta das Comunidades, dos Órgãos Públicos e do Órgão Gestor

Ao longo desta avaliação, foi identificada que a qualidade dos CEII/CECI depende da atuação conjunta dos Guarani com a SME-SP, as DREs e o Órgão Gestor. Por isso, apresentamos, a seguir, um conjunto de sugestões que têm por finalidade melhorar a atuação destes órgãos e a interlocução deles com as lideranças guarani e os funcionários dos CEII/CECI.

Em primeiro lugar, foi sugerido pelos entrevistados que os representantes desses órgãos tenham uma presença maior nas aldeias para que possam conversar mais com as lideranças, os educadores e os familiares dos alunos sobre os problemas e as demandas relativas aos CEII/CECI.

Também foi sugerido que os profissionais das DREs e da SME-SP compartilhem, com os educadores e coordenadores guarani, conhecimentos sobre os procedimentos envolvidos na administração escolar, no planejamento e no registro de atividades pedagógicas e na produção de materiais didáticos impressos e audiovisuais.

Foi também identificada a necessidade de haver uma comunicação mais constante e clara entre os representantes dos órgãos públicos, do órgão gestor e os funcionários da coordenação dos CEII/CECI, pois esses funcionários precisam receber informações detalhadas sobre os problemas e as solicitações que são encaminhadas a esses órgãos. Devido à rotatividade de profissionais na SME-SP e nas DREs, assim como o acúmulo de responsabilidades assumidas por cada profissional e equipe, os funcionários dos CEII/CECI solicitaram que as atribuições de cada profissional e órgão sejam explicadas para eles e, sempre que houver uma mudança nas equipes da SME-SP ou das DREs, que esta mudança seja comunicada e que os novos profissionais sejam apresentados aos Guarani.

Ainda no que diz respeito ao aprimoramento da gestão dos CEII/CECI, foi observado, ao longo desta avaliação, que a quantidade crescente de demandas administrativas e burocracia envolvidas na coordenação dos CEII/CECI dificulta a atuação dos Guarani na gestão dessas escolas. Este problema é gravíssimo, tendo em vista que impede que os Guarani assumam a coordenação dos CEII/CECI com autonomia, resultando numa dependência constante em relação a profissionais não indígenas que têm mais conhecimento do funcionamento do sistema educacional e dos seus múltiplos entraves. Nesse sentido, a inserção de escolas indígenas num sistema educacional altamente complexo, sem que sejam tomadas medidas para diminuir as burocracias e os pormenores administrativos voltados a essas escolas, é equivalente a negar-lhes condições para que sejam efetivamente específicas e diferenciadas, conforme está previsto na legislação. Mais grave ainda, isso resulta na exclusão crescente dos indígenas de funções que definem os rumos dos programas educacionais, pois, em vez de reconhecer e valorizar os conhecimentos extremamente sofisticados que eles possuem e que desenvolvem na educação das crianças e dos jovens, a sobrecarga de demandas administrativas exige a redução desses educadores a técnicos especializados em burocracia.

Se o sistema educacional apresenta desafios para os educadores guarani, é também preciso reconhecer que os profissionais não indígenas que atuam com eles, no âmbito da Educação Escolar Indígena, também enfrentam dificuldades. No sentido de contribuir para a qualidade do trabalho desenvolvido por esses profissionais, é fundamental que eles tenham uma formação em serviço especificamente voltada a conteúdos referentes à Educação Escolar Indígena e à cultura guarani mbya, incluindo seus direitos, suas formas de organização social e política, suas práticas de circulação de conhecimentos, suas concepções relativas à infância e ao desenvolvimento da pessoa.

É também necessária a criação de espaços de interlocução nas DREs e na SME-SP, em que os profissionais que atuam junto aos CEII/CECI possam contar com um apoio maior na elaboração e na implementação das políticas voltadas a essas Unidades Educacionais. Nesse sentido, convém apontar que o Parecer n. 218, emitido pelo Conselho Municipal de Educação em 2011, já recomendava o fortalecimento do setor de educação indígena da SME, visando à cooperação técnica com outros setores da mesma Secretaria. Afinal, reconhecer as especificidades e diferenças das escolas indígenas não deveria implicar na sua marginalização, nem na desvalorização dos profissionais que nelas atuam. Por isso, é muito preocupante nos depararmos com relatos, tanto dos educadores guarani, como das profissionais não indígenas envolvidas com os CEII/CECI, em que são identificadas práticas de discriminação, no seio do sistema público de educação.

No que se refere especificamente ao trabalho da ONG que atuou como órgão gestor dos três CEII/CECI (2011-2015), parte considerável dos problemas identificados pelos Guarani e pelas agentes públicas entrevistadas está relacionada a falhas na gestão desenvolvida por essa ONG, a Opção Brasil, sobretudo, no último ano de atuação. Segundo o contrato firmado entre a SME-SP e a Opção Brasil, esta receberia recursos que seriam destinados ao pagamento dos salários dos funcionários dos CEII/CECI, ao fornecimento de materiais para a realização de atividades pedagógicas e culturais e à aquisição de alimentos específicos da culinária guarani, que complementariam os alimentos fornecidos pela Rede Municipal. No entanto, devido a problemas administrativos e contábeis, esses recursos deixaram de ser repassados à ONG e, conseqüentemente, foram interrompidos os pagamentos de salários, a aquisição de materiais e a compra de alimentos específicos da culinária guarani. Diante dessa situação, todas as atividades dos CEII/CECI foram prejudicadas, desde a alimentação até a implementação do projeto pedagógico.

Mesmo considerando que o convênio com a Opção Brasil foi interrompido no final de 2015 e, em janeiro de 2016, foi firmado um novo convênio com duas entidades: o Centro de Apoio à Saúde e Assistência Social (CASAS) e o Instituto Rogacionista Santo Aníbal, que atuarão como órgãos gestores dos CEII/CECI, é fundamental que sejam tomadas medidas para que os problemas anteriores sejam corrigidos e sua reincidência evitada. Nesse sentido, é necessário que haja uma supervisão contínua, por parte das DREs e da SME-SP, das atividades administrativas e financeiras das entidades conveniadas. É também fundamental que os educadores e as lideranças guarani recebam informações detalhadas sobre questões referentes à gestão dos CEII/CECI e sejam incluídos não apenas em decisões pedagógicas, mas também na definição da destinação dos recursos dos CEII/CECI.

No sentido de assegurar uma participação plena dos educadores e das lideranças guarani na gestão dos CEII/CECI, é imprescindível que eles estejam presentes nas reuniões convocadas pelas DREs e SME-SP. Nesse sentido, é preciso garantir que tenham recursos para o deslocamento até o local de reunião e que sejam comunicados com antecedência sobre o encontro e os temas a serem abordados. Inclusive, o conhecimento antecipado da pauta de cada encontro permitirá que os temas

sejam discutidos coletivamente entre os funcionários dos CEII/CECI e os moradores das aldeias, ampliando, com isso, a participação dos Guarani nos processos de decisão concernentes aos CEII/CECI.

Participação da SME-SP e de outras instâncias da administração pública na resolução de problemas enfrentados pelos Guarani no Município

Os Guarani enfrentam uma série de problemas que, embora não esteja diretamente relacionada à esfera educacional, causa grande impacto nas ações educacionais e nas condições de vida das crianças atendidas pelos CEII. Nesse sentido, a atuação da SME-SP, em conjunto com outras Secretarias da administração municipal, órgãos públicos estaduais e federais e agências de cooperação, poderia contribuir largamente para enfrentar esses problemas.

Dentre os problemas que têm sido apontados pelos Guarani nas entrevistas e também numa série de documentos elaborados em reuniões com a SME-SP e outros órgãos públicos, o mais recorrente diz respeito aos entraves na demarcação das Terras Guarani no Município de São Paulo, o que reduz as áreas disponíveis para práticas inerentes à educação guarani, tais como a agricultura, a caça, a coleta de materiais para a confecção de artesanatos e de remédios.

A demora na regularização das Terras Indígenas Jaraguá e Tenonde Porã também resulta numa exposição maior dos Guarani a práticas de violência causadas por indivíduos e grupos que disputam essas áreas, assim como o risco constante de ações de despejo, como ocorreu recentemente na TI Jaraguá. Esses problemas impactam diretamente as crianças guarani, que, não obstante os esforços dos seus familiares e dos educadores para garantir seu desenvolvimento pleno, crescem num contexto de incertezas e insegurança.

Embora a demarcação de Terras Indígenas não seja atribuição dos municípios, mas do governo federal, a SME-SP poderia contribuir para fomentar ações na Rede Municipal de Ensino que deem maior visibilidade a esta questão e que criem, junto à população não indígena, o reconhecimento da importância de que as Terras Indígenas sejam efetivamente demarcadas. Além disso, a participação da Prefeitura de São Paulo, na relação dos Guarani com o governo federal e com o governo do Estado de São Paulo, também poderá contribuir para viabilizar a demarcação destas áreas. Nesse sentido, a inclusão das Terras Indígenas Tenonde Porã e Jaraguá, no âmbito do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (Lei n. 16.050/2014), assim como o Projeto de Lei n. 01-00181/2016 (“Política Municipal de Fortalecimento Ambiental, Cultural e Social de Terras Indígenas”), em trâmite na Câmara Municipal de São Paulo, são iniciativas importantes.

Ainda no que diz respeito à atuação da SME-SP e de outros órgãos no combate a problemas enfrentados pela população indígena no Município de São Paulo, cabe apontar que o Parecer n. 218, emitido pelo Conselho Municipal de Educação em 2011, já recomendava “a efetivação de uma política de cooperação entre diversos órgãos e entidades governamentais e não governamentais, visando ao desenvolvimento de ações integradas voltadas à população indígena”. Nesse sentido, a DOT Educação Infantil e a DOT Educação Étnico-Racial da SME-SP passaram a integrar o Conselho Municipal dos Povos Indígenas, instituído em 2011, pelo Decreto n. 52.146. Esse Conselho é subordinado à Coordenadoria de assuntos da População Negra – CONE, vinculada, por sua vez, à Secretaria Municipal de Participação e Parceria. O Conselho tem como objetivo principal promover a efetivação de políticas públicas voltadas à população indígena, no âmbito da saúde, da cultura, da moradia e da educação, entre outras áreas. Além dos representantes da SME-SP, o Conselho

também é constituído por integrantes das Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social, de Cultura, de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, de Habitação, da Saúde, do Verde e do Meio Ambiente, da CONE e de representantes dos povos indígenas presentes na Cidade de São Paulo: Guarani, Pankararu, Fulni-ô, Kariri-Xocó e Pankararé .


Apesar da existência desse Conselho e da integração de políticas públicas que ele preconiza, as entrevistas com agentes públicas e com os Guarani evidenciam que a sua atuação é muito limitada. Inclusive, passam-se longos períodos sem que haja reuniões do Conselho e, portanto, os problemas que atingem as populações indígenas no município acabam não sendo abordadas e, muito menos, enfrentadas. Nesse sentido, é imprescindível que o Conselho Municipal de Povos Indígenas tenha reuniões regulares, baseadas num calendário e numa pauta definidos a partir das demandas apresentadas por essas populações.

Problemas relativos à falta de conhecimentos, à disseminação de informações incorretas sobre povos indígenas e à discriminação demandam a implementação de ações e políticas públicas que não se restrinjam aos CEII/CECI, mas que se dirijam, principalmente, às escolas não indígenas da Rede Municipal de Ensino. Nesse sentido, além de incluir conteúdos referentes às histórias e às culturas indígenas nos currículos escolares, conforme prevê a Lei n. 11.645/08, é também imprescindível trazer informações e conhecimentos sobre os povos indígenas para os cursos de Formação Continuada em Serviço dos professores e demais funcionários da Rede Municipal.

Nesse sentido, reconhecemos que, nos últimos anos, a SME-SP tem oferecido cursos que abordam essa temática, e, com número de inscritos que excede a quantidade de vagas, o que indica a alta procura por esse tipo de curso e a necessidade de ampliar a oferta. O fato de serem cursos ministrados por pesquisadores e professores especialistas na área é muito positivo, porém, ainda falta incluir, no quadro docente desses cursos, pessoas indígenas. Inclusive, a exigência de formação equivalente ao mestrado e ao doutorado é um pré-requisito que impede a participação de professores e lideranças indígenas na divulgação de conhecimentos relativos ao seu próprio povo, algo que fica a cargo exclusivo de pesquisadores não indígenas. Nesse contexto, é importante assegurar aos povos indígenas na Cidade de São Paulo aquilo que os movimentos negros conquistaram há mais tempo e, entenda-se bem, por meio de muita luta: o direito de serem reconhecidos como sujeitos conhecedores das suas próprias culturas, história e lutas políticas. Nesse sentido, a contratação de pessoas indígenas para os cursos de Formação Continuada dirigidos aos professores e gestores da rede pública será um passo decisivo na conquista desse direito.

Registro, sistematização e divulgação de informações e práticas concernentes aos CEII/CECI

Considerando que o programa de Educação Escolar Infantil Indígena, implementado pela Prefeitura de São Paulo, por meio dos CEII, é uma experiência pioneira, sobretudo, tendo em vista que outros programas de Educação Escolar Indígena são voltados ao Ensino Fundamental e Médio, é importante que haja a organização sistemática, a guarda e a divulgação de todos os documentos e materiais pertinentes aos CEII/CECI. Essas medidas contribuirão não apenas para a memória do programa e para a divulgação das experiências educacionais decorrentes dele, mas também para garantir a continuidade das ações implementadas, principalmente, reconhecendo que há uma grande rotatividade de profissionais nos órgãos públicos responsáveis pelo programa.



Nesse sentido, é também fundamental que, na transição de gestões e governos, os novos profissionais que assumirem essas funções tenham condições de conhecer o que foi realizado anteriormente no âmbito dos CEII/CECI. Alinhada com essa necessidade, está a importância de realização periódica de avaliações das políticas públicas referentes aos CEII/CECI, do funcionamento dessas Unidades e das ações pedagógicas e culturais realizadas no âmbito desse programa. A necessidade de avaliações diagnósticas periódicas dos impactos dos CEII/CECI também foi reconhecida nos Pareceres n. 30/04 e n. 364/13, emitidos pelo Conselho Municipal de Educação em 2004 e 2013. Convém também assinalar a importância de que sejam realizadas avaliações que contemplem as opiniões e experiências das crianças matriculadas nos CEII, algo que ainda não foi feito nesses onze anos de existência dos CEII/CECI.

Considerações finais sobre os impactos das ações educativas dos CEII/CECI e a perspectiva de desenvolvimento de políticas educacionais de respeito às diferenças e de promoção da simetria

A conclusão deste relatório poderia ter como subtítulo: o desenvolvimento de políticas educacionais de respeito às diferenças e de promoção da igualdade, porém isso geraria um paradoxo, pois a igualdade pode ser concebida como o apagamento das diferenças ou como ações que visam anulá-las, o que certamente não é o papel dos CEII/CECI ou, tampouco, das políticas públicas numa sociedade democrática. Pelo contrário, as políticas públicas educacionais devem trabalhar para valorizar as diferenças e promover relações de simetria, sobretudo, no âmbito da Educação Escolar Indígena, em que os conhecimentos e os educadores indígenas devem ocupar um lugar de igualdade com relação aos saberes e aos profissionais não indígenas.

No caso das escolas indígenas, como é o caso dos CEII/CECI, essa simetria não se reduz às práticas interculturais, mas implica no reconhecimento de que os conhecimentos guarani têm prioridade e, nesse sentido, as ações educativas precisam ter como norte o respeito às formas de organização social, cultural e política dos Guarani. Por isso, os educadores guarani, assim como as lideranças políticas e religiosas das aldeias, precisam ser os agentes protagonistas na orientação das ações educativas e dos projetos que fundamentam essas ações.

Assim, num contexto como o sistema público de ensino, em que o modelo pedagógico predominante é não indígena, as escolas indígenas só terão lugar simétrico, em relação ao restante da Rede Municipal de Ensino, se houver espaço e medidas institucionais pautados no respeito às diferenças e dirigidos pelo reconhecimento do papel central que os Guarani ocupam na definição dos seus projetos educacionais.

Nesse sentido, é fundamental reconhecer que o acúmulo de conhecimentos produzidos pela sociedade não indígena, no que se refere à pedagogia e à organização das práticas escolares, não são superiores ou, tampouco, mais eficazes do que os conhecimentos indígenas e suas formas de colocá-los em prática. Inclusive, as práticas de conhecimento indígenas têm garantido, mesmo diante de grandes adversidades, a continuidade das suas sociedades e a formação de gerações de pessoas que guardam e circulam esses conhecimentos com grande eficácia. Há também de mencionar que, entre os Guarani, as pessoas que guardam e transmitem esses saberes (professores,

lideranças religiosas e políticas e as pessoas idosas) têm um papel social marcado pelo respeito e pelo apoio das suas comunidades, algo que, lamentavelmente, não se reproduz nas sociedades não indígenas, onde os professores e os idosos frequentemente são desvalorizados.

Por isso, é imprescindível que o papel dos profissionais não indígenas que atuam junto aos Guarani seja de cooperação técnica, no sentido de que auxiliem os Guarani a alcançar os objetivos que suas comunidades definirem. E, no caso dos CEII/CECI, as políticas desenvolvidas, no âmbito do sistema público de ensino, devem ser colocadas a serviço do objetivo maior de construção de uma escola que seja efetivamente orientada para a realização das práticas de conhecimento guarani. Por isso, mais do que criar um calendário específico, baseado em eventos guarani, e mais do que fazer uma lista de conteúdos e atividades pedagógicas relacionadas à cultura guarani, implementar um programa de Educação Escolar Indígena requer ações que assegurem o lugar principal dos próprios indígenas na definição desse programa. Este certamente é um grande desafio, sobretudo, considerando as dimensões e a complexidade do Sistema Municipal de Ensino. Porém, é importante reconhecer que garantir uma educação de qualidade para toda a população do município requer um esforço permanente para atender e valorizar as necessidades específicas das diversas comunidades que compõem essa população.

Levando a sério a ideia de que investimentos na área de educação geram mais riqueza material e imaterial, podemos concluir esta avaliação diagnóstica afirmando que o investimento em políticas públicas voltadas à educação indígena provocará transformações positivas na rede pública de educação, podendo contribuir para a formação de uma cidade mais rica, em termos da qualidade da educação que é oferecida aos diversos segmentos da sua população.

Nos onze anos de existência dos CEII/CECI na Cidade de São Paulo, muito foi feito, mas é possível e necessário fazer mais e melhor.

Nesse sentido, é preciso reconhecer que os parâmetros legais e administrativos estabelecidos nestes onze anos de existência dos CEII/CECI refletem os compromissos da administração pública municipal em atender às demandas educativas e culturais dos Guarani residentes na Cidade de São Paulo. As expectativas, os problemas e as propostas apresentadas pelos Guarani nesta avaliação devem, portanto, ser analisadas e incorporadas às políticas públicas municipais como elementos que contribuam efetivamente para consolidar o atendimento integral às necessidades dessa população. Está claro, como foi apontado em diversos momentos da avaliação, que isso demandará um trabalho integrado de diversas instâncias da administração municipal, em articulação com órgãos estaduais e federais, Organizações Não Governamentais e Agências de Cooperação. Inclusive, sugere-se que a parceria entre a SME-SP e a UNESCO, que viabilizou a realização desta avaliação diagnóstica, seja ampliada na elaboração e na implementação de medidas que contemplem as propostas delineadas nesta avaliação.

Além disso, é preciso reconhecer que o aprimoramento das políticas públicas voltadas aos Guarani e o combate ao conjunto de problemas que eles enfrentam devem também englobar ações dirigidas à população não indígena. Isso inclui a capacitação dos profissionais atuantes nos órgãos públicos; a divulgação de informações corretas sobre os povos indígenas e o combate à discriminação nas escolas da Rede Municipal de Ensino e entre setores da população que se mostram resistentes ao reconhecimento efetivo dos direitos dos povos indígenas. Sobretudo, é fundamental que todas as medidas tomadas contem com mecanismos claros que viabilizem, de fato, a participação dos Guarani, na sua formulação, execução e avaliação.





Referências

Documentos

- BRASIL. **Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1973.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: 1988.
- BRASIL. **Decreto n. 26, de 4 de fevereiro de 1991.** Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Brasília, 1991.
- BRASIL. **Portaria Interministerial n. 559,** 16 de abril de 1991. Brasília, 1991.
- BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Resolução n. 99. Brasília, 1999.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Parecer n. 13. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Conselho Nacional de Educação.** Resolução n. 05. Brasília, 2012.
- BRASIL. **Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio.** Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tenonde Porã. Processo FUNAI n. 08620.000633/2004-64. Brasília, 2010.
- BRASIL. **Ministério da Justiça. Fundação Nacional do Índio.** Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Jaraguá. Brasília, 2011.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Portaria n. 60/92. Brasília: MEC/SEF, 1992.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Portaria n. 490/93. Brasília: MEC/SEF, 1993.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC/SEF, 1993.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** O Governo Brasileiro e a Educação Escolar Indígena: 1995-1998. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Parecer n. 14. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 769, 18 de outubro de 1999.
- BRASIL. **Ministério da Educação.** Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 139, n. 7, 10 de janeiro de 2001.

Bibliografia

- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: ALBERT, B.; RAMOS, A.R. (Org.). **Pacificando o branco:** cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Editora UNESP, 2002. pp. 239-170.
- BARROS, Maria Cândida Drumond. **Linguística missionária:** Summer Institute of Linguistics. 1993. 735 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas.** São Paulo: Cosac e Naify, 2009.
- COLLET, Celia Letícia Gouvêa. **Quero progresso sendo índio:** o princípio da interculturalidade na Educação Escolar Indígena. 2001. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- DA MATTA, Roberto. A morfologia da sociedade apinayé. In: **Um mundo dividido:** a estrutura social dos índios Apinayé. Petrópolis: Vozes, 1976.
- DOOLEY, Robert. **Léxico guarani, dialeto Mbyá.** Brasília: SIL, 2006.
- FERREIRA, Edna. **A criação do Centro de Educação e Cultura Indígena (CECI) e a Educação Infantil indígena na aldeia Krukutu.** 2012. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.
- FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **A educação escolar indígena:** um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Org.). Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola. São Paulo: FAPESP; Global; Mari, 2001. pp. 71-111.
- GALLOIS, Dominique Tilkin. **O Movimento na cosmologia waiãpi:** criação, expansão e transformação do universo. 1988. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. **Olhar longe, porque o futuro é longe – cultura, escola e professores indígenas no Brasil.** 2008. 240 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- HVALKOF, Soren; AABY, Peter (Org.). **Is God an American?** An anthropological perspective on the missionary work of the Summer Institute of Linguistics. Copenhagen/London: IWGIA/SI, 1981.
- HONÓRIO, Maria Aparecida. **Espaço enunciativo e educação escolar indígena:** saberes, políticas, línguas e identidades. 2000. 361 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.
- LEITE, Yonne de Freitas. O Summer Institute of Linguistics: estratégias e ação no Brasil. In: FRANCHETTO, Bruna; COUTINHO-SILVA, Thiago. (Org.). **Línguas Indígenas:** memórias de uma pesquisa infinda. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012 [1981].pp. 226-241.
- LENCLUD, Gérard. Qu'est ce que la tradition? In: DETIENNE, Marcel (Org.). **Transcrire les mythologies:** tradition, écriture, historicité. Paris: Albin Michel, 1994. pp. 25-43.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **História de Lince.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- LUHMANN, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas.** Petrópolis: Vozes, 2010.
- MACEDO, Valéria Mendonça de. **Nexos da diferença:** cultura e afecção em uma aldeia guarani na Serra do Mar. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- MACEDO BARROSO, Maria. **Direitos culturais diferenciados, ações afirmativas e etnodesenvolvimento:** algumas questões em torno do debate sobre ensino superior para os povos indígenas no Brasil. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGIA, 1., 2005, Rosário, Argentina, 2005.

MCCALLUM, Cecília. Intimidade com estranhos: uma perspectiva kaxinawá sobre confiança e a construção de pessoas na Amazônia. **Mana**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, pp. 123-155, 2013.

MENGET, Patrick; MOLINIÉ, Antoinette. Introduction. In: BECQUELIN, Aurore; MOLINIÉ, Antoinette (Org.). **Mémoire de la tradition**. Nanterre: Société d’Ethnologie, 1993. pp. 9-20.

OVERING, Joanna. O fétido odor da morte e os aromas da vida: poética dos saberes e processo sensorial entre os Piaroa da Bacia do Orinoco. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 49, n.1, jan./jun., 2006.

PEREIRA, Levi Marques. **Parentesco e organização social Kaiowá**. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PIMENTEL, Spensy K. **Elementos para uma teoria política kaiowá e guarani**. 2012. Tese (Doutorado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

PISSOLATO, E. **A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)**. São Paulo: Editora da UNESP, 2007.

ROSALEN, Juliana. **Aproximações à temática das DST aos Wajãpi do Amapari**. São Paulo: Serviço de Comunicação Social. FFLCH/USP, 2008. (Produção Acadêmica Premiada).

SANTOS, Augusto Ventura dos. **Políticas afirmativas no Ensino Superior: estudo etnográfico de experiências indígenas em universidades do Mato Grosso do Sul (Terena e Kaiowá-Guarani)**. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SEEGER, Anthony. **Os índios e nós: estudos sobre as sociedades tribais brasileiras**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SEEGER, A.; DA MATTA, R.; VIVEIROS DE CASTRO, E. A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 2-19, 1979. Série Antropologia.

SILVA, Fabio O. Nogueira. **Elementos de etnografia Mbyá: lideranças e grupos familiares na aldeia Tekoá Pyaú (Jaraguá - São Paulo)**. 2008. Dissertação (Mestrado)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de.; MACEDO BARROSO, Maria. (Org.). **Povos indígenas e Universidade no Brasil: contexto e perspectivas, 2004-2008**. Rio de Janeiro: Laced/Museu Nacional/UFRJ, 2013. Disponível em: <<http://laced.etc.br/site/pdfs/LivroPovosIndigenas.pdf>>. Acesso em: 2 de nov. de 2016.

TESTA, Adriana Queiroz. **Caminhos de saberes guarani mbya: modos de criar, crescer e comunicar**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social)-Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Le Marbre Et Le Myrte: de L’Inconstance de L’Ame Sauvage. In: BECQUELIN, Aurore; MOLINIÉ, Antoinette (Org.). **Mémoire de la tradition**. Nanterre: Société d’Ethnologie, 1993. pp. 365-431.

_____. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

Software

BATAGELJ, Vladimir; MRVAR, Andrej. **Pajek**. Program for Analysis and Visualization of Large Networks. Disponível em: <<http://vlado.fmf.uni-lj.si/pub/networks/pajek/>>. Acesso em: 2 de nov. 2016.

DAL POZ, João; SILVA, Marcio Ferreira da. **MaqPar 2.7** (“Máquina do Parentesco”). Disponível em: <<http://maqpar.zip.net>>. [senha: “maqpar”]. Acesso em: 2 de nov. 2016.







Foto: Adriana Caminiti



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

Cooperação
Representação
no Brasil



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
EDUCAÇÃO